

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

KAREN GRECO SOARES

**GÊNERO, SEXUALIDADE E TRABALHO: TECNOLOGIAS DE REGULAÇÃO E
SOBREVIVÊNCIA LGBTQIAPN+ NOS RELATOS DE LAMPIÃO DA ESQUINA**

CURITIBA

2025

KAREN GRECO SOARES

GÊNERO, SEXUALIDADE E TRABALHO: TECNOLOGIAS DE REGULAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA LGBTQIAPN+ NOS RELATOS DE LAMPIÃO DA ESQUINA

Gender, sexuality and work: regulation and survival technologies of LGBTQIAPN+ in the reports of lampião da esquina

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora em Tecnologia e Sociedade pelo Programa de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Dra. Lindamir Salete Casagrande.

CURITIBA

2025



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento do trabalho, mesmo para fins comerciais, sem a possibilidade de alterá-lo, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba



KAREN GRECO SOARES

**GÊNERO, SEXUALIDADE E TRABALHO: TECNOLOGIAS DE REGULAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA
LGBTQIAPN+ NOS RELATOS DE LAMPIÃO DA ESQUINA**

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutor Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 05 de Novembro de 2025

Dra. Lindamir Salete Casagrande, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Angela Maria Freire De Lima E Souza, Doutorado - Universidade Federal da Bahia (Ufba)

Dra. Kalliandra Quevedo Conrad, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Marília Gomes De Carvalho, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Tania Gracieli Vega Incerti, Doutorado - Instituto Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 05/11/2025.

*Para minhas avós.
Para minhas sobrinhas.
O antes e o depois.*

AGRADECIMENTOS

Que honra é poder chegar a uma etapa de formação educacional como um doutorado. Me faltam palavras para expressar toda a gratidão que sinto por poder desenvolver uma pesquisa sobre algo que acredito e sonho, especialmente sabendo que, talvez, em outra época histórica, isto não seria possível, dada a temática fora dos cânones científicos tradicionais e esta própria pesquisadora também fora dos cânones esperados de gênero e sexualidade. Minha gratidão, então, e profundo respeito, inicialmente, à toda história que veio antes de mim, e às muitas pessoas LGBTQIAPN+ que lutaram para que pesquisas como essa fossem aceitas nos espaços acadêmicos brasileiros. É um agradecimento pelas memórias de coragem e de sonhos que nunca se apagaram. Felizmente a ciência hoje também é feita por sonhos diversos e vozes dissidentes – o que me possibilita – sendo quem sou, ter a oportunidade de estudar.

Assim como muitas pessoas, eu sou um misto de sonhos empoeirados e acredito que a vida acadêmica é o sonho mais antigo do qual tenho memória. Me sinto de verdade privilegiada por todas as pessoas que – de forma direta ou indireta – sonharam este sonho comigo desde o começo e, por agora, poder concluir esta etapa em uma universidade pública brasileira de referência como é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Muito obrigada à professora Lindamir Salete Casagrande, minha orientadora, que acreditou no potencial desta pesquisa e confiou a mim a honra – e responsabilidade – de ser a última orientanda de sua brilhante trajetória acadêmica. Me sinto muito grata por ser a 'caçula' de seu time de orientandas e orientandos. Parabéns por sua jornada e muito obrigada por ter acreditado neste projeto. Agradeço pelas orientações e pela condução que passou a confiança na medida certa para que eu pudesse finalizar a pesquisa. E eu estou ansiosa para que minhas sobrinhas, assim que aprenderem a ler, tenham na cabeceira sua coletânea de livros infantis sobre mulheres na ciência.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade por seu competente corpo docente, pelas aulas e reflexões que aceleraram minha jornada de aprendizado e me introduziram a este “metaverso” da interdisciplinaridade. Foi um caminho de conexões, de novas experimentações

metodológicas e que me oportunizaram enxergar a ciência sob uma nova perspectiva.

Gostaria de realizar um agradecimento especial também às professoras Ângela Freire, Tania Incerti, Kalliandra Conrad e Marília Carvalho que fazem parte da banca examinadora desta pesquisa, e que desde a qualificação trouxeram percepções que ampliaram a construção do conhecimento do estudo e foram fundamentais para o seu melhor andamento. Meu muito obrigada!

Eu não poderia deixar, também, de agradecer ao começo de tudo: às professoras e professores que viram em mim um potencial para a escrita acadêmica durante o curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa, lá em São Borja. Talvez eu nunca tenha devidamente agradecido a iniciação científica que tive pela UNIPAMPA, que tanto me agregou e foi fundamental para sedimentar a forma como pesquiso até hoje. Obrigada. Sem a vivência da UNIPAMPA não seria possível trilhar esta trajetória de graduação e pós-graduação em universidades públicas de qualidade. Sou a prova viva que políticas de educação transformam vidas.

Minha gratidão se estende ao corpo docente da UFPR durante o meu mestrado em Comunicação, cuja contribuição foi igualmente essencial, principalmente na composição do esqueleto desta pesquisa, com o *background* teórico e a busca pela maior assertividade analítica possível, tão própria da área. Sou apaixonada pela área da Comunicação, e me sinto imensamente grata por ter aprendido, por meio dessa formação, a me tornar uma amante de todas as mídias, do rádio à TV, jornal, cinema e *internet*.

É um privilégio ter essa “dobradinha” de UFPR e UTFPR na minha formação acadêmica. Duas instituições que são monstros sagradas do ensino público do Sul do país, patrimônios históricos da humanidade, e raios de luz em meio ao céu nublado quase sempre conservador paranaense. Que sorte a minha beber destas águas de conhecimento. Que sorte a minha também presenciar a luta de tantos professores e professoras no combate à desinformação, à ignorância e, principalmente, ao pensamento ignóbil que assola esta parte geográfica do país.

À minha família lá de longe, que sempre esteve presente, mesmo à distância, também não poderia deixar de reservar meu carinho e gratidão. Agradeço o apoio incondicional da minha mãe Raquel, quem melhor do que ninguém sabe quantas

lágrimas, sorrisos e batalhas foram travadas para que essa pesquisa fosse concluída. Mãe, te amo! Muito obrigada pelas ligações, por segurar as pontas e por me transmitir sempre uma visão positiva de que tudo daria certo. Obrigada por não deixar a peteca cair, por me incentivar desde o início e por ser um exemplo de determinação: recém-graduada em Letras. Meu orgulho.

Agradeço ao meu pai Sid, por todo o apoio, suporte, presença e inspiração comigo, que foi igualmente fundamental para eu continuar esta saga de pesquisa. Pai, para nós bastam poucas palavras para sabermos que nos amamos muito. Muito obrigada por tudo.

Agradeço minha avó Eneida e minha avó Teresa, que são a dedicatória deste estudo. Eu não poderia fazer uma pesquisa abordando história e memória sem dedicar a elas, que são a minha história e o meu legado. Meu muito obrigada pelos chás da tarde, pelas conversas fiadas e pela oportunidade ímpar de cozinhar para vocês em uma vez que fui para Uruguaiana com o objetivo de focar na tese. Vocês me trouxeram muita força e incentivo.

Aos meus irmãos Gabriel e Vitor, minhas cunhadas Vitória e Escalet, e, claro, minhas sobrinhas Manu e Sosô, que são a continuidade dessa história. Que elas saibam que eu torço muito para que elas trilhem caminhos de muitas conquistas por meio da educação, em um futuro mais justo e inclusivo.

Agradeço também à Michelly, por estar à meia década enxugando minhas lágrimas, delírios e energia caótica, proporcionando os pés no chão que eu preciso e risos junto da Britney, a pet mais amorosa do mundo. Obrigada por sermos uma família. Nós existimos. Sem o suporte e amor de vocês duas eu jamais teria conseguido. Amo vocês.

Agradeço à Bianca, Bibi Reis, Beezylizard, minha amiga do *fake* pra vida. Obrigada pelas conversas, pelas visitas, pelas audições de discos, pelos planos de vida, pelos conhecimentos de vida, pela nossa conexão e compreensão sempre mútua e única de gêmeos-árias que sempre me incentivou a continuar e continuar. Obrigada por essa amizade debutante de 15 aninhos. Te amo, amiga.

Agradeço aos meus amigos RDMTs Bruno e Evelyn, pelas conversas que aconteceram, principalmente, neste ano de 2025, em momentos que eu estava em vias de (quase) desistir. Obrigada por todo o apoio, palavras de incentivo, almoços e passeios juntos. Vocês não me deixaram me sentir sozinha.

Agradeço à psicóloga Luciana, pelo seu suporte profissional psicológico que realmente fez toda a diferença em um período muito turbulento que vivi entre dois empregos, uma tese, questões de saúde e alguns sonhos frustrados. Muito obrigada por me auxiliar no recalculando de rotas, para que esta tese nunca fosse deixada, de verdade, de lado.

Há mais de 10 anos, deixei Uruguaiana em busca de um sonho. Embora para muitos possa parecer um caminho simples, no meu caso, foi uma verdadeira batalha. Agradeço a todos que fizeram parte dessa jornada e me ajudaram a concluir este ciclo. Já dizia o poeta Luiz Marengo: “quem tem um rumo de rancho pras quatro patas, bota seu mundo na estrada batendo água!”. Seguirei colocando meu mundo na estrada e levando as boas memórias das pessoas que me ajudaram pelo caminho. Palavras nunca serão suficientes para o tanto que meu coração é grato. Obrigada.

"[...] o que não cessa de causar dor fica na memória" (Nietzsche, 1988, p. 61).

*"Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer, e a memória
é nossa arma."
(Conceição Evaristo, Olhos d'Água, 2014).*

RESUMO

Esta tese resulta de uma investigação sobre a construção dos sentidos do trabalho a partir de uma perspectiva sócio-histórica, tomando como campo empírico a revista *Lampião da Esquina* (1978–1981), periódico pioneiro na abordagem de gêneros e sexualidades dissidentes à matriz cisheterossexual no Brasil. A revista circulou em um período histórico de apagamentos e silenciamentos, como foi o da ditadura civil-militar brasileira, figurando como um espaço de produção de sentidos sobre a experiência do trabalho em intersecção ao gênero e a sexualidade no país. O estudo se justifica pelo potencial memorial-histórico de resgate de experiências (Scott, 1998) sobre o trabalho, além de reforçar como mídias impressas, como *Lampião da Esquina*, funcionam como tecnologias de gênero (Lauretis, 1994) e lugares de memória (Nora, 1993). O referencial teórico se insere nos estudos de gênero, concebendo gênero como uma construção social, performativa e histórica (Butler, 1990; 2018; Scott, 1995; 1998; Louro, 2004; Crenshaw, 1989; Lauretis, 1994), e dialoga com a perspectiva da colonialidade do poder (Quijano, 2005). Também se aproxima de feministas marxistas brasileiras (Sueli Carneiro, 2011; Helena Hirata, 2007; 2009; 2011; 2016), enfatizando a intersecção entre gênero, raça e classe na estruturação da categoria trabalho e das desigualdades LGBTfóbicas no Brasil. A metodologia parte de uma pesquisa do tipo qualitativa, interpretativa e interdisciplinar centrada na análise de 19 relatos presentes em *Lampião da Esquina*. A metodologia incorpora um posicionamento epistemológico situado (Foucault, 2015; Lauretis, 1994; Haraway, 1995), onde reconhece-se que todo processo de análise é atravessado por marcadores de posição e relações de poder, sendo o olhar da pesquisadora social e historicamente situado e que não pode ser dissociado do processo de pesquisa. A tese desta pesquisa é que os sentidos do trabalho, conforme registrados em *Lampião da Esquina*, emergem de um fenômeno que proponho chamar de *regulação-sobrevivência*. A sobrevivência é o sentido fundamentalmente interligado a uma estratégia de se tornar vivível (Butler, 2018) através do trabalho, frente a conflitos familiares e violências a que são expostas as populações LGBTQIAPN+ desde a adolescência. O ideal de fuga dos contextos repressivos é a porta de entrada para o mundo do trabalho e, esta, por sua vez, é permeada por um ideal de vida em outras cidades – o que se relaciona diretamente com o fenômeno do êxodo de pessoas LGBTQIAP+ para centros urbanos. Neste bojo, são observadas técnicas de regulação para a permanência no trabalho, como o ocultamento das orientações sexuais, a informalidade como forma de acesso e permanência nos circuitos de trabalho e o trabalho sexual; além dos mecanismos de exclusão, como a maior exposição de violência nas ruas, a criminalização, e abusos psicológicos que conformam o sentido de precarização do trabalho LGBTQIAPN+ em um viés do conceito de regulação-sobrevivência, representação observada no contexto histórico retratado nos relatos de *Lampião da Esquina*.

Palavras-chave: Trabalho; Gênero; Sexualidade; Memória LGBTQIAPN+; *Lampião da Esquina*.

ABSTRACT

This thesis results from an investigation into the construction of the meanings of work from a socio-historical perspective, taking as its empirical field the magazine *Lampião da Esquina* (1978–1981), a pioneering periodical in addressing genders and sexualities dissident to the cisheterosexual matrix in Brazil. The magazine circulated during a historical period marked by erasures and silencing, namely the Brazilian military-civil dictatorship, representing a space for the production of meanings regarding the experience of work in intersection with gender and sexuality in the country. The study is justified by its potential for historical-memorial recovery of experiences (Scott, 1998) related to work, as well as by highlighting how print media, such as *Lampião da Esquina*, function as gender technologies (Lauretis, 1994) and sites of memory (Nora, 1993). The theoretical framework is situated within gender studies, conceiving gender as a social, performative, and historical construction (Butler, 1990; 2018; Scott, 1995; 1998; Louro, 2004; Crenshaw, 1989; Lauretis, 1994), and engages with the perspective of the colonality of power (Quijano, 2005). It also dialogues with Brazilian Marxist feminists (Sueli Carneiro, 2011; Helena Hirata, 2007; 2009; 2011; 2016), emphasizing the intersection of gender, race, and class in structuring work and LGBTphobic inequalities in Brazil. The methodology is qualitative, interpretative, and interdisciplinary, centered on the analysis of 20 accounts published in *Lampião da Esquina*. It incorporates a situated epistemological stance (Foucault, 2015; Lauretis, 1994; Haraway, 1995), recognizing that every process of analysis is permeated by positional markers and power relations, with the researcher's perspective being socially and historically situated and inseparable from the research process. The thesis argues that the meanings of work, as recorded in *Lampião da Esquina*, emerge from a phenomenon I propose to call regulation-survival. Survival constitutes a meaning fundamentally linked to a strategy of becoming livable (Butler, 2018) through work, in the face of family conflicts and violence experienced by LGBTQIAPN+ populations since adolescence. The aspiration to escape repressive contexts often serves as the entry point into the labor world, which is in turn permeated by the ideal of life in other cities—directly related to the phenomenon of the exodus of LGBTQIAP+ people to urban centers. Within this framework, techniques for maintaining employment are observed, such as concealing sexual orientations, engaging in informal labor as a means of access and continuity, and sexual work; alongside mechanisms of exclusion, including heightened exposure to street violence, criminalization, and psychological abuse. These dynamics shape the precarization of LGBTQIAPN+ work through the lens of the regulation-survival concept, as represented in the historical context documented in *Lampião da Esquina*.

Keywords: Work; Gender; Sexuality; LGBTQIA+ Memory; *Lampião da Esquina*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ruínas de São Miguel das Missões	55
Figura 2 – Monumento em homenagem a Tibiras do Maranhão	58
Figura 3 – Dados de empresas e empregabilidade LGBTQIAPN+	62
Figura 4 – Charge de Ziraldo	80
Figura 5 – Capa “Todo Paulista é Bicha” Edição 105 de O Pasquin	82
Figura 6 – Capa do número 95 de "O Snob" de 1965	84
Figura 7 – Grupo Somos de Afirmação Homossexual em Marcha Contra Violência Policial da Ditadura em 1978	89
Figura 8 – Grupo de Ação Lésbico Feminista, 1978.....	90
Figura 9 – Capa dos boletins ChanaComChana	91
Figura 10 – Capa do periódico Lampião da Esquina Edição 11	95
Figura 11 – Jornal da década de 1980	103
Figura 12 – Capa da Revista Veja, 1989	105
Figura 13 – Reportagem "Então, por que tanta repressão?"	151
Figura 14 – Matéria Norma Bengell (apaixonada, furiosa, terna, indignada)	155
Figura 15 – Reportagem “Os caubois, seus clientes: todos querem ser felizes no triângulo da badalação”	161
Figura 16 – Reportagem “Cassandra Rios ainda resiste”	163
Figura 17 – Reportagem “Assumir-se? Por quê?”	165
Figura 19 – Coluna Esquina da Edição 2 de Lampião da Esquina.....	169
Figura 20 – Carta publicada na Coluna Cartas na Mesa da Edição 14.....	171
Figura 21 – Coluna Cartas na Mesa da Edição 34 de Lampião da Esquina	177
Figura 22 – Trecho da Coluna Cartas na Mesa da Edição 6.....	180
Figura 23 – Reportagem “Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Cúri?”	182
Figura 24 – “À procura de um emprego”, na edição 09 de Lampião da Esquina.....	184
Figura 25 – Reportagem “Então, por que tanta repressão?	189
Figura 26 – Revista Veja em 2015 “As explosões nervosas da presidente”	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de artigos encontrados pela busca com palavras-chave108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT UP – AIDS - Coalition to Unleash Power (Coalizão contra a AIDS para Liberar o Poder).

CEDOC LGBTI – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott.

CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade

FSP – Folha de S. Paulo.

GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista.

GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS

HIV/AIDS – Human Immunodeficiency Virus / Acquired Immune Deficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

JB – Jornal do Brasil.

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Agênero, Pansexuais, Não Binários e mais.

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro.

OESP – O Estado de S. Paulo.

SOMOS – Movimento de Afirmação Homossexual.

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

ONG – Organização Não Governamental.

SUS – Sistema Único de Saúde.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: SOBRE PATINAR NO GELO	13
1.1 A patinadora	13
1.1.1 A patinação no gelo: problematização da pesquisa	17
1.2 Escolha do objeto	23
1.3 Justificativa, problema de pesquisa e objetivos do estudo	26
1.4 Metodologia, técnicas de pesquisa e proposição de tese	33
1.5 Referencial teórico.....	36
2 GÊNERO, SEXUALIDADE E TRABALHO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?....	40
2.1 Gênero e sexualidade: conceitos de uma ciência em ebulição	40
2.1.1. Debates identitários sobre gênero e sexualidade.....	43
2.1.2. O trabalho sob a ótica dos estudos de gênero	46
2.2. Gênero, sexualidade e trabalho no Brasil: uma herança da colonialidade	50
2.3 Precarização do trabalho LGBTQIAPN+ no Brasil.....	61
3 TECNOLOGIAS DE GÊNERO E AS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO	69
3.1 Sobre as tecnologias que constroem o gênero.....	69
3. 2 Imprensa e representações do trabalho: fábricas de gênero.....	74
3. 2.1 Imprensa no Brasil: ângulos sobre o trabalho	76
3.2.2 A imprensa tradicional e a imprensa alternativa no Brasil.....	79
3. 3 O movimento LGBTQIA+ no Brasil e a importância dos periódicos para seu surgimento	84
3.3.1 O ativismo que começava a surgir.....	88
3.3.2 Contexto de surgimento de Lampião da Esquina	93
3.3.2.1 O projeto editorial de Lampião da Esquina.....	97
3. 4 A epidemia da AIDS e os novos rumos do movimento.....	103
3. 5 Estado da questão: representações de gênero, sexualidade e trabalho em artigos acadêmicos brasileiros	108

4 UM LAMPIÃO ILUMINA A ESQUINA: VOZES DISSIDENTES EM UMA MATRIZ METODOLÓGICA DISSIDENTE	115
4. 1 Lampião da Esquina: justificativa	115
4.1.1 Por um resgate da memória LGBTQIAP+	118
4. 1.2 Por uma compreensão das relações de trabalho LGBTQIAP+	120
4.2 Do percurso metodológico	121
4.2.1 Técnicas de análise para a pesquisa.....	127
4.2.2 Seleção do <i>corpus</i>	131
4.3 Busca analítico-discursiva pela produção de sentidos	134
4.3.1 Conceitos fundamentais para a busca analítico-discursiva	136
5 O TRABALHO LGBTQIAP+: DIGRESSÕES EM LAMPIÃO DA ESQUINA..	149
5.1 Preâmbulo da análise	149
5.2 Dinâmicas familiares e sua relação com o mundo do trabalho em Lampião da Esquina.....	150
5.3 Processos migratórios motivados por questões de sexualidade e gênero em Lampião da Esquina.....	168
5.4 Sentidos do trabalho em Lampião da Esquina: a experiência do trabalho e suas tecnologias de gênero e sexualidade	175
6 CONSIDERAÇÕES: UMA ESTRADA QUE TEM MUITAS TRILHAS.....	196
REFERÊNCIAS	202

1 INTRODUÇÃO: SOBRE PATINAR NO GELO

1.1 A patinadora

Nasci em 1992, no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Uruguaiana, centro-oeste do Estado, região de fronteira e do bioma pampa. Vinda de um contexto regional bastante religioso e conservador, reflexo cultural da região, posso dizer que sou o completo oposto do retrato-padrão familiar, social e cultural que me foi concebido desde a nascença. Seja no aspecto religioso, de valores de vida, visões de futuro, política, etc., me considero um verdadeiro peixe fora d'água. E acredito que isso me tornou patinadora.

Não estou falando da patinação esporte – do qual muito admiro (inclusive, adoro esportes! Adoro apenas assistir, praticar não é comigo), mas falo da patinação da vida: desde muito cedo saí em busca de algo que suplantasse minha desconexão com os contextos sociais que vim, que me auxiliasse a entender por que o mundo é como é, e isso me fez patinar por alguns caminhos, cidades, enfim, alguns lugares. Lugares tanto físicos, com o deslocamento entre cidades, quanto filosóficos, no campo das ideias.

A patinação pela vida me trouxe algumas alegrias, algumas tristezas e, entre saldos de choros e risos, me trouxe uma trajetória acadêmica que é o completo e total retrato dessa minha estrada: com seus erros, acertos, derrotas, vitórias, certezas e incertezas – o que também é um lugar comum para quem escolhe fazer pesquisa científica no Brasil.

Minha trajetória acadêmica começou na graduação em Relações Públicas na Universidade Federal do Pampa, na cidade de São Borja, cerca de 2h de carro de Uruguaiana. Com a mudança de cidade, a única forma de me manter para concluir o curso foi por meio de auxílios estudantis e de bolsas de iniciação científica, que obtive e estive envolvida durante toda a graduação, participando de projetos ano a ano. Sou extremamente grata por todas essas experiências iniciais e, em especial, pela oportunidade de realizar a graduação em uma universidade que fazia parte de uma política pública de descentralização da educação para regiões afastadas dos grandes centros, permitindo que pessoas como eu usufruíssem de ensino público, gratuito e de qualidade.

Durante a graduação, apesar de estar sempre envolvida em projetos de pesquisa, lembro que não havia, no meu curso de Relações Públicas, disciplinas voltadas ao debate sobre gênero e sexualidade na comunicação. Foi apenas por meio do contato com movimentos estudantis que me foi apresentada essa linha de estudos. Acredito que houve uma certa eureka ou um certo “me encontrei!” dentro dessa temática, visto que foi através dela que entendi que um pouco daquelas desconexões que sempre tive com meus contextos sociais de origem se dava pelo fato de que não me adequava a uma matriz cisheteronormativa¹ de sexualidade.

Em 2013, quando estava terminando o curso de Relações Públicas, a continuidade na vida acadêmica estava nos meus planos e, enquanto buscava um programa de mestrado, recebi a visita de uma das minhas melhores amigas da *internet* e que morava em Curitiba. Em uma noite de alinhamento de astros (eu também adoro astrologia!), saboreando um famoso xis coração no coração da cidade de São Borja, surgiu — por ideia dela — a sugestão de eu tentar o mestrado em Curitiba. Até hoje considero aquela noite como o ponto de virada que transformou o rumo da minha vida.

Ao considerar Curitiba como uma opção, me chamou a atenção um projeto de pesquisa sobre diversidade na comunicação que aparecia no site do Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, e não tive dúvidas de que queria desenvolver uma pesquisa sobre este assunto. Após as seletivas, veio a aprovação e tive a oportunidade de ingressar no mestrado em Comunicação da UFPR sob a orientação da professora Regiane Regina Ribeiro, me mudando de vez para Curitiba. Foi então, a partir de 2015, que me inseri formalmente nos estudos de gênero e sexualidade, em um projeto de pesquisa voltado para a temática da diversidade na comunicação. Desenvolvi uma pesquisa de mestrado, que resultou na dissertação *Sentidos da diversidade, narrativas de ruptura? A representação social de LGBTs na Comunicação Organizacional*, publicada pela UFPR, no programa de pós-graduação em Comunicação da instituição e concluída em 2017.

¹ O termo cisgênero foi utilizado pela primeira vez em 1995 por um homem trans holandês chamado Carl Buigis, para se referir às pessoas que não são trans (Serano, 2007). O termo “cis” é usado comumente para designar pessoas que se identificam com o gênero do nascimento, sendo o termo “trans” o seu contrário – pessoas que não se identificam com o gênero do seu nascimento. A cisheterossexualidade refere-se à matriz gênero-sexualidade alinhada ao gênero identificado ao sexo de nascimento e à heterossexualidade como a orientação sexual correta ou legítima. Enquanto estrutura sociocultural, esse sistema coloca sujeitos não-cis e/ou não-heterossexuais em uma condição de não reconhecimento, uma vez que interpreta como desviantes as identificações que escapam do padrão legitimado.

A pesquisa foi, sumariamente, um estudo voltado à temática das representações da pauta LGBTQIAPN+² na comunicação organizacional, por meio da análise de um manual da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³.

Os achados da pesquisa trouxeram a percepção de que a narrativa da diversidade – meu principal objetivo de análise à época –, quando relacionada a pessoas LGBTQIAPN+⁴ nas empresas, recebia muitos marcadores e núcleos de significação voltados para a produtividade e que, em seus aspectos centrais, revelavam a manutenção de estereótipos já consolidados historicamente sobre esses sujeitos. Esses resultados recaíam, infelizmente, em uma perspectiva bem distante de uma ideia de valorização da qual prometiam ou evocavam tais representações, ou até mesmo das minhas expectativas enquanto pesquisadora em formação.

Essa dicotomia entre o discurso da diversidade e a vida prática das relações de trabalho de pessoas LGBTQIAPN+ se tornou alvo da minha nova empreitada de patinação e pulga atrás da orelha desde então, uma vez que, após o mestrado, minha atuação profissional no mercado de comunicação e marketing me mostrava que essa diversidade não era tão bonita quanto na teoria. São muitas as estratégias, ótimas as intenções e, entretanto, ainda estanque o caminho em busca de uma concreta efetividade para as populações LGBTQIAPN+, uma vez que, por exemplo,

² A sigla utilizada para designar a comunidade de diversidade sexual e de gênero passou por diferentes transformações ao longo da história, refletindo tanto as lutas políticas quanto a busca por maior representatividade. Inicialmente difundida como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), foi posteriormente substituída por LGBT, que incluiu bissexuais e reposicionou o “L” no início em reconhecimento à luta das mulheres lésbicas. Com o tempo, novas letras foram incorporadas, como Q (queer), I (intersexo), A (assexuais, agênero ou aromânticos), P (pansexuais e polisssexuais) e N (não binários), acompanhadas do símbolo “+”, que remete a outras identidades e orientações. Tal evolução indica que gêneros e sexualidades são categorias dinâmicas e fluidas, em constante negociação social e cultural, e que a sigla se atualiza como forma de inclusão e reconhecimento da pluralidade existente. Para este estudo, adota-se a forma LGBTQIAPN+, atualmente a mais abrangente, sem pretensão de fixidez, uma vez que se trata de um conceito plástico e móvel, não havendo uma forma única ou “correta” de nomeação.

³ O manual “Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo transfobia”, é uma publicação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids (UNAIDS) – com apoio de diversos setores da sociedade brasileira. Foi lançado a primeira vez para empresas brasileiras em 30 de setembro de 2014, na cidade de São Paulo.

⁴ Em 2017, para a dissertação, utilizei a terminologia LGBT para descrever de forma unificada o movimento social político e cultural de orientações sexuais não heterossexuais, entretanto, entendo que atualmente a abreviatura LGBTQIAPN+ seja mais inclusiva a essa população. Portanto, será a adotada para esse estudo.

a cada 23 horas morre de forma violenta uma pessoa LGBTQIAPN+ no Brasil⁵; e só em 2021, ano em que esta nova patinação iniciou, o país teve um crescimento 8% maior em relação a mortes e suicídios dessa população, comparado com ano anterior⁶.

Motivada pela angústia crescente sob este assunto e sendo eu própria uma pesquisadora LGBTQIAPN+, tomei a decisão de seguir para o doutorado com esta linha temática em mente. Ainda não sabia exatamente como, mas eu tinha um desejo de contribuir para a construção de um conhecimento que levasse a entender em maior complexidade a realidade das relações de trabalho LGBTQIAPN+, para que assim pudesse entender também o cenário de exclusão e violência que ainda persiste.

Ao considerar Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) como uma área interdisciplinar e vendo que minha pesquisa iria por uma linha mais interdisciplinar também, busquei, portanto, o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da UTFPR, na linha de pesquisa Tecnologia e Trabalho, para que pudesse me dar um terreno maior de patinação. Os estudos CTS são preocupados em refletir sobre problemáticas emergentes e relacionadas a contextos tecnológicos complexos, sendo o trabalho um vértice importante, o que me levou a desenvolver o projeto nesta ótica. É evidente como possuem os gêneros e as sexualidades LGBTQIAPN+ uma pertinência teórica-analítica ao campo, na medida em que está no seu escopo privilegiar os saberes menos tradicionais, mais descentralizados e menos normativos. Isso se reforça também ao considerar que a própria história tradicional trata de encarcerar as noções do sexo/gênero fora do espectro heterossexual como saberes patológicos, desviantes ou pecaminosos.

Concordo com Michel Foucault (2013) que é necessário fazer da história uma contramemória, ou seja, “analisar a memória por meio da desnaturalização e da construção dos seus barulhos e silêncios em determinadas épocas”. Com este propósito em mente, foi nascendo em mim a vontade de um olhar mais historicizado dos processos de trabalho LGBTQIAPN+. Fatores estes que uma área

⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>

⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>

interdisciplinar e disruptiva como Ciência, Tecnologia e Sociedade poderia auxiliá-me a compreender.

Em um natural *brainstorm* de ideias, muito me veio a mente: o que é o trabalho LGBTQIAPN+? Existem indícios que possam evidenciar uma experiência comum dessas populações? Quais os sentidos que evocam das relações de trabalho LGBTQIAPN+? O que está (ou não está) na história?

Estas preocupações surgiam e, cada vez mais, em grande contraste com a noção de valorização da diversidade, que sempre me pareceu ser uma noção emprestada de modos de trabalho globais e importados para o Brasil. Poderia chegar a um discurso fabricado segundo as lógicas econômicas, históricas e políticas que ocorreram aqui? Nesta seara de curiosidades, foi surgindo uma ideia de uma tese voltada aos processos sócio-históricos de constituição do trabalho LGBTQIAPN+ no Brasil, sob a ótica da revista *Lampião da Esquina*.

As páginas seguintes deste estudo representam um esforço de superação muito grande para mim, principalmente por todo o turbilhão de coisas que vivi nos últimos anos e que me levaram a quase desistir totalmente da vida acadêmica. Mas me mantive firme, no intento máximo de respeitar e dignificar este tema de estudo e, principalmente, as histórias e memórias que aqui são resgatadas. A patinação no gelo me trouxe muitos desafios, mas seguimos patinando. A seguir, apresento a problematização desta pesquisa e, na sequência, *Lampião da Esquina*.

1.1.1 A patinação no gelo: problematização da pesquisa

Patinar no gelo. Como brasileira acostumada ao clima mais quente — mesmo morando há mais de 10 anos em Curitiba, uma capital fria e nublada —, nunca patinei no gelo. Nem mesmo em pistas artificiais daquelas que existem em *shoppings*.

Mas tenho uma certa sensação de patinar no gelo desde 2013, quando dei meus primeiros passos no estudo sobre gênero e sexualidade. Por que “patinar no gelo”? Explico. Porque apesar das muitas alegrias que essa temática de estudos me trouxe, assim como o gelo é frio, ela também o é; é preciso ter equilíbrio e técnica para deslizar em pé; e a palavra “patinar”, em um português coloquial, remete a andar em círculos. Portanto, patinar no gelo, para mim, é como andar em círculos.

Lamentavelmente, tenho a sensação de que a temática de gênero e sexualidade já atingiu alguns auges acadêmicos, mas muito do que foi dito há anos segue precisando ser repetido, numa espiral de velhas novidades. Isso se acentuou profundamente nos últimos anos, diante do crescimento notório do conservadorismo no cenário político brasileiro e mundial, que tenta a todo custo retirar a violência do que é, por si só, violento, e amenizar o que deveria ser abominável.

Assim, coloco-me mais uma vez disposta a percorrer essa encruzilhada da patinação, dessa vez, preciso dizer, no gelo. Mas não sei como iniciar esta linha de pensamento sem expressar que este estudo vem de uma problematização-angústia — que tem crescido substancialmente nos últimos anos.

Normalmente, devido aos anos trabalhando com redação publicitária, inicio meus textos buscando fisgar quem me lê de forma mais leve, seja com uma curiosidade, uma letra de música ou alguma anedota. Mas confesso estar cansada da leveza. Ao longo dessa cronologia — anos desde o começo da minha caminhada acadêmica —, muitas coisas parecem ter regredido, em vez de avançado. Alguns desses retrocessos considero estapafúrdios; outros, enfadonhos; mas todos partem da mesma base conceitual: negar direitos conquistados. É a partir daí que apresento, então, minha problematização-angústia: estamos vivendo uma verdadeira derrocada dos direitos humanos LGBTQIAPN+.

Atualmente, tramitam 437 projetos de lei nas esferas federal e estadual com conteúdo considerado prejudicial à população LGBTQIAPN+, segundo pesquisa realizada pela Aliança Nacional LGBTI, publicada em maio de 2025. Com o avanço da bancada conservadora, o Senado brasileiro dobrou o número de projetos contra a população LGBTQIA+ em apenas sete meses⁷.

Essas iniciativas legislativas convergem para um mesmo fundamento normativo: a premissa de que o sexo biológico deve ser adotado como parâmetro exclusivo para a definição do acesso a direitos e à formulação (ou não) de políticas públicas para minorias sexuais⁸. Essa percepção é bem antiga na história das

⁷ Segundo registros da Câmara dos Deputados, atualmente, 246 deputados e senadores compõem a bancada evangélica no Congresso Nacional. Essa expansão reflete a crescente influência política desse grupo na agenda legislativa brasileira. Para mais detalhes, acessar o artigo “Direitos LGBTQIAPN+ sob ataque no Congresso”, publicado em 24 de junho de 2025. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/06/24/direitos-lgbtqiapn-sob-ataque-no-congresso/>

⁸ O termo minorias sexuais e de gênero é empregado para designar populações cuja orientação sexual ou identidade de gênero são considerados fora das normas culturais, sociais ou fisiológicas dominantes, notadamente, levando a sofrerem discriminações em função desses marcadores. Neste

ciências e, precisa-se dizer, desatualizada, tendo por base uma visão essencialista⁹ acerca dos gêneros e das sexualidades, que toma como padrão o determinismo biológico ancorado pelas categorias binárias de homem e mulher. Essa visão abrange o entendimento de que as orientações sexuais só podem ser entendidas com base em um único modelo considerado: a cisheterossexualidade como norma e referência —, enquanto as demais sendo vistas como desvios, abjeções e erros (Oliveira, 2018, p. 27).

O aumento das iniciativas anti-LGBTQIAPN+ na política brasileira está ligado aos reflexos de um ex-governo abertamente contrário às sexualidades LGBTQIAPN+ e aderente a essa visão essencialista, como foi o de Jair Bolsonaro (2018–2022). Sob esta premissa, além de extinguir órgãos federais, como o Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT), por meio do Decreto nº 10.883, de 6 de dezembro de 2021, houve cortes de financiamento em diversos setores, o fechamento de secretarias sobre o tema em todo o país e até tentativas de encerrar instituições, como o Museu da Diversidade de São Paulo — fechado temporariamente após denúncia de um deputado bolsonarista sobre supostas irregularidades administrativas.

Nesse cenário de esforços políticos para a perda sistemática de direitos da população LGBTQIAPN+, destaco o Projeto de Lei 5167/09, que voltou à tona no início de 2025 após aprovação no Congresso Nacional. Esse PL propõe a destituição do casamento entre pessoas do mesmo sexo, proibindo que tais uniões sejam equiparadas ao casamento ou a entidades familiares. Em nota, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do atual governo Lula, afirmou: “o projeto de lei demarca um retrocesso nos direitos conquistados, historicamente, pelas pessoas LGBTQIA+ em nosso país, com uma justificativa simplória e, ao mesmo tempo, esdrúxula, baseada no preconceito e no conservadorismo”¹⁰.

trabalho, adota-se esse conceito em consonância com o uso feito por Judith Butler (2018), que o associa à noção de vidas não plenamente vivíveis, as quais, por conta de suas orientações sexuais, estão mais expostas à vulnerabilidade social.

⁹ A visão essencialista acerca do gênero e da sexualidade refere-se à compreensão de que o gênero seria uma propriedade estável, inata e fixa, derivada da diferenciação sexual biológica. Nessa perspectiva, assume-se um caráter determinista, no qual o gênero descreve não apenas diferenças sexuais, mas também personalidades e processos cognitivos tendo em vista o corpo biológico de nascimento (Borges; Canuto; Oliveira; Vaz, 2013).

¹⁰ A íntegra da nota está disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/nota-de-manifestacao-do-conselho-nacional-dos-direitos-das-pessoas-lgbtqia-que-trata-de-pedido-de-arquivamento-do-projeto-de-lei-5167-2009->

Lembro-me, em 2015, da onda de fotos de perfil nas redes sociais, especialmente no Facebook, com as cores da bandeira LGBTQIAPN+, assim como o entusiasmo de marcas que passaram a criar campanhas de apoio à diversidade, quando a Suprema Corte americana aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo nos EUA. Um *frisson* que opõe-se frontalmente ao que os anos seguintes viram sobre a agenda em diversos países, como na Rússia, por exemplo, em que uma nova lei passa a proibir agora a redesignação de gênero, apresentada por parlamentares como forma de barrar a chamada “ideologia ocidental antifamília”¹¹ no país. A legislação russa, portanto, passou a proibir procedimentos médicos de mudança de sexo e a alteração da identidade de gênero em documentos oficiais, em defesa do que o governo define como “valores tradicionais”.

Em países como Uganda, um recente projeto de lei anti-homossexualidade é considerado um dos mais severos do mundo, prevendo até pena de morte em casos de atos homossexuais “com agravantes”. Mesmo antes da aprovação definitiva, pessoas denunciadas já são imediatamente presas no país.

Os projetos de lei anti-LGBTQIAPN+ no Brasil e no mundo estão nessa esteira de ameaça aos direitos humanos das minorias sexuais e são provas de tentativas de desmonte das conquistas obtidas. Poder-se-ia citar inúmeros outros casos que representam uma remontada pelas fobias às sexualidades não heterossexuais, muitas vezes apresentadas como novidade e cada vez mais naturalizadas: “valendo-se de um ecossistema de desinformação, as chamadas *fake news* recolocaram a ‘ameaça comunista’ na ordem do dia, associada à ideia de ‘fim da família’ e, até mesmo, de ‘ditadura gayzista’” (Irineu, 2023, p. 2). Em geral, são discursos que renascem das profundezas medievais de um pensamento ignorante e mesquinho que nunca de fato desapareceu — apenas se disfarçou com uma roupagem amigável: o pensamento da cisheteronormatividade. Ainda assim, incitam um pânico moral contra a população LGBTQIA+, complexificando-se ao se associar a outras formas de discriminação, como as de classe, raça e etnia.

No Brasil, isso parece um palco propício à intensificação da violência. Digo isso, porque pelo 16º ano consecutivo o país lidera os índices globais de

¹¹ Grupos conservadores e religiosos empregam essa expressão para criticar o que percebem como um enfraquecimento dos valores familiares tradicionais, enxergando-o como uma ameaça à estrutura social. Nessa perspectiva, a família nuclear é considerada o modelo ideal e essencial, sustentada por princípios religiosos e normas morais tradicionais.

assassinatos a pessoas LGBTQIAP+. Segundo o índice Atlas da Violência, produzido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e divulgado em maio de 2025, o país continua sendo extremamente violento para grupos como LGBTQIAP+, mulheres e pessoas negras. Nos últimos 10 anos, os registros de mortes contra minorias sexuais brasileiras, por exemplo, saltaram de 1.157 casos em 2014 para 15.360 em 2023 — um aumento de 1.227%¹².

Ainda que esta autora patinadora esteja bastante “acostumada” a ter que rever essas estatísticas, pois elas raramente se alteraram positivamente ao longo dos anos, ainda assim causa-me abatimento. Por essas e outras razões, é preciso afirmar: o Brasil é muito, mas muito LGBTQfóbico. Isso se traduz, para mim, em cansaço — e na certeza da fragilidade dos direitos arduamente conquistados. Por isso, inicio dizendo que esta pesquisa nasce de um problema-angústia: a angústia de ser LGBTQIAPN+ no Brasil.

Judith Butler, no livro *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (2018), quando trouxe a noção de “vidas vivíveis”, propôs que nem todas as vidas recebem o mesmo reconhecimento social, cultural e político. Isto porque, para ela, uma vida, para ser vivível, não precisa somente existir, precisa estar inserida em um campo de inteligibilidade: em um conjunto de normas, valores e estruturas que a reconheçam como legítima, digna de luto e passível de ser protegida. Sem esse reconhecimento, certas existências são relegadas a uma zona de precariedade da vida¹³, onde a violência e outras situações de vulnerabilidade e insegurança em diversos âmbitos, como na saúde, na alimentação, na moradia e no desemprego são mais constantes.

¹² É importante destacar que houve uma subnotificação nos anos anteriores, o que traz um aumento natural nas estatísticas. Entretanto, os dados são baseados nas fichas de notificação de violência do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, que incluem casos de violência física, psicológica ou moral, sexual e financeira ou econômica, além de negligência ou abandono, trabalho infantil, intervenção legal, tortura e outros.

¹³ Judith Butler é referência em teorizações sobre gênero e, em suas primeiras obras ([1990] 2003; [1993] 2019; [2004] 2022), concentrou-se na marginalização e no não reconhecimento de pessoas cujas performances de gênero e sexualidade não se enquadravam nas normas sociais. Progressivamente, ampliou suas reflexões para incluir indivíduos cujas vidas são desvalorizadas em sociedades normativas — como pessoas em situação de rua, prisioneiros de guerra e pessoas negras. A noção de precariedade surge neste seio de problematizações da autora e é central para este estudo. Aqui adota-se a perspectiva de Butler, segundo a qual a precariedade é uma condição de vulnerabilidade e risco social em diversos âmbitos: “a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes” (Butler, 2018, p. 28).

Segundo a autora (2018, p. 28), o enquadramento de uma vida “vivível” está diretamente relacionado ao quanto essa vida pode ser passível de luto e proteção do Estado. Para ela, as minorias sexuais e de gênero estão fora de uma matriz hegemônica de sexo-gênero, o que os tornam grupos mais propensos a essa problemática: “a precariedade está, talvez de maneira óbvia, diretamente ligada às normas de gênero, uma vez que sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência” (Butler, 2018, p. 31).

Em relação à sua percepção sobre o luto, este se coloca no sentido de que são vidas às quais suas mortes não são passíveis de lamento ou dor, mas apenas uma consequência esperada, quase naturalizada, pelo fato de “ser quem se é”.

Nesse sentido, as populações LGBTQIAPN+, para esta proposta, se encaixam no que Butler identifica como vidas não plenamente vivíveis. Vivem constantemente sob a ameaça da violência física, simbólica e institucional, enfrentando um processo contínuo de deslegitimação de suas identidades e de exclusão de espaços de proteção social historicamente (Butler, 2018).

Essa não-vivibilidade – é preciso dizer – não significa ausência de vida, mas sim a condição de viver sob o peso da vulnerabilidade, a qual sua existência é atravessada pela sensação de que a própria presença no mundo é contestada, diminuída. No caso brasileiro, isso se traduz em políticas públicas insuficientes ou inexistentes, discursos políticos que validam preconceitos e uma cultura que, em amplos setores, persiste em considerar a diversidade sexual e de gênero como desvios a serem corrigidos.

Lutar por vidas vivíveis, nesse sentido, é reivindicar o direito de viver com dignidade, reconhecimento e segurança. Para pessoas LGBTQIAPN+, isso significa construir condições sociais, jurídicas e culturais que tornem possível a sua existência plena, garantindo a cidadania e o acesso a direitos básicos, além de proteção contra violências e equidade de oportunidades.

Enquanto as condições estruturais — legais, sociais, culturais, históricas e políticas — continuarem contribuindo sistematicamente para a exclusão e a vulnerabilidade social de minorias sexuais, a experiência de viver seguirá marcada pela exaustão, pela violência e pela morte (Butler, 2018).

Assim, quando penso no problema-angústia que move esta pesquisa, penso que é preciso tornar essas vidas vivíveis, num exercício inverso: o da preservação da própria vida, o de resistir.

Mas, por onde começar?

1.2 Escolha do campo empírico de estudo: Lampião da Esquina

Certa vez, ouvi de um transeunte na rua General Hipólito, nos confins do Brasil profundo de onde vim, que “a vida começa pela história”. Essa frase me marcou, pois, de fato, só se conhece uma pessoa pelo que suas memórias contam, pela sua história de vida. Além disso, na minha experiência pessoal, obtive meus primeiros conhecimentos e razões sobre o mundo por meio do contato com a história — disciplina que, desde que me conheço por gente, é minha favorita.

Esse interesse pela história – somado ao fato de eu não ter anteriormente a oportunidade de desenvolver uma pesquisa sob essa perspectiva, em razão da minha formação em Relações Públicas –, despertou em mim o desejo de, ao longo dos anos e até chegar ao momento atual, dedicar-me a um objeto de estudo com apelo histórico no campo das sexualidades brasileiras. Foi nesse percurso de busca que me deparei com a revista Lampião da Esquina.

Meu primeiro contato com Lampião da Esquina ocorreu em uma visita não planejada ao Museu da Diversidade Sexual de São Paulo, nos anos que precederam minha entrada no doutorado em Tecnologia e Sociedade da UTFPR. Lembro-me até hoje da sensação ao entrar no museu: “uau, nós¹⁴ temos história!”

Posso compreender que, para pessoas cisheterossexuais, entrar em um museu possa parecer algo trivial ou sem emoção, afinal, as sexualidades hegemônicas sempre tiveram contato com registros históricos. É fácil rastrear a árvore genealógica, por exemplo, de uma família nuclear composta por homem e mulher — há hoje inúmeros *softwares* que encontram registros de casamentos, falecimentos e outros eventos de famílias heterossexuais, mostrando de onde a pessoa veio e onde morreu. Já casais não heterossexuais, até pouco tempo atrás, não figuravam nem nos registros oficiais de união; suas mortes muitas vezes sequer eram notificadas. Vidas que, nos documentos, não viveram.

¹⁴ Empreguei o plural nesta frase por também me reconhecer como parte da coletividade LGBTQIAPN+.

Por isso, quando tive contato com as edições de Lampião da Esquina pela primeira vez, foi como encontrar registros de vidas e histórias semelhantes à minha. Concordo que as memórias são fundamentais para a “vivacidade e a força das lembranças individuais e coletivas” (Bruno, 2000, p. 17). Foi exatamente esse o sentimento que me atravessou.

A memória, enquanto fenômeno social, se “apoiava inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (Nora, 1993, p. 14). “Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam”; mas sim ela “se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções”. Nessa seara de sentimentos, por ser Lampião da Esquina um artefato de uma coletividade LGBTQIAPN+ brasileira sob um viés histórico, constitui-se também como um espaço de construção de memória, atravessado por sentidos, disputas e subjetividades que revelam tanto experiências individuais quanto a elaboração de uma memória coletiva. Assim, Lampião da Esquina emergiu como o ponto focal para o desenvolvimento desta pesquisa.

Lampião da Esquina foi um periódico que fez parte da imprensa alternativa, ou chamada imprensa nanica brasileira, que circulou no Brasil durante a ditadura civil-militar, especificamente nos anos de 1978 a 1982. Foi um periódico que teve 38 edições regulares e 3 edições extras, totalizando assim 42 edições.

A imprensa alternativa, no período, era o nome atribuído ao conjunto de veículos de imprensa que atuavam em resposta ou em uma contramão do governo militar, assim como à censura e aos controles exercidos pelo regime. Eram, portanto, publicações que tinham como objetivo desafiar o regime autoritário e dar voz às demandas da sociedade civil, abordando temas proibidos ou censurados pela grande imprensa.

“Entre 1964 e 1980, nasceram e morreram no Brasil cerca de 150 periódicos, que ficaram conhecidos como imprensa alternativa (também chamada de nanica, independente, entre outros)” (Kucinski, 2001, p. 13). A imprensa nanica, como seu nome evoca, eram os jornais caracterizados pela estrutura empresarial modesta e limitados recursos financeiros. Essas publicações adotavam o formato tabloide na maioria das vezes, o que refletia tanto suas restrições econômicas, quanto a busca

por maior circulação entre públicos específicos (Kucinski, 2001). Nesse sentido, os periódicos da imprensa alternativa desempenharam um papel fundamental não só na resistência política e cultural do Brasil à repressão do período, mas também à uma maior diversificação da informação e possibilidade de mobilização de movimentos sociais em diferentes frentes de atuação e segmentos em oposição ao governo, como foi o do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil.

Lampião da Esquina integrou, portanto, o conjunto de periódicos surgidos neste contexto, sendo considerado o primeiro¹⁵ jornal de circulação nacional a tratar abertamente da temática das sexualidades não heterossexuais no Brasil. No bojo de uma chamada imprensa homossexual, pode-se dizer que Lampião “surgiu da necessidade que uma parcela da sociedade teve de procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis” (Rodrigues, 2018, p. 237).

O periódico teve, dessa forma, o objetivo de trazer luz ao tema das minorias sexuais brasileiras, uma vez que seu próprio nome – Lampião – aludia a iluminar o conhecimento e evocando a imagem do herói Lampião, símbolo de coragem e masculinidade no imaginário popular brasileiro, subvertendo esse sentido ao ser um periódico sobre a homossexualidade (Bandeira, 2006). Outrossim, juntava-se a palavra esquina – espaço de circulação histórico de sociabilidade e marginalização de homossexuais, pessoas trans e outras identidades dissidentes de gênero e sexualidade. Nesse sentido, o periódico assumia, desde sua denominação, a intenção de contrapor o arquétipo do “cabra-macho” ao propósito de iluminar vidas historicamente invisibilizadas, afirmando-se como um veículo alternativo voltado para essas populações (Bandeira, 2006, p. 36).

Um fator que, sem dúvidas, chama a atenção nas páginas de Lampião da Esquina é o caráter de diálogo aberto com outros movimentos sociais brasileiros que surgiam no período. Embora, na época, a terminologia vigente tendesse a associar as sexualidades não heterossexuais quase exclusivamente à perspectiva do homossexual masculino, Lampião da Esquina integrou-se a uma construção coletiva

¹⁵ Embora outras publicações anteriores tenham tratado de temas relacionados à homossexualidade de forma pontual, Lampião da Esquina se destaca como a primeira revista brasileira voltada especificamente à temática gay a alcançar tiragem nacional. Diferentemente de jornais e suplementos isolados, a revista conseguiu circulação em diversos estados. Sua periodicidade regular e linha editorial consistente permitiram consolidá-la como um espaço de reflexão, articulação política e cultural, sendo considerado um marco histórico na imprensa gay brasileira.

mais ampla, articulando as lutas emergentes no Brasil em torno das sexualidades LGBTQIAPN+ e estabelecendo diálogo com o movimento feminista, o negro e outros grupos dissidentes e historicamente marginalizados, como fica destacado em seu editorial da edição zero de 1978: “seria um erro pensar que essas análises e essas lutas pudessem ser feitas isoladamente, assim como pensar na definição de categorias sexuais como um fenômeno isolado” (Lampião da Esquina, 1978, p. 2).

É preponderante que uma publicação surgida em 1978 já tivesse uma preocupação e um posicionamento de que as lutas de populações dissidentes sexuais não pudessem ocorrer sozinhas, mas que o preconceito só poderia ser entendido e combatido em conjunto, de forma dialógica e interseccionada com outras formas de opressão. Essa consciência em *Lampião da Esquina* traz um aspecto analítico relevante ao objeto: a sua abordagem editorial deliberadamente interseccional (Amaral e De Oliveira, 2024). Isso fica expresso quando o seu conselho editorial nomeia e expressa os processos de silenciamentos e discriminações aos quais deseja desvelar: “as lutas comuns das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros — categorias historicamente silenciadas — têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala” (Lampião da Esquina, 1978, p. 9).

Nesse sentido, *Lampião da Esquina* surgia com o objetivo de abordar as sexualidades brasileiras, ao mesmo tempo em que dialogava com outras formas de opressão e reconhecia a presença de sujeitos invisibilizados nos discursos históricos. Assim, o exercício de reconstruir a história por meio de *Lampião da Esquina* torna-se também um esforço de tornar a vida mais reconhecível, representável e vivível.

Este estudo “patinador” toma, portanto, a revista *Lampião da Esquina* (1978 – 1982) como seu campo empírico de estudo principal, no lócus do (re)conhecimento das memórias, trajetórias e experiências contadas em suas edições.

1.3 Justificativa, problema de pesquisa e objetivos do estudo

A escolha de *Lampião da Esquina* fundamenta-se, primeiramente, pela sua perspectiva histórica e memorial: o periódico foi pioneiro no trato das sexualidades dissidentes brasileiras e teve fundamental relevância para a disseminação e

fortalecimento do início do movimento homossexual brasileiro¹⁶. A revista participou ativamente da cobertura de eventos e realizou entrevistas com personalidades centrais da militância brasileira em formação, além de artistas, políticos e pessoas comuns encontradas nas ruas. Dessa forma, trouxe à cena pública uma minoria até então socialmente invisibilizada, oferecendo-lhe, de forma pioneira no Brasil, um palco de articulação e visibilidade.

Nesse sentido, justifica-se a escolha pelo seu potencial científico no sentido sócio-histórico, uma vez que a revista reúne um amplo conjunto de registros, narrativas e debates que documentam, de forma bem preservada¹⁷, as experiências da população LGBTQIAPN+ no Brasil durante a ditadura civil-militar.

Tendo em vista a lacuna nas ciências acerca da temática da memória e dos objetos de memória LGBTQIAPN+, faz-se um estudo necessário tendo em vista que “associar a categoria sexualidade aos espaços de memória ainda é raro nas produções científicas e quase nulo nos museus brasileiros”. E, ainda, “nos mais de três mil museus brasileiros dedicados à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, o tema LGBT ainda é negado por seus profissionais” (Baptista e Boita, 2017, p. 109).

As sexualidades que não estão na matriz cisheterossexual passam, portanto, por um apagamento sistemático e “tal invisibilidade pode ser explicada, em parte, pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres da escrita da história: sobretudo, pelas escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico”, estas que, “ao eleger

¹⁶ O movimento homossexual brasileiro é reconhecido historicamente como a primeira forma de organização coletiva das sexualidades dissidentes no país. Segundo Regina Fachinni (2003, p. 84), “o movimento homossexual tem seu surgimento no Brasil, registrado pela bibliografia sobre o tema, na segunda metade dos anos 1970. O termo movimento homossexual é aqui entendido como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento”. Esse contexto evidencia o caráter político e social do movimento, que buscava articular direitos e visibilidade em um período marcado por repressão e invisibilidade social.

¹⁷ As 38 edições regulares e as 3 edições extras de *Lampião da Esquina* estão disponíveis no acervo digital do CEDOC – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/> O Grupo Dignidade é uma organização pioneira na defesa dos direitos LGBTQIAPN+ no Brasil, com sede em Curitiba, e dedicada à promoção da cidadania e da visibilidade da diversidade sexual. O CEDOC, por sua vez, é um centro de documentação que preserva, organiza e disponibiliza fontes históricas relacionadas às lutas e à memória da população brasileira LGBTQIAPN+. Registro aqui meu agradecimento ao CEDOC LGBTI pela disponibilização das edições completas de *Lampião da Esquina* de forma virtual, o que possibilitou o acesso facilitado à principal fonte deste estudo.

determinados temas – eleição política –, deixavam de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias” (Pedro, 2005, p. 85).

Trata-se de um silenciamento que não decorre da ausência de fontes ou de um desinteresse absoluto pelo tema, mas sim pelo próprio fazer científico, que por muito tempo viu esse tipo de saber como ‘não-científico’” (Pedro; Wolff; 2011, p. 22). Assim, a invisibilidade das homossexualidades, assim como das experiências LGBTQIAPN+ de modo mais amplo, revela-se como produto de um processo político de exclusão permeado por disputas de poder: “o próprio uso da memória como fonte de conhecimento produzido” e realizado por meio de “práticas datadas e dimensionadas por relações de poder” (Venson; Pedro, 2012, p. 126).

Dessa forma, este estudo se justifica por ver no campo empírico de Lamião da Esquina um potencial de análise da experiência histórica de pessoas LGBTQIAPN+, o que se coloca também na contramão da ciência tradicional e dos modos hegemônicos de produção de memória, que historicamente invisibilizam estes sujeitos.

É sabido que o período da ditadura civil militar brasileira foi um período nefasto de arquivamento, apagamento e queima de registros de vidas. Foi característico do regime a prática sistemática de tortura e o assassinato de pessoas que se opunham ao governo, acompanhados pela ocultação de cadáveres, sequestro de crianças, inquéritos baseados em provas forjadas, imposição do medo e censura generalizada. Pesquisas diversas têm abordado o papel das políticas de memória durante o processo de democratização e sua relevância no tratamento dos dados históricos silenciados neste período (Jelin, 1994, 2003).

Assim, justifica-se a escolha também porque a revista traz à tona um conteúdo que oferece registros e representações sobre as relações de trabalho e as condições vivenciadas por pessoas LGBTQIAPN+ em um período que também passou por um processo de apagamento histórico – como foi o da ditadura civil-militar no Brasil –, permitindo vislumbrar como o gênero e a sexualidade se articulariam ao marcador do trabalho deste período, sendo este um alvo importante para esta investigação.

Para este estudo, o trabalho constitui um eixo fundamental de análise: entende-se o conceito como uma categoria ontológica da existência humana, sendo participante da construção da vida em coletividade (Marx, 1844; 1993), na

constituição da subjetividade e assumindo diferentes significados ao longo do tempo histórico (Sato, 2009). O trabalho é visto como uma atividade que constitui os sujeitos em sua relação com o outro e com o mundo, mediando a produção material e simbólica da vida social, e, portanto, assumindo centralidade na formação das identidades individuais e coletivas.

É notória como a questão do trabalho para as populações LGBTQIAPN+ alcança uma problemática recorrente de desafios: hoje, observa-se aumento da informalidade e da inserção no trabalho sexual entre populações LGBTQIAPN+ — especialmente entre pessoas trans, das quais apenas 0,38% ocupam postos formais —, bem como apenas 4,5% das pessoas LGBTQIAPN+ possuem emprego formal, em um país cuja população adulta que se identifica como LGBTQIAPN+ é de aproximadamente 19 milhões de pessoas, 8,92% da população. A discriminação contra pessoas em razão de seu gênero ou sexualidade em espaços de trabalho é uma realidade no Brasil e representa um entrave significativo no acesso a melhores condições de saúde, alimentação e moradia para essas populações.

Embora haja uma crescente conscientização sobre a valorização da diversidade, presente sobretudo no discurso empresarial de caráter neoliberal, observa-se que essas populações enfrentam, cada vez mais, processos de vulnerabilização e precarização nos espaços de trabalho no Brasil, como o preconceito e a discriminação.

Torna-se fundamental, portanto, realizar um exercício reflexivo histórico, pois trata-se de uma situação frequentemente mascarada — e, em certa medida, amenizada — por discursos hegemônicos que buscam universalizar experiências sob o estigma de que “somos todos iguais”. Recorrer aos contextos históricos que delinearam a estrutura desigual que se vive hoje, e a fontes históricas, como Lampião foi para o contexto da ditadura civil-militar brasileira, se mostra uma demanda prioritária para o estudo.

Além disso, o golpe de estado de 1964 foi um período em que direitos conquistados nas décadas anteriores — como a Consolidação das Leis do Trabalho, a ampliação da Justiça do Trabalho e, mais recentemente, o 13º salário — se combinavam com um cenário de mobilização operária e popular que pressionava por reformas estruturais, incluindo a Reforma Agrária, a ampliação da participação democrática e o reconhecimento de novos direitos civis. Essa conjuntura, vista como

ameaça por setores conservadores, empresariais e militares, desencadeou uma reação autoritária que buscou não apenas conter as pautas econômicas e trabalhistas, mas também impor rígido controle moral e cultural. Assim, a repressão instaurada a partir de 1964 não se limitou ao campo político-institucional: atingiu diretamente as expressões de diversidade sexual e de gênero, trazendo também um novo contexto acerca de como se desenvolviam as relações trabalhistas do período: o agravamento da marginalização e o aumento de modalidades de trabalho informalizadas, como o trabalho sexual, o trabalho doméstico, etc.; e, em *Lampião da Esquina* é possível encontrar relatos que representam, do ponto de vista de pessoas LGBTQIAPN+ como eram experienciadas essas modalidades de trabalho, trazendo luz sob o tema.

Em *A Visibilidade da Experiência*, Joan Scott (1998) defende que aquilo que chamamos de experiência não pode ser tratado como uma verdade imediata ou um dado bruto da realidade, mas sim como algo produzido e significado por discursos historicamente situados: “quando a experiência é tomada como origem do conhecimento, a visão do sujeito (a pessoa que teve a experiência ou o historiador que a reconta) torna-se o suporte da evidência sobre a qual a explicação é elaborada” (Scott, 1998, p. 301). A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, portanto, aquilo que se busca explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento: “pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz” (Scott, 1998, p. 304).

Essa perspectiva fornece uma chave fundamental para a análise de *Lampião da Esquina*, uma vez que os relatos publicados na revista não podem ser lidos apenas como registros da vida de pessoas LGBTQIAP+, mas como enunciados produzidos em um contexto discursivo que pode auxiliar na historicização da temática do trabalho para essa população.

Assim, uma análise do periódico pode permitir historicizar as experiências narradas. Ao iluminar trajetórias que a historiografia tradicional relegou à invisibilidade, parte-se do pressuposto que *Lampião da Esquina* atua como um lugar de memória¹⁸ e campo de produção de sentidos sobre o trabalho, o gênero e a

¹⁸ Parto da conceitualização de lugares de memória em Pierre Nora (1993, p. 13): “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia”. Além disso, “esses espaços, percebidos como singulares no tempo e no espaço, funcionam como verdadeiros oásis de inspiração, experiências, aprendizados e reflexão. Neles, em potencial, nos deparamos com histórias, fatos, imagens, sons, cheiros, texturas,

sexualidade, em consonância com a proposta de Scott (1998) de pensar a experiência não como essência, mas como construção histórica que dá voz a sujeitos dissidentes e amplia os limites do que pode ser considerado legítimo como história.

Dessa forma, o problema de pesquisa deste estudo, para orientar a análise do periódico, coloca-se da seguinte maneira: Como se constroem os sentidos do trabalho nos relatos de dissidentes de gênero e sexualidade presentes na revista *Lampião da Esquina*? O objetivo geral é compreender como se constroem os sentidos do trabalho nos relatos de dissidentes de gênero e sexualidade presentes na revista *Lampião da Esquina*. Buscarei identificar a experiência do trabalho a partir dos relatos de memória presentes no periódico, considerando-os como fontes para a produção de conhecimento sobre a categoria “trabalho”, a partir de uma perspectiva centrada na voz daqueles que vivenciaram o período. Para auxiliar nesse processo, estabeleci os seguintes objetivos específicos: 1) analisar os modos de construção da representação do trabalho nos relatos publicados pela revista; 2) identificar os mecanismos que produzem a exclusão do trabalho; 3) analisar, por um viés interdisciplinar, o processo de regulação e sobrevivência que opera o trabalho frente às sexualidades dissidentes.

Os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade, linha de estudo da qual essa tese se afilia, ressaltam que as ciências não são descoladas da sociedade, não constituem uma instituição à parte e não são neutras. A ideia de que a ciência pode ser conduzida de forma objetiva, neutra e independente de suas aplicações tecnológicas é considerada uma ficção ideológica (González; López; Luján, 1996, p. 127-132, apud García et al.). Concordo, portanto, que prática, teoria científica, desenvolvimento tecnológico e contexto social estão quase sempre interligados e não podem ser dissociados no âmbito da pesquisa (González; López; Luján, 1996, p. 127-132, apud García et al.). Nesse sentido, considero que *Lampião da Esquina* também pode ser considerado uma tecnologia que construiu determinados sentidos na sociedade de sua época e evoca sentidos na história.

Na história tradicional das ciências, aprende-se sobre feitos de generais, grandes guerreiros e “desbravadores”, mas raramente se estudam os modos de vida

daqueles que permaneceram à margem, cujas histórias não foram registradas em livros oficiais ou celebradas em monumentos. Como afirma Joan Scott (1998, p. 300), “o desafio à história normativa tem sido descrito, em termos de entendimentos históricos convencionais de evidência, como uma ampliação do quadro, uma correção do que foi negligenciado como resultado de uma visão incorreta ou incompleta”. Nesse sentido, estudar os sentidos do trabalho em Lampião da Esquina é contemplar uma ampliação do quadro de fontes históricas sobre as temáticas de sexualidade e do trabalho no Brasil.

Há, de fato, um borrão sobre a memória de pessoas LGBTQIAPN+ nos espaços científicos de memória, mas também é fato que importantes iniciativas têm combatido a duras penas essa realidade, em diferentes áreas e segmentos do conhecimento, como a museologia LGBTQIAPN+, que atua no resgate de arquivos, na proposição de políticas de preservação material e na criação de espaços destinados à memória, como museus e galerias. São esforços hercúleos que, devido à ascensão do monologismo cultural e político de base conservadora no Brasil, têm enfrentado constantes tentativas de desmonte.

Nesse sentido, me alinho com uma perspectiva epistemológica de uma ciência de base contestadora que atua na problematização e combate a essa invisibilidade. Cito, nesse contexto, iniciativas que atuam até hoje na preservação de memórias LGBTQIAPN+ na América Latina, como o *Arquivo de la Memoria Trans*, na Argentina, que reúne fotografias, documentos e registros históricos das mulheres trans, atuando tanto como repositório documental quanto como instrumento de reivindicação política; no Peru, o *Queer Memory Archive*, que digitaliza materiais e mapeia locais e eventos históricos significativos da comunidade LGBTQIAPN+, garantindo que essas memórias não se percam; bem como no México, o projeto *Dignified Lives* organiza relatos e documentos sobre experiências da população trans, promovendo reconhecimento e dignidade; e no Brasil, a Revista Memória LGBT, que publica semestralmente artigos, entrevistas e registros históricos que preservam e divulgam as histórias e vivências da comunidade LGBTQIAPN+, abordando questões de gênero, raça e classe; e o CEDOC LGBTI+ (Centro de Documentação Prof^o Dr. Luiz Mott), um dos principais acervos brasileiros sobre a temática LGBTQIAPN+, com sede em Curitiba, e que tive a oportunidade de visitar,

conhecer a equipe do acervo e ter acesso às edições originais de Lampião da Esquina.

São apenas alguns exemplos de esforços que mobilizam o poder público, a destinação de recursos, referenciais acadêmicos e bases científicas para preservar a memória LGBTQIAPN+. Aqui trago a menção a esses esforços, no sentido de ressaltar que, para que a memória seja preservada, é necessário que haja movimentos de ritualização dessa memória, contemplando o resgate, arquivamento e tratamento de fontes para que os materiais sejam preservados e acessados com qualidade e atendam, por fim, ao objetivo de reconhecimento social das memórias de suas comunidades.

Essa tese, portanto, se propõe a se inserir nessa linha, buscando contribuir para o resgate e a preservação das memórias LGBTQIAPN+. O interesse deste estudo também tem um objetivo social, de contribuir com o resgate de memórias que não tiveram espaço para serem preservadas pelas ciências tradicionais.

Por fim, justifico, também a escolha de Lampião por um motivo profundamente pessoal: sempre sonhei em contribuir para a área da história e da memória, pois foram as aulas de história que me fizeram, desde criança, amar este mundo hostil. Mas, é claro que uma justificativa estritamente pessoal não sustentaria, por si só, uma tese de doutorado. Entretanto, no fundo, contando as tantas vezes em que quis desistir nesses quatro – quase cinco anos de pesquisa –, foi para honrar a criança que eu fui que permaneci aqui — ainda disposta a patinar.

1.4 Metodologia, técnicas de pesquisa e proposição de tese

A pesquisa que se realizou em Lampião da Esquina vem da minha experiência na área da comunicação, juntamente com análises no campo das representações e das produções de sentidos (Lauretis, 1994; Foucault, 2015; Butler, 2018; Moscovici, 2003; Hall, 2016; Lèfrève e Lèfrève, 2005; Laclau, 1991; Echeverría, 2005). É, portanto, uma pesquisa do tipo qualitativa, interpretativa e interdisciplinar. A metodologia incorpora um posicionamento epistemológico situado, influenciado por autores como Michel Foucault (2015), Judith Butler (2018), Teresa de Lauretis (1994) e Donna Haraway (1995), onde reconhece-se que todo processo de análise é atravessado por relações de poder, sendo o olhar da pesquisadora

social e historicamente situado e que não pode ser dissociado do processo de pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa adota uma abordagem crítica do conhecimento científico, rejeitando a ideia de neutralidade ou imparcialidade analítico-científica. Por isso, também, escrevo em primeira pessoa.

A análise interpretativa foi escolhida por sua capacidade de acessar o campo das significações, ou seja, os sentidos que emergem das experiências narradas. Diferente de análises meramente descritivas ou quantitativas, essa técnica busca compreender o contexto, os valores e as perspectivas dos sujeitos, possibilitando que a pesquisa revele dimensões históricas, culturais e sociais negligenciadas em estudos mais tradicionais, onde o sujeito histórico era universalizado nas narrativas. Além disso, a escolha dessa abordagem reflete uma orientação filosófica interpretativa, uma vez que entende a realidade social e cultural como constituída por sentidos. Nesse sentido, o paradigma interpretacionista busca compreender o mundo social a partir da perspectiva subjetiva na produção de conhecimento (Vergara e Caldas, 2005).

A pesquisa também se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar, inspirada no pensamento de Edgar Morin (2000; 2011), que alerta para os limites das disciplinas isoladas frente às complexidades do mundo contemporâneo. A interdisciplinaridade permite a articulação de diferentes saberes, promovendo uma compreensão mais integrada da realidade social, política e cultural, em consonância com os desafios contemporâneos, como crises econômicas, sociais e éticas. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é compreendida não apenas como técnica metodológica, mas como um posicionamento epistemológico e ético, que reconhece a interdependência entre os campos do conhecimento e busca superar a fragmentação disciplinar. Essa abordagem reforça a necessidade de construção de saberes que dialoguem com a complexidade do real e com as problemáticas urgentes da sociedade. A interdisciplinariedade é um aporte analítico próprio dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade, no qual há a interpretação da ciência e da tecnologia como um processo social (Cutcliffe, 2003) com fenômenos complexos que necessitam a articulação de diferentes campos do conhecimento, integrando perspectivas teóricas e metodológicas.

Na leitura de *Lampião da Esquina*, como objeto interdisciplinar, o periódico se destacou por reunir uma pluralidade de vozes. Essa diversidade de relatos, no

entanto, apresentou-se como um desafio: organizar e compreender sentidos distintos de experiências atravessadas por múltiplas interseções não foi tarefa simples.

Nesse sentido, a busca analítico-discursiva dessa pesquisa, juntamente aos objetivos delineados, foi realizada devido a três critérios principais para a escolha do *corpus* de análise em *Lampião da Esquina*: (1) abordar diretamente a temática do trabalho; (2) tratar de relatos de experiências e memórias, permitindo o acesso a narrativas subjetivas e seus modos de construção de representação do trabalho; e (3) contemplar narrativas de dissidentes à matriz heterossexual normativa interseccionados por gênero, classe e raça. Foram, assim, analisados 19 relatos de memórias de pessoas LGBTQIAP+ presentes na revista *Lampião da Esquina*.

Para lidar com essa complexidade, busquei me deter nos pontos de convergência que cada narrativa revelava. Esses cruzamentos – que podem ser entendidos como padrões de inteligibilidade (Butler, 2018) ou núcleos de significação (Lèfrève e Lèfrève, 2005) – permitiram que a análise fosse organizada em três eixos que orientariam os resultados da pesquisa. Nesse sentido, abordo como o fenômeno do trabalho é representado em *Lampião da Esquina* segundo algumas dinâmicas específicas: as dinâmicas e conflitos familiares; o êxodo LGBTQIAPN+ em direção aos centros urbanos; e a experiência do trabalho para esses sujeitos.

A tese desta pesquisa é que os sentidos do trabalho, conforme registrados em *Lampião da Esquina*, emergem de um fenômeno que proponho chamar de *regulação-sobrevivência*. O trabalho para pessoas LGBTQIAPN+ trata-se de uma experiência ambígua: de sobrevivência e regulação. A sobrevivência é o sentido fundamentalmente interligado a uma estratégia de se tornar vivível (Butler, 2018) através do trabalho, frente a uma dura realidade de conflitos familiares e violências a que são expostas as populações LGBTQIAPN+ desde a adolescência. O ideal de fuga dos contextos repressivos é a porta de entrada para o mundo do trabalho e, esta, por sua vez, é permeada por um ideal de vida em outras cidades – o que se relaciona diretamente com o fenômeno do êxodo de pessoas LGBTQIAP+ para centros urbanos.

Como um processo dialógico, é observada a regulação: estratégias de adequação e/ou exclusão dos corpos dissidentes nos espaços de trabalho. Neste

bojo, são observadas técnicas para a permanência no trabalho, como o ocultamento das orientações sexuais, a informalidade como forma de acesso e permanência nos circuitos de trabalho e o trabalho sexual; além dos mecanismos de exclusão, como a maior exposição de violência nas ruas, criminalização, e abusos psicológicos de ordem LGBTfóbicos que conformam o sentido de precarização do trabalho LGBTQIAPN+, representações observadas no contexto histórico retratado nos relatos de Lampião da Esquina.

A partir dessa perspectiva, compreender o trabalho em Lampião da Esquina significa enxergar como a regulação-sobrevivência conforma o fenômeno do sentido do trabalho LGBTQIAPN+, dentro de um recorte sócio-histórico que revela as tensões e contradições a que essas vidas passam para se tornar vidas mais vivíveis.

1.5 Referencial Teórico

O referencial teórico deste estudo se insere na ótica dos estudos de gênero, considerando a perspectiva do conceito como uma construção social, performativa e histórica (Butler, 1990; 2018; Scott, 1995; 1998; Louro, 2004; Crenshaw, 1989; LaRetis, 1994).

O conceito de gênero aqui é visto como móvel e atravessado por diferentes vertentes políticas e filiações teóricas. Para este estudo, minha abordagem busca dialogar com o contexto do Brasil e sua herança colonial, realizando uma aproximação com a questão da colonialidade do poder, conforme destacado por Aníbal Quijano (2005). Para problematizar os gêneros e as sexualidades no Brasil, parto da perspectiva que as opressões têm uma origem comum nas estruturas coloniais e patriarcais às quais o Brasil foi submetido historicamente, e que moldaram relações de poder e dominação que ainda se refletem na precarização do trabalho e na marginalização das minorias LGBTQIAPN+. Dessa forma, essa pesquisa prioriza, assim, realizar uma análise de um objeto que aborda as sexualidades brasileiras sem desconsiderar o seu caráter interseccional com outras estruturas opressivas, como as que ocorrem em função de raça, classe, gênero e etnia.

Nesse sentido, me alinho a teóricas feministas marxistas como Sueli Carneiro (2011) e Helena Hirata (2007; 2009; 2011; 2016) que enfatizam a intersecção entre

gênero, raça e classe como indissociáveis do sistema estrutural de discriminação e desigualdade brasileiro no mundo do trabalho, que estruturam uma divisão sexual do trabalho, relegando certos tipos de trabalho mais subalternizados à mulheres negras e minorias sexuais. São referenciados, também, neste debate, o marxismo *queer*, que busca compreender e situar a questão de classe no seu atravessamento com a sexualidade.

Além disso, é bastante preponderante o conceito de tecnologias de gênero, conforme proposto por Teresa de Lauretis (1994), para compreender como as mídias imprimem, reproduzem e constroem significados sobre gênero e sexualidade, neste caso, funcionando como um conceito central para o posicionamento da revista *Lampião da Esquina* como uma tecnologia que produz representações sobre o trabalho. As mídias impressas, incluindo periódicos como *Lampião da Esquina*, não apenas refletem a sociedade, mas também atuam como instrumentos de representação e autorrepresentação (Lauretis, 1994), criando e moldando modos de ser, valores e práticas culturais. Dessa forma, a imprensa se apresenta como um espaço de construção de identidades e de disputas simbólicas no campo social.

Assim, o referencial teórico adotado busca articular gênero, sexualidade e trabalho em uma perspectiva relacional, funcionando *Lampião da Esquina* como um aparato tecnológico que produz sentidos sobre a experiência do trabalho para populações LGBTQIAP+.

Nesse sentido, este estudo se estrutura em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo dedica-se à construção do referencial teórico da pesquisa, discutindo gênero, sexualidade e trabalho como categorias que apresentam interfaces em constante contato, em uma intersecção fundamental para compreender a base da discriminação de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. Faz-se um apanhado sobre o trabalho sob a ótica dos estudos de gênero, destacando-se a necessidade de olhar para a história brasileira segundo a sua herança colonial (Quijano, 2005), que instituiu uma matriz de poder combinando racismo, patriarcado e exploração econômica. No capítulo é também problematizada a cisheteronormatividade no mundo do trabalho pelo viés da divisão sexual do trabalho.

Nessa perspectiva, o terceiro capítulo analisa como a imprensa pode atuar na manutenção, conformação ou destituição de certos tipos de preconceitos e

construções de sentidos sobre o gênero e a sexualidade no trabalho. O capítulo fundamenta-se pela noção de tecnologias de gênero em Teresa de Lauretis (1994) e destaca a relevância da imprensa alternativa no Brasil das décadas de 1970 e 1980, em especial para o movimento LGBTQIAPN+, que encontrava nos periódicos da imprensa alternativa um espaço de visibilidade e articulação política frente à repressão imposta pela ditadura civil-militar que vigorava. O surgimento de *Lampião da Esquina* é contextualizado neste capítulo, trazendo o contexto da ditadura em efervescência aos novos movimentos sociais que surgiam, revelando a importância da comunicação impressa para a constituição de redes de resistência no período. A análise também evidencia como a epidemia da AIDS, nos anos 1980, redefiniu as pautas e estratégias do movimento, ampliando os embates em torno da cidadania e da vida digna para corpos dissidentes.

No quarto capítulo, são descritos os caminhos metodológicos percorridos com o foco em *Lampião da Esquina*: a constituição do *corpus*, as técnicas de análise utilizadas, as escolhas realizadas durante os anos debruçada sob a temática de *Lampião* e a ênfase em uma abordagem analítica que privilegiasse a interpretação de sentidos sobre os relatos de memória ou lugares de memória (Nora, 1993) na revista. Neste capítulo realizo uma justificativa mais aprofundada do estudo, buscando contemplar compromisso político de resgate histórico sobre os relatos de experiências de LGBTQIAPN+. Conceitos como representações, biopoder, biopolítica e precariedade são mobilizados como chaves analíticas para dar lastro teórico-metodológico às análises realizadas.

O quinto capítulo constitui a análise e reflexões mobilizadas pela tese, no qual se examinam os relatos publicados em *Lampião da Esquina* com foco na experiência do trabalho extraídas dos relatos de memória da revista. Foram selecionados 19 relatos para a análise.

Por fim, nas considerações finais, elenco os resultados obtidos com a análise, articulando como *Lampião da Esquina* atuou na construção dos sentidos do trabalho LGBTQIAPN+ no Brasil em um viés de regulação-sobrevivência. A jornada de regulação-sobrevivência é pautada por experiências que explicitam os conflitos familiares na vida de pessoas não heterossexuais, o êxodo urbano como forma de fuga e a própria vivência do trabalho como experiências de sobrevivência e regulação, elementos estes que historicizam e contextualizam a experiência

LGBTQIAPN+ do trabalho no Brasil. Assim, esta tese não pretende encerrar a discussão, mas oferecer um ponto de partida para novas pesquisas sobre o tema, reafirmando a importância da memória como forma de compreender as experiências do passado, interpretar o presente e projetar horizontes de transformação para o futuro.

2 GÊNERO, SEXUALIDADE E TRABALHO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Neste capítulo apresentam-se os conceitos que são o alicerce teórico desta tese. Exploram-se as noções de gênero e sexualidade em sua ruptura com visões essencialistas e determinadas biologicamente nas ciências sociais, além da temática do trabalho e suas aproximações com estes conceitos.

O objetivo é evidenciar como essas categorias – gênero, sexualidade e trabalho – se articulam de maneira interseccional no Brasil a partir de uma herança histórica de colonialidade. Assim, este capítulo busca demonstrar como a relação dessa tríade é fundante e estrutural para a discriminação de pessoas dissidentes à matriz heteronormativa na esfera do trabalho – de maneira histórica – em nosso país.

2.1 Gênero e sexualidade: conceitos de uma ciência em ebulição

Gostaria de iniciar essa reflexão trazendo um exemplo de um tipo de vídeo que é bastante comum na internet hoje em dia. No vídeo, o roteiro segue um padrão muito parecido do início ao fim. Geralmente, tem-se um casal, composto por um homem e uma mulher, que aparece com roupas claras, em um ambiente aberto, cercado por familiares e amigos. O cenário é de festa, de celebração, de um momento marcante. Subitamente, o casal é surpreendido por caixas que são abertas, balões que estouram e fumaças coloridas que preenchem o céu. Às vezes, até um avião sobrevoa o local, jateando nuvens cor-de-rosa ou azul. E aí tem-se o apogeu do vídeo. Está revelado: será menina ou será menino. Em outras versões do mesmo vídeo, trocam-se as cores: roxo para menino, amarelo para menina, mas o objetivo segue o mesmo. Trata-se do chamado “chá revelação”, evento que virou uma tendência e que exemplifica, de forma simbólica e visual, a naturalização dos papéis de gênero desde antes do nascimento em nossa sociedade.

A festa que aparece nos vídeos de chá revelação, com sua estética planejada e seus códigos de cores, antecipa uma narrativa que associa a identidade da criança a um binarismo tradicional de gênero: será biologicamente menino ou menina. O gesto de revelar e celebrar o "sexo" antes do nascimento reafirma a importância

simbólica que a sociedade ainda atribui a estes marcadores: duais, binários; ou é homem, ou é mulher. E estes, por sua vez, já pré-estipulados antes de nascer.

Em tempos de conservadorismo, essas singelas comemorações são um exemplo da naturalização de normas de gênero desde os primeiros momentos da vida. Uma celebração que denota uma série de expectativas sociais sobre como aquele futuro bebê deverá se comportar, vestir, e quais “papéis” ocupará na vida.

Poder-se-ia dizer que sim, o chá revelação é um retrato das ansiedades culturais da nossa geração, assim como as muitas necessidades de controles que se exercem sobre as trajetórias sexuais e de gênero, além de projetar algumas formas sutis de controle e gestão de vidas e corpos. Com esse exemplo em vista, me questiono: o que constrói ou constitui uma pessoa na sociedade? É o seu sexo de nascimento? É o seu gênero – rosa ou azul? Será mesmo a descoberta do sexo biológico e as suas consequentes expectativas sociais que condicionarão – de forma natural – a vida, os afetos, as sociabilidades, a história e a memória de cada pessoa?

Ao longo da história das ciências, essas perguntas também se fizeram presentes. Até meados do século XX, prevalecia a compreensão de que a construção do gênero e da sexualidade estaria diretamente ligada à “biologia” do corpo e do nascimento, como sendo traços fixos da espécie humana (Suárez, 1997, p. 31). Por muito tempo, a ciência entendeu que as construções de gênero eram evidências naturais e universais do sexo, atuando, assim, sempre o gênero como uma extensão do corpo biológico.

Foi a partir dos anos 1930 que algumas análises no campo dos estudos antropológicos começaram a desestabilizar essa visão. Pesquisas na área da antropologia passaram a compreender que alguns papéis sociais associados ao masculino ou feminino podiam variar culturalmente. Margareth Mead (2000), ao estudar sociedades da Oceania, observou que traços como agressividade ou docilidade não eram universais entre os sexos, mas construídos conforme o contexto social.

Nesse sentido, cada vez mais fenômenos envolvendo relações de gênero passaram a virar alvo de estudo nas ciências humanas e sociais como um todo, ganhando certa relevância e fôlego teórico em pesquisas acadêmicas, sobretudo, a partir de teóricas feministas.

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou a primeira edição da obra "O segundo sexo", considerada uma teorização precursora para o entendimento da relação sexo-gênero. Para ela, gênero não estava ligado à biologia dos corpos:

Não se nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam como feminino (Beauvoir, 1967, p. 9).

Além de colocar em xeque a naturalização do que é ser mulher, Beauvoir trouxe a percepção de que o gênero não é um atributo fixo ligado ao corpo, mas uma construção que se dá nas relações em sociedade. É o gênero, então, um produto simbólico elaborado no seio da sociedade.

De volta ao exemplo dos chás revelação, ainda antes do nascimento, atribui-se à criança um lugar no mundo a partir da genitália, o qual passa a ser reforçado por práticas culturais, sociabilidades, políticas e instituições¹⁹ que normatizam e naturalizam o gênero como um atributo imutável: banheiros femininos, banheiros masculinos, coisas de meninos, coisas de meninas, etc.

Nesse sentido, a noção de que o gênero é determinado biologicamente é precisamente o que os estudos de gênero e sexualidade se propõem a desconstruir, questionando as naturalizações que permeiam as mais diversas esferas da vida social.

Uma das contribuições nesse campo é a de Joan W. Scott, que, em seu artigo de 1986, propôs uma definição de gênero centrada em sua relação com o poder e a historicidade. Para Scott, gênero é “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 1067). A autora entende que o gênero não deve ser visto como uma consequência natural do sexo biológico, mas como uma construção discursiva que organiza a sociedade e estrutura hierarquias historicamente. Nesse sentido, o gênero opera como uma categoria de análise histórica essencial para compreender como as relações sociais são produzidas, mantidas e transformadas ao longo do tempo. A autora também enfatiza que essas

¹⁹ A sexualidade, para Foucault (2015, p. 23), é constituída a partir de “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. [...]”. Nesse sentido, instituições são partícipes na construção de certos modelos e normatizações de gêneros e sexualidades na sociedade.

relações são históricas e discursivas, rejeitando interpretações que veem o gênero como uma expressão 'natural' do sexo.

Os estudos de gênero, portanto, enquanto campo científico, foram fundamentais para o rompimento do paradigma essencialista e determinista biológico sobre o gênero e sexualidade, situando essas temáticas como fenômenos que se constroem na sociedade. Essa perspectiva é particularmente relevante para esta tese, pois sedimenta os conceitos como construídos na e pela linguagem, atravessados por produções de sentido e certas técnicas que corroboram para naturalizar certos tipos de preconceitos, fobias e exclusões a determinados grupos fora da matriz "natural" e normativa de gênero e sexualidade na sociedade.

2.1.1 Debates identitários sobre gênero e sexualidade

Os debates identitários que emergiram no contexto dos estudos de gênero trouxeram uma importante crítica à matriz das identidades fixas em torno dos papéis construídos socialmente do que é masculino e feminino, representando assim também uma abertura para o reconhecimento, representação e valorização de múltiplas formas de vivências, experiências, afetos e sociabilidades que não se encaixavam nos modelos binários tradicionais de gênero e sexualidade: "(...) não podemos restringir-nos a homens e mulheres, a masculino e feminino. É necessário incluir todas essas categorias de pessoas" (Piscitelli, 2009, p.145).

Nesse sentido, conforme Guacira Lopes Louro (2000. p.9), "reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência".

As identidades de gênero²⁰ e sexualidade²¹ estão diretamente ligadas a um grupo social de referência que não se encaixa na matriz heterossexual de gênero e

²⁰ A identidade de gênero diz respeito à vivência subjetiva e à autopercepção que o indivíduo tem de si enquanto pertencente ao gênero masculino, feminino, a ambos ou a nenhum dos dois. Trata-se de uma dimensão interna e singular da experiência pessoal, que pode ou não coincidir com o sexo atribuído ao nascimento.

²¹ A sexualidade, ou orientação sexual de uma pessoa, pode ser compreendida como a inclinação em relação à atração afetiva, romântica e/ou sexual por indivíduos de um gênero específico, de mais de um gênero ou de nenhum (agênero/assexual). Essa dimensão da experiência de afetividades/desejo engloba diversas possibilidades, como a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade, a assexualidade, entre outras. Historicamente, utilizou-se o termo "preferência sexual" para designar essa característica, o que implicava, de forma equivocada, uma mera escolha comportamental por parte do indivíduo. No entanto, o conceito de "orientação sexual" é mais apropriado, pois reconhece a complexidade dessa dimensão, afastando a noção de escolha e reforçando seu caráter intrínseco à subjetividade, às construções da experiência afetivo/sexual de cada pessoa. A adoção do termo "orientação" também está alinhada às diretrizes

sexualidade, como pessoas gays, lésbicas, transexuais, transgêneros, não-binárias, assexuais, intersexo, pansexuais, queer e assexuais.

A questão identitária, quando voltada ao gênero e sexualidade, traz consigo todo um campo de aceitação, acolhimento, reconhecimento e legitimidade de suas vidas, prescrevendo o acesso coletivo a direitos na esfera política e social, como o reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o direito ao nome social para pessoas transgêneros, além de melhores condições de acesso a saúde, moradia, alimentação e trabalho a pessoas LGBTQIAPN+.

Nessa perspectiva, há o entendimento que “[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (Hall, 2014. p.24).

Endossando essa discussão, Paul B. Preciado (2014, p. 23) destaca que uma matriz cisheterossexual não pode servir como base para a construção de identidades. Para o autor, “não existe um corpo natural: todo corpo é uma ficção política, tecnológica e cultural”. Preciado propõe uma ideia de contrassexualidade, na qual os gêneros e as sexualidades não se organizam segundo os princípios da diferença biológica sexual homem-mulher, mas a partir de práticas, trajetórias e desejos que justamente desafiam as normatividades impostas.

No contexto contemporâneo, particularmente no cenário brasileiro, observa-se ainda uma forte resistência de cunho religioso com a chamada “ideologia de gênero”, termo amplamente empregado por setores ultraconservadores do catolicismo e por igrejas neopentecostais para designar todas as identidades e sexualidades que não se alinham ao modelo determinista e binário da cisheterossexualidade.

A chamada “ideologia de gênero” apresenta uma concepção distorcida e contraditória acerca das identidades de gênero, pois se fundamenta na ideia de que o gênero é uma condição biologicamente determinada e imutável. Dissidências de gênero e sexualidade à matriz cisheterossexual são compreendidas, sob esta ótica, como não-naturais, pecaminosas e contrárias aos valores tradicionais de família e moralidade. Ou seja: nasceu homem biológico, então seu gênero será masculino. E tudo que fugir a esse padrão será considerado uma anomalia ou patologia,

demandando práticas de “terapia” de reversão sexual e de gênero, com o objetivo de fazer com que os indivíduos “retornem” ao gênero atribuído no nascimento.

Ora, se gênero e sexualidade fossem de fato imutáveis, como sustenta essa perspectiva, não haveria razão lógica para tentar modificá-los por meio de terapias ou intervenções. A própria existência dessas práticas contradiz a premissa central da “ideologia de gênero” que as justifica.

Paralelamente, sob a perspectiva jurídica, o modelo matrimonial e familiar previsto na legislação brasileira é largamente centrado em uma concepção tradicional cisheteronormativa. Ainda, em muitos países, o casamento heterossexual é reconhecido como o único plenamente legítimo. Nesse sentido, é notória a contribuição de narrativas como a da “ideologia de gênero” na desinformação sobre o conceito de gênero que endossa essas visões, sobretudo, em espaços educativos, como escolas e universidades, o que contribui para uma confusão sobre o tema e o fortalecimento de preconceitos.

Nessa seara, especialmente no âmbito dos estudos queer²², desenvolve-se uma crítica contundente à essas perspectivas, favorecendo o entendimento de que não há uma fixação identitária em torno das identidades de gênero e sexualidade e, portanto, que não se pode considerar o sexo de nascimento como o que definirá o que a pessoa se tornará em sociedade. Judith Butler (1993, p. 3) observa que “a própria ideia de identidade é produzida por meio da exclusão constitutiva de outras possibilidades”, o que implica que toda identidade é relacional, instável e vulnerável à reconfiguração.

Nesse sentido, concordo com Stuart Hall (2005, p. 13) quando afirma que as identidades não são entidades fixas ou autênticas. São posições tomadas em determinados contextos históricos e discursivos. Além disso, para ele, as identidades são construídas dentro — não fora — do discurso, e, portanto, são sempre produzidas historicamente e dentro de certas representações.

Assim, os debates identitários contemporâneos no âmbito do gênero e sexualidade não rejeitam o conceito de identidade, mas propõem abordagens mais

²² A expressão teoria *queer* foi empregada pela primeira vez em 1990 por Teresa de Lauretis, ao organizar uma conferência na Universidade da Califórnia intitulada *Queer Theory* (Warner, 1992; 1999). Seu principal objetivo era articular o termo *queer*, até então marcado por conotações pejorativas, com a palavra *teoria*, tradicionalmente valorizada pelas ciências (Halperin, 1990). Lauretis foi também a pioneira na publicação de um artigo acadêmico que trazia a expressão *teoria queer* em seu título (Halperin, 1990)

dinâmicas e críticas, apresentando também potencial político como instrumento de lutas por reconhecimento e denúncia de opressões nas mais diversas esferas.

Nesse sentido, a questão da interseccionalidade²³ emerge como um eixo preponderante de análise das identidades de gênero e sexualidade, pois destaca como os aspectos de gênero e sexualidade se articulam a outras formas de opressão. Kimberlé Crenshaw (1991), propõe que a experiência de mulheres negras lésbicas, por exemplo, não pode ser compreendida a partir de uma análise isolada de gênero ou de raça, pois são marcadas pela sobreposição dessas categorias. Essa perspectiva foi incorporada por teóricas feministas latino-americanas, afro-diaspóricas e decoloniais²⁴ (Gonzalez, 2020; Lugones, 2008; Segato 2003), que ampliaram os debates identitários para além dos centros hegemônicos de produção de saber, trazendo a perspectiva que nas normatizações, controles e discriminações em torno do gênero e da sexualidade, atuam sob lógicas de preconceito por outros atravessamentos, como o racial, de classe e etnia.

Nesse contexto, à medida que se aprofundou a compreensão sobre os múltiplos e complexos espaços onde as desigualdades de gênero e sexualidade se manifestam e se interseccionam, algumas vertentes nos estudos de gênero passaram a dar maior atenção às questões relacionadas ao trabalho.

2.1.2 O trabalho sob a ótica dos estudos de gênero

A introdução de análises sobre o trabalho representou uma inflexão teórica e política significativa nos estudos de gênero e sexualidade. Destaco a contribuição de teóricas que observam o trabalho sob a perspectiva do modo de produção capitalista, na qual o trabalho é visto como a utilização de força para produção de bem, serviço, material ou produto cultural, como Sueli Carneiro (2011) e Helena Hirata (2007; 2009; 2011; 2016) destacam.

A partir da década de 1970, estes estudos passaram a observar algumas formas de discriminação e ocupações no mundo do trabalho, partindo da abordagem

²³ A interseccionalidade problematiza a inadequação de análises que consideram as categorias sociais de maneira isolada, ressaltando que indivíduos e grupos vivenciam múltiplas formas de discriminação e privilégio que se entrecruzam e se reforçam mutuamente. Nesse sentido, tal abordagem amplia o horizonte das pesquisas e das políticas públicas, ao possibilitar uma leitura mais complexa e situada das relações de poder, especialmente no contexto das lutas feministas, antirracistas e LGBTQIA+.

²⁴ Essa corrente teórica e política questiona as narrativas universalistas do feminismo ocidental, propondo uma reorientação epistemológica que valoriza as vozes e experiências das mulheres do Sul Global, especialmente aquelas marcadas por múltiplas opressões relacionadas à raça, classe, gênero e colonialidade.

que o mundo do trabalho também passa por normatizações de acordo com a perspectiva gênero-sexo biológico. Segundo Helena Hirata e Kergoat (2007, p. 599). “existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres” e ainda, “um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher”.

Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho emergiu como um conceito central para compreender as desigualdades estruturais que permeiam o trabalho e traçaram, talvez pela primeira vez, uma relação direta entre essa tríade – gênero, sexualidade e trabalho –, principalmente sob a ótica de análises feministas.

A divisão sexual do trabalho corresponde à “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599). Além disso, “é um conceito ampliado, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado”.

Nesse sentido, os estudos queer também contribuíram significativamente para ampliar a compreensão da divisão sexual do trabalho, ao problematizarem que a lógica binária que sustenta a separação entre “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher” propicia discriminações não só a mulheres, mas também a pessoas dissidentes à matriz normativa cisheterossexual. A divisão de sexo-gênero no trabalho estabelece padrões rígidos de identidade de gênero e orientação sexual como critérios implícitos para a distribuição das tarefas e de valor social atribuído a elas.

Os estudos queer contribuíram para o entendimento de como a divisão sexual do trabalho marginaliza sujeitos que não se enquadram na norma cisheterossexual, atuando a própria lógica do trabalho na sociedade sob uma perspectiva discriminatória e opressiva para essas populações:

Os estudos queer contribuíram significativamente para ampliar a compreensão da divisão sexual do trabalho, especialmente com o marxismo queer (...). Uma nova área do conhecimento, um diálogo crítico renovado, feito a partir das convergências e divergências teóricas dessas perspectivas. Isto é, um corpo teórico que no cerne de suas investigações está o entrelaçamento entre a dinâmica capitalista e a diversidade sexual e de gênero (Ozório, 2023, p. 1796)

Nesse sentido, o marxismo *queer* entende a cisgeneridade e a heterossexualidade como padrões únicos e desejáveis de identidade e orientação

sexual, estruturando a forma como os sujeitos são integrados (ou não integrados) ao mundo do trabalho. Como aponta Butler (2018) trata-se de uma matriz de inteligibilidade de gênero que define o que é considerado normal.

Ainda, com a industrialização do século XX e seus métodos de controle rígidos como o taylorismo e o fordismo, a vida produtiva passou a exigir uma certa organização também da esfera familiar: a família ideal nuclear, heterossexual reprodutiva, com a mulher responsável pelas atividades domésticas e privadas e o homem às atividades da esfera pública, pressupondo uma família em que o homem é provedor e a mulher, cuidadora: a família nuclear fornece hoje à classe dominante um meio barato para a alimentação e preservação da força de trabalho atual e para a criação e disciplinamento da próxima geração de trabalhadores” (Wolf, 2009). A estrutura da família nuclear opera como uma engrenagem histórica, interseccionada ao machismo e ao racismo estrutural que sustenta uma divisão sexual do trabalho, em que o “trabalhador ideal” — racional, produtivo, disciplinado —, possui corpo masculino, cisgênero e heterossexual.

Um exemplo dessa lógica é o trabalho do cuidado, tema amplamente explorado por Hirata (2010; 2016). Historicamente atribuído às mulheres, especialmente às mulheres negras e pobres, o cuidado foi naturalizado como extensão de uma suposta vocação feminina. Como propõe Hirata (2010, p. 1), trata-se de uma engrenagem funcional ao capitalismo, que se alimenta do trabalho não remunerado ou mal remunerado dessas mulheres para sustentar o modelo produtivo: “as responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho e [...] são desvantajosas para as mulheres”, o que destaca uma relação direta entre gênero, classe e estratificação do trabalho.

No caso de pessoas LGBTQIAPN+, que não se alinham à base cisheteronormativa, há um processo maior e amplo de exclusão desse modelo de produção (masculino) e reprodução (feminino) de trabalho. O que leva sistematicamente essas populações a estarem mais propensos a trabalhos informais, sofrerem demissões e formas de violências como a LGBTfobia em ambientes de trabalho.

Segundo o Manual de Empregabilidade LGBTI (Silva et al., 2023, p. 50):

A LGBTIfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões cisheteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTIfobia, mas são percebidas como tais. A LGBTIfobia, portanto, transcende a hostilidade e a violência contra LGBTI+ e associa-se a pensamentos e estruturas hierarquizantes relativas a padrões relacionais e identitários de gênero, a um só tempo sexistas e cisheteronormativos.

Essa dinâmica, reproduzida nos espaços de trabalho, tem na LGBTfobia um preconceito estruturante: “a LGBTIfobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde” (Silva et al., 2023, p. 50). Nesse sentido, a cisheteronormatividade atua nessa regulação de quem é visto como trabalhador digno de direitos e quem deve ser mantido à margem.

Neste aspecto, o conceito de heterossexualidade compulsória, cunhado por Butler (2018) endossa o debate. A heterossexualidade compulsória pode ser entendida como um regime político que regula a sexualidade ao instituir a heterossexualidade como o único modelo legítimo de relacionamento. Esse regime opera por meio de normas sociais repetidas e naturalizadas, que moldam comportamentos, afetos e expectativas, marginalizando outras formas de desejo e afetividade.

Assim, desde o nascimento, as pessoas são ensinadas a enxergar relações heterossexuais como padrão. Para Butler (2018, p. 53) “a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária” na sociedade. Sendo assim, “o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual”.

Nesse sentido, a transgressão de pessoas LGBTQIAP+ se dá a partir do momento em que essa matriz é quebrada, seja pela não identificação com o corpo que se nasceu (transgeneridade), seja por não atender à coerência do desejo apenas por pessoas do sexo oposto (lesbianidade, homossexualidade), ou por extrapolar o dado do desejo a diferentes gêneros (panssexualidade, bissexualidade); tendo ainda o não desejo (assexualidade) e diferentes formas múltiplas possíveis (*queer*).

Penso que por ser a heterossexualidade compulsória uma normatização tão dada e “posta” na sociedade, talvez por isso mesmo ela passe despercebida por

tanto tempo por tantas escolas do pensamento sobre o trabalho. E este me parece ser o elemento que falta para poder compreender mais a relação dessa tríade entre trabalho, gênero e sexualidade: a heteronormatividade é fiadora de uma disciplinarização que contribui para o acúmulo de capital. Judith Butler (2003, p. 151) alerta que a heterossexualidade compulsória não se limita a uma orientação sexual culturalmente incentivada, mas funciona como uma prática reguladora que molda identidades e distribui certas “ocupações” na hierarquia social.

Portanto, ao investigar a intersecção entre trabalho, gênero e sexualidade, é fundamental reconhecer a cisheteronormatividade como um dispositivo ativo de poder que produz LGBTfobia e nega os espaços de trabalho à pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Ela não se limita ao campo da moral ou da cultura, mas opera diretamente na estrutura econômica, moldando quem cuida, quem é cuidado, quem pode trabalhar com dignidade e quem é condenado à informalidade ou à marginalização. Desvendar essa engrenagem é uma tarefa urgente para que se possa construir outras formas de organização social e econômicas que não estejam sustentadas na exclusão e na violência.

Como falado, nas relações entre gênero, sexualidade e trabalho, é fundamental considerar os múltiplos atravessamentos interseccionais que estruturam essas experiências. Nesse sentido, não se pode desconsiderar o processo que países latino-americanos como o Brasil sofreu e que influenciou diretamente a estruturação das relações de trabalho no país: a colonização.

2.2 Gênero, sexualidade e trabalho no Brasil: uma herança da colonialidade

O trabalho forçado durante o período colonial brasileiro, exercido majoritariamente pelos originários e escravos africanos, constituiu a principal base de sustentação da acumulação de capital, funcionando como alicerce do modo de produção capitalista e da geração de lucros excedentes no Brasil que se desenvolvia à época. As formas de exploração não livre implementadas durante o período colonial foram baluartes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico profundamente desigual e assimétrico, cujos efeitos persistem nas relações de trabalho no Brasil até hoje:

O regime do comércio colonial, isto é, o exclusivo metropolitano no comércio colonial constituiu-se, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, no mecanismo através do qual se processava a apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu (Novais, 1972, p. 92).

Nesse sentido, a colonização no Brasil não foi algo “por acaso”, como muitos livros de História contam. Na verdade,

A colonização oficial pelos portugueses das terras que mais tarde seriam chamadas de Brasil não foi por acaso. O projeto de expansão marítima encetado pelos europeus em busca de território e riquezas, além de uma necessidade, fazia parte também dos planos das monarquias nacionais consolidadas a partir da segunda metade do século XIV (Xavier e Xavier, 2012, p. 1840)

Esse movimento de exploração de novas terras e recursos trazia uma ação premeditada, que viam o domínio de novas regiões no país como uma forma de garantir poder político, econômico e recursos para o projeto colonial. Daí, portanto, desmistifica-se a ideia de que a chegada dos colonizadores ao Brasil foi um acidente, mas sim, fruto de um contexto histórico mais amplo de expansão imperialista.

De acordo com reflexões desenvolvidas durante as aulas da disciplina de História da Técnica e Tecnologia, no âmbito do PPGTE, há um debate significativo em que alguns autores defendem que o modo de produção capitalista já estava em processo de formação durante o período da escravidão colonial no Brasil. A escravidão, nesses estudos, é vista como parte integrante do capitalismo global nascente. Jacob Gorender (1978), por exemplo, entende que o sistema escravista no Brasil foi uma forma de acumulação primitiva de capital, essencial para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Outros teóricos, como Caio Prado Júnior (2010), e Florestan Fernandes (2013), também discutem como a economia escravista contribuiu para a transição ao capitalismo, especialmente através da exportação de produtos agrícolas.

Para a autora Paula Beiguelman, o escravismo moderno não pode ser compreendido como um resquício pré-capitalista, mas como uma criação do próprio capitalismo, funcional à sua lógica de acumulação. Como afirma:

O escravismo moderno se caracteriza, assim, por ser essencialmente capitalista. Nessas condições, embora formalmente análogo ao da Antigüidade (desde que pressupõe a existência de um trabalhador-mercadoria) funcionalmente dê-se distingue, por inserir-se num contexto geral totalmente diverso: enquanto na Antigüidade o trabalho escravo é o fulcro do sistema total, o escravismo moderno é integrante de um complexo determinado pela presença do trabalho assalariado (Beilgueman, 1969, p. 156).

Nesse sentido, a autora argumenta que não se trata de um processo linear de “depuração” do capitalismo, mas de sua própria constituição histórica: “temos, pois, que o sistema capitalista, embora analiticamente se construa com referência ao trabalho livre, empírica ou historicamente inclui como peça constitutiva a escravidão colonial” (Beiguelman, 1969, p. 156).

Concordo com esses autores ao analisar a escravidão não como um sistema pré-capitalista isolado, mas como uma base econômica para o desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles europeias e como precursores das relações de trabalho profundamente assimétricas e exploratórias.

A prerrogativa de um modo de produção capitalista já existir no período da escravidão ganha força ao analisar o contexto da época, em que a escravidão foi mantida para sustentar a economia agrícola voltada para a exportação, especialmente de açúcar e café, além de atividades como mineração de ouro e diamante, que sustentavam a balança comercial portuguesa:

[...] a “acumulação primitiva” colonial, longe de ser uma pré-condição do desenvolvimento capitalista, foi um elemento indispensável de sua dinâmica interna. O “trabalho assalariado livre” na Europa constitui não a condição essencial do capitalismo, mas sua modalidade produtiva dominante, modalidade historicamente condicionada pelo trabalho “não-livre” em suas colônias e em outros lugares, tal como o atual trabalho produtivo dos trabalhadores assalariados depende do trabalho doméstico, “não-produtivo” das mulheres no âmbito doméstico. Em vez de perceber a natureza e o trabalho das mulheres como “presentes” ao capital, devem ser vistos como confiscos do capital, como parte de seus outros colonizados, como seu lado escuro (Coronil, 2005, p. 52).

Outro ponto de destaque, conforme Fernandes (2016, p. 5), é que a dominação colonial não se restringiu apenas à exploração econômica, mas também envolveu a regulação dos corpos como parte integrante do projeto colonizador: “é impossível pensar o sistema colonial sem a manutenção e controle das sexualidades”.

Nesse sentido, a colonização trouxe consigo uma visão moral e religiosa que classificava práticas sexuais não heterossexuais ou fora do matrimônio cristão como

desvios a serem corrigidos ou reprimidos aos povos originários brasileiros. Nesse processo, as relações interétnicas — especialmente entre colonizadores e povos indígenas ou africanos escravizados — foram marcadas por uma lógica de dominação que associava o “outro” racializado à hipersexualização, à perversidade ou à inferioridade moral, justificando a sua subalternização (Fernandes, 2013, p. 5).

Assim, o controle das sexualidades foi uma ferramenta central de poder, utilizada para reforçar hierarquias raciais, de gênero e de sexualidade no projeto colonial. Esse processo, somado à vinda forçada de mão de obra africana durante os 500 anos subsequentes no Brasil, gerou, além de discriminação e desigualdades, um ciclo de violências sem precedentes, cujos reflexos são sentidos na sociedade atual.

Para Berenice Bento (2019), as atuais relações de trabalho no Brasil são, em grande parte, uma reprodução do modelo colonial, estruturadas a partir de uma narrativa de poder que historicamente subordina populações originárias, mulheres e pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Acerca da persistência das estruturas de poder, subjugação econômica e desigualdades sociais estabelecidas durante a colonização, mesmo após o fim formal do colonialismo, concordo com o conceito de colonialidade do poder em Anibal Quijano (2005, p. 123).

Para Quijano, a colonialidade do poder²⁵ se manifesta em hierarquias raciais, de gênero e classe, que foram estabelecidas desde o período da colonização, mas que permanecem vigentes até os dias de hoje, mesmo após o fim do período colonial:

a colonialidade do poder trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Partindo desse pressuposto instaurou-se um domínio do colonizador sobre os colonizados que persiste vigente mesmo após a descolonização (Maia, 2018, p. 232)

Países que passaram por processos colonizatórios como o Brasil carregam em sua formação histórica essa marca estrutural. Como argumenta María Lugones (2014), o colonialismo implementou um sistema colonial de gênero que desarticulou as formas de organização social e sexualidade dos povos colonizados, impondo uma hierarquia binária e heterossexual como padrão civilizatório. Essa imposição

²⁵ Neste estudo assumo a posição de que as relações de trabalho são relações de poder. Na visão de Anibal Quijano (2005), a estruturação do sistema-mundo moderno/colonial pauta-se em uma divisão internacional do trabalho, ou seja, relações de poder hierarquizadas por questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade globais.

visou o apagamento da diversidade de expressões de gênero e sexualidade existentes nas sociedades originárias e afrobrasileiras, além de criminalizar aquelas que não se adequavam ao modelo colonial. Assim, compreender a colonialidade do poder é essencial para desvelar a interseccionalidade de opressão que moldou e continua a moldar as experiências de corpos dissidentes no contexto pós-colonial brasileiro.

Além disso, é necessário destacar o processo profundo de apagamentos sistemáticos da sociedade, da memória e da história dos povos originários brasileiros no projeto de colonização. Esse processo vai desde a deslegitimação de saberes locais a uma reescrita da história oficial a partir da perspectiva dos colonizadores.

Arquivos oficiais e documentos institucionais foram produzidos sob a lógica da subjugação colonial, promovendo uma relação hierárquica dicotômica entre o civilizado em detrimento do selvagem, do humano (homem civilizado branco) em detrimento do não humano (escravizados), fragmentando conhecimentos, distorcendo costumes e relegando sociedades inteiras ao esquecimento:

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas - como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. (Lugones, 2014, p. 936).

Nesse sentido, a colonialidade do poder também trouxe um processo de colonialidade do saber (Castro-Gómez, 2005). Para Edgardo Lander (2005, p. 10), “com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário”.

O autor destaca a ideia de que a colonização não se limitou apenas à organização política e econômica dos territórios colonizados mas, sim, que envolveu a formação e a imposição de um novo conjunto de saberes aos povos colonizados. Ou seja, trouxe um efeito colonizador na maneira como os povos originários interagiam e interpretavam o mundo, sua cultura, história, símbolos e crenças.

Sobre uma chamada constituição colonial dos saberes advinda do processo colonizador, é importante destacar que, nesse fenômeno, os conhecimentos de um povo passaram a ser moldados a partir da perspectiva hierárquica colonizatória, passando a reproduzir condições díspares de autoridade, sujeição e subalternização. Esse processo envolveu a imposição de novas linguagens (como o espanhol e o português, no caso do Brasil), substituindo as línguas dos povos originários e criando um domínio linguístico que refletia diretamente na hierarquia colonial (Lander, 2005, p. 10). Dessa forma, “a colonialidade do poder e a colonialidade do saber são localizadas numa mesma matriz genética” (Castro-Gómez, 2005, p. 84)

Além disso, acerca da construção da memória coletiva de um povo, a colonialidade do poder e do saber modificou o modo como as sociedades colonizadas viam seu passado e impôs um imaginário sobre o que se é considerado "civilizado", "avançado" ou "legítimo", em contraste com o que é visto como "primitivo" ou "inferior". Esse imaginário da colonização visa justificar a dominação e a exploração colonial, ao mesmo tempo que apaga ou distorce as narrativas, identidades e as memórias das culturas locais:

A espoliação colonial é legitimada por um imaginário que estabelece diferenças incomensuráveis entre o colonizador e o colonizado. As noções de "raça" e de "cultura" operam aqui como um dispositivo taxonômico que gera identidades opostas. O colonizado aparece, assim, como o "outro da razão", o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador. A maldade, a barbárie e a incontinência são marcas "identitárias" do colonizado, enquanto a bondade, a civilização e a racionalidade são características atribuídas ao colonizador (Castro-Gómez, 2005, p. 84).

Dessa forma, assim como para Santiago Castro-Gómez (2005) e Edgardo Lander (2005), entendo que a colonialidade reorganizou as estruturas da sociedade brasileira e teve reflexo na construção do conhecimento e na formação identitária do Brasil.

As missões jesuíticas no Brasil, que começaram em 1549 com a chegada dos primeiros jesuítas e terminaram em 1759, oferecem um exemplo importante para a compreensão de como a colonialidade do poder e saber promoveu a invisibilização dos saberes e práticas de povos originários de diferentes regiões brasileiras, a partir da prerrogativa da manutenção da lógica cristã, colonizadora e europeia.

Embora as missões jesuíticas de catequizações fossem oficialmente justificadas como uma forma de “proteção” dos povos originários contra a escravização, na prática, o que se impunha era a lógica do catolicismo europeu e um rígido sistema de disciplina cultural e moral (Oliveira, 2010). A atuação dos jesuítas envolvia a supressão de práticas culturais indígenas, com o objetivo de moldar esses povos aos valores e normas da colonização europeia.

As principais regiões de atuação dessas missões foram o Nordeste (com destaque para Salvador), o Sudeste (especialmente São Paulo) e o Sul (região do atual Rio Grande do Sul), onde padres como Manuel da Nóbrega e José de Anchieta se destacaram como figuras centrais no processo de evangelização e de “educação” forçada dos povos indígenas (Oliveira, 2010). Essa imposição civilizatória implicava a destruição de rituais, símbolos, línguas e modos de vida originários nessas regiões. Além do ensino religioso, o cotidiano nas missões incluía trabalho agrícola e atividades de construção, como a edificação de igrejas. Resistências a esse processo eram frequentemente respondidas com punições físicas e castigos exemplares, como evidenciam os registros da época (Oliveira, 2010).

Próxima à região onde nasci, no interior do Rio Grande do Sul, localiza-se a cidade de São Miguel das Missões, hoje conhecida pelas ruínas de São Miguel. O local, declarado Patrimônio Mundial da UNESCO em 1983, é um território que foi, historicamente, cenário da violenta destituição identitária e cultural dos povos guaranis que ali viviam. Embora atualmente apresentado como símbolo de preservação histórica dos antigos povoados jesuítas estabelecidos na região sul do país, é fundamental reconhecer que esse “patrimônio” também carrega as marcas de um projeto colonizador que impôs apagamentos profundos às culturas originárias daquela região.

Figura 1 - Ruínas de São Miguel das Missões



Fonte: Prefeitura Municipal de São Miguel das Missões – RS (2021)

Em *El Guaraní Conquistado y Reducido* (Bartomeu Melià, 1986, p. 143), são encontrados registros de como foram realizadas as incursões aos povos guaranis que habitavam a região. A substituição das práticas religiosas desses povos da região pelas práticas católicas fizeram parte do processo de colonização jesuítica, que tentou não apenas “cristianizar os Guarani”, mas também impor novas normas de família, eliminando práticas afetivo-sexuais consideradas erradas para os colonizadores: “para os jesuítas, era preciso que os índios abandonassem a antropofagia, o nomadismo, a poligamia e outros aspectos fundamentais de sua cultura para que pudessem ser considerados, verdadeiramente, cristãos (Santos, 2013, p. 2).

Nesse sentido,

A visão europeia sobre a sexualidade indígena esteve em sintonia com outras imagens de selvageria, tais como o incesto, a corrupção, a inversão, o canibalismo, a poligamia, a embriaguez, a luxúria, a sodomia, a nudez, os bacanais e as lascívias. São todos vocábulos que compõem um mesmo campo semântico e que têm seu significado situado no projeto de colonização, que teve como um eixo estruturante a doutrina cristã (Lima, 2019)

Ainda, a organização familiar dos Guarani, que envolvia múltiplos laços entre cônjuges e uma rede complexa de relações comunitárias, foi substituída por um sistema mais restrito, que dava ênfase à centralidade do casamento segundo a moralidade cristã e ao papel do homem como centro da família (Santos, 2013, p. 4). Outras atividades, como o plantio e cultivo de plantas e pesca, passaram a ser controladas redirecionadas para atividades de pecuária, além da construção e manutenção de igrejas (Santos, 2013).

Dessa forma, "a catequese jesuítica não apenas convertia, mas também subjugava as populações indígenas, retirando-lhes sua autonomia e moldando-as segundo os interesses coloniais" (Leite, 1945, p. 242).

O aldeamento em si, a disposição das casas, a posição central assumida pela igreja (normalmente, tendo à frente um cruzeiro e uma enorme praça), a divisão da rotina entre as atividades produtivas e de aprendizado, tudo isso, para além dos conteúdos doutrinários e culturais transmitidos pelos missionários, contribuía para introduzir novos hábitos, novas concepções de tempo, espaço, moradia, família, trabalho, produção e sobrevivência (Santos, 2013, p. 3)

Dessa forma, a catequização jesuítica, parte do processo colonial, teve um reflexo direto na reorganização das relações sociais, na produção de saberes e práticas comunitárias dos povos originários guaranis, impondo-lhes um modelo social que refletia as necessidades do sistema colonial europeu. Esse novo arranjo não era simplesmente sobre a adoção de valores cristãos, mas sobre a reconfiguração das sociabilidades e controle desses povos, que passaram a ser subordinadas à lógica produtiva colonizadora.

Ainda, acerca da temática do controle das sexualidades no período colonial, Luiz Mott (2014) apresenta registros relevantes que evidenciam a presença de práticas homossexuais entre os povos indígenas, as quais não eram vistas como abomináveis ou pecaminosas dentro de suas culturas.

Segundo o autor, entre os povos Tupinambá²⁶, homens com comportamento homossexual eram chamados de tibia, enquanto mulheres que se relacionavam entre si eram denominadas çacoaimbeguira²⁷. A etimologia da palavra tibia estaria associada a tevi (ou suas variações), termo presente em línguas tupi-guarani utilizado para designar as nádegas (Canese e Alcaraz, 2000).

As sexualidades entre os povos originários brasileiros, como os Tupinambá, eram experienciadas de forma distinta do modelo europeu cristão-colonial, que associava a sexualidade exclusivamente à procriação dentro do casamento heterossexual. Nessas sociedades, práticas homoafetivas e expressões de gênero diversas não eram necessariamente alvo de repressão moral ou institucional, mas integravam o tecido social com significados próprios. Essa diferença de concepção sobre o corpo e o desejo foi amplamente incompreendida e condenada pelos colonizadores, que impuseram uma lógica de normalização e controle baseada na moral europeia, deslegitimando e violentando formas plurais de viver a sexualidade.

Neste contexto, trago aqui o registro do caso do Tibira do Maranhão, identificado como primeiro crime de LGBTfobia documentado no Brasil, através de um estudo da homossexualidade em povos originários brasileiros feito por Luiz Mott (2014).

²⁶ Os povos *tupinambá* eram uma etnia que habitava o litoral brasileiro em uma ampla faixa de extensão territorial que ia até a costa do Maranhão, desde o século XVI até o século XIX. Eles faziam parte da família linguística Tupi-Guarani e são conhecidos por terem sido os primeiros povos originários com quem os portugueses entraram em contato ao chegar ao Brasil em 1500.

²⁷ O termo *çacoaimbeguira* é uma palavra de origem tupi-guarani que designava, entre os povos indígenas brasileiros, mulheres que mantinham relações afetivo-sexuais com outras mulheres, ou seja, lésbicas (Mott, 2014).

Figura 2 - Monumento em homenagem a Tibiras do Maranhão



Fonte: Tour delas (2020)

O caso de Tibira do Maranhão é um dos registros localizados por Mott em sua pesquisa historiográfica baseada em relatos de freis capuchinhos que atuaram na região de São Luís-MA. Um dos principais documentos utilizados é a obra do padre capuchinho francês Yves D'Evreux, intitulada *Viagem ao Norte do Brasil (1613 – 1614)*, na qual se descreve a condenação de um indígena identificado como tibira, sua tentativa de fuga e posterior execução, conduzida pelos freis colonizadores.

um pobre índio, bruto, mais cavallo do que homem” teria fugido para o mato, por haver ouvido que os franceses “o procuravam e aos seus semelhantes para mata-lo e purificar a terra de suas maldades” através da “santidade do Evangelho, da candura, da pureza e da claresa da Religião Catholica Apostolica Romana” (D'evreux, 1874, p. 230-234)

Apesar das tentativas de fuga, Tibira foi capturado e condenado:

quando Tupan mandar alguém tomar teu corpo, se quiseres ter no céu os cabelos compridos e o corpo de mulher antes do que o de um homem, pede a Tupan, que te dê o corpo de mulher e ressuscitarás mulher, e lá no céu ficarás ao lado das mulheres e não dos homens (D'evreux, 1847, p. 232).

O caso do indígena identificado como Tibira, executado por canhão nas muralhas do Forte de São Luís, é reconhecido por Luiz Mott como o primeiro registro

documentado de violência homofóbica no Brasil, e traz um exemplo de como a repressão às sexualidades dissidentes foi um instrumento do projeto colonial.

Esse episódio revela, além da brutalidade física, também o processo simbólico de imposição de normas sexuais e morais europeias sobre os corpos dos povos originários brasileiros. Como aponta Fernandes (2016, p. 93), “quando o indígena se percebe como ‘homossexual’ ou ‘gay’ é porque a carga pejorativa de preconceito vindo do processo colonial o alcançou”.

Em 2017, o governo do Maranhão inaugurou um monumento em homenagem aos Tibiras do Maranhão, fazendo alusão direta a esse caso emblemático ocorrido no centro da capital maranhense. Na placa instalada no memorial, constam o provável ano da execução (1614) e o ano de sua inauguração (2017), inscrevendo essa memória silenciada na paisagem urbana e na história oficial.

Resgatar os detalhes de episódios como o de Tibira do Maranhão revela como o período colonial, além de sua sujeição econômica, política e cultural, também foi marcado interseccionalmente pela violência e construções de narrativas contra dissidentes de gênero e sexualidade. Sobre isso, é importante destacar que:

O eurocentrismo se configura não apenas pela perspectiva cognitiva dos europeus e do capitalismo, mas por todos aqueles que foram educados sob a sua lógica hegemônica, que naturaliza a experiência dos colonizados sob a dominação, mostrando-as como dadas e não suscetíveis de questionamentos. Ainda mais, o eurocentrismo e a lógica do colonialismo diferencia a sociedade entre “inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (Silveira, 2014, p. 85).

A colonialidade do poder e do saber, portanto, atua como um mecanismo regulador e construtor dos gêneros e das sexualidades, configurando-se como uma racionalidade de colonizadores europeus e do capitalismo nascente, e atuando em uma lógica hegemônica que naturaliza a submissão por meio de atravessamentos de raça, gênero e sexo.

No que tange às relações de trabalho, concordo com Sueli Carneiro (2011, p. 27), que entende que a colonialidade do poder continua a definir os corpos que devem ser subalternos e invisíveis. Dessa forma, a colonialidade é o legado estrutural da colonização que impacta originariamente não só a formação identitária e social do Brasil, mas as relações entre trabalho, gênero, sexualidade, classe e raça.

Embora a abolição da escravidão em 1888 e o fim das missões de catequização em 1759, tenham encerrado formalmente em períodos próximos, isso não resultou na libertação total de práticas racializadas, generificadas e sexuadas das dinâmicas sociais brasileiras, inclusive nas relações de trabalho.

2.3 Precarização do trabalho LGBTQIAPN+ no Brasil

A precarização do trabalho tornou-se um tema de destaque no Brasil a partir da década de 1990, em razão principalmente dos impactos das transformações no padrão de produção e acumulação capitalista, que passou a ser de superexploração e de superindividualização das relações de trabalho. Porém, a diferença fundamental para os dias de hoje parece ser a de que essa precarização agora é legitimada, oficializada e regulamentada pelo Estado, ou seja, passando por um complexo mecanismo de institucionalização (Oliveira, 2021).

Reformas na legislação trabalhista e previdenciária, com uma atuação cada vez mais centrada na informalização de relações de trabalho, assim como o enfraquecimento dos sindicatos constituem as bases dessa institucionalização (Oliveira, 2021). Por todos esses motivos, a precarização abre brecha para novos (velhos) problemas.

De acordo com o portal Agência Brasil, em 2023, foram resgatados 3.151 trabalhadores em condições análogas à escravidão, o maior número desde 2009, quando 3.765 pessoas foram libertadas. Apesar do aumento nos resgates, esses dados revelam um retrocesso sem precedentes ao país. Além disso, o número de auditores fiscais do trabalho, criados em 1995, atingiu seu menor patamar em 30 anos, comprometendo a capacidade de fiscalização e prevenção no país. Ainda, de acordo com Marcela Soares (2022, p. 72), o trabalho escravizado contemporâneo pode se manifestar de várias maneiras:

Caracterizamos o trabalho escravizado contemporâneo como a variação extrema do trabalho assalariado, resultante da permanência das formas transitórias de exploração da força de trabalho ou sua reciclagem em formas híbridas, e das consequências contemporâneas geradas pelas transformações nos circuitos produtivos. Em condições de superexploração da sua força de trabalho, o/a trabalhador/a é levado/a ao limite de comprometer sua própria sobrevivência, tanto na violação do seu fundo de consumo quanto no desgaste do seu fundo de vida, com jornadas extenuantes, por ameaças e violência física e psicológica.

Isso indica que, apesar das mudanças nos métodos de exploração, as práticas abusivas continuam a se transformar e se adaptar. Dessa forma, o trabalho escravizado contemporâneo resulta da persistência das formas antigas e transitórias de exploração da força de trabalho, que se adaptaram e foram recicladas em formas novas e híbridas (Soares, 2022).

No caso de populações LGBTQIAP+, o principal desafio está na própria identificação e notificação das formas de trabalho que são vivenciadas. Isto porque a informalidade, que já se tornou uma crescente no Brasil como um todo, é ainda mais forte para pessoas LGBTQIAP+.

Para Anatalina Lourenço da Silva (2022, sp.), chefe de assessoria de participação social e diversidade no Ministério do Trabalho e Emprego:

A captação desses dados passa pela autodeclaração. Se você não tem nos órgãos necessários ou nos documentos a identificação da orientação sexual ou identidade de gênero, a dificuldade é maior. Isso não significa que essa população está muito bem empregada, ao contrário. Sabemos de outros dados que essa população enfrenta um processo de exclusão no mundo do trabalho, principalmente as mulheres e homens trans. Essa não autodeclaração dificulta os dados.

Dada a dificuldade de haver números oficiais sobre o mercado de trabalho para pessoas LGBTQIA+, são associações e entidades não governamentais que acabam realizando muitas vezes os levantamentos.

Segundo pesquisa²⁸ realizada pela Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), cerca de 2% da população adulta brasileira se identifica como transgênero ou não-binária. O estudo, pioneiro conduzido no Brasil, entrevistou seis mil pessoas em 129 municípios de todas as regiões do país. De acordo com a pesquisa, os dados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas de saúde voltadas a esses grupos, que somam, em números absolutos, quase 3 milhões de pessoas no Brasil.

Ainda, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), estima-se que apenas 4% das populações trans brasileira possui emprego formal no Brasil. Cerca de 6% estão empregadas em regimes informais e subempregos. E a ampla maioria, 90%, tem a prostituição como fonte de renda²⁹.

Em outro levantamento realizado com mais de 200 empresas sobre o mercado de trabalho LGBTQIAP+ no Brasil, alguns dados são relevantes sobre a

²⁸ Pesquisa disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/11/12/estudo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-adultos-transgeneros-e-nao-binarios-no-brasil/>

²⁹ Pesquisa disponível em: <https://precisamosfalar.meiuca.co/2-pessoas-trans-e-o-mercado-de-trabalho>

empregabilidade trans. Vale ressaltar, entretanto, que as empresas que participaram dessa pesquisa já têm experiência com políticas de diversidade. Entre elas, 61% afirmam que empregam pessoas trans atualmente, e cerca de 16% afirmam ter pessoas trans em cargos de liderança. No entanto, na maioria desses casos, as vagas ocupadas por pessoas trans representam menos de 1% do total de funcionários contratados da empresa.

Figura 3 - Dados empresas e empregabilidade LGBTQIAP+



Fonte: Globonews (2022)

Apesar da relevância da pesquisa, ainda são muito subnotificadas as formas que o trabalho é experienciado pelas populações LGBTQIAP+ no Brasil. Não se tem informações qualitativas sobre ocupações, sobre cargos, salários ou até mesmo sobre a saúde dessas populações em relação ao trabalho. Mas é importante dizer que essa inexistência de dados não é necessariamente uma surpresa, afinal é também fruto das dinâmicas de heterossexualidade compulsória e apagamento que esses grupos vivem historicamente. Não ter fontes de dados é sintomático que o trabalho da heteronormatividade está atuante e muito.

A única pesquisa oficial realizada sobre a população LGBTQIAP+ no Brasil foi parte da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo IBGE, e divulgada de forma experimental em 2022. Nesta pesquisa, o IBGE incluiu pela primeira vez perguntas sobre orientação sexual, mas não abordou diretamente a identidade de gênero, o que deixou de fora a população trans e não-binária.

Os resultados mostraram que 1,8% da população adulta brasileira (cerca de 2,9 milhões de pessoas) se identificam como homossexuais ou bissexuais. Outros 2,3% da população (aproximadamente 3,6 milhões de pessoas) preferiram não responder à pergunta, o que reflete o receio de autoidentificação devido ao estigma

e discriminação. Entretanto, a pesquisa foi considerada um avanço importante para a visibilidade da população LGBTQIAP+ no Brasil, mas segundo o próprio órgão do IBGE, a pesquisa ocorreu em caráter experimental, e servirá como modelo futuro.

Com isso em vista, é notório como há um desafio para ampliar registros e para a obtenção de informações precisas sobre a camada LGBTQIAP+ brasileira, o que também contribui para que a memória dessa população se perca. Isso por si só já é uma forma de precarização da vida. A falta de dados oficiais e sistemáticos dificulta não apenas o mapeamento das condições de vida e trabalho dessas pessoas, mas também a preservação e valorização de suas histórias e experiências, perpetuando invisibilidades e apagamentos históricos.

De forma geral, apresento a seguir alguns aspectos que considero fundamentais para compreender a precarização do trabalho LGBTQIAP+ no Brasil. Estes pontos foram elaborados a partir de anos de pesquisa sobre o tema, enriquecidos pela experiência acumulada em projetos de diversidade em empresas e observação de algumas dinâmicas de trabalho que têm sido frequentes, a meu ver.

Trabalho sexual em aplicativos: assim como a ‘uberização’³⁰, o trabalho sexual em aplicativos como OnlyFans e Privacy refere-se à crescente intersecção entre o trabalho sexual e aplicativos de programas para pessoas LGBTQIAP+ no Brasil. Especialmente entre a população gay masculina há uma curva crescente de utilização destes aplicativos para venda de vídeos de cunho sexual e para a prostituição. Em muitos países existem plataformas que são proibidas, mas é comum que pessoas LGBTQIAP+ procurem esses aplicativos como forma de renda e subsistência, intensificando formas de exploração, precarização e estigmatização, características históricas do trabalho sexual.

Segundo pesquisa realizada pelo Fundo Positivo, organização voltada à saúde preventiva, em parceria com o Instituto Matizes, apenas uma em cada quatro pessoas da comunidade LGBTQIAP+ conseguiu acesso a um emprego formal no

³⁰ A uberização refere-se a uma forma emergente de organização e controle do trabalho, impulsionada especialmente por empresas baseadas em plataformas digitais. Esse modelo implica a transferência de riscos e custos para os trabalhadores, promovendo novos arranjos produtivos que intensificam a informalidade, a ausência de regulamentação, a baixa remuneração e, de modo geral, a precarização das relações laborais (Abílio, 2017, 2020a; Fontes, 2017; Amorim; Moda, 2020).

último ano de 2024³¹. Dentre os principais entraves à inclusão da população LGBTQIAP+ no mercado de trabalho formal, 45,2% das organizações apontam a ausência de políticas públicas e de apoio por parte do Estado como fator central. Paralelamente, 42,3% indicam que o setor privado também poderia assumir um papel mais ativo na promoção da equidade e na criação de oportunidades para essa população.

Assédio moral e ficar ‘dentro do armário’: o assédio moral é uma expressão de discriminação que afeta diretamente o bem-estar e a dignidade pessoas LGBTQIAP+ em suas relações de trabalho, contribuindo para a precarização. Muitas vezes ocorrendo de forma velada, o assédio moral consiste em práticas sistemáticas de intimidação, humilhação e desvalorização, criando um ambiente hostil para a pessoa.

É também o assédio moral muitas vezes o que ‘coloca de volta’ uma pessoa LGBTQIAP+ no armário, ficando anos em uma empresa mentindo sobre sua vida. Isso se configura em um tipo de violência psicológica particularmente nociva, reforçando a marginalização e outros temas de importância como o suicídio LGBTQIAP+.

O suicídio entre pessoas LGBTQIAP+ que permanecem "no armário" (ou seja, que não assumem sua identidade sexual ou de gênero abertamente) é uma questão de saúde mental grave.

Segundo a Trevor Project, uma das maiores organizações dos EUA que oferece apoio a jovens LGBTQIAP+, 45% dos jovens LGBTQIAP+ consideraram seriamente o suicídio em 2021, e esse número é ainda maior entre aqueles que não são abertos sobre sua sexualidade ou identidade de gênero. O isolamento emocional e o medo de rejeição social ou familiar estão entre os principais fatores que aumentam o risco de depressão, ansiedade e suicídio. Embora os dados específicos sobre suicídio por conta de permanecer "no armário" sejam mais difíceis de quantificar diretamente, é amplamente reconhecido que o medo de rejeição e de viver uma vida dupla aumenta consideravelmente o sofrimento psicológico.

³¹ Disponível em: https://exame.com/esg/apenas-1-em-cada-4-pessoas-lgbtqiap-consegiu-emprego-formal-no-ultimo-ano-aponta-estudo/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento

No Brasil, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a falta de apoio familiar e social, a discriminação e o medo de se assumir são fatores que aumentam o risco de suicídio.

Homofobia recreativa: a homofobia recreativa, por sua vez, refere-se a comentários e "piadas" homofóbicas disfarçadas de humor, muitas vezes vistas como inofensivas ou brincadeiras no ambiente de trabalho. Embora sejam frequentemente tratadas como algo leve ou trivial, essas práticas perpetuam estereótipos e normalizam o preconceito contra a comunidade LGBTQIAP+, gerando uma atmosfera de exclusão e desconforto. Esse tipo de comportamento alimenta a hostilidade e afeta o desempenho, a segurança psicológica e a capacidade de desenvolvimento dos profissionais LGBTQIAP+. A discriminação pode ocorrer em diferentes formas, como promoções e oportunidades de crescimento limitadas.

Segregação ocupacional: existe uma tendência para a segregação ocupacional, que se refere ao fato de que pessoas LGBTQIA+ são muitas vezes direcionadas para certos tipos de trabalho ou setores considerados mais "aceitáveis" socialmente. Isso pode limitar suas oportunidades de emprego e acesso a carreiras de alta remuneração e prestígio, resultando em uma maior concentração em empregos menos estáveis e com menores salários.

Falta de proteção legal e desmantelamento de direitos: a falta de proteção legal específica acerca dos direitos do trabalho para LGBTQIA+ contribui para a precarização. A ausência de leis que garantam direitos iguais e proteção contra discriminação pode deixar a comunidade sem recursos para buscar justiça ou reivindicar seus direitos. Tenho a impressão de que somente a tipificação do crime de homofobia não seja suficiente para abarcar uma segurança jurídica, especialmente no ambiente de trabalho. Assim, desde a ausência de políticas organizacionais que promovam a inclusão e a equidade para LGBTQIA+ no trabalho, até a ausência de jurisdição sobre o tema contribui também para a precarização. Sem políticas claras contra discriminação e assédio, e sem mecanismos de apoio adequados, recaídas na ideia de ausência de uma inteligibilidade, tornando-nos assim mais vulneráveis a uma vida precária.

Diante dos desafios crescentes enfrentados por populações LGBTQIAP+, da crescente precarização da vida e da persistência de condições de trabalho análogas à escravidão, emerge um questionamento: como as formas de inferiorização de dissidentes de gênero e sexualidade são perpetuadas e, em diferentes intensidades, mantidas ao longo do tempo na sociedade?

Butler (2010, p. 209) argumenta que a construção do sujeito generificado está atrelada a discursos normativos que regulam a compreensão dessas identidades na esteira social. No entanto, essa construção não ocorre por meio de um ato único e definitivo, mas sim por processos contínuos de repetição.

A heteronormatividade, ao estabelecer um modelo de gênero inteligível, legitima-o constantemente por meio de representações e discursos que sedimentam noções de gênero e, conseqüentemente, hierarquias de poder. Essas construções ocorrem por meio de diferentes tecnologias sociais (Lauretis, 1994), como o cinema, a TV e os veículos de imprensa:

Enquanto os códigos e as formações sociais definem as proposições de sentido, o indivíduo as reelabora numa construção pessoal, subjetiva. Uma tecnologia social – o cinema, por exemplo - é o aparato semiótico em que se dá o encontro e o indivíduo é considerado como sujeito. O cinema é, ao mesmo tempo, um aparato material e uma prática significadora em que, o sujeito é envolvido, elaborado, mas não esgotado (Lauretis, 1993, p. 99).

Vejo esta perspectiva muito viva nas discursividades sobre LGBTQIAP+. São discursos traduzidos em técnicas de captação que atendem a uma determinada lógica, nunca neutra, nunca desalojada de um contexto ou intenção. A heteronormatividade, além de basear as relações de trabalho a partir de performances naturalizantes e binárias sobre homem/mulher, imprime a corpos não heterossexuais regulações técnicas com vistas a uma utilidade de suas forças produtivas, sendo o discurso, muitas vezes a própria técnica imprimida.

O funcionamento da heteronormatividade não se limita às relações de trabalho em si, mas também abrange os discursos, que operam como tecnologias complexas na sustentação de formas de trabalho marcadas por intersecções de gênero e sexualidade. Nesse sentido, a ideia de tecnologias de gênero é central para minha pesquisa.

No próximo capítulo, aprofundarei o conceito e analisarei como os veículos de imprensa podem ser compreendidos como tecnologias de gênero. Como informa Andrew Feenberg (2002, p. 24), “a tecnologia é um campo de luta, onde diferentes

grupos podem contestar e reconfigurar os significados sociais e técnicos.” Sendo assim, as tecnologias também possuem um viés de construir perspectivas sobre o gênero e a sexualidade, atuando diretamente nas lógicas de sedimentação de corpos no trabalho.

3 TECNOLOGIAS DE GÊNERO E AS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO

Após discutir as relações entre gênero, sexualidade e trabalho, buscando trazer como essas dimensões se entrelaçam e se conformam dentro de uma lógica cisheteronormativa, interseccional e colonizada, é possível avançar para uma reflexão sobre os mecanismos que sustentam e reproduzem essas normatividades.

Neste capítulo, o foco recai sobre as tecnologias de gênero, conforme formuladas por Teresa de Lauretis (1994), e suas articulações com as representações midiáticas, com ênfase na imprensa tradicional e imprensa alternativa.

A análise busca compreender como os veículos de comunicação, especialmente jornais e periódicos desempenharam um papel central na construção de sociabilidades, subjetividades e sentidos políticos que foram fundamentais para a articulação e consolidação do movimento LGBTQIAP+ no Brasil, inicialmente denominado movimento homossexual brasileiro³².

Nesse sentido, o objetivo é introduzir a relevância histórica do objeto de estudo desta tese: a revista *Lampião da Esquina*.

3.1 Sobre as tecnologias que constroem o gênero

A reflexão deste capítulo começa quando, em pleno século XXI, me deparo com a seguinte notícia: “Trump promete ‘deter a loucura transgênero’ em seu primeiro dia de governo”³³. A notícia trouxe à tona um verdadeiro desafio atual que é a persistência de discursos políticos e midiáticos notadamente LGBTfóbicos – o que chama a atenção que questões identitárias de gênero e sexualidade passem a ganhar novos, porém antigos contornos no debate público: “será política oficial do

³² O termo "Movimento Homossexual Brasileiro" (MHB) foi utilizado para designar as primeiras iniciativas organizadas em defesa dos direitos de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes no Brasil, emergindo no contexto da ditadura civil-militar. Com o passar do tempo, o movimento passou por transformações, ampliando seu escopo para incluir outras identidades e orientações. A sigla evoluiu para LGBTQIAP+, incorporando lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras identidades, refletindo uma compreensão mais abrangente e inclusiva da diversidade sexual e de gênero. Essa mudança na terminologia representa não apenas uma ampliação do reconhecimento das diversas experiências, mas também uma crítica à visão hegemônica e eurocêntrica que dominava as primeiras fases do movimento.

³³ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/12/23/trump-promete-deter-a-loucura-transgenero-em-seu-primeiro-dia-de-governo.ghtml>

governo dos Estados Unidos que haja apenas dois gêneros, masculino e feminino” (Trump, 2025).

Nesta toada, outra notícia chamou a atenção: “Meta publica em português as regras para discurso de ódio que permitem associação entre doença mental e orientação sexual”³⁴. Segundo a matéria, a Meta, detentora das redes sociais Facebook, Instagram e Threads, por meio do seu dono, Mark Zuckerberg, veio a público informar que iria implementar uma série de alterações em suas Diretrizes de Comunidade, alinhando-se às políticas do governo Trump. Em suas novas Diretrizes e Políticas de Usuário, agora a plataforma permitirá “alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, considerando discursos políticos e religiosos sobre transgenerismo e homossexualidade, bem como o uso comum e não literal de termos como “esquisito” (Meta, 2025). Essas “novas” regras, que se aplicam à todas as redes sociais da companhia e delimitam os novos formatos de conteúdos aceitos pela plataforma, dão conta da liberação de postagens de usuários que utilizem expressões com “linguagem insultuosa no contexto de discussão de tópicos políticos ou religiosos, como ao discutir direitos transgêneros, imigração ou homossexualidade” (Meta, 2025).

Ainda, retirando algumas restrições que haviam anteriormente nas políticas de uso, a empresa também exclui a normativa que proibia a discriminação de grupos por ordem étnica, passando a permitir a “autoadmissão de intolerância com base em características protegidas [de discriminação], incluindo, mas não se limitando a homofóbica, islamofóbica, racista”, o que torna possível que usuários disseminem conteúdos de ódio e violência de cunho racial, étnico e sexual sem sofrer sanções como bloqueios de perfis ou exclusões da plataforma (Meta, 2025).

Mas não para por aí: “nós permitimos conteúdo que defenda limitações de gênero em empregos militares, policiais e de ensino” e “também permitimos o mesmo conteúdo com base na orientação sexual, quando o conteúdo é baseado em crenças religiosas” (Meta, 2025). Diante dessas novidades, torna-se evidente o posicionamento de *big techs* no sentido de enfraquecer, progressivamente, e possivelmente até eliminar, a proteção aos direitos humanos relacionados a gênero, sexualidade e raça.

³⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2025/01/09/meta-publica-em-portugues-as-regras-para-discurso-de-odio-que-permitem-associacao-entre-doenca-mental-e-orientacao-sexual.ghtml>

Para os objetivos teóricos desta pesquisa, este exemplo da derrocada da pauta de gênero e sexualidade nas políticas da Meta, um dos principais conglomerados de tecnologia e comunicação do mundo, evidencia uma relação profunda e nada aleatória: a da importância das tecnologias na construção dos gêneros e sexualidades na sociedade.

Para aprofundar este tema, em um de seus textos mais conhecidos, Teresa De Lauretis (1994), propõe que o gênero, como construção social, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o rádio, televisão, cinema e jornais, além de epistemologias e práticas institucionalizadas.

Lauretis explica que o gênero se fabrica sobre estas circunstâncias, sendo construído por diferentes tecnologias políticas não neutras, através de representações na e pela linguagem (De Lauretis, 1994). Não sendo um dado biológico primário, o gênero, como fenômeno, é uma representação que imprime um conjunto de efeitos gerados nos corpos. Segundo ela:

Poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, "o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais", por meio do desdobramento de "uma complexa tecnologia política" (De Lauretis, 1994, p. 209, grifos da autora).

Aproveitando o exemplo da Meta, com suas recentes mudanças de diretrizes e políticas de comunidade, faz sentido a proposição de Lauretis quando diz que o gênero se fabrica por meio de tecnologias sociais. Ao "permitir", por meio de uma atualização em sua Política, que usuários possam agora associar livremente em seus conteúdos a transgeneridade e pessoas LGBTQIAP+ a algo "anormal", a Meta abre precedentes e uma certa legitimidade para a validação social de noções de gênero associadas à sentidos patologizantes e "aberrativos" em sua comunidade, que hoje possui mais de 2 bilhões de usuários ativos globais.

Nesse aspecto, para além disso, é latente a máxima sempre mencionada dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade que explica que a tecnologia não é neutra e, sim, atua sobre uma cama de dinâmicas sociais complexas e relações de poder, nunca sem intencionalidade.

Ao reforçar estigmas que marginalizam identidades dissidentes de gênero e sexualidade e reforçam padrões cisheteronormativos de gênero, tanto a notícia, quanto o fato em si exercem a capacidade de moldar percepções sociais e

comportamentais ao impor limites sobre o que é considerado aceitável ou inaceitável.

Nesse aspecto, as tecnologias de gênero, portanto, são os processos sociais, culturais e discursivos, constituídos e reafirmados a partir de tecnologias que constroem e regulam as identidades de gênero. Para Lauretis (1994), a construção do gênero e sexualidade é simultaneamente uma construção sociocultural e um aparato semiótico — um sistema de representação que confere significados como identidade, valor, prestígio, posição de parentesco e *status* social aos indivíduos na sociedade (Lauretis, 1994). E mais, corroborando com o exemplo da empresa Meta citado anteriormente, a sexualidade “normalmente considerada como uma questão natural, particular e íntima, é de fato totalmente construída na cultura de acordo com os objetivos políticos da classe dominante” (Lauretis, 1994, p 220).

A linguagem desempenha um papel fundamental e indispensável na construção e expressão do gênero, funcionando como um canal de performance (Butler, 2012), em que se processam repetições normativas sobre os gêneros e as sexualidades. Nesse sentido, a linguagem também auxilia no processo da repetição simbólica que valida ou invalida concepções de gênero na sociedade. Sobre a performatividade, a autora destaca:

A performatividade não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, reciprocamente, sua teatralidade ganha certa inevitabilidade dada a impossibilidade de divulgar de forma plena sua historicidade). Na teoria dos atos de fala, a performatividade é a prática discursiva que realiza ou produz aquilo que nomeia (Butler, 2019, p. 35).

Nesse sentido, entende-se que a construção de gênero na sociedade, seja qual for o meio analisado, atua com base em regulações em diferentes graus, mais ou menos flexíveis. Sendo assim, noções de gênero podem ser construídas, conforme supracitado, por meio das instituições, dos conglomerados midiáticos, como o cinema, a TV, as mídias, a imprensa, entre outras, de acordo com os discursos que criam representações e autorrepresentações de gênero:

O gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias, e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana (Lauretis, 1994, p. 208).

Neste ponto, é necessário destacar o que Lauretis (1994) entende por representações. A representação, para autora, está alinhada a uma ideia foucaultiana de discurso. O discurso não se trata do sentido “universal” que se revela com um enunciado, ou a busca pela sua unidade de sentido escondida, mas sim a representação é entendida como o próprio conjunto de aparatos técnicos, de saberes e procedimentos que legitimam e conformam o discurso, produzindo, dessa forma, efeitos nos corpos. Retomando o exemplo da empresa Meta: a representação de gênero não seria em si o sentido de doentio ou aberrativo atribuído a pessoas LGBTQIAP+ que o discurso da nova diretriz evoca, mas sim toda a sua construção normativa que confere grau de legitimidade às noções de gênero produzidas pela nova diretriz, desde a mudança no texto das Diretrizes de Comunidade, nas políticas de postagens, no anúncio realizado em vídeo pelo presidente-executivo da empresa e a própria repercussão de jornais e mídia pautando o debate público sobre o tema.

Toda essa estrutura que confere o grau de verdade a esta normativa é a representação em si e constrói a ideia de que a transgeneridade pode ser associada livremente - e com respaldo da sua nova política - a uma doença.

Neste sentido, a ideia de representação em Lauretis está alinhada à noção de discurso em Foucault (2014, p. 46), que:

não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo de rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante.

Isto significa dizer que uma análise de representações para Lauretis (1994) está mais interessada em compreender os mecanismos, aparatos, instituições e relações de poder que constroem um discurso e que, conseqüentemente, constroem a representação de gênero, do que analisar o sentido genérico ou absoluto de determinado enunciado. Seria algo como analisar, além do produto, os porquês, os meios, e as expressões.

Desta forma, representação e autorrepresentação constroem os gêneros na sociedade: “a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo da sua representação” (Lauretis, 1994, p. 212). Ampliando este norte teórico, a identidade

generificada é construída através da linguagem e suas estruturas (Scott, 1995; De Lauretis, 1987).

Conforme aponta Lauretis (1994), é pela linguagem que o sujeito engendrado emerge, não apenas a partir da experiência das relações de sexo, mas também atravessado pelas suas próprias questões identitárias, como a autoidentificação de gênero, raça e classe. Constitui-se assim o sujeito engendrado por uma identidade múltipla, que não pode ser reduzida a uma única dimensão de existência, tampouco entendida de forma estática ou linear, mas reconhecida em sua complexidade, com suas contradições e dinâmicas sociais sempre em transformação.

Aproveitando esta definição, gostaria de empreender uma argumentação no sentido de posicionar a imprensa como uma tecnologia de gênero. E esta, por meio de suas estruturas, posicionamentos e vieses, também constrói o gênero. A seguir, busco compreender o papel da imprensa na construção das representações de gênero e seu reflexo na construção de noções sobre o trabalho generificado.

3. 2 Imprensa e representações do trabalho: fábricas de gênero

A imprensa registra, produz, circula e destaca certas dimensões de gênero e sexualidade de maneira consciente ou inconsciente. Conforme aponta Pedro Paulo Gomes Pereira (2009, p. 487) “os jornais não são apenas portadores de eficácia mágica que consolidam a reciprocidade entre editores e leitores; são discursos posicionados e valorados”.

Segundo Pereira (2009, p. 488), é notório que os jornais atuam segundo um nível de intencionalidade, o que evidencia uma dimensão ideológica em sua produção. Nesta perspectiva, não somente a imprensa abraça uma dimensão ideológica, mas também a produção do discurso jornalístico se alinha a diferentes fatores que acompanham seus enunciados, como os contextos políticos, econômicos, estruturais, hierárquicos e temporais (Breed, 1993; Soloski, 1993; Schlesinger, 1993; Serra, 2004), que afetam as escolhas de quem produz a escrita, contemplando uma linha editorial e o seu público-alvo. Além disso, questões técnicas relativas ao suporte de produção do discurso (Maingueneau, 2001), bem como o acesso às fontes (Santos, 1997, 2004), também são estruturas preponderantes para a sua constituição.

Segundo Pedro Paulo Gomes Pereira (2008), o discurso jornalístico funciona como uma tecnologia de gênero ao produzir e reproduzir sentidos que reforçam ou desafiam as normas de gênero estabelecidas. Pereira destaca que o jornalismo atua como um dispositivo que fortalece ou enfraquece o conceito de gênero na sociedade.

A tecnologia de gênero presente no discurso jornalístico molda narrativas que definem papéis e identidades de homens e mulheres, normalizando desigualdades e reforçando estereótipos através da forma como a violência é representada, frequentemente descontextualizada e associada a uma suposta natureza inerente aos gêneros.

Essa construção de gênero pela imprensa também se manifesta nas representações do trabalho. A mídia frequentemente associa diferentes juízos de valor associados a determinados trabalhos, impactando a percepção pública sobre o valor do trabalho e as pessoas que exercem determinados tipos de trabalho. Essas representações moldam as expectativas sociais sobre os papéis de gênero no ambiente de trabalho, perpetuando ou rompendo com estereótipos e desigualdades.

Nesse sentido, tomando como exemplo o estudo de Pereira (2008), concordo que o “aparelho jornalístico” atua na fabricação de noções de gênero e sexualidade. A mídia desempenha um papel central na construção das normas de gênero, ao representar e reforçar estereótipos que moldam as percepções sociais sobre masculinidade e feminilidade. Ao analisar discursos sobre a violência em jornais, o autor aponta que há uma diferenciação na forma como o conteúdo é construído, especialmente quando a temática da violência é abordada em relação a homens e mulheres. Segundo a análise, as narrativas jornalísticas descontextualizavam e distinguiam atos de violência contra mulheres, frequentemente apresentando as mulheres como passivas e trazendo uma tendência de normalizar a violência, destituindo do seu caráter histórico:

os discursos jornalísticos, quando descrevem a violência contra mulheres desconhecem qualquer localização histórica do tempo dos acontecimentos. A história é excluída dos textos jornalísticos. Assim, as datas fornecidas são referenciais, exteriores ao curso do acontecimento, em geral se limitando à própria data do jornal diário, tratando-se, simplesmente, de instrumental técnico de informação, mas que, no essencial, não guardam nenhuma vinculação com o fato ocorrido. “Ceilândia, terça-feira à tarde”; “Um homem não identificado invadiu ontem de madrugada”; são as referências temporais amíúde fornecidas nessas circunstâncias. O tempo nos discursos jornalísticos, portanto, é abstrato e anistórico (Pereira, 2008, p. 493).

Com uma estrutura sutil e complexa de narrativa, o discurso jornalístico produz e representa violências de gênero por meio de suas técnicas, estruturas, escolhas linguísticas e de narrativa, construindo e naturalizando, conforme suas intencionalidades (Pereira, 2008).

Desde a chegada da imprensa ao Brasil, é possível observar o seu papel na construção de discursos e representações sociais sobre o gênero e o trabalho.

3.2.1 Imprensa no Brasil: ângulos sobre o trabalho

Historicamente, a imprensa se consolidou no Brasil como um meio que, além de reportar noções sobre relações de trabalho com notícias, artigos e crônicas, trouxe diferentes vozes e olhares para noções de trabalho, além de participar da construção identitária – além de corroborar com imaginários e estereótipos – de diferentes populações, com recortes de gênero, raça e classe.

Logo da criação da Imprensa Régia, originada por Dom João VI, que trouxe o primeiro jornal brasileiro, chamado *Gazeta do Rio de Janeiro*, já se divulgavam ordens do governo e informava-se a população sobre eventos e decisões da monarquia relacionados a cargos, posições, ocupações, entre outros aspectos de funcionamento da corte, representando assim as relações sociais e de trabalho do período (Sodré, 1966).

Para Geovanni Rocha Junior (2020, p. 194), a imprensa possui esta função de elaboração de representações que dão sentido aos acontecimentos: “a imprensa faz projeções, cria um enredo para acomodar os fatos, elabora discursos e representações sociais em torno do tema”.

Exemplo disso ocorre no artigo de Maria Helena Bortolon Rech e Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (2005), em que é realizada a análise de uma coluna opinativa histórica no *Jornal Correio Riograndense*³⁵. O artigo dá conta de exemplificar o papel do jornal, especialmente a sua coluna opinativa, na construção da noção de trabalho do imigrante italiano no sul do Brasil. Para as autoras, a análise de enunciados da coluna opinativa do jornal demonstrava como o trabalho estaria profundamente ligado à experiência do cotidiano da comunidade italiana que

³⁵ Jornal semanário, fundado em 1909, pelos freis da Ordem dos Capuchinhos, na cidade de Caxias do Sul-RS.

se formava e consolidava à época, evocando um imaginário de trabalho do imigrante italiano como sendo a fonte do sucesso para a população:

O mundo ideológico dos imigrantes se caracteriza pelo fascínio da posse da terra e pela crença no trabalho como segredo de sucesso, conforme refere o Correio Riograndense, na edição de 4 de maio de 1983, ao mencionar os objetivos e a filosofia do jornal (Rech e Feltes, 2005, p. 283).

No caso do Correio Riograndense, sua coluna opinativa não apenas reforçava uma imagem idealizada do trabalho entre os imigrantes italianos no sul do Brasil, mas também formava representações sobre elementos culturais, valores e ideologias desse grupo ao longo do tempo.

Ainda valendo-se do exemplo da coluna do jornal Correio Riograndense, essa construção de uma ideia do imigrante italiano trabalhador que perpassa todas as edições do jornal, também influenciou na sedimentação de algo como um mito na construção desta identidade:

o discurso sobre o italiano trabalhador – um discurso fundante, uma crença que funciona quase como um mito, porque capaz de mobilizar formas de vida, de reforçar e de instigar modos de proceder de uma coletividade em um cotidiano partilhado, a ponto de tornar conhecida essa comunidade como a região da etnia italiana, da uva, do vinho, do trabalho, do progresso e da riqueza (Rech e Feltes, 2005, p. 269)

No caso do jornal Correio Riograndense exemplifica-se a construção identitária do sujeito cultural imigrante italiano, que por meio do trabalho obtém seu sustento.

Com este exemplo, é destacado como a imprensa historicamente atua na construção de narrativas que fabricam construções identitárias atreladas à noções de trabalho.

Os textos jornalísticos são, nesse sentido, artefatos que operam na construção de representações sobre modos de viver e de pensar de uma coletividade, constituindo, reforçando ou até mesmo renovando realidades culturais existentes na sociedade em que circulam. Portanto, relações, identidades e comportamentos passam a ser (re)criados e/ou (re)produzidos nos discursos veiculados também pelo jornal (Rech e Feltes, 2005, p. 268).

Neste ínterim, faz sentido a proposição de Lauretis (1994) quando vê as mídias com esta possibilidade de representar e autorepresentar culturas, gêneros e

diferentes segmentos da sociedade, não somente refletindo o que está posto na sociedade, mas sim criando e fabricando, construindo noções e modos de ser.

Em consonância, como o que observam Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2017, p. 8), as notícias refletem a sociedade ao apresentar representações do mundo que não são neutras, mas sim resultado de um complexo jogo de interesses e relações de poder. A produção da informação jornalística é atravessada por escolhas editoriais e disputas políticas que determinam quais eventos são destacados e quais são relegados ao esquecimento. Assim, a mídia não apenas reflete, mas também participa ativamente da configuração das relações de trabalho e das hierarquias de gênero que as permeiam (Rocha Junior, 2020, p. 194)

Como exemplo disso, destaca-se o papel que a imprensa tem historicamente desempenhado na representação de pessoas no mundo do trabalho, assim como suas funções, sejam empregadas, empregadores, além da atuação do Estado, empresas, instituições, etc. Acerca disso, é possível encontrar registros jornalísticos que fornecem dados sobre a organização operária do Brasil, por exemplo, além de conflitos trabalhistas, greves e tensões entre diferentes correntes ideológicas de acordo com o período político brasileiro.

O jornal *O Trabalho*, lançado em 1º de maio de 1978, é um periódico referencial sobre isto, pois foi um jornal criado durante o regime de exceção civil militar no Brasil com o objetivo de dar voz aos movimentos populares de trabalhadoras e trabalhadores e à resistência contra a ditadura. Surgido no contexto da imprensa alternativa, que falarei mais adiante, *O Trabalho* surgiu como uma publicação que realizava a cobertura de greves, comícios e passeatas de operários e estudantes. O jornal foi fundamental para a disseminação de informações entre os movimentos trabalhistas, oferecendo uma alternativa à grande imprensa, que defendia os interesses patronais. Além disso, a publicação também teve um papel crucial nas greves de 1979 e 1980, sendo um canal de comunicação para os trabalhadores (Bilhão, 2011).

Dessa forma, é importante destacar que os discursos midiáticos atuam na conformação de representações sobre o trabalho em suas mais variadas formas e refletem contextos de disputas políticas, interesses econômicos e tensões. As linhas editoriais que versam sobre dinâmicas de trabalho, por exemplo, são atravessadas por uma complexa rede de interesses econômicos, culturais, políticos e sociais,

refletindo valores ideológicos e posicionamentos estratégicos que moldam a maneira como os fatos são selecionados, interpretados e apresentados ao público.

3.2.2. A imprensa tradicional e a imprensa alternativa no Brasil

A imprensa tradicional, também denominada como "grande mídia", corresponde historicamente no Brasil aos veículos de comunicação massivos e consolidados, caracterizados por ampla estrutura organizacional, influência política e econômica e alcance. Os veículos tradicionais no Brasil têm sua origem vinculados a grandes conglomerados empresariais e pautaram-se pela construção de agendas e na legitimação de discursos hegemônicos.

Segundo Denis McQuail (2010), a grande mídia pauta-se predominantemente por critérios mercadológicos e interesses institucionais, o que pode limitar o pluralismo informativo e a representação de grupos sociais minoritários. O período da ditadura civil e militar brasileira pode ser considerado como um grande apogeu dos veículos tradicionais:

De certo modo, os anos 1960 e 1970 foram o auge da grande imprensa tradicional, se forem consideradas a vendagem e a circulação dos diários. Eram vendidos aproximadamente 5 milhões de jornais e os diários mais influentes haviam passado por reformas recentes, tornando-se empresas mais sólidas. Também houve diversificação no perfil da imprensa, com a entrada em cena de diários que disputavam o público de mais baixa renda. O acirramento da competição e as pressões exercidas pelo regime militar levariam à redução do número de jornais no início dos anos 1970, gerando fenômeno de concentração nas empresas maiores, ao mesmo tempo que as tiragens aumentavam (Motta, 2013, p. 63).

Muitos dos principais veículos de comunicação que apoiaram o golpe de 1964 podem ser destacados como exemplos de veículos da grande mídia da época. Jornais como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo adotaram uma postura favorável ao regime, contribuindo para a legitimação das ações autoritárias e para a disseminação da ideologia oficial:

OESP, FSP, O Globo e JB apoiaram a "revolução" decididamente, por sua repulsa aos rumos que parecia tomar o governo Goulart. A adoção da expressão "revolução" (e eles não usavam aspas) revela o modo positivo como encararam o novo regime, que utilizava esse termo para obter legitimidade (Motta, 2013, p. 67).

Já a imprensa alternativa, também conhecida como imprensa nanica, caracteriza-se por adotar um discurso contra-hegemônico, posicionando-se em oposição à imprensa tradicional, especialmente àquela que reforça discursos dominantes voltados à manutenção da ordem social, como o conservadorismo, o tradicionalismo e o fundamentalismo cristão. A imprensa alternativa ou nanica não se restringe a um período específico da história, como o da ditadura civil-militar brasileira, sendo possível identificar manifestações anteriores que já expressavam esse posicionamento crítico.

Conforme aponta Flávio Aguiar (2008, p. 234), o *Correio Braziliense*, fundado em 1808, pode ser considerado um dos primeiros exemplos de imprensa alternativa no mundo. O periódico tinha como principal objetivo disseminar ideias favoráveis à independência do Brasil, desafiando o monopólio informacional imposto pela Coroa portuguesa (Aguiar, 2008).

Assim como O *Correio Brasiliense*, ao longo do período Brasil Império, diversas publicações alternativas emergiram, desempenhando um papel crucial na crítica ao regime monárquico e na defesa de ideais republicanos. Durante a Primeira República, esse movimento se manteve ativo, com jornais que questionavam o poder estabelecido e denunciavam desigualdades sociais (Aguiar, 2008). Nesse sentido, a imprensa alternativa constituiu-se como um espaço de contestação e resistência, sendo fundamental para a circulação de discursos dissidentes ao longo da história do país.

Já no período da Era Vargas, um exemplo é o jornal *A Última Hora*, fundado pelo jornalista Samuel Wainer, durante o segundo governo de Getúlio Vargas. Conforme relatado por Flávio Aguiar (2008), essa publicação tinha como principal objetivo desafiar o discurso unificado da imprensa conservadora, que defendia a deposição de Vargas. Embora possuísse características da grande imprensa, sua postura crítica em relação à ideologia capitalista brasileira conferiu-lhe o *status* de veículo alternativo, o que evidenciou, à época, que os veículos de imprensa alternativa não significavam necessariamente veículos de pequeno alcance.

Logicamente, assim como o apogeu dos veículos tradicionais, o período da ditadura civil militar teve um aumento considerável da produção e circulação de periódicos de imprensa alternativa em oposição ao regime civil militar. Neste período, os nanicos adotavam uma linha editorial contrária aos veículos clássicos da

grande imprensa, fazendo um contraponto à política ditatorial e buscando reforçar ideais como liberdade de expressão e volta da democracia:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial (Kucinski, 1991, p. 5).

Dentre os periódicos nanicos que circulavam e se destacavam no período, estava O Pasquim, fundado em 1969 por jornalistas, escritores e artistas que eram contrários à ditadura.

O Pasquim surgiu como uma forma de resistência e crítica ao governo autoritário da época. Os cartuns, charges e textos presentes em O Pasquim, eram uma forma de protesto contra a censura e as arbitrariedades do regime militar. Entretanto, o jornal, apesar de ser um dos mais importantes e influentes do período, acabava por reproduzir no seu interior muitos daqueles pensamentos conservadores que ancoravam o regime (Barbosa, 2018, p. 20). Isto podia ser evidenciado em suas matérias, entrevistas ou charges que traziam, no seu humor, uma desqualificação do movimento feminista brasileiro que surgia no período:

Figura 4 - Charge de Ziraldo



Fonte: O Pasquim (1980)

Segundo Céli Pinto (2003), era comum que em charges sobre o movimento feminista O Pasquim representasse uma vulgarização na forma de tratar a mulher e trouxesse um deboche em relação ao que fosse ligado ao feminismo:

Eles usavam o recurso do humor para desqualificar. Por mais que eles pudessem estar bem-intencionados, que era simplesmente: vamos brincar, a brincadeira também serve; acabava desqualificando a questão. Trazia à tona a questão, mas, permitia a desqualificação. Talvez daí essa tensão permanente entre nós e eles e a pecha de que as feministas eram mal-humoradas (Pereira, 2012, sp).

Na ilustração de Ziraldo da edição de O Pasquim de 1980, isso pode ser observado: duas figuras grafitam uma parede com mensagens semelhantes. A personagem à esquerda, de estatura menor, cabelos curtos, traços angulares e vestimentas folgadas, é uma ativista feminista que escreve na parede: “Nosso corpo nos pertence”, um lema e fundamento político dos movimentos feministas da época. Já ao seu lado, uma figura de short com a frase: “nossos corpos nus pertencem”.

Hildete Pereira de Melo (2012) analisa como o humor foi utilizado por veículos alternativos, como O Pasquim, para ridicularizar e minimizar pautas feministas. Mesmo que a intenção inicial fosse apenas satirizar ou brincar, esse tipo de abordagem acabava desqualificando as reivindicações femininas ao tratá-las com deboche. O humor, nesse contexto, contribuía para esvaziá-las de sua seriedade e urgência. Essa postura contribuiu para a perpetuação do estereótipo de que as feministas eram “mal-humoradas”, uma representação historicamente associada a mulheres brasileiras com posicionamento feminista. Nesse sentido, apesar de O *Pasquim* promover uma ideia de uma liberalização da mulher, frequentemente fazia isso de maneira sexista, reforçando estereótipos de gênero. Dessa forma, pode-se dizer que, em relação aos posicionamentos ideológicos, tanto os veículos tradicionais, quanto os alternativos da época tinham ressalvas quanto a um aprofundamento e tratamento das temáticas de gênero e sexualidade.

Outro exemplo é a capa “Todo paulista é bicha”, manchete criada para atrair a atenção às reportagens de autores assumidamente gays que estariam disponíveis naquela edição. Ainda, na capa, em letras menores completando a frase “Todo paulista que não gosta de mulher é bicha”, evidenciando o trocadilho e humor com ares de homofobia recreativa que faziam parte do periódico.

Figura 5 - Capa “Todo Paulista é Bicha” da Edição 105 de O Pasquin



Fonte: Portal Imprensa (2015)

Dessa análise, é importante diferenciar os periódicos alternativos e nanicos, reconhecendo que nem todo veículo alternativo estava isento de reproduzir visões preconceituosas sobre gênero e sexualidade. Ser "alternativo" não significava automaticamente ser progressista em todas as pautas. Muitos desses jornais, apesar de críticos à ditadura, ainda disseminavam visões machistas e homofóbicas típicas da época.

Por isso, a existência de veículos específicos e nichados, como os criados no seio do surgimento do movimento homossexual, foram fundamentais para trazer uma abordagem diferente em torno das representações que se faziam, mesmo pela imprensa tradicional e alternativa, sobre os gêneros e as sexualidades, oferecendo novas narrativas que afirmavam identidades dissidentes, contestavam estigmas e reivindicavam direitos, ao mesmo tempo em que construía espaços de visibilidade e resistência frente à marginalização midiática e social.

Esses espaços deram voz a uma população que não era representada nos demais periódicos alternativos, garantindo a visibilidade de debates que, de outra forma, seriam distorcidos ou ignorados.

A seguir, para dar sequência ao assunto, será abordada a história do movimento LGBTQIAP+ no Brasil e a relevância da imprensa para a construção em torno de uma identidade dissidente de gênero e sexualidade brasileira.

3. 3 O movimento LGBTQIA+ no Brasil e a importância dos periódicos para seu surgimento

Mesmo que a relevância de jornais e revistas na história da construção do sujeito político e cultural LGBTQIAP+ brasileiro seja subnotificada pela história oficial, neste tópico trago um levantamento que explica a importância do surgimento de alguns periódicos, para além de *Lampião da Esquina*, que foram pioneiros e preponderantes para o surgimento de grupos organizados politicamente em torno da questão da dissidência de gênero e sexualidade à matriz heterossexual.

No Brasil, durante os primeiros anos da década de 1960, as primeiras formas de associação de pessoas dissidentes à matriz heterossexual de gênero e sexualidade passaram a ocorrer em algumas cidades na forma de encontros de pequenos grupos, reuniões em apartamentos, além da criação e circulação de algumas revistas e jornalecos. O objetivo principal era proporcionar sociabilidade e a comunicação dessas comunidades, que viviam de maneira escondida nos guetos³⁶ (Fachinni, 2003).

A maioria dos encontros era de caráter festivo e foram fundamentais para a constituição de um espaço social de reconhecimento e pertencimento, em oposição às condições adversas e repressivas que se davam na sociedade em relação a essas comunidades (Fachinni, 2003).

Nesse sentido, esses espaços de sociabilidade contribuíram para o fortalecimento dos vínculos entre os integrantes, se tornando assim um tipo de subcultura: “as subculturas não só dão origem a novas maneiras de organizar o comportamento e a identidade, como também a novas formas de oposição e participação simbólica em relação à ordem dominante” (Vance, 1995, p. 16).

Neste período, caracterizado por Regina Facchini (2003, p. 86) como primeira onda do movimento homossexual brasileiro, essas associações e grupos:

Apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como não-polítizadas, por estar exclusivamente voltada para sociabilidade. Essas primeiras formas de associação de homossexuais, especialmente o jornal *O Snob* (1963-1969) e a Associação Brasileira de

³⁶ “O gueto não é uma “área natural”, produto da “história da migração” [...], mas sim uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano. A articulação do conceito de gueto possibilita o desvelamento da relação entre “guetização”, pobreza urbana e segregação, assim como o esclarecimento das diferenças estruturais e funcionais entre guetos e aglomerações étnicas” (Wacquant, 2004, p. 155).

Imprensa Gay (1967-1968), são mencionadas nos trabalhos de MacRae e Green (Facchini, 2003, p. 86).

O surgimento de periódicos como O Snob, portanto, considerado o primeiro jornal gay da história brasileira, refletem isso. O Snob foi criado por Agildo Guimarães³⁷ e publicado entre 1963 e 1969 no Rio de Janeiro. Produzido de forma artesanal e distribuído de mão em mão, o periódico tinha um caráter de colunismo social, abordando temas como festas, fofocas e pontos de encontro da comunidade homossexual da época na região do centro carioca (Green, 2000, p. 298).

O Snob circulava por diferentes bairros do Centro do Rio de Janeiro, como a Cinelândia, e da Zona Sul, incluindo Copacabana, e ganhou certo conhecimento e identificação nesses locais, evoluindo para uma mini revista com capa e ilustrações (Fachinni, 2003). Mimeografado e distribuído entre amigos, O Snob inspirou outras iniciativas semelhantes:

De um jornalzinho mimeografado e minimalista, com simples desenhos a traço de modelos femininos, O Snob tornou-se uma publicação que incluía cerca de trinta a quarenta páginas, trazendo ilustrações elaboradas, colunas de fofocas, concursos de contos e entrevistas com os famosos travestis do momento (Green, 2000, p. 298).

Figura 6 - Capa do número 95 de O Snob de 1965.



Fonte: Portal Bota Dentro (2019)

³⁷ Agildo Bezerra Guimarães foi um dos precursores da imprensa gay no Brasil. Natural de Recife, transferiu-se para o Rio de Janeiro e, em 1963, fundou o jornal O Snob, reconhecido como a primeira publicação assumidamente homossexual do país. Além de sua atuação editorial, Agildo teve participação decisiva na criação da Turma OK, considerada a primeira associação LGBTQIAP+ formalmente registrada no Brasil, com fundação oficial em 1962, no Rio de Janeiro. A Turma OK permanece em atividade até os dias atuais, configurando-se como uma das mais antigas organizações de socialização LGBTQIAP+ ainda em atividade (Costa, 2010).

Com o advento da ditadura civil-militar brasileira e o contexto da moralidade comportamental de ainda maior recriminação, registros dão conta que circularam somente no Rio de Janeiro mais de quinze títulos além de Snob: Le Femme, Subúrbio à noite, Gente Gay, Aliança de Ativistas Homossexuais, Eros, La Saison, O Centauro, O Vic, O Grupo, Darling, Gay Press Magazine, 20 de Abril, O Centro e O Galo. Em Niterói, havia Os Felinos, Opinião, O Mito e Le Sophistique (Rodrigues, 2014, p. 89). Esses periódicos proporcionavam a comunicação um senso de identificação e pertencimento às comunidades homossexuais, funcionando como importantes espaços de sociabilidade, resistência e afirmação identitária em um contexto marcado pela censura, repressão e invisibilização dessas populações.

Além do Rio de Janeiro, é registrado o surgimento de alguns periódicos também em Salvador, na Bahia; posteriormente em São Paulo e, gradualmente, outras regiões do país (Fachinni, 2003). Em Salvador, um nome lembrado é o do jornalista Waldeilton di Paula, responsável por diversas publicações pioneiras. Entre elas, Fatos e Fofocas (1963), um quinzenal que circulava de mão em mão até retornar ao ponto de origem e se manteve ativo até 1967; Zéfiro (1967) e Baby (1968), ambos datilografados, sendo o último reproduzido em 50 cópias reprográficas; e Little Darling (1970), que teve uma tiragem de cem exemplares e se diferenciava ao incluir, além de fofocas da comunidade homossexual baiana, críticas de cinema e teatro, assim como notícias sobre a cena LGBTQIAP+ fora da Bahia (Fachinni, 2003).

Como refletido por Simões e Fachinni (2009), é importante considerar o contexto de circulação desses periódicos no Brasil no final dos anos 1960: as diversas sanções repressivas, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 no final de 1968, levaram a extensão da repressão para os costumes, com atividades paralelas de intimidação, venda de proteção e extermínio sumário, realizadas em várias cidades, conhecidas como "esquadrões da morte", o que tornava-se um risco ainda maior de violência para essas populações.

As operações dos esquadrões da morte visavam também os territórios de sociabilidade homossexual, sob a justificativa de combater a vadiagem e o tráfico de drogas. Nesse sentido, essas revistas eram um retrato que "as subculturas sexuais que tinham crescido em áreas urbanas foram campo especialmente fértil para esses

experimentos” (Vance, 1995, p. 16) e agiram como forma também de preservação das sociabilidades e fortalecimento da comunidade (Carvalho, 2019).

Dessa forma, pode-se dizer que periódicos dos anos 1960 tiveram um viés e atuação predominantemente voltado à sociabilidade e à construção identitária, fornecendo referências simbólicas para um grupo que vivia às margens de violências do Estado e de sanções militares.

Neste período, como veículos de mídia, eles desempenharam um papel relevante na formação e articulação do movimento político que surgiria nos anos seguintes. Para Gilka (Agildo Guimarães), uma ideia de jornalismo “entendido” ou de jornalismo gay, cada vez mais ganhava espaço, buscando tratar com maior seriedade a temática da homossexualidade:

O jornalismo entendido deve ser feito para o esclarecimento das pessoas, mesmo os homossexuais, a respeito do homossexualismo. Pouquíssimas pessoas, mesmo os leitores do Snob, conseguem debater este tema com respeito, conhecimento e seriedade (O Snob, n. 12, 1967).

Destaca-se, ainda, a fundação da Associação Brasileira de Imprensa Gay, dirigida por Agildo Guimarães e Anuar Farah, que se articulou em torno da produção e da circulação da maioria dos periódicos com viés jornalístico no RJ. Entretanto, com o regime militar, a Associação foi fechada alguns anos após o seu surgimento.

Porém, por meio do surgimento desses diversos periódicos, as ideias, experiências e reivindicações que eram sistematicamente silenciadas pelos meios de comunicação tradicionais começaram a circular, promovendo uma maior articulação entre indivíduos e grupos dissidentes de gênero e sexualidade da época, trazendo uma outra roupagem - seja em linguagem e formato - diferente da heteronormativa.

Embora a imprensa alternativa tenha sido essencial para a formação e visibilidade do movimento homossexual brasileiro da primeira onda, ainda há uma lacuna sobre a importância histórica, pois são materiais de difícil acesso, acervo e conservação. Nesse sentido, é preciso dizer que ainda há muito por fazer sobre os periódicos e registros dessa época:

Muito há por fazer, portanto. Lutar para que nos arquivos nacional, estaduais, municipais e nos do Poder Judiciário se criem fundos arquivísticos temáticos referentes a LGBTs, mulheres, negros e prostitutas é

um exemplo. Outro é para que já na distribuição dos processos se faça a catalogação, facilitando a triagem (...) (Rodrigues, 2021, p. 96).

Compreender, portanto, que a imprensa alternativa exerceu papel central na construção da identidade política do movimento homossexual brasileiro é apenas o início de um esforço mais amplo de reconhecimento e preservação dessa memória. A escassez de acervos organizados, a fragilidade da conservação dos materiais e a pouca atenção institucional a esses registros demonstram o quanto ainda se negligencia a história das dissidências sexuais e de gênero no Brasil.

Nesse contexto, iniciativas voltadas à criação de fundos arquivísticos temáticos e à sistematização de processos e documentos são urgentes para que essas narrativas não apenas resistam ao tempo, mas também ocupem o lugar que lhes é de direito na história oficial. Preservar esses periódicos é também preservar as vozes que desafiaram o silêncio imposto por uma sociedade excludente.

3.3.1 O ativismo que começava a surgir

Os registros já do final dos anos 1960 e início da década de 1970 passavam a refletir uma intensificação do ativismo político acerca da temática das dissidências de gênero e sexualidade à matriz heteronormativa, passando de comunicações e periódicos voltados a sociabilidade e expressão em torno da comunidade, para um lugar de reivindicação, articulação política e enfrentamento às repressões que cada vez mais se tornavam constantes. Essa tendência era mundial. Gorisch (2013, p. 15) destaca que, em 1968, na cidade de Nova York, pelo menos 500 pessoas foram detidas por “crimes contra a natureza” — uma expressão utilizada para criminalizar relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, enquanto entre 3.000 e 5.000 indivíduos foram presos por delitos relacionados à orientação homossexual.

Nesse contexto, em 1969, ocorreu em Nova Iorque o episódio que ficou conhecido como a Revolta de Stonewall, evento marcado por uma violenta ação policial contra o bar Stonewall Inn, frequentado por homossexuais, que resultou em uma rebelião que durou vários dias e que, para muitos, deu origem ao movimento contemporâneo atual pelos direitos de pessoas LGBTQIAP+ nos Estados Unidos, inspirando outros países a articularem-se em torno da questão:

Stonewall – Em referência ao bar “Stonewall Inn”, Em Nova Iorque, nos Estados Unidos --- é conhecido como um marco na luta pelos direitos LGBT, onde em 28 de junho de 1969, ele foi palco de uma forte reação da comunidade LGBT a uma intervenção policial de rotina no local, em um tempo em que ser LGBT não era algo socialmente aceito. A data é hoje celebrada internacionalmente como “Dia Do Orgulho LGBT”. A luta, que em 28 de junho de 1969 ficou evidente nos Estados Unidos, perpassa hoje os vários países e fóruns multilaterais. (Terto; Souza, 2015, p. 123)

No Brasil, também foi possível observar essa virada de chave: uma espécie de guinada rumo a uma organização política em torno de direitos homossexuais e o conhecimento sobre o assunto cada vez mais passou a ser alvo dos periódicos que já existiam e dos que viriam a surgir.

O Grupo SOMOS, fundado em São Paulo em 1978, pode ser citado como a primeira organização a propor a politização da questão homossexual no país (Fachinni, 2003, p. 84). Com um viés descrito como “comunitarista e antiautoritário”, o Grupo SOMOS trazia em suas reuniões espaços de troca de experiências e fortalecimento da identidade homossexual, ao mesmo tempo em que contestava a normatividade imposta pela sociedade (Fachinni, 2003). O Grupo SOMOS, assim como outras iniciativas que surgiam de forma paralela e semelhante no período,

estiveram bastante concentradas no eixo Rio-São Paulo, eram fortemente marcadas por um caráter antiautoritário e comunitarista, pela relação com propostas de transformação para o conjunto da sociedade e foram tratadas pela bibliografia sobre movimentos sociais a partir do enquadramento entre os movimentos então chamados de alternativos ou libertários (Fachinni, 2003, p. 84).

Vale salientar que no período do seu surgimento, o grupo SOMOS era formado exclusivamente por homens e sua primeira manifestação pública aconteceu por meio de uma carta enviada ao sindicato dos jornalistas, na qual adotou temporariamente o nome *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais*.

Mais tarde, em dezembro de 1978, o grupo passou a se chamar SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, após receber um convite para integrar uma semana de debates sobre a emancipação de grupos marginalizados, programada para o início do ano seguinte na Universidade de São Paulo (USP). A partir desse debate, o SOMOS passou a contar com novos integrantes, incluindo mulheres, e deu origem a dois novos grupos: Eros e Libertos (Fachinni, 2003).

Figura 7 - Grupo Somos de Afirmação Homossexual em Marcha Contra Violência Policial da Ditadura



Fonte: Torres (2023)

A partir desse ponto, diversas iniciativas e eventos emergiram, promovendo o debate público sobre os direitos das pessoas homossexuais e impulsionando a visibilidade dessa questão na sociedade.

No final de 1979, por exemplo, o Rio de Janeiro sediou o 1º Encontro de Homossexuais Militantes, realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O evento reuniu 61 participantes — 11 mulheres lésbicas e 50 homens gays — e contou com a presença de nove grupos: SOMOS (RJ), Auê (RJ), SOMOS (SP), Eros (SP), SOMOS Sorocaba (SP), Beijo Livre (Brasília, DF), Grupo Lésbico Feminista (SP), Libertos (Guarulhos, SP) e Grupo de Afirmação Gay (Caxias, RS), além de um representante de Belo Horizonte (MG), que futuramente fundaria o Grupo 3º Ato (Fachinni, 2003).

O encontro foi marcado por frases como “o movimento homossexual é revolucionário e não apenas reformista!” e, entre as principais deliberações, destacaram-se a reivindicação da inclusão do respeito à orientação sexual na Constituição Federal, uma campanha para remover a homossexualidade da lista de doenças mentais e a convocação de um congresso a ser realizado na Semana Santa seguinte, em São Paulo (Fachinni, 2003; Jesus, 2024).

Ainda, houve a realização do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), restrito a coletivos e convidados, e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), aberto ao público, realizados em São Paulo. Neste encontro, participaram integrantes dos grupos Auê (RJ), SOMOS (SP), Eros (SP),

Libertos (Guarulhos, SP), SOMOS Sorocaba (SP) e Beijo Livre (Brasília, DF), além de representantes de Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Goiânia (GO), Curitiba (PR) e uma comissão do jornal Lampião da Esquina, que já existia desde 1978.

Sobre a atuação de grupos e entidades voltadas a questões de direitos homossexuais, há a menção de que o grupo SOMOS passou por divisões internas, resultando na formação de três novos coletivos: o próprio SOMOS, o Grupo Lésbico-Feminista, que mais tarde adotaria o nome Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), e o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente renomeado como Outra Coisa. Aqui, mais uma vez, se percebe a questão da interseccionalidade na história do movimento LGBTQIAP+ brasileiro. Como salienta Akotirene (2018), a interseccionalidade permite enxergar o colapso das estruturas sociais dentro das militâncias. Foram “rachas” que, apesar da fragmentação, trouxeram articulações mais específicas visando atender a especificidades de cada pauta, juntamente com os movimentos feminista e negro (Fachinni, 2003, p. 84).

Figura 8 - Grupo de Ação Lésbico Feminista em 1978



Fonte: Um Outro Olhar (2019)

O Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) foi uma das organizações pioneiras no contexto do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) no que diz respeito a uma organização política em prol de mulheres lésbicas brasileiras.

Fundado em outubro de 1981, na cidade de São Paulo, por ativistas como Míriam Martinho, Rosely Roth e outras colaboradoras, o grupo desempenhou um papel fundamental na articulação política e na visibilidade das pautas lésbicas no país. Sua atuação estendeu-se até março de 1990, deixando um legado significativo na luta pelos direitos das mulheres lésbicas no Brasil.

Nesse sentido, o boletim ChanaComChana, produzido pelo Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), circulou entre os anos de 1981 e 1987, abordando questões centrais relacionadas às vivências e demandas das mulheres lésbicas.

A revista ChanaComChana foi uma publicação pioneira do movimento lésbico brasileiro, editada entre 1981 e 1987 pelo GALF, sediado em São Paulo. Inicialmente concebida como um fanzine, a revista teve 12 edições que abordavam temas como sexualidade, feminismo, saúde, cultura e política, sempre sob uma perspectiva lésbica e feminista.

ChanaComChana tornou-se um espaço para a articulação política e a construção de uma identidade coletiva entre mulheres lésbicas, desafiando tanto o machismo dentro do movimento homossexual quanto o lesbofeminismo invisibilizado dentro do feminismo da época.

Um dos episódios mais emblemáticos envolvendo a revista ocorreu em 1983, quando ativistas do GALF foram impedidas de distribuir o boletim ChanaComChana no Ferro's Bar, um conhecido ponto de encontro LGBTQIAPN+ em São Paulo. Em resposta, organizaram um protesto que ficou conhecido como o "Stonewall brasileiro", marcando o 19 de agosto como o Dia do Orgulho Lésbico no Brasil.

Figura 9 - Capa dos boletins ChanaComChana da edição 3 e 5



Fonte: ChanaComChana (1983)

A proibição da venda do ChanaComChana no Ferro's Bar tornou-se um marco simbólico para a mobilização da comunidade lésbica e foi o estopim para a Revolta do Ferro's Bar, episódio frequentemente referenciado como a história não contada do Stonewall brasileiro, pela sua similaridade com o episódio do bar dos EUA. Esse levante representou um momento na luta pelos direitos e pelo reconhecimento das mulheres lésbicas no Brasil, o que destacou a resistência contra a marginalização e o silenciamento imposto a essa parcela da população.

Nesse contexto efervescente de uma pluralização de pautas do movimento homossexual brasileiro é que surge outra iniciativa precursora no âmbito dos periódicos: Lampião da Esquina.

Surgido a partir de reuniões que começaram em 1977, na cidade do Rio de Janeiro, Lampião da Esquina tinha o objetivo de tratar de forma abrangente a questão das homossexualidades brasileiras, com uma proposta de cobrir, além de política, cultura e arte, estar em diálogo com diferentes segmentos do movimento e da esquerda brasileira, com coberturas de eventos, reportagens e colunas dedicadas à cartas de leitores. A diversificação do enfoque da revista levou Lampião a tornar-se o primeiro periódico de circulação nacional dedicado às dissidências de gênero e sexualidade no país, com abrangência em diferentes regiões do país e cidades, chegando a ter edições com tiragens de aproximadamente 15 mil exemplares.

Foi a partir de um encontro com o jornalista britânico Winston Leyland³⁸, editor do periódico norte-americano Gay Sunshine e fundador da Gay Sunshine Press, primeira editora LGBTQIAP+ dos Estados Unidos, foi que surgiu a ideia de criar Lampião da Esquina.

3.3.2 Contexto de surgimento de Lampião da Esquina

A visita de Winston Leyland ao Brasil, que ocorreu em 1977, foi articulada pelo advogado João Antônio Mascarenhas, à época o único latino-americano a

³⁸ Editor, escritor e ativista norte-americano, Winston Leyland foi responsável pela publicação de obras literárias e jornalísticas que abordavam abertamente a homossexualidade em um período de intensa repressão moral e legal nos EUA. À frente da editora Gay Sunshine Press, nos Estados Unidos, difundiu textos de autores homossexuais de diversas partes do mundo, incluindo brasileiros, contribuindo para a circulação de ideias e experiências que influenciaram a formação de uma consciência coletiva homossexual no Brasil. Sua produção editorial teve papel relevante na legitimação cultural da homossexualidade e no fortalecimento das redes transnacionais de ativismo LGBTQIA+, especialmente durante os anos 1970 e 1980.

assinar a revista editada por Leyland. O propósito inicial dessa visita era reunir escritores e intelectuais interessados na organização de uma antologia de literatura homossexual latino-americana (Howes, 2003; Mariusso, 2015).

Embora esse encontro tenha, de fato, resultado na produção da *coletânea Now the Volcano: An Anthology of Latin American Gay Literature*, publicada em 1979 pela Gay Sunshine Press, o impacto da reunião extrapolou os limites do projeto original. A partir daquele momento, começou a tomar forma a proposta de desenvolver um material impresso que tratasse a homossexualidade a partir de uma perspectiva assumidamente homossexual — ideia inicialmente pensada como uma coluna em um periódico ou em uma revista voltada ao público masculino (Pereira, 2017).

Foi nesse contexto que Aguinaldo Silva, que estava envolvido na concepção do projeto, questionou por que não se criar um jornal em vez de apenas uma coluna. A resposta, segundo relato, relacionava-se à viabilidade econômica da proposta (Cruz, 2015, p. 79). Entretanto, a experiência de Aginaldo Silva contribuiu para a decisão de se criar um jornal no formato tabloide, desfazendo as resistências iniciais e impulsionando o grupo a transformar a ideia em projeto concreto. Após uma série de reuniões, foi formalizada, então, a criação da pessoa jurídica responsável pela publicação, que ficou conhecida como a Editora Esquina (Cruz, 2015, p. 79).

Essa articulação culminou em uma reunião realizada na residência do artista plástico Darcy Penteado. Participaram do encontro João Antônio Mascarenhas, Aguinaldo Silva, Jean-Claude Bernardet, João Silvério Trevisan, Peter Fry, Adão Costa, Antonio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt e Gasparino Damata — nomes que comporiam posteriormente o conselho editorial da publicação.

A composição do Conselho Editorial inicial deste projeto, portanto, incluíram: Darcy Penteado, artista plástico e escritor, que foi o anfitrião do encontro inicial que originou a ideia da revista; Aguinaldo Silva, jornalista e escritor, que mais tarde se destacou como roteirista de novelas na TV Globo; João Silvério Trevisan, escritor e cineasta, autor de obras sobre a temática LGBTQIA+ no Brasil, como *Devassos no Paraíso e Seis Balas num Buraco Só - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2018); Antônio Chrysóstomo, jornalista especializado em música popular; Clóvis Marques, jornalista, crítico de cinema e tradutor; Francisco Bittencourt, poeta, crítico de arte e jornalista; Gasparino Damata, jornalista e escritor; Jean-Claude Bernardet, crítico de cinema e teórico do movimento Cinema Novo; João Antônio

Mascarenhas, advogado, jornalista e tradutor; Peter Fry, antropólogo britânico radicado no Brasil, especialista em religiões afro-brasileiras e sexualidade; e Adão Costa, jornalista e pintor.

De fato, em outubro de 1977, Leyland, editor do mais importante periódico literário do movimento homossexual dos EUA, fundado em São Francisco e contando então com mais de 30 mil leitores, visitou o Brasil por mais de um mês, percorrendo diversas capitais. [...] Hospedado inicialmente no Rio pelo advogado João Antônio Mascarenhas, o “papa da homossexualidade”, como alguns o apelidavam, veio ao país para aprofundar sua pesquisa sobre literatura e arte na América Latina, com um enfoque na sexualidade. [...]

Mal sabia Leyland que sua visita ao Brasil teria o efeito de catalisar a vontade ainda incipiente - e bastante dispersa - de diversos intelectuais e ativistas no sentido de organizar uma publicação voltada especificamente para o público homossexual. Com efeito, o grupo de jornalistas homossexuais assumidos que se articulou inicialmente em torno de Mascarenhas, com o objetivo primeiro de entrevistar Leyland para uma matéria no Pasquim, acabou dando o pontapé inicial no projeto de uma publicação feita por homossexuais e voltada para os grupos minoritários: o *Lampião da Esquina* (Quinalha, 2021, p. 3).

O grupo responsável pelo jornal foi ampliado com a participação de outros interessados e, para financiar a publicação, nove dos onze idealizadores contribuíram para a criação da editora (Quinalha, 2021, p. 3). Além disso, realizaram uma campanha de arrecadação que envolveu o envio de cartas para cerca de 12 mil contatos, incluindo amigos e conhecidos homossexuais de todo o Brasil. Conforme relata Edward MacRae (1990, p. 72), a recepção foi muito positiva, e o montante arrecadado possibilitou o financiamento das duas primeiras edições do jornal, que tinha formato tabloide, com 20 páginas e tiragem mensal entre 10 e 15 mil exemplares. A entrevista com Winston Leyland, embora planejada para o lançamento, só foi publicada no segundo número, em julho de 1978.

Somou-se a isso o entendimento, por parte desses idealizadores, de que havia uma demanda do público gay por um produto cultural que dialogasse diretamente com suas vivências, interesses e necessidades, o que reforçou a viabilidade de um veículo de comunicação assumidamente voltado a esse segmento. Joseph Bianchi Cava (2021, p. 153), destaca que *Lampião da Esquina* surgiu no bojo da “era das rupturas”, período no qual diversos grupos minoritários passaram a se organizar politicamente, influenciados por transformações internacionais e nacionais que marcavam o final da década de 1970.

O conselho editorial inicial formado de *Lampião da Esquina*, portanto, integrava-se ao movimento mais amplo da imprensa alternativa gay internacional,

compartilhando com ela algumas características principais: a ausência de fins lucrativos, financiamento por assinaturas e doações, e tiragens reduzidas (Quinalha, 2021). Assim, a gênese de *Lampião da Esquina* se deu segundo uma rede de arrecadações e contatos que pode ser compreendida dentro de uma rede transnacional de trocas, marcada pela circulação de ideias e estratégias diversas para a sua viabilidade.

Após a decisão de criar o jornal, surgiu a necessidade de definir seu nome. Inicialmente, cogitou-se o título *Esquina*, uma referência simbólica aos espaços urbanos onde pessoas homossexuais tradicionalmente se encontravam — pontos de socialização e reconhecimento mútuo, frequentemente situados em esquinas, consideradas territórios ambíguos entre o público e o privado. No entanto, como o nome já havia sido utilizado para registrar a editora responsável pela publicação, foi necessário buscar outra denominação. A escolha recaiu então sobre *Lampião*, em alusão ao objeto que iluminava justamente essas esquinas, os espaços de encontro e convivência da comunidade homossexual (Silva apud Gimenez, 2015, p. 30).

Figura 10 - Capa do periódico *Lampião da Esquina* da edição 11 de abril de 1979



Fonte: *Lampião da Esquina* (1979)

Nesse momento inicial, a associação ao cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, também conhecido como Lampião, não fazia parte da intenção original dos editores. A relação com a figura histórica do líder do cangaço se estabeleceria mais adiante, sobretudo durante a criação do logotipo do jornal, momento em que essa imagem foi ressignificada como símbolo de resistência, enfrentamento e marginalidade social (Silva apud Gimenez, 2015, p. 30).

Lançado, portanto, em formato tabloide e com periodicidade mensal, o jornal contou com colaboradores espalhados por diversas regiões do país, o que ampliava sua abrangência geográfica e conferia ao jornal uma perspectiva descentralizada das experiências LGBTQIAP+ à época no Brasil. Com tiragem muito acima dos periódicos que veiculavam no mesmo período, o jornal atingiu uma audiência significativa, algo até então inédito para publicações alternativas brasileiras.

3.3.2.1 O projeto editorial de Lampião da Esquina

A perspectiva editorial de Lampião da Esquina, conforme observado, tinha como objetivo tratar assumidamente, em suas reportagens e matérias, das homossexualidades brasileiras, adotando uma linguagem descrita por Silvério Trevisan (2002, p. 339) como “desmunhecada e desabusada do gueto homossexual”. Lampião da Esquina, nesse sentido, tinha o arrojado propósito de se tornar o primeiro jornal de circulação nacional sobre essa temática, objetivo esse que já era vislumbrado desde as primeiras reuniões para a concepção do periódico (ref).

Nesse sentido, o seu conteúdo editorial combinava diferentes gêneros jornalísticos com este foco em seu escopo. Sobre o formato de conteúdo, o jornal foi pensado por seções que abrigaram os mais variados formatos: reportagens jornalísticas, ensaios, críticas literárias, teatrais e cinematográficas, além de artigos de opinião e uma seção voltada à publicação de cartas de leitores.

Nesse sentido, seguindo a lógica de seções fixas que orientavam a distribuição e apresentação dos conteúdos, a seguir, são apresentadas as seções editoriais do jornal, com breves descrições de suas funções e características:

Opinião: espaço reservado para a manifestação da linha editorial do jornal e opiniões de colaboradores. Funcionava como arena de debate e reflexão sobre

temas políticos e sociais voltados ao gênero e sexualidade, expressando diretamente a opinião da revista.

Ensaio: editoria voltada à publicação de notícias em formato ensaístico, com tom analítico ou experimental relacionado ao universo artístico, literário ou científico das sexualidades.

Esquina: reunia notícias com o foco em denúncia de violências ou injustiças, especialmente as oriundas da repressão policial nas ruas e espaços de sociabilidade gay.

Reportagem: local das matérias de maior destaque, geralmente com apuração mais profunda. Abrangia temas sociais, políticos e culturais relevantes para o público do jornal.

Literatura: seção dedicada à publicação de textos literários como poemas, contos e crônicas no âmbito das homosbotransafetividades. Costumava encerrar a edição, valorizando a criação artística.

Tendências: divulgava sugestões culturais, como livros, filmes, peças e shows. Atuava como guia artístico, aproximando leitores da produção cultural LGBTQIAP+ da época.

Cartas na mesa: Publicava cartas enviadas por leitores, frequentemente acompanhadas de respostas. Criava um canal direto de diálogo entre o jornal e seu público.

Ativismo: reunia reportagens e notícias sobre movimentos sociais, eventos da militância homossexual, feminista e negra à época. Foi uma editoria criada a partir da edição nº 20 para dar visibilidade à luta das minorias de forma focada.

Entrevista: editoria voltada à publicação de entrevistas com figuras relevantes para o contexto social e político das dissidências de gênero e sexualidade da época. Permitia conhecer diferentes vozes e experiências. As entrevistas eram conduzidas e redigidas por algum membro do Conselho Editorial do jornal.

Bixórdia: coluna humorística com linguagem irônica, gírias e frases típicas do contexto das comunidades homossexuais. Misturava fofocas, críticas e provocações, com tom informal e contestador.

Festim: espaço voltado a eventos e festas organizadas ou divulgadas pelo jornal. Celebrava a cultura e o encontro das comunidades dissidentes de gênero e sexualidade.

Denúncia: editoria que expunha casos de violência e discriminação. De forma semelhante à Esquina, tinha caráter de denúncia e resistência social.

Badalo: coluna que trazia notícias de outros jornais e grupos internacionais. Estabelecia conexões globais e mostrava a articulação de lutas semelhantes fora do Brasil.

Acerca do estilo de escrita em Lampião, há uma certa concordância entre autores que o periódico era contundente em sua linguagem através do engajamento político (Rodrigues, 2010, p. 406–407). O conteúdo abordava temas até então tidos como tabus na época, como a sexualidade as afetividades e vivências gays, além de temáticas interseccionais, o racismo e o feminismo, com linguagem provocadora e subversiva à cisheteronormatividade. Dessa forma, as reportagens não circundavam apenas em torno dos temas relacionados à homossexualidade masculina e incluíam entrevistas e textos com pessoas de diversas orientações, como a da realidade de pessoas trans e travestis, mulheres negras, artistas lésbicas e bissexuais, etc.

Além disso, havia o interesse em ressignificar termos pejorativos e hostis em torno das sexualidades periféricas, como as expressões “viado”, “bixa”, “sapatão”, forma a resgatá-los e desmistificá-los (Cava, 2021, p. 157): “o uso de tais palavras em Lampião, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para, em seguida, desmistificá-las” (Lampião da Esquina, 1978, p. 2).

Nesse sentido, é fortuito afirmar que o projeto editorial de Lampião da Esquina, apesar de saber-se que foi concebido por homens gays com certo privilégio social e cultural, apresentou uma linguagem inovadora e disruptiva:

Com sua redação instalada no Rio de Janeiro, mas mantendo uma equipe editorial também em São Paulo, Lampião vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados ‘secundários’ - tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo -, e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual. Além de publicar roteiros de locais de pegação guei nas principais cidades do país, nele começaram a ser empregadas palavras proibidas ao vocabulário bem-pensante (como viado e bicha), de modo que seu discurso gozava de uma saudável independência e de uma difícil equidistância inclusive frente aos diversos grupos da esquerda institucionalizada. Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções. (Trevisan, 2018, p. 317).

Acerca dessa desobediência como linha editorial em *Lampião da Esquina*, me alinhando às autoras Betina Rezende de Castro e Leticia Pedruzzi Fonseca (2021, p. 36) que em seu estudo sobre as capas das edições de *Lampião da Esquina*, identificaram um conjunto expressivo de estratégias gráficas e editoriais que expressam essa desobediência do projeto editorial também na linguagem visual de *Lampião*: as capas foram estruturadas de modo a se assemelhar a cartazes³⁹, rompendo com os padrões convencionais da diagramação jornalística da época, o que possibilitou o uso livre e criativo de recursos visuais como tipografia variada, colagens, ilustrações, fotografias e *lettering*.

Ainda sobre a composição visual, segundo das autoras, 81,4% das capas combinavam elementos textuais com imagens, como ilustrações, colagens e caixas de diálogo, enquanto apenas 18,4% se concentravam em *lettering* ou elementos visuais isolados (Castro; Fonseca, 2021, p. 39). Outro aspecto foi a liberdade na aplicação de famílias tipográficas, que também expressa a proposta disruptiva na linguagem de *Lampião*: algumas edições chegaram a utilizar até dez estilos diferentes de letras, o que demonstrava a recusa de um padrão fixo e reforçava a identidade visual fragmentada e provocadora do jornal (Castro; Fonseca, 2021, p. 42).

Sobre os conteúdos e temáticas presentes em *Lampião da Esquina*, valho-me dos achados obtidos ainda pelas autoras, que observam que as manchetes mais recorrentes de *Lampião da Esquina* assumiam focos diversos acerca das minorias dissidentes de gênero e sexualidade brasileiras: crimes (sete edições), sexualidade e ditadura militar (seis edições cada), mobilizações e arte (cinco edições cada), além de feminismo e travestis (quatro edições) (Castro; Fonseca, 2021, p. 39).

Assim, *Lampião da Esquina* pode ser compreendido como um ponto de inflexão na imprensa alternativa brasileira: não apenas pela sua agenda inovadora, mas por ter se posicionado em um espaço interseccional de denúncia, visibilidade e resistência que, como reconhecem as autoras, em uma tentativa de articular diversas pautas minoritárias em um único veículo (Cava, 2021, p. 157–158).

³⁹ A visualidade do *Lampião da Esquina* remonta à tradição da cartazaria, especialmente no uso de elementos gráficos marcantes, como tipografias expressivas, cores contrastantes e composições visuais que evocam o impacto direto da comunicação de rua. Essa estética se aproxima da linguagem dos cartazes políticos e culturais, reforçando a intencionalidade política do periódico.

As pessoas envolvidas na concepção de *Lampião da Esquina* traziam consigo um recorte específico, conforme apontado: a centralidade de um grupo composto majoritariamente por homens brancos, de classe média e média-alta, com expressivo capital cultural e vinculados aos campos da comunicação, das artes e das ciências humanas. Essa configuração evoca um marcador importante de classe e gênero, indicando que a própria constituição do grupo fundador reproduz hierarquias estruturais de certo privilégio financeiro e cultural para que a revista fosse lançada.

Entretanto, ainda que o conselho editorial inicial de *Lampião* fosse composto majoritariamente por homens gays e brancos, o periódico demonstrava, desde sua edição experimental, a preocupação em ampliar o escopo de matérias em *Lampião* para além da pauta da homossexualidade masculina. Essa preocupação editorial estava expressa, logo em seu texto inicial na edição zero, com a intenção de “ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados — dos negros, índios, mulheres às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias” (*Lampião*, 1978, p. 2).

Esse posicionamento refletia uma intencionalidade política por parte de *Lampião da Esquina*: o de estabelecer um diálogo com formas de opressão interseccionais à da discriminação sexual. Segundo pesquisas recentes, como a de Amaral e Oliveira (2024), esse viés insere *Lampião da Esquina* em uma perspectiva editorial interseccional e decolonial.

O conceito de “decolonialidade editorial” em *Lampião da Esquina*, conforme elaborado por Amaral e Oliveira (2024), faz sentido para este estudo, uma vez que compreende *Lampião da Esquina* com uma linha editorial que fosse na contramão dos temas usualmente abordados na mídia tradicional e em outros veículos da imprensa alternativa: “a proposta de desenvolver a ideia de decolonialidade editorial a partir do jornal *Lampião da Esquina* perpassa a intenção de reconfigurar os modos de construção de reportagens e de produção de sentido dos acontecimentos e das fontes consultadas”. Ou seja, em *Lampião da Esquina*, as vozes e fontes consultadas seriam outras: seria deslocada para vozes historicamente marginalizadas. Isso trouxe a possibilidade, através do jornal, de oferecer perspectivas mais situadas e indo além do monopólio epistemológico de matriz eurocêntrica e burguesa de reportagem, típico dos veículos tradicionais, de forma que as escolhas de construção das matérias pudessem partir da seleção de fontes

que trouxessem um outro olhar, deslocando o foco da autoridade branca, heterossexual.

Segundo a proposta editorial decolonial de Lampião da Esquina apontada por Amaral (2024, p. 161), o jornal buscava dar visibilidade a relatos de experiências como essas, com o objetivo de desnaturalizar visões hegemônicas. Como destaca o autor: “ao reconhecer a necessidade de avançar para além dos espaços dos guetos, a decolonialidade da comunicação desenvolvida pelo jornal promove a visibilidade de grupos que passam pela violência simbólica, com o intuito de desnaturalizar o sentido estereotipado”.

O reconhecimento da decolonialidade editorial no jornal Lampião da Esquina está sustentado pela intenção da publicação em não apenas produzir reportagens e notícias sobre os acontecimentos, mas sobretudo oferecer olhares que complexificam os fatos. Ao realizar a cobertura dos primeiros eventos feministas dos quais há registros em São Paulo e Rio de Janeiro, o jornal ganha destaque por ser o único meio de comunicação da imprensa a acompanhar os acontecimentos. Além disso, constrói a reportagem por vieses que fogem às regras canônicas do jornalismo e da sociedade burguesa ao trazer à tona grupos e sujeitos que estão às margens do reconhecimento público e político (Amaral, 2024, p. 242).

Nesse sentido, elenco a seguir três motivos que julgo pertinentes para compreender por que Lampião da Esquina pode ser entendido como um veículo dentro de um projeto editorial decolonial e interseccional:

O primeiro motivo pelo qual Lampião da Esquina pode ser considerado um veículo decolonial está na visibilidade das vozes dissidentes, especialmente mulheres racializadas, periféricas e lésbicas (Amaral; Oliveira, 2024, p. 240). Um segundo motivo está na estrutura narrativa das reportagens, que incorpora relatos em primeira pessoa e experiências subjetivas de pessoas que representam minorias sociais como parte da construção da narrativa da notícia (Amaral; Oliveira, 2024, p. 242):

A terceira razão que justifica a leitura decolonial do jornal é a de que o jornal, como forma de registro histórico, seja um agente de comunicação “ex-cêntrica” e “alter(n)ativa”, conforme os conceitos de Ernesto Torrico (2019), ao operar fora da lógica hierarquizante da grande mídia e ao afirmar um modo de informar que reflete diretamente as realidades latino-americanas e insurgentes (Amaral; Oliveira).

Portanto, a decolonialidade editorial em Lampião da Esquina está articulada à produção de narrativas que passava a romper com os cânones tradicionais do jornalismo clássico.

Lampião da Esquina teve um total de 38 edições (incluindo o número zero), com circulação mensal de abril de 1978 até junho de 1981, encerrando suas atividades após pouco mais de três anos. O fechamento do periódico foi determinado por uma conjunção de fatores: a forte repressão política do regime militar, que resultou em queda de tiragem e desgaste jurídico por parte das autoridades; dificuldades financeiras constantes típicas da imprensa alternativa; e divergências internas entre os editores quanto à linha editorial, com alguns defendendo um foco político radical, enquanto outros buscavam uma abordagem mais ampla e atrativa para diferentes públicos. Esses elementos, em conjunto, inviabilizaram a continuidade do jornal, marcando o fim de um dos primeiros espaços midiáticos nacionalmente relevantes para a visibilidade LGBTQIAPN+ durante a ditadura. No capítulo destinado à metodologia, será realizada uma abordagem mais aprofundada dos critérios que fundamentam a escolha do jornal Lampião da Esquina como objeto de análise.

3.4 A epidemia da AIDS e os novos rumos do movimento

Já para o final da década de 1980, o movimento homossexual brasileiro sofreu uma significativa redução no número de grupos organizados. Dados identificavam a existência de 22 coletivos no início da década e que esse número havia caído para seis em 1985 (Fachinni, 2003). Já em outubro de 1986, o total de grupos ativos subiu para 12, mas voltou a diminuir para oito em maio de 1988. Esse declínio pode ser atribuído, entre outros fatores, ao impacto da epidemia de AIDS⁴⁰, então estigmatizada como a "peste gay", que enfraqueceu as pautas de libertação sexual e desviou o foco da militância para a questão de saúde pública que se instaurava (Fachinni, 2003).

Lideranças do movimento passaram a concentrar seus esforços no enfrentamento direto da doença, contribuindo para as primeiras iniciativas da sociedade civil no combate à epidemia. A questão da AIDS e as campanhas públicas que se seguiram conduziram a militância brasileira a uma nova forma de

⁴⁰ A AIDS, sigla para Acquired Immune Deficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), refere-se ao estágio avançado da infecção causada pelo HIV (Human Immunodeficiency Virus – Vírus da Imunodeficiência Humana). Trata-se de uma condição caracterizada pelo comprometimento progressivo do sistema imunológico, resultante da ação prolongada do vírus no organismo humano.

engajamento e atuação. Esta mudança foi caracterizada como uma segunda onda do movimento homossexual brasileiro (Fachinni, 2003).

Figura 11 - Jornal da década de 1980, exibido no filme Carta para Além dos Muros



Fonte: O Globo (2018)

Esse novo contexto desafiou as bases de um movimento que, até então, havia se concentrado em questões de liberdade sexual, direitos civis e identidade. A AIDS trouxe à tona a vulnerabilidade dos corpos e o risco associado à atividade sexual (Garcia, 2010).

Nesse sentido, salienta-se a formação do Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA), surgido em 1985, sendo a primeira organização não governamental (ONG) do Brasil a atuar exclusivamente na luta contra o HIV/Aids. Internacionalmente, grupos como ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power) também foram fundamentais na pressão por mais pesquisas e na luta contra a negligência governamental e social em relação à epidemia, que era um dos principais desafios. A epidemia de AIDS contribuiu para uma mudança de foco na visibilidade do movimento, que passou a ser mais associada à luta contra a doença. A epidemia, de modo geral, forçou o movimento homossexual a se reorganizar, adotando uma abordagem mais focada na saúde pública, no ativismo por direitos iguais e na busca por recursos médicos (Garcia, 2010).

Um fator fundamental para o contexto brasileiro de luta contra a AIDS e conscientização foi a criação do SUS em 1988. A implementação do Sistema Único de Saúde foi essencial para viabilizar o Programa Nacional de Controle das

DST/AIDS, tornando o Brasil uma referência mundial no enfrentamento da doença. O programa garantiu acesso universal, gratuito e integral ao tratamento das pessoas vivendo com HIV/AIDS, adotando uma abordagem baseada na promoção dos direitos humanos (Garcia, 2010).

Além de assegurar a distribuição de medicamentos antirretrovirais e ampliar o acesso ao diagnóstico precoce, o programa também teve um forte compromisso com a equidade, a inclusão e a integralidade da assistência em saúde (Garcia, 2010).

Entretanto, a imprensa tradicional agiu em uma certa contramão, na construção do estereótipo do "aidético", associando a AIDS como uma doença de estágio terminal e que somente ocorria em determinados grupos sociais: homens homossexuais, trabalhadores do sexo e usuários de drogas injetáveis.

Neste ponto, é importante destacar que, assim como os veículos de mídia alternativa desempenharam um papel central na construção do movimento homossexual no Brasil, também a mídia tradicional fomentou a constituição de representações estigmatizantes sobre a AIDS e as dissidências de gênero e sexualidade à matriz homossexual, especialmente durante as décadas de 1980 e 1990, quando a epidemia ganhou visibilidade global.

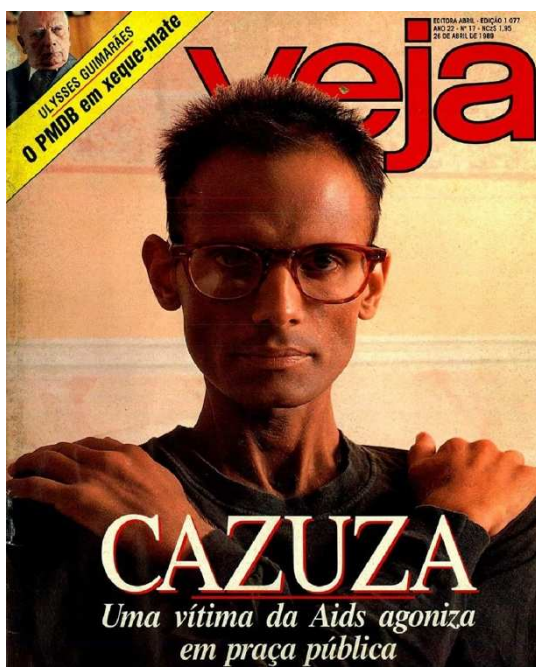
Ao noticiar a doença com expressões como "peste gay" ou "câncer gay", muitas reportagens reforçaram estereótipos que associavam a homossexualidade à promiscuidade, ao desvio moral e à contaminação, contribuindo para a marginalização ainda maior dessa população (Fachinni, 2003).

Essas narrativas midiáticas alimentaram o medo, a desinformação e influenciaram políticas públicas excludentes e atitudes sociais discriminatórias, transformando a AIDS em um marcador de alteridade e risco. A mídia atuou como agente de reforço do preconceito, dificultando o enfrentamento ético e responsável da crise sanitária e social que a epidemia representou (Fachinni, 2003).

Durante os anos 1980 e 1990, manchetes sensacionalistas e reportagens alarmistas reforçaram a ideia de que a doença era restrita a essas populações, contribuindo para o estigma, a desinformação e a discriminação. Além do termo pejorativo da "peste gay", a abordagem da mídia sob figuras públicas soropositivas, como o cantor Cazuza, que teve uma imagem hiperexplorada que enfatizava, sobretudo, o aspecto debilitante da doença. Essa narrativa midiática reforçou preconceitos sociais e dificultou a formulação de políticas públicas abrangentes,

retardando a implementação de medidas eficazes de prevenção e tratamento que beneficiassem toda a população.

Figura 12 - Capa da Revista Veja de 1989



Fonte: Editora Abril (1989)

Na capa da revista *Veja* de 1989, o cantor Cazuzza aparece com a aparência visivelmente fragilizada, estampado sob a manchete “Uma vítima da AIDS agoniza em praça pública”. A escolha da imagem e da linguagem adotada pela equipe editorial evidencia o tratamento que parte da grande mídia conferiu à epidemia naquele período, especialmente ao vincular a doença à exposição pública da deterioração física de uma figura homossexual assumida.

Gabriel Natal Botelho Vitiello (2009, p. 42-43) destaca:

Junto com a informação, muitos preconceitos e relatos tendenciosos passam a ser construídos pela imprensa escrita que, além de reproduzir parte do conhecimento médico-científico que se tinha a respeito da doença, publicava opiniões que, muitas vezes, discriminavam as pessoas que eram consideradas do grupo de risco.

Assim, apesar de a imprensa alternativa participar de forma fundamental na constituição e articulação do movimento homossexual brasileiro, a imprensa tradicional atuou na criação de narrativas que afetaram profundamente a percepção pública das populações LGBTQIAPN+. Ao enfatizar a associação entre o HIV/AIDS

e as comunidades gay e travesti, a grande mídia ajudou a consolidar um estigma: “a doença passou a ser usada como arma para levantar o preconceito aos gays e para criar um estereótipo para os doentes” (Lima, 2014, p. 34). A categorização de determinados segmentos sociais como “grupos de risco” produziu efeitos na forma como a sociedade compreendia e reagia à doença. Ao associar o vírus a populações específicas, como de homossexuais, usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo, construiu-se uma percepção equivocada de que o restante da população estaria imune à contaminação. Essa lógica excludente contribuiu para o relaxamento das medidas de prevenção por parte da população em geral, sobretudo entre aqueles inseridos em modelos tradicionais de relacionamento, como casamentos heterossexuais. Muitas mulheres foram contaminadas por seus parceiros, sem que houvesse qualquer suspeita, e só tiveram o diagnóstico em estágios avançados da doença. Esse cenário evidencia como o estigma e a desinformação, associados a uma abordagem discriminatória da saúde pública, aprofundaram a vulnerabilidade de grupos que, à época, não eram sequer considerados na formulação das campanhas preventivas.

A revista *Veja*, nesse contexto, pode ser lida como uma tecnologia de gênero, ao reforçar a naturalização de estigmas que marginalizam a dissidência sexual, “[...] com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero” (Lauretis, 1994, p. 228). E ainda, constituir “um sujeito “engendrado” não só pela experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (Lauretis, 1994).

Dessa forma, este estudo se insere na perspectiva de que, historicamente, as mídias, de acordo com suas perspectivas e intencionalidades, que nunca são neutras, constroem sentidos e efeitos de verdade sobre as populações LGBTQIAP+ brasileiras.

Os veículos de mídia tradicionais tiveram um papel ativo na construção de representações que sustentassem uma lógica heteronormativa, associando a homossexualidade à doença, ao sofrimento e à morte prematura; em contrapartida aos sentidos produzidos pela imprensa alternativa de conscientização e controle da doença.

Com base na discussão apresentada, é possível compreender que os periódicos direcionados à população LGBTQIA+ no Brasil foram elementos centrais tanto na constituição de espaços de sociabilidade quanto na construção de uma consciência coletiva voltada à mobilização política de pessoas LGBTQIAP+. Entretanto, ao mesmo tempo em que fortaleceram identidades e redes de apoio, publicações da mídia tradicional também enfrentaram o desafio de disputar sentidos diante de uma mídia hegemônica que frequentemente produziu representações estigmatizantes da homossexualidade, especialmente ao relacioná-la à AIDS, ao sofrimento e à morte.

A análise desse contexto revela a imprensa como um campo de tensionamentos, no qual a luta por visibilidade e dignidade esteve constantemente atravessada por tentativas de controle simbólico e exclusão social. Os estudos de gênero, nesse sentido, foram fundamentais para desvelar esses mecanismos de estigmatização e preconceito.

3.5. Estado da questão: representações de gênero, sexualidade e trabalho em artigos acadêmicos brasileiros

Há uma quantidade expressiva de artigos científicos produzidos ao longo dos últimos anos que exploram as relações entre imprensa e as representações de gênero, destacando como as dinâmicas de poder, identidade e desigualdade se manifestam nesses contextos.

São estudos que se dedicam a entender a centralidade das mídias nas concepções de gênero que se produzem no contexto brasileiro. Conforme destacado por Ferreira (2002), os estudos do tipo "estado da arte" são relevantes no sentido de mapear um determinado recorte de produção acadêmica que interessa à análise de algum tema ou assunto. Nesse sentido, surgiu a necessidade para este estudo de encontrar artigos que se destinassem a compreender as dinâmicas das representações de gênero, sexualidade com o foco na produção de sentidos sobre o trabalho, a fim de entender como os estudos brasileiros têm abordado a temática.

Para isso, foi realizado um levantamento no banco de dados do portal de periódicos da CAPES, em uma busca para artigos que tivessem as palavras-chave "gênero", "trabalho" e "imprensa". Optou-se pelo uso do termo "imprensa" por sua

abrangência, englobando jornais, revistas e periódicos, evitando, assim, a limitação a um único tipo de publicação.

Foi delimitado o período temporal de 2012 a 2025, com o objetivo de identificar as contribuições mais recentes, assim como discussões presentes na literatura atual. Dessa forma, foram encontrados 149 resultados em artigos científicos para as palavras buscadas. Também foram pesquisadas as palavras “sexualidade, trabalho e imprensa”, das quais foram encontrados 9 resultados e, por fim, as palavras “lgbt”, “trabalho” e “imprensa”, onde foram encontrados 2 artigos. Dessa forma, totalizou-se 158 artigos encontrados.

Para a análise, foram priorizados, nesse âmbito, 20 trabalhos publicados em periódicos qualificados (com estrato mínimo B1 no sistema Qualis-Capes ou indexação em bases reconhecidas como Scielo, Scopus ou Web of Science), com maior número de citações e temáticas transversais que interseccionem homossexualidades, transsexualidades, lesbianidades e aspectos de raça e etnia.

Nesse escopo, 13 artigos foram selecionados, um para cada ano, de acordo com os seguintes critérios: abordagem de periódicos históricos que englobem o período da ditadura ou pré-ditadura civil militar brasileira; a abordagem direta com questões de gênero e sexualidade que trouxessem uma perspectiva da temática de como foi tratada pelo país em épocas históricas distintas.

A seguir, a lista dos títulos e anos de publicação:

Quadro 1 - Lista de artigos encontrados pela busca com palavras-chave

Lista com artigos encontrados pela busca com palavras-chave	
Nome do artigo	Ano
Lugares de Diversão e Repressão: Violência Policial contra Homossexuais no Brasil (1978-1981)	2015
Melindrosas em Revista: Gênero e Sociabilidades do Início do Século XX (Recife, 1919-1929) 2016	2016
Os Problemas da Presidência pela Perspectiva de Gênero: O Segundo Mandato de Dilma Rousseff na Cobertura Negativa das Revistas Brasileiras	2017
Os Discursos da Imprensa sobre as Paradas LGBT do Rio de Janeiro e de São Paulo de 1995 a 2010	2018

Notícias sobre a Nova Classificação das Identidades Trans: Uma Análise das Fontes Citadas em Reportagens Publicadas no Brasil	2019
Em Busca da Construção de um Ideal Feminino: Imagens e Textos nas Páginas da Revista “Maria”	2020
O Caso Eloá Pimentel (2008): Narrativas sobre Violência de Gênero	2021
Notícia da Primeira Vacinada contra Covid-19 no Brasil Vista por Lentes Feministas Interseccionais	2022
Violência de Gênero Não Escolhe Cargo: As Jornalistas Chefes e o Assédio no Trabalho	2023
Em Busca da Construção de um Ideal Feminino: Imagens e Textos nas Páginas da Revista “Maria”	2020
Notícia da Primeira Vacinada contra Covid-19 no Brasil Vista por Lentes Feministas Interseccionais	2022
Violências contra Mulheres Jornalistas no Exercício Profissional: O Cenário Hostil Vivenciado no Brasil	2023
Violências contra Mulheres Jornalistas no Exercício Profissional: O Cenário Hostil Vivenciado no Brasil	2024

Fonte: Autora da pesquisa (2025)

Os artigos encontrados via levantamento evidenciam a ampliação das abordagens interdisciplinares. Além disso, destacam o papel da imprensa como uma tecnologia social que não apenas fabrica os gêneros na sociedade, mas também reflete identidades e constrói modos de ser e estar na sociedade, especialmente por meio das representações do trabalho e das dinâmicas que articulam gênero e profissão.

Alguns conceitos e termos que se destacam entre os artigos encontrados foram os seguintes:

Gênero: um conceito central em quase todos os artigos, sendo utilizado para analisar as representações e construções sociais de identidade relacionadas a mulheres, LGBTQIA+, trans e outros sujeitos sociais. Gênero é abordado tanto como um marcador social quanto como uma construção discursiva e midiática.

Imprensa e mídia: a imprensa é apresentada como um espaço de formação e reconfiguração das identidades de gênero, seja por meio de imagens estereotipadas, ou como uma ferramenta de resistência (como na imprensa feminista e negra). Além disso, o conceito de "imprensa escrita" e "jornalismo" é essencial para entender a construção de discursos sobre gênero e violência.

Violência de gênero: este conceito aparece com frequência, principalmente ao discutir como a violência contra mulheres e minorias de gênero é noticiada e construída em jornais. A violência é abordada em diversas formas: física, simbólica, institucional e psicológica, sendo um tema recorrente em análises de narrativas midiáticas, como no "Caso Eloá Pimentel" e em análises da violência policial contra homossexuais.

Ativismo e resistência: o ativismo feminista e LGBT são termos -chave nos artigos que discutem a atuação das mídias como ferramentas de resistência e ativismo político-social. Esses artigos exploram como a imprensa pode tanto reforçar quanto desafiar as normas de gênero.

Representação e imagem feminina: em muitos artigos, a representação das mulheres na mídia, especialmente no contexto da moda, trabalho e beleza, é um conceito central. Exemplos disso podem ser vistos em artigos sobre a "Educação do Corpo Feminino" e as "Imagens e Textos nas Páginas da Revista Maria". O corpo feminino é tratado como um espaço de normatização e controle discursivo.

Interseccionalidade: termos como "interseccionalidade" e "lentes feministas interseccionais" surgem quando os artigos discutem como múltiplas opressões se cruzam, considerando fatores como classe, raça, gênero e sexualidade. Um exemplo disso é o artigo sobre a "Notícia da Primeira Vacinada contra Covid-19 no Brasil Vista por Lentes Feministas Interseccionais".

Trabalho e identidade: vários artigos abordam como o gênero está relacionado ao trabalho, seja em estudos de jornalistas que enfrentam assédio, ou em análises

sobre a criminalização das trabalhadoras domésticas. O conceito de trabalho, especialmente nas profissões tipicamente femininas, surge como uma construção de gênero e como os estereótipos de gênero moldam o campo de atuação.

Teoria feminista: o feminismo, em suas diversas vertentes, é a base teórica para muitos dos artigos. As teorias feministas ajudam a explicar a forma como a mídia contribui para a construção de identidades de gênero, a naturalização da desigualdade e a violência contra mulheres. O ativismo midiático e as lutas feministas aparecem como estratégias de resistência e transformação das narrativas.

Teoria da representação: a teoria das representações sociais, especialmente no campo da mídia e da comunicação, é usada para entender como imagens e discursos sobre mulheres e outras identidades de gênero são construídos e reproduzidos. Autores como Sérgio Moscovici e Stuart Hall, que discutem a construção de significado através da mídia, são citados para abordar as formas como as identidades são moldadas e estigmatizadas.

Teoria da interseccionalidade: muitos dos artigos adotam a interseccionalidade, uma teoria proposta por Kimberlé Crenshaw, que examina como diferentes dimensões da identidade social (gênero, raça, classe, sexualidade) interagem para criar formas complexas de opressão e privilégio. No caso das análises interseccionais, as lentes feministas são usadas para explorar como a imprensa trata identidades trans, mulheres negras e outras categorias marginalizadas.

Teoria crítica da mídia: alguns artigos adotam uma abordagem crítica para analisar o papel da mídia na perpetuação de normas de gênero e na formação de discursos dominantes. Isso inclui o uso de análises discursivas que consideram como as mensagens midiáticas podem reforçar ou subverter as desigualdades de gênero. Teorias de análise crítica de mídia, como as propostas por autores como Manuel Castells e Paulo Freire, são relevantes para a compreensão do papel da mídia na construção das identidades sociais.

Teorias decoloniais e de gênero: em alguns artigos, especialmente aqueles que abordam temas como a imprensa negra e a violência contra mulheres, são empregadas teorias pós-coloniais para entender como o colonialismo e suas consequências moldam as narrativas de gênero, raça e classe na mídia.

Jornalismo feminista: alguns artigos discutem como a imprensa feminina tem adotado uma abordagem mais voltada para o ativismo e a transformação social. O modelo de jornalismo feminista propõe uma abordagem crítica ao jornalismo tradicional, desafiando as normas patriarcais e promovendo a visibilidade e a representação de mulheres e minorias de gênero.

Identidade trans: a questão trans foi abordada de forma mais pontual, aparecendo em apenas um artigo, intitulado "Notícias sobre a Nova Classificação das Identidades Trans: Uma Análise das Fontes Citadas em Reportagens Publicadas no Brasil". Essa abordagem sugere que, embora a questão de gênero seja discutida amplamente, a representação das identidades trans é menos explorada em comparação com outras questões relacionadas ao gênero feminino ou à violência de gênero.

Homossexualidade: de forma semelhante, a homossexualidade também recebeu um tratamento menos frequente nos artigos analisados. Esses artigos discutem, em menor medida, como a imprensa representa questões relacionadas à sexualidade, como no caso de "Lugares de Diversão e Repressão: Violência Policial contra Homossexuais no Brasil (1978-1981)" e "Uma Análise de Discurso sobre/da Homossexualidade na Imprensa Online: O Caso da Posse de Marco Feliciano na CDHM". Esse tratamento mais restrito da homossexualidade indica uma menor exploração desse tema dentro da literatura, especialmente se comparado com o foco mais abrangente sobre as mulheres e as questões de gênero.

Os artigos apresentados no Quadro 1 trouxeram um levantamento exemplificativo de pesquisas que abordam as representações de gênero nas mídias a partir dos estudos de gênero, evidenciando diferentes enfoques teóricos, metodológicos e contextuais. Ao reunir essas referências, busca-se mapear a diversidade de abordagens existentes e demonstrar como o campo tem

problematizado a centralidade das mídias na construção e reprodução de normas de gênero e sexualidade.

Esses estudos reforçam a compreensão de que os meios de comunicação, longe de serem espaços neutros, operam como tecnologias de gênero (Lauretis, 1994), capazes de regular e disputar sentidos sociais. Com isso, encerra-se este tópico destacando a relevância de se analisar criticamente as formas pelas quais as mídias, especialmente aquelas produzidas à margem das estruturas hegemônicas, contribuem para a formação de subjetividades e a contestação de regimes normativos.

Nesse sentido, conforme argumenta Lauretis (1994), a imprensa pode ser compreendida como uma instância de construção de identidades de gênero. Ao veicular tais representações, exerce um papel significativo na formação e normatização das identidades de gênero, influenciando a forma como estas são percebidas, construídas e vivenciadas em diferentes contextos sociais.

4 UM LAMPIÃO ILUMINA A ESQUINA: VOZES DISSIDENTES EM UMA MATRIZ METODOLÓGICA DISSIDENTE

Este capítulo dedica-se à apresentação da justificativa para a escolha do objeto de estudo, bem como à explicitação do percurso metodológico que orientou a pesquisa, destacando as principais decisões teóricas e técnicas adotadas.

A seleção do *corpus* está diretamente vinculada ao compromisso ético e político com o resgate e a valorização da memória LGBTQIAP+ produzida durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Nesse sentido, a investigação pauta-se por uma busca analítico-discursiva que visa compreender a produção de sentidos sobre as identidades e práticas sexuais não normativas relacionadas ao trabalho, reconhecendo Lampião da Esquina como uma fonte relevante para a reconstrução da história do trabalho dessas comunidades.

4.1 Lampião da Esquina: justificativa

A escolha do periódico Lampião da Esquina como campo empírico desta pesquisa fundamenta-se em múltiplos fatores que o destacam no panorama da imprensa alternativa brasileira e o posicionam como um artefato cultural privilegiado para a análise das dissidências de gênero e sexualidade sob uma perspectiva interseccional, decolonial e contra hegemônica.

Publicado entre 1978 e 1981, o jornal constitui uma das primeiras experiências de visibilidade pública e politização das homossexualidades no Brasil, oferecendo um espaço de resistência simbólica e material às normas impostas pelo regime heterocisnormativo e autoritário da época.

Um dos elementos centrais que justificam a escolha de Lampião da Esquina é sua abordagem interseccional e plural das dissidências de gênero e sexualidade brasileiras. Ainda que se afirme como uma imprensa homossexual, o periódico dialogava com outras formas de opressão estrutural, como o machismo e o racismo. Isso se evidencia em seu editorial inaugural:

Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negaram: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de

lutar por sua plena realização, enquanto tal. [...] Nós pretendemos também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos **negros, índios, mulheres, às minorias étnicas** do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias.” (Lampião da Esquina, 1978, p. 2 [grifo nosso]).

Há um compromisso político que reconhece a interligação entre os sistemas de dominação de raça, gênero, classe e sexualidade em Lampião da Esquina, fazendo dele um periódico que aborda de forma interseccional a história do movimento LGBTQIAP+ brasileiro, alinhando-se aos pressupostos decoloniais dessa pesquisa.

Pelo fato de Lampião da Esquina não se deter somente a um espectro das homolesbotransafetividades, proporciona uma construção mais horizontal das suas notícias e reportagens, viabilizando vozes e discursos de pessoas tradicionalmente excluídas do debate público, fazendo dele, assim, um registro disruptivo à epistemologia dominante dos periódicos e jornais da época. Nesse sentido, ecoa o que sugerem Santos e Meneses:

(...) a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valoriza os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. (Santos; Meneses, 2009, p. 9).

Outro aspecto que reforça sua escolha como objeto de estudo é o fato de Lampião da Esquina ter sido o primeiro periódico homossexual brasileiro com circulação nacional. Apesar de O Snob ser o primeiro a surgir no Brasil, Lampião da Esquina cumpre ser o primeiro a ser veiculado com maior repercussão e popularidade. Ao contrário de outras publicações alternativas do período, cujas distribuições estavam restritas a centros urbanos ou circuitos ativistas, o Lampião rompeu essas fronteiras e alcançou diferentes regiões do país. Sua amplitude geográfica garantiu uma maior penetração social, colaborando para a construção de redes de sociabilidade e identidade coletiva em escala nacional para dissidentes de gênero e sexualidade à matriz homossexual.

Além disso, a acessibilidade do acervo completo do jornal em formato digital constitui uma importante vantagem metodológica. Todas as edições de Lampião da

Esquina encontram-se digitalizadas e disponíveis online⁴¹, o que favorece o trabalho de análise documental e o cruzamento de dados. Tal disponibilidade não apenas facilita a pesquisa, como também contribui para a democratização do acesso à memória LGBTQIAP+ no Brasil, sendo Lampião um dos documentos históricos de mais fácil acesso que se possui atualmente.

Em termos de estrutura editorial, o Lampião também se distingue de outros veículos da imprensa alternativa ao dedicar espaço à participação ativa de seus leitores por meio da publicação de cartas. Essa prática cria uma dimensão dialógica entre o jornal e seu público, permitindo a expressão de subjetividades diversas e o fortalecimento de uma esfera pública dissidente. As cartas dos leitores não apenas revelam os efeitos da circulação do periódico, mas também constituem um rico material de análise sobre recepção, afeto e identidade.

Nesse sentido, outro aspecto que favorece a análise em Lampião da Esquina reside em sua proposta de editoria decolonial, conforme apontado por Amaral (2024):

Pela decolonialidade, é possível reconhecer outros caminhos teórico-metodológicos para perceber que Lampião da Esquina não se limitou apenas em ser resistência, mas também produziu conhecimentos e visibilidades a partir da realidade do próprio grupo e da realidade de outros países latino-americanos e outros grupos (Amaral, 2024, p. 161).

O jornal se apresenta, portanto, como uma fonte que permite explorar os sentidos do trabalho e da subjetividade em uma chave decolonial, alinhando-se ao escopo desta pesquisa e objetivo delineado desde o marco referencial teórico. Tal proposta encontra respaldo na crítica de Lélia Gonzalez:

[...] o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato típico de um discurso masculinizado e branco.” (Gonzalez, 2020, p. 42).

⁴¹ As 38 edições de Lampião da Esquina se encontram digitalizadas no acervo online do CEDOC – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott do Grupo Dignidade: https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?perpage=12&view_mode=cards

Dessa forma, o Lampião da Esquina constitui não apenas uma fonte histórica valiosa, mas também um instrumento político e epistêmico fundamental para compreender os processos de resistência, subjetivação e produção de saberes queer no Brasil.

4.1.1 Por um resgate da memória LGBTQIAP+

Conforme Joël Caudau (2011, p. 10), a busca memorial é “considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria “apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível”. A proposta de análise do jornal Lampião da Esquina, nesse sentido, também parte do pressuposto que o resgate da memória LGBTQIAP+ é uma resposta ao histórico de violências que esse grupo sistematicamente e historicamente sofre. É uma forma de denúncia e é uma forma de fomentar o direito de terem suas vidas, trajetórias, violências e opressões reconhecidas como tal. Populações LGBTQIAP+ sofrem um processo sistemático de isolamento e esquecimento na vida social. A escassez de registros históricos sobre as vidas LGBTQIAP+ reflete a exclusão dessas narrativas. Sendo a história orientada por valores heteronormativos, patriarcais e coloniais, nesse sentido, a valorização de fontes alternativas e contra hegemônicas torna-se fundamental para o resgate e a visibilidade dessas trajetórias.

A distinção entre memória e história é crucial para compreender a marginalização dessas vivências. Conforme esclarece Pierre Nora (1997), a memória é viva, dinâmica e seletiva, sujeita a constantes atualizações e esquecimentos, ao passo que a história opera como uma reconstrução racional e analítica do passado (Nora *apud* Feitosa, 2012, p. 79). Ambas são construções sociais e culturais, mas a história tende a se associar a uma narrativa oficial e institucionalizada, enquanto a memória, especialmente em sua forma alternativa, disputa espaço com versões legitimadas dos acontecimentos.

Nesse sentido, o resgate da memória LGBTQIAP+ articula-se à produção de memórias alternativas, aquelas que, como destaca Chauí (1998), não se encaixam na história celebrativa e consensual, mas que são capazes de “bater à porta do presente”, instaurando tensões e desestabilizando verdades tidas como fixas. As memórias alternativas são atravessadas por afetos, fragmentações e resistências, pois nascem em contextos de opressão e invisibilidade.

A ausência dessas memórias nos registros oficiais revela o caráter seletivo da memória hegemônica, orientada por um processo de “amnésia seletiva”, como aponta Renato Ortiz (2003, p. 139): “esquecer significa confirmar determinadas lembranças, apagando os rastros de outras, mais incômodas e menos consensuais”. Nesse sentido, Lampião da Esquina constrói uma forma de expressão política e cultural que possibilita a emergência de saberes LGBTQIAP+ na esfera pública. Ao articular experiências individuais e coletivas em sua estrutura editorial – que inclui colunas fixas, reportagens, entrevistas e cartas de leitores –, Lampião da Esquina atua como um espaço de memória ativa e plural. Seu conteúdo permite não apenas o registro de uma época, mas a construção de uma contranarrativa que questiona os modos normativos de contar o passado.

Além disso, divulgar Lampião da Esquina, ainda que em âmbito científico, pode contribuir para que pessoas LGBTQIAP+ (re)conheçam sua história e compreendam que o Brasil possui uma profunda e expressiva trajetória de militância LGBTQIAP+. Ter o acesso a obras, revistas, livros e jornais que contam essa história enquanto coletivo identitário pode impactar diretamente a vida e autoafirmação de jovens LGBTQIAP+ na atualidade, conforme destaca Felipe Areda e Remom Matheus Bortolozzi (2015) donos do Acervo Bajubá⁴²:

pensar a quantidade de suicídio de jovens LGBTs, de automutilação em meninas lésbicas, o quanto o impacto do acesso a, por exemplo, a obra da Cassandra Rios, de uma mulher duas décadas mais vendida no Brasil, entre os autores e as autoras brasileiros, produzindo mais de cem obras, começando aos dezesseis anos de idade escrevendo contos eróticos, possivelmente a primeira autora a escrever um final feliz prum romance lésbico, pruma jovem LGBT ter acesso a isso é questão de saúde, de uma saúde comunitária (Areda; Bortolozzi, 2015).

De forma semelhante, acredito, o contato com publicações como Lampião tem o potencial de produzir afetos, construir narrativas de resistência e, sobretudo, afirmar existências historicamente marginalizadas. Promover esse acesso é também

⁴² O Acervo Bajubá foi criado em 2010, na cidade de Brasília, a partir da iniciativa de um coletivo composto por artistas, artistas, colecionadores e pesquisadores LGBTQIAP+. Seu objetivo central é a constituição de um acervo voltado à preservação, salvaguarda e investigação historiográfica da arte, da memória e da cultura produzidas por e para as comunidades LGBT+. Em 2017, com o intuito de ampliar o alcance e a circulação de sua coleção, o projeto foi transferido para a cidade de São Paulo, onde ocupou, entre os anos de 2019 e 2021, um espaço no Galpão Cultural da Casa 1. A partir de 2022, passou a ter como sede o Grupo de Incentivo à Vida. Nesse percurso, o Acervo Bajubá expandiu seu escopo para além da função de repositório documental, consolidando-se também como um espaço ativo de produção, mediação e difusão cultural, por meio da realização de projetos presenciais e digitais de caráter educativo, artístico e político. Mais informações do Acervo estão disponíveis no seu site: <https://acervobajuba.com.br/>

um compromisso ético com a preservação da memória e com a promoção do cuidado coletivo LGBTQIAP+.

4.1.2 Por uma compreensão das relações de trabalho LGBTQIAP+

Diversas reportagens do *Lampião da Esquina* abordam diretamente as formas de trabalho entre pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, tema que se destacou pela sua frequência e relevância dentro das suas 38 edições. O elevado número de matérias que tratam dessa temática foi preponderante para a escolha do material, pois traz consigo uma dimensão fundamental da experiência LGBTQIAP+ que muitas vezes permanece invisibilizada.

Ainda, “em nosso tempo, quando se impedem que as pessoas trabalhem em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero estamos condenando-as a uma certa “morte social” (Nardi, 2007, p. 72). Essa afirmação destaca a centralidade do conceito de trabalho para as populações LGBTQIAP+, que historicamente são excluídas dos espaços de trabalho, seja por meio de discriminação direta, seja por mecanismos estruturais que perpetuam a marginalização.

A exclusão compromete a subsistência econômica desses sujeitos e privado reconhecimento social. O trabalho, enquanto dimensão fundamental da cidadania e da dignidade humana, torna-se, assim, um campo de disputa por legitimidade e visibilidade. Para muitas pessoas LGBTQIAP+, especialmente aquelas situadas em intersecções de raça, classe e território, a negação do acesso a empregos formais as empurra para economias informais ou contextos de extrema vulnerabilidade, perpetuando ciclos de exclusão que impactam diretamente suas condições de vida e possibilidades de futuro, o que em alguns relatos presentes em *Lampião da Esquina* é possível observar.

Ainda, chamou a atenção, durante etapas iniciais de estruturação desta pesquisa, a questão da precarização das condições de trabalho a que dissidentes de gênero e sexualidade vivenciavam na época de *Lampião da Esquina*, que iam desde ambientes de prostituição até espaços de risco social, como as ruas, lugares de extrema vulnerabilidade.

Todos esses elementos foram preponderantes para prescrutar que *Lampião da Esquina* constrói um modo específico de dar sentido ao trabalho dentro da

comunidade LGBTQIAP+, refletindo suas complexas condições sociais e suas formas de resistência.

4.2 Do percurso metodológico

O percurso de produção desta pesquisa envolveu a reflexão e reavaliação constante da proposta teórica e metodológica, a fim de torná-la a mais consistente possível. É preciso salientar que as contribuições da banca de qualificação, durante o processo inicial a que esta pesquisa se submeteu, ainda em estágio embrionário, foram fundamentais para calibrar e acertar os pontos, para que houvesse uma maior concisão e viabilidade do estudo.

Inicialmente, o objetivo central da pesquisa era analisar como o trabalho estaria relacionado às populações LGBTQIA+ nas reportagens da revista *Lampião da Esquina* (1978 – 1981). Apesar de já indicar um norte do que se desejava alcançar, duas mudanças neste objetivo foram realizadas, a fim de trazer maior precisão analítica. A primeira: a substituição do termo “reportagens” por “relatos”, delimitando a intenção de buscar, na ampla narrativa presente em *Lampião da Esquina*, somente os relatos de experiências vividas por pessoas que pertenciam às sexualidades dissidentes da matriz heterossexual. Focar em uma análise dos relatos de experiências em *Lampião da Esquina* privilegia as histórias descritas pelos próprios participantes que as viveram. Não faz parte do meu escopo, portanto, conteúdos como anúncios ou divulgações que tragam uma perspectiva mais impessoal ou institucionalizada; mas sim, interessa relatos obtidos através de cartas, e registros autorais contendo a visão de experiências das pessoas LGBTQIAP+ da época.

Para os estudos em memória LGBTQIAP+ e museologia LGBTQIAP+, os relatos de experiências de grupos dissidentes à matriz heterossexual vigente de sexualidade e interseccionadas a partir de critérios como classe, cor/raça e gênero, são instrumentos de preservação e difusão das culturas e memórias de comunidades, são lugares de memória. Pierre Nora (1993) destaca que os lugares de memória — como arquivos, cartas, bilhetes, monumentos e celebrações — são vestígios da história, e surgem como formas de preservar uma memória que está ameaçada pelo esquecimento, numa tentativa de fixar, materializar ou ritualizar aquilo que já não se transmite espontaneamente:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. (...) Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos das testemunhas da outra era, das ilusões da eternidade” (Nora, 1993, p. 11-12).

Lampião da Esquina pode ser considerado um lugar de memória porque representa um veículo histórico que registrou e acompanhou os primeiros momentos do movimento homossexual brasileiro, que depois passou a ser entendido como LGBTQIA+. O periódico documentou debates sobre sexualidade, política, cultura e opressão, tornando-se um espaço de resistência e afirmação identitária em um contexto de censura e repressão. Ao reunir testemunhos, cartas, denúncias, crônicas e reportagens, Lampião pode ser visto como um vestígio simbólico de uma época e de uma luta, capaz de ativar a consciência histórica e reforçar a identidade coletiva. Tão logo, com esta escolha, a proposta parte de um resgate da memória de grupos historicamente oprimidos e silenciados, como os dissidentes à matriz heteronormativa cis, branco e heterossexual.

Em Lampião da Esquina há, ainda, artigos de opinião dos jornalistas, assim como reportagens de divulgação de peças teatrais, filmes em cartaz, novidades no teatro, e outras ações voltadas à sociabilidade e cultura dessas pessoas. Apesar de reconhecer a importância destes materiais, minha intenção é focar apenas nas descrições e relatos de pessoas que foram entrevistadas, que deram depoimentos ou que enviaram suas cartas e mensagens à revista, como ocorreu através da coluna Cartas Na Mesa, na qual cartas eram publicadas a cada nova edição.

Vale salientar, entretanto, que nenhum texto está livre de influências, mesmo quando busca transcrever fielmente a fala de uma pessoa entrevistada, por exemplo. Ainda que tente se aproximar da realidade, a escrita sempre carrega a perspectiva ideológica de quem a produz, além de passar por um processo de editoração e refinamento que envolve escolhas — desde a formulação das perguntas até a seleção do que será incluído ou omitido. Essas escolhas são inevitavelmente atravessadas pelas predisposições de seus editores, pois, conforme aponta Foucault (1986, p. 114).

...[não há] enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando

um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências.

Ao optar metodologicamente pela análise exclusiva de relatos de experiências, busco reconhecer e valorizar a memória e a história dessas pessoas, resgatando-as a partir de suas próprias perspectivas e vivências.

Portanto, essa pesquisa é do tipo qualitativa, focalizada nos relatos de experiências como fontes principais da investigação, com a justificativa de que são materiais que preservam a memória LGBTQIAP+ brasileira. A abordagem qualitativa foca nos relatos reais de entrevistas, cartas e comentários de pessoas da época, registrados em *Lampião da Esquina*. Acerca disso, justifica-se a escolha do método qualitativo e interpretativo como meio de alcançar estes materiais.

Graças a seus instrumentos, como a história de vida, a observação participante, ou a análise de conteúdo, a pesquisa qualitativa permite mais particularmente estudar esses momentos privilegiados, dos quais emerge o sentido de um fenômeno social (Deslauriers, Kérisit, 2008, p.131).

O segundo ajuste feito no objetivo central desta tese envolveu repensar o propósito da análise dos relatos. Inicialmente, meu interesse estava voltado à temática do trabalho e à compreensão das relações entre gênero e sexualidade, em um período historicamente relevante como o da ditadura civil-militar brasileira. No entanto, reconhecendo que a articulação entre gênero, sexualidade e trabalho já possui ampla literatura e discussão nos estudos de gênero, percebi que meu compromisso não estava exatamente nesta correlação. Havia, sobretudo, o desejo de dar visibilidade e reconhecimento às narrativas dos sujeitos que se expressaram nas páginas de *Lampião da Esquina*, valorizando suas experiências como fontes legítimas de memória e história.

Como me foi sugerido durante a qualificação, havia a possibilidade de investigar, nos relatos de memória, como se davam os processos de uma certa “construção da exclusão” do trabalho e como isso estaria representado na revista. Como eu já tive uma experiência prévia durante o mestrado com metodologias de pesquisa focalizadas em análises de representações, pensei ser este um caminho viável para realizar a análise. Com isso, avalei que meu interesse estava em investigar os modos de construção da representação do trabalho na revista

LGBTQIAP+, com foco nos sentidos atribuídos ao trabalho no interior dos relatos de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Essa escolha reflete um compromisso com o reconhecimento desses relatos como produções de sentidos e, aliado a isso, o entendimento da centralidade dos sujeitos que os enunciam.

Os estudos sobre a produção de sentidos nas ciências humanas e sociais possuem ampla aderência interdisciplinar, sendo alvo de investigações entre autores e teorias que exploram como a linguagem, a cultura e as interações sociais atuam na construção de significados. Como afirma Laclau (1991, p. 137), “cada ato social tem um significado, e é constituído na forma de sequências discursivas que articulam elementos linguísticos e extralinguísticos”. Nesse sentido, toda ação social é, fundamentalmente, uma prática de significação.

Tal compreensão evidencia que a linguagem não apenas representa o mundo, mas o constitui: ela organiza, delimita e performa a realidade social. Rafael Echeverría (2005, p. 21) reforça que “os seres humanos, [...] são seres linguísticos, seres que vivem na linguagem”, e esta é a principal via pela qual “conferimos sentido à nossa existência”⁴³. Assim, neste estudo, parto do entendimento que os processos discursivos não são apenas mecanismos de comunicação, mas instâncias fundantes da produção dos sentidos e da constituição de significados em sociedade.

Essa perspectiva permite que diferentes campos do saber, como a comunicação, a linguística, a história, a sociologia e a filosofia, áreas disciplinares, mas que neste estudo passam dialogar a partir de um interesse comum: compreender como os sentidos são produzidos, disputados e transformados em contextos específicos, em especial, na Revista *Lampião da Esquina*. Trata-se, portanto, de uma abordagem metodológica alinhada à perspectiva interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, além dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade, que rompe com visões essencialistas acerca da ciência e reconhece a historicidade e a contingência dos significados, conferindo aos símbolos o papel de elemento estruturante das práticas sociais.

Aproveitando esse norte, é preponderante a relevância que a produção de significados e da análise de sentidos possui nos estudos de gênero. Judith Butler (2018, p. 27), por exemplo, produz toda sua teoria sobre gênero pautada pela noção

⁴³ “A linguagem é, sobretudo, o que faz os seres humanos o tipo particular de seres que são. Os seres humanos, propomos, são seres linguísticos, seres que vivem na linguagem” (Echeverría, 2005, p. 21).

de performatividade, que segundo ela possui origem linguística, atravessada, construída e desconstruída na e pela linguagem. A produção de sentidos atua na composição deste processo performativo das relações de gênero, e se estendendo ao corpo, construindo e desconstruindo formas e modos de corporificação. As normas de gênero, segundo ela:

chegam quando mal podemos esperá-las, e seguem conosco, animando e estruturando nossas próprias formas de capacidade de resposta. Essas normas não estão simplesmente impressas em nós, marcando-nos e estigmatizando-nos como tantos outros destinatários passivos de uma máquina de cultura. **Elas também nos “produzem”**, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos. Em vez disso, **informam os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo**, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las (Butler, 2018, p. 27, [grifos nossos]).

No campo dos estudos sobre linguagem e corpo, a perspectiva de Judith Butler contribui para a compreensão da produção de sentidos como um processo dinâmico e performativo. No trecho citado, a autora enfatiza que as normas sociais participam ativamente da constituição dos modos vividos de corporificação. Ou seja, os sentidos que atribuímos ao corpo e às práticas sociais são construídos por meio da repetição e da incorporação de normas e performances inscritas na linguagem. Ao afirmar que as normas “também nos produzem”, Butler aponta que os sujeitos são formados por meio de uma relação de mediação e conflito com os discursos normativos, que não apenas os constituem, mas também abrem espaço para contestação e ruptura. Dessa forma, o sentido não é fixo nem unívoco: ele emerge de tensões e disputas de sentidos.

Com esse norte, volto-me à revista *Lampião da Esquina* como um campo privilegiado de construção de sentidos linguísticos e performativos, no qual as normas de gênero são tanto reiteradas, quanto desafiadas nos relatos de memórias de dissidentes de gênero e sexualidade à matriz heterossexual daquela época. Através de suas narrativas, a revista evidencia as formas como os discursos normativos atravessam os corpos de dissidentes de gênero e sexualidade brasileiros e como a questão do trabalho, em especial, é representada.

Nesse processo, pode-se dizer que *Lampião da Esquina* contribui para a construção de sentidos sobre o trabalho, a sexualidade e a identidade de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Nesse sentido, cabe questionar: há um modo

específico de representar o trabalho de dissidentes de gênero e sexualidade? Se há, e acredito haver, qual é, e como ele aparece nos relatos de memórias dessas pessoas em *Lampião da Esquina*?

Com essas reflexões em mente, a pergunta norteadora desta tese, após os ajustes e reflexões realizados durante este percurso de pesquisa, assim ficou: Como se constroem os sentidos do trabalho nos relatos de dissidentes de gênero e sexualidade presentes na revista *Lampião da Esquina*?

Para responder a essa pergunta, o objetivo geral é analisar como se constroem os sentidos do trabalho nos relatos de dissidentes de gênero e sexualidade presentes na revista *Lampião da Esquina*. Além disso, foram definidos três objetivos específicos, com a intenção de aprofundar a análise e oferecer os meios conceituais e metodológicos mais adequados à investigação proposta. São eles: 1) compreender os modos de construção da representação do trabalho nos relatos publicados pela revista *Lampião da Esquina*; 2) identificar os mecanismos que produzem as relações de trabalho; 3) analisar, por um viés interdisciplinar, o processo de regulação e sobrevivência que opera o trabalho às sexualidades desviantes.

4.2.1 Técnicas de análise para a pesquisa

Esta pesquisa mescla de técnicas de análise interpretativa e de caráter interdisciplinar, buscando articular distintas áreas do saber na compreensão dos sentidos produzidos nos relatos. Interpretativa, primeiro, porque:

A pesquisa qualitativa (...) é uma atividade situada que localiza o observador no mundo, consistindo em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem (...) interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários (...), tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17).

Neste sentido, a adoção de uma técnica de análise de natureza interpretativa justifica-se pela sua capacidade de acessar o campo das significações, ou seja, os sentidos que emergem a partir das experiências narradas nos relatos de memórias.

A abordagem reconhece que os discursos fabricam realidades, produzem e organizam significados que atravessam as subjetividades, as práticas sociais e os modos de existência. De acordo com Eliseo Verón (1980), a vida social pode ser compreendida como uma máquina que opera por meio do sentido. Em outras palavras, o funcionamento das instituições, das relações e das práticas cotidianas depende da produção, circulação e interpretação dos significados.

Os discursos que circulam socialmente, inclusive os relatos de memórias, são instâncias privilegiadas onde esses sentidos se constroem, se tensionam e se transformam. Assim, investigar os sentidos atribuídos ao trabalho por sujeitos LGBTQIAP+ em diferentes contextos históricos é também uma forma de compreender os regimes que atravessam as experiências simbólicas de existências no tecido cultural e social:

A interpretação, a reconstrução do sentido é, portanto, o modo de compreensão mesmo de nossa realidade cultural. A própria experiência humana passa a ser vista como produção de sentido. Dessa forma a hermenêutica deixa de ser apenas um método interpretativo de textos, tornando-se uma concepção filosófica, cujo núcleo é a idéia de interpretação do “mundo da vida” (Lebenswelt), em que nossa experiência se constitui como tendo um caráter essencialmente simbólico” (Marcondes, 1994, p. 201).

A escolha por uma técnica de análise interpretativa não se sustenta apenas em critérios metodológicos, mas também em uma orientação filosófica que compreende a realidade social e cultural como constituída por sentidos. Na visão de Gareth Burrell e Graham Morgan (1979), o paradigma interpretacionista abraça um amplo espectro de pensamentos filosóficos e sociológicos que compartilham a característica comum de tentar compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas nos processos sociais (Vergara e Caldas, 2005).

A abordagem adotada também se fundamenta em uma perspectiva interdisciplinar, compreendida aqui à luz do pensamento de Edgar Morin (2011; 2000). Para o autor, as disciplinas científicas, quando isoladas em suas respectivas especializações, tendem a se afastar das problemáticas mais amplas e urgentes do mundo contemporâneo, permanecendo limitadas a seus próprios paradigmas internos e alheias às complexidades sociais, políticas, culturais e históricas que constituem a realidade global (Morin, 2011).

A interdisciplinaridade, nesse sentido, surge como uma resposta crítica à fragmentação do saber, propondo uma episteme que reconhece a interdependência entre os campos do conhecimento e a necessidade de articulação entre diferentes saberes para a construção de uma compreensão mais abrangente e integrada do mundo.

Morin (2000) ressalta ainda que os desafios enfrentados pela sociedade, como as crises ambientais, econômicas, sociais e éticas, exigem abordagens educacionais e científicas que ultrapassem fronteiras disciplinares, promovendo a integração do saber em sua complexidade. O conhecimento, assim, deve tornar-se cada vez mais multidisciplinar, transversal, multidimensional, transnacional, global e planetário (Morin, 2000). Assim, a interdisciplinaridade, mais do que uma técnica metodológica, configura-se como um posicionamento epistemológico e ético, comprometido com a superação dos saberes compartimentados e com a construção de um pensamento que seja capaz de dialogar com a complexidade do real.

Para Alzira Campos (2004, p. 1), a história das ciências contemporâneas tem registrado uma eclosão de rupturas entre as fronteiras disciplinares. Além disso, a invasão de uma disciplina por outra, além da circulação de conceitos, já se observa

com a formação de disciplinas híbridas que acabam se tornando autônomas (Campos 2004, p. 1).

Os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), campo em que esta pesquisa se inscreve, é um exemplo de uma área interdisciplinar em sua essência que já caminha como um campo autônomo do saber.

Não há oposições ou privilégios entre as disciplinas, mas solidariedade. A interdisciplinaridade é vista em uma perspectiva macroeducacional, ligada a políticas e ao planejamento da educação e como resposta à complexidade da aprendizagem no universo da cibercultura (Campos, 2004, p.10-11).

Além das técnicas de análise interpretativa e qualitativa, recorreu-se a um posicionamento epistemológico que valoriza a contextualização histórica, política e cultural dos discursos, reconhecendo a inseparabilidade entre teoria e método na construção do conhecimento. Nesse sentido, embora assumam-se algumas filiações foucaultianas e pós-estruturalistas acerca do discurso (Foucault, 2015, Butler, 2003; Laretis, 1994; Haraway, 1995), é necessário dizer que a vertente metodológica adotada refere-se a uma matriz analítica própria e situada.

A adoção de uma perspectiva metodológica própria e situada parte do reconhecimento de que todo processo de análise se inicia por um exercício de “poder ver” — um olhar que já se encontra posicionado, atravessado por marcadores específicos de quem o enuncia e pelo lugar que ocupa na produção do saber (Haraway, 1995).

Trata-se, portanto, de um *locus* de enunciação que não é neutro, mas posicionado historicamente e socialmente, como o da cientista. Reconhecer esse posicionamento implica recusar a ideia de um olhar científico descolado, acima ou fora de seu objeto, compreendendo-o, ao contrário, como parte de sistemas e práticas de dominação (Haraway, 1988).

A perspectiva situada assume que todo conhecimento é encarnado, parcial e relacional, incluindo-se aí o papel da/o pesquisadora/o, que, com seus repertórios simbólicos, trajetórias e experiências, participa ativamente do processo qualitativo e interpretativo. Nessa direção, busca-se uma análise que, mais do que descrever ou classificar, “privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (Haraway, 1988, p. 581).

Tais abordagens, como já referenciado, recusam a noção de neutralidade que historicamente marcou o modelo hegemônico de produção do conhecimento científico e tecnológico — “neutro”, “imparcial” e “impessoal”. Ao contrário, reconhecem que todo saber é socialmente situado, atravessado por relações de poder, interesses políticos e posições de enunciação que moldam tanto os objetos de estudo quanto às formas de análise.

Neste horizonte, a presente pesquisa também se compromete com a formulação de um conhecimento situado, tal como proposto por Donna Haraway (1995, p. 24), que defende a produção de “pontos de vista que nunca podem ser conhecidos de antemão”, e que possibilitam a construção de “conhecimentos potentes para a criação de mundos menos organizados por eixos de dominação”.

Assim, a seleção e sistematização do *corpus* desta pesquisa exigiu um esforço analítico conduzido a partir de técnicas interpretativas ancoradas em referenciais teóricos interdisciplinares.

Por fim, vale destacar que a análise de relatos de memória exige um cuidado metodológico e ético particular, dada a densidade subjetiva, política e histórica que essas narrativas carregam. Longe de serem apenas expressões individuais, os relatos de memória constituem-se como territórios fundamentais de preservação da história e da experiência de comunidades frequentemente marginalizadas, silenciadas ou esquecidas pelos registros oficiais. Nesse sentido, a memória cumpre um papel estruturante: “isso porque a memória assinala os contornos da nossa existência e é por meio dela que sustentamos e desenvolvemos a nossa identidade, fortalecendo-a” (Carvalho, 2014, p. 73). São narrativas que resgatam vivências pessoais e inscrevem no espaço público a existência de sujeitos dissidentes, revelando tramas coletivas de exclusão, resistência e pertencimento que desafiam as versões hegemônicas da história.

Por outro lado, os relatos de memória, quando analisados sob a ótica do discurso, revelam-se marcados por tensões, fragmentações e deslocamentos do próprio sujeito que os enuncia. Não se trata, portanto, de registros estáveis, lineares ou inteiramente conscientes. Conforme aponta Foucault (1986, p. 61-62):

o discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares

distintos. (...) não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime de suas enunciações.

Essa perspectiva exige um cuidado metodológico redobrado, já que os relatos de memória não apenas expressam vivências, mas também evidenciam os jogos de poder, as posições de sujeito e os efeitos de verdade que atravessam suas narrativas. Assim, a análise dos discursos de memória implica compreender o sujeito não como origem unívoca do sentido, mas como efeito das formações discursivas que o constituem.

4.2.2 Seleção do *corpus*

Como aponta Eni Orlandi (1998, p. 10), “a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas), mas teóricos”, o que evidencia que a seleção do material de análise é atravessada pelas escolhas epistemológicas da pessoa pesquisadora, que define, a partir de seu posicionamento teórico e político, o que será lembrado, interpretado e, portanto, legitimado como objeto de estudo.

Dentre as 38 edições de *Lampião da Esquina*, portanto, por onde começar? Quais materiais selecionar? Essas perguntas, é importante dizer, carregam implicações epistemológicas e políticas que vão muito além do gesto técnico de organização de um *corpus*. Que vozes merecem ser ouvidas? Que memórias serão reinscritas na narrativa histórica e ganharão um olhar dito científico? Em um jornal que se constituiu como espaço de resistência, visibilidade e elaboração de identidades dissidentes, cada escolha é, também, uma forma de tomar posição. Não se trata apenas de reunir textos, mas de escutar cuidadosamente os ecos de uma história que, por tanto tempo, foi empurrada para os silêncios. E, nesse movimento, o que fica de fora também comunica algo.

Como aponta Tony Boita (2023), na museologia LGBTQIA+, o que não é lembrado, o que não está presente, o que não é escolhido para compor uma narrativa oficializada, é revelador. As ausências falam. Elas evidenciam a fragilidade das políticas de memória e os apagamentos sistemáticos que estruturam a história das dissidências sexuais e de gênero.

A escassez de museus com temática LGBTQIAP+, por exemplo, denuncia uma lacuna institucional que reflete os modos seletivos de construção do patrimônio

e da memória coletiva. Quantos museus de memória trans e travesti existem em seu estado? E em sua cidade? Quem são os sujeitos eleitos como heróis e referências históricas? Seriam, em sua maioria, homens brancos, cisheterossexuais? Quantas mulheres, pessoas trans, travestis, negras e periféricas ocupam esses espaços de reconhecimento simbólico e cultural? Essas questões trazem à tona as ausências que estruturam os regimes de memória hegemônicos e escancaram os mecanismos de silenciamento e apagamento histórico de determinados corpos e vivências considerados indesejáveis à narrativa oficial (Boita, 2023).

Nesse sentido, realizar a seleção de relatos de memória entre os inúmeros registros presentes no vasto e diverso acervo do jornal *Lampião da Esquina* constituiu um exercício analítico complexo, que demandou, em primeiro lugar, sensibilidade com as vozes que lá falavam, além de critérios teóricos definidos e uma consciência dos silenciamentos que toda escolha carrega.

Inicialmente, recorri à técnica da leitura flutuante, entendida como uma etapa exploratória que permite à pessoa pesquisadora circular livremente pelos textos, familiarizando-se com suas materialidades discursivas, recorrências temáticas e marcas de enunciação (Oliveira, 2008; Bardin, 2002). Ainda que esta pesquisa dialogue mais diretamente com os pressupostos teóricos da análise do discurso do que com os da análise de conteúdo, a utilização da leitura flutuante proposta por Bardin se justifica, nesse contexto, por não se configurar como um momento de análise propriamente dita, mas como um recurso de pré-análise: um primeiro contato com o *corpus* textual, no qual o/a pesquisador/a se permite ser atravessado/a pelas impressões, sentidos e pistas discursivas presentes no material. Justifica-se, portanto, sua adoção na etapa exploratória como uma estratégia de aproximação inicial aos relatos, alinhada aos princípios de uma análise discursiva, em que, posteriormente, os materiais serão interpretados em sua materialidade histórica e em seus modos de construção de sentidos.

Nesse processo, foram lidas todas as edições do jornal *Lampião da Esquina* mais de uma vez. Inicialmente, a leitura suscitou pistas, recorrências, afetos, tensões e a atenção mais voltada para a identificação de matérias que versavam diretamente sobre a temática do trabalho, eixo central da investigação. Após a exclusão de conteúdos desconectados desse foco, foram pré-selecionadas 20 matérias que tinham uma incidência direta na questão do trabalho de pessoas LGBTQIAP+.

Esse conjunto textual foi então organizado a partir da posição enunciativa dos interlocutores: reportagens, cartas de leitores, artigos de opinião, aspas de entrevistados e anúncios publicitários. As cartas de leitores e as falas de entrevistados foram os enunciados que apresentaram, notadamente, a maior densidade de relatos de experiências, notadamente por seu caráter autoral e pela possibilidade de enunciação em primeira pessoa. Dessa forma, esses materiais foram destacados na pré-análise

pois em suas narrativas pessoais eles revivem o passado, ressignificam o conhecimento de si mesmos, fazem comentários a respeito da própria infância e das complexidades vividas, além de assimilarem no presente a superação de alguns momentos difíceis. Por isso, o enunciatador autobiográfico dá legitimidade ao seu discurso, expõe a privacidade da vida familiar, torna-a pública (Carvalho, 2014, p. 72-73).

Porém, conforme destaca Maria Marly Oliveira (2008), a análise de material textual exige sensibilidade para acessar diferentes camadas de conteúdo, sejam explícitas ou subjacentes, como a axiologia que sustenta o discurso, os efeitos do contexto político sobre as falas, a moralidade vigente à época, as representações sociais sobre o objeto, as manifestações do inconsciente coletivo em torno de certos temas, os repertórios semânticos e sintáticos característicos de grupos sociais ou profissionais, bem como a comunicação cotidiana, seja ela oral ou escrita.

Considerando esses elementos, uma diretriz central desta pesquisa foi a busca por relatos que expressassem a interseccionalidade de marcadores sociais como gênero, classe e raça entre os sujeitos que em Lampião da Esquina trouxeram seus relatos pessoais. Ainda que se reconheça a impossibilidade de abarcar a totalidade das experiências veiculadas em Lampião da Esquina, procurou-se privilegiar, na composição do *corpus*, vozes de mulheres lésbicas, pessoas negras, travestis, transexuais e demais sujeitos cujas narrativas historicamente têm sido marginalizadas para além do que se tem maior destaque historicamente (a do homem gay branco cis), de modo a tensionar os silenciamentos e ampliar o campo de escuta sobre as formas plurais de vivência da dissidência sexual e de gênero. Sob a perspectiva foucaultiana, esses enunciados são atravessados por relações de poder e operam como tecnologia de produção de sujeitos.

Dessa forma, a escolha por concentrar a análise nas cartas de leitores e nos relatos de entrevistados não é apenas metodológica, mas também política: trata-se

de tomar como objeto de estudo os modos pelos quais sujeitos LGBTQIAP+ constroem, por meio da linguagem, sentidos sobre suas trajetórias existenciais, produzindo assim, sentidos sobre suas experiências.

4.3 Busca analítico-discursiva pela produção de sentidos

A produção de sentidos, enquanto fenômeno social, opera como prática significativa, ou seja, que produz significações na esteira social. Neste sentido, aproximo o entendimento desse fenômeno a partir da lente de Butler (2016), que entende as práticas de significações como regimes de inteligibilidade que constituem os sujeitos. Butler, ao problematizar os regimes de inteligibilidade, aponta para o fato de que não nos expressamos a partir de uma identidade estável, mas que somos produzidos e regulados no próprio processo significativo da linguagem.

A linguagem, assim, não traduz ou comunica o gênero, por exemplo, mas constitui os próprios regimes de gênero. A significação, portanto, não é estática nem transparente, ela é atravessada por disputas, silenciamentos, atravessamentos institucionais e micropolíticos⁴⁴ que agem sobre o sujeito falante.

No entendimento de Judith Butler (2003), a lógica da inteligibilidade ocidental pressupõe tanto a heterossexualidade normativa, quanto o falocentrismo como fundamentos estruturantes do discurso e da representação. Desde os modos de nomeação jurídica até as formas consideradas legítimas de existência, o regime atua na constituição das categorias ontológicas possíveis. Assim, Butler aponta que as existências homossexuais — ao não se inscreverem de maneira plena nessa estrutura — acabam por não ser reconhecidas como inteligíveis dentro do campo simbólico dominante.

Dessa forma, de que maneira se representa as noções de trabalho em Lamião da Esquina? Quais os regimes de inteligibilidade que operam nas suas narrativas sobre o trabalho? Qual a busca pela produção de sentidos nesta

⁴⁴ O termo micropoder refere-se, na perspectiva foucaultiana, aos múltiplos e descentralizados focos de exercício do poder que operam no cotidiano das relações sociais. Diferentemente de uma concepção hierárquica e centralizada do poder, Foucault (2005) destaca que os micropoderes se manifestam por meio de agentes aparentemente ordinários — como chefes intermediários, guardas, diretores de instituições, juizes, sindicalistas ou editores — cujas práticas de controle e regulação afetam diretamente os corpos, comportamentos e discursos. Esses mecanismos locais e difusos de poder são fundamentais para a manutenção de estruturas de dominação e disciplinamento social, atuando muitas vezes de forma anônima e naturalizada no tecido das relações institucionais e interpessoais.

pesquisa? Dessa forma, é necessário pontuar a intencionalidade que tenho ao realizar a análise, no objetivo de entender como cada relato de memória constrói um significado e uma noção sobre o trabalho, mas que também essa noção está condicionada pelo contexto, pelas escolhas editoriais, formando uma representação, um regime de inteligibilidade acerca do fato.

Dessa forma, compreende-se que a análise adquire maior robustez ao adotar uma abordagem interpretativa e interdisciplinar, na medida em que se fundamenta na compreensão das produções de sentido como práticas constitutivas de poder. Ainda, as produções de sentidos são campos de forças no qual a linguagem opera tanto como instrumento de regulação quanto como espaço possível de deslocamento e subversão: “o sujeito não só se forma na subordinação, mas esta lhe proporciona a sua condição de possibilidade (Butler, 2010, p. 19), fato este que pode ser visto pelo editorial disruptivo e plural de *Lampião da Esquina*, proporcionando a construção de percepções sobre as dissidências de gênero e sexualidade brasileiras em uma perspectiva histórica única.

Butler (2010, p. 23 [grifo nosso]) afirma que

o poder que dá origem ao sujeito não mantém uma relação de continuidade com o poder que constitui a sua potência (capacidade de ação). Quando o poder modifica o seu estatuto, passando a ser condição de potência, converte-se em a própria potência do sujeito (constituindo uma aparência de poder na qual o sujeito aparece como condição de seu próprio poder), **se produz uma inversão significativa e potencialmente permitida.**

Assim, a produção de sentidos, nesta pesquisa, é compreendida como um processo situado, histórico e atravessado por relações de poder, que privilegia os sentidos produzidos a partir das experiências vividas pelos sujeitos, mas não apenas sob a ótica de uma sujeição total à dominação. Inspirada por autoras como Butler e LaRetis, a análise reconhece que os sentidos produzidos na linguagem não apenas interpelam os sujeitos, mas também são tensionados e ressignificados por eles.

Dessa forma, a busca analítico-discursiva dessa pesquisa, juntamente aos objetivos delineados durante o percurso metodológico, estabelece três critérios principais para a escolha do *corpus*: (1) abordar diretamente a temática do trabalho; (2) tratar de relatos de experiências e memórias, permitindo o acesso a narrativas subjetivas e seus modos de construção de representação do trabalho; e (3)

contemplar narrativas de dissidentes à matriz heterossexual normativa interseccionados por gênero, classe e raça.

O *corpus* busca, portanto, dar visibilidade às narrativas que instaurem frestas, rupturas e movimentos de reinvenção que excedem os enquadramentos normativos. Esses relatos não são tomados como expressão de uma essência subjetiva, mas como efeitos de práticas significantes que mobilizam sentidos outros, atravessando normas de gênero, sexualidade, raça e classe, e revelando as ambivalências e os agenciamentos possíveis no interior da própria linguagem. Sendo assim, também, a busca analítico-discursiva que este estudo se refere visa privilegiar os modos de construções de representações de brechas às normas de inteligibilidade vigentes, como foi Lampião da Esquina para o seu tempo.

Com base nesses critérios, foram selecionados 19 relatos de memória presentes em Lampião da Esquina, a fim de possibilitar uma maior profundidade na contextualização e na pesquisa sobre as trajetórias das pessoas cujas memórias seriam apresentadas, garantindo assim uma abordagem mais consistente e embasada do material selecionado.

A seguir, apresentam-se os principais fundamentos conceituais que sustentam a abordagem analítico-discursiva adotada: a noção de representações no campo das ciências sociais e seus principais autores, assim como a contribuição aos estudos de gênero; o conceito de biopolítica, conforme formulado e difundido por Michel Foucault; e, por fim, a ideia de precariedade, conforme desenvolvida por Judith Butler.

4.3.1 Conceitos fundamentais para a busca analítico-discursiva

O conceito de representação tem sido central em diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, oferecendo ferramentas analíticas para compreender como significados são construídos, compartilhados e contestados nas sociedades. Autores como Serge Moscovici, Michel Foucault e Stuart Hall contribuíram para o desenvolvimento desse conceito, cada um a partir de perspectivas teóricas distintas. Além disso, os estudos de gênero têm se apropriado dessas abordagens para analisar as construções sociais relacionadas às identidades de gênero e às relações de poder. Como apontado por Gilberto Ferraro e Maria Sylvia Guedes (2012, p. 1) “é

um conceito que se encontra em várias disciplinas que buscam compreender a relação das construções simbólicas com a realidade social”.

Em uma ordem cronológica, no campo das ciências sociais e da psicanálise, Serge Moscovici introduziu a Teoria das Representações Sociais em 1961, com a publicação de sua obra *La Psychanalyse, son Image et son Publique*. Nesta obra, Moscovici procurou entender como se dava a popularização, influência e conhecimento da psicanálise no cotidiano da sociedade parisiense. Em outras palavras, como o público parisiense representava e modelava a teoria psicanalítica.

Foi a partir da concepção de Émile Durkheim de "representações coletivas" que Moscovici construiu toda sua teorização e abriu, portanto, espaço para uma nova abordagem. Ao analisar as sociedades primitivas, Durkheim percebia que formas muito peculiares de explicação da realidade eram condensadas na vida social, se manifestando através de tradições culturais, mitos e crenças religiosas, fixas e próprias dessas sociedades. A este fenômeno chamou de representações coletivas, isto é, formas congruentes, fixas de explicação e interação com a realidade que se originavam coletivamente e que, de certa forma, impunham certos tipos de comportamento a grupos específicos (Guareschi, 1996). Para ele, as representações coletivas, portanto, diziam respeito aos significados, às imagens, ao quadro de sentidos construídos e partilhados por uma sociedade; são formas estáveis de compreensão coletiva que atuam de forma mais ou menos impositiva e têm o papel de integrar a sociedade como um todo.

Serge Moscovici resgatou este conceito de representações coletivas em Durkheim e objetivou atualizá-lo, tratando-o em uma perspectiva diferente, tendo em vista os avanços das sociedades, no qual esta percepção já não daria conta de abarcar. As representações seriam processos dinâmicos e mutáveis, já não tão fixos e delineados como Durkheim dizia.

Dada essa perspectiva, segundo o autor, as representações sociais, diferem-se das coletivas, pois não são simplesmente categorias ou conceitos que procuram compreender e explicar uma dada conjuntura social. Estas, para além disso, são “um processo de conhecer e forjar explicações do social” (Silva, 2008, p. 46). Um dos maiores objetivos da teoria das representações sociais (senão o maior) trata de entender como se formam as representações na teia social. Segundo Moscovici, as representações se constroem, sobretudo, por um processo específico: o de tornar

familiar o não familiar. Este processo de geração das representações é detalhado no trecho abaixo:

As representações que fabricamos – de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. Através delas, superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados (Moscovici, 2007, p. 58)

Moscovici propõe que as representações sociais são formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, que têm como função a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Para ele, as representações permitem que os indivíduos compreendam e se orientem no mundo social, influenciando comportamentos e práticas.

Para Moscovici (1978, p. 41), as representações sociais “circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano”. E ainda: “a maioria das relações estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados”. Esta sentença lança luz sobre a imbricação muito forte que tais representações tem em relação à comunicação, o lugar que possui na criação de representações: toda comunicação é lugar de representações.

Nesses termos, o ato de comunicar, de interagir, de produzir sentidos da vida social, induz às representações; e estas, por sua vez, constituem uma realidade forjada, uma explicação de tal, presente em todos os espaços da vida social, tornando-se, sobretudo, um conceito relacional. Denise Jodelet (2001, p. 22) condensa a proposta conceitual de representações na seguinte sentença: (...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico.

Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos

cognitivos e das interações sociais. As representações sociais são este elo entre a produção dos sentidos sociais e a realidade.

Já Michel Foucault abordou o conceito de representação a partir de uma perspectiva arqueológica e genealógica, focalizando as estruturas de pensamento e os sistemas de saber que moldam as sociedades ao longo do tempo. Em sua obra "As Palavras e as Coisas", publicada em sua primeira edição em 1966, Foucault analisa as mudanças nas "epistemes", estruturas subjacentes de conhecimento — que definem como os seres humanos percebem e organizam o mundo. Para Foucault, as representações não são meros reflexos da realidade, mas são construídas por meio de discursos que estabelecem regimes de verdade e relações de poder. Ele argumenta que "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual, e por meio do qual, se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (1996, p. 10).

Na análise de Foucault, a noção de representação remonta a um paradigma que tem raízes na filosofia clássica, especialmente na concepção platônica de mimesis como imitação da verdade ideal. Na tradição ocidental, sobretudo até o século XVII, a linguagem era concebida como espelho do mundo: havia uma suposta correspondência entre o signo e o objeto, entre a palavra e a coisa. A verdade era, portanto, transparente e acessível por meio da representação (Rocha; Coito, 2023).

Essa lógica permanece predominante na chamada episteme clássica, conceito elaborado por Michel Foucault para se referir aos regimes de saber que estruturam as formas de pensar e dizer de cada época. Conforme aponta Foucault em *As palavras e as coisas* (1966), é apenas a partir do século XVII que a representação se torna o eixo central do conhecimento: é o tempo da *mathesis universalis*⁴⁵, da ordenação e da racionalidade sistemática, onde a linguagem deixa de ser expressão divina (como na episteme pré-clássica) e passa a ser uma estrutura formal de significação, agora separada do mundo que descreve (Rocha; Coito, 2023).

Contudo, adiante, Foucault propõe uma ruptura com esse paradigma representacional. Em vez de tomar a linguagem como um meio de refletir a

⁴⁵ A expressão *mathesis universalis* tem origem no latim, embora derive de raízes gregas também. Pode ser traduzido como "matemática universal" ou, em um sentido mais conceitual, "conhecimento universal" ou "ciência universal".

realidade, ele a concebe como prática material e produtora de realidades. Em *Isto não é um cachimbo* (1988), Foucault, ao interpretar as obras do pintor surrealista René Magritte, mostra como as imagens traem o olhar, rompem com a ilusão mimética e colocam em cena o problema da similitude. Ou seja, a representação não é mais reflexo fiel de um referente real, mas sim uma operação que produz sentido, uma ficção que se aproxima da realidade. O discurso, então, não representa algo fora de si, ele produz o real que diz representar (Rocha; Coito, 2023).

Esse deslocamento epistemológico operado por Foucault abre espaço para a crítica pós-estruturalista à representação, que será amplamente desenvolvida pelos estudos feministas e de gênero. Nesse campo, autoras como Judith Butler questionam a ideia de que seria possível representar um sujeito "pré-existente", como "a mulher" ou "o feminino". Nesse sentido, sustentam que é a própria representação que constitui os sujeitos que diz representar. Segundo Butler (2003), o gênero é performativo: ele não preexiste ao discurso, mas é produzido reiteradamente por meio de atos regulados, citacionais, que nunca repetem um "original" ausente, porque tal original simplesmente não existe, ele é, portanto, construído na linguagem.

Para os estudos feministas contemporâneos, portanto, a representação é entendida não como um espelho do real, mas como um dispositivo político e cultural que produz sujeitos, identidades e exclusões, ou seja, que produz efeitos de verdade. Essa abordagem rompe com a epistemologia clássica do conhecimento como reflexo e propõe uma concepção material-discursiva da realidade, na qual o saber, o poder e o sujeito são co-constituídos.

Nesta esteira, o paradigma representacional abriu caminho para que os estudos feministas pudessem denunciar não apenas o conteúdo das representações (quem é representado e como), mas sua própria estrutura produtora de verdade e subjetividade. O grande desafio que se apresenta e segue aos estudos de gênero no campo da representação é o de criar estratégias de representação que alterem a própria estrutura de referência daquilo que pode ser visto. O que se faz necessário, pois, é outra política de visibilidade que leve em conta a pluralidade de sujeitos envolvidos.

Ainda, é possível citar as contribuições dos estudos culturais para os estudos em representações, como a proposta por Stuart Hall (2016), que entende o processo de representação ser algo que ocorre no interior das teias culturais:

Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto (Hall, 2016, p. 31).

Para ele, as representações se instituem nas culturas por meio da linguagem. A linguagem é a categoria central na formação das representações segundo Hall, pois é através dos signos, dos códigos, dos constructos simbólicos que as representações se condensam e circulam na sociedade. Nesse sentido, o autor compreende as representações como produções de sentido pela linguagem.

Para ele, uma noção de linguagem e cultura é como fenômenos distintos no interior das representações: Cultura tem a ver com “sentidos compartilhados”. Agora, linguagem é o meio privilegiado no qual nós “fazemos sentido” das coisas, no qual o sentido é produzido e compartilhado. Sentidos só podem ser compartilhados através de nosso comum acesso à linguagem (Hall, 1997, p. 01).

Dessa forma, Hall permite uma visualização da pertinência que a comunicação tem nos fenômenos de representação social. As diferentes linguagens utilizadas para dar sentido às coisas, sejam sons, textos, gestos, vídeos, imagens, etc., são vistas como práticas de significação, como sistemas de linguagem. Os sistemas de linguagem para Hall podem ser lidos especificamente como sistemas de representação. Essa perspectiva de sistemas de representação significa uma contribuição relevante para a noção clássica da teoria das representações sociais oriunda da psicologia social, pois inscreve a complexidade da representação ancorada em um circuito sumariamente cultural.

Daí que Hall fala em mapas conceituais, que seriam estes sistemas de representação próprios da cultura que nos ajudam a criar novas representações e interpretar o mundo. Sobre o sistema de representação, Hall acredita que se trata de um sistema pelo qual toda ordem de objetos, sujeitos e acontecimentos é correlacionada a um conjunto de conceitos ou representações mentais que nós carregamos. Sem eles jamais conseguiríamos interpretar o mundo de maneira inteligível (Hall, 2016, p. 32).

Acerca disso, Hall é enfático ao salientar que as representações não são, portanto, um mero reflexo, uma imitação da linguagem no mundo real, são pelo

contrário, sentidos produzidos pela linguagem, se aproximando da noção que Foucault trouxe:

Usamos signos, organizados em linguagens de diferentes tipos, para nos comunicar inteligivelmente com os outros. Linguagens podem usar signos para simbolizar, indicar ou referenciar objetos, pessoas e eventos no chamado mundo “real”. Entretanto, (...) o mundo não é precisamente refletido, ou de alguma outra forma, no espelho da linguagem: ela não funciona como um espelho [do real]. O sentido é produzido dentro da linguagem, dentro e por meio de vários sistemas representacionais que, por conveniência, nós chamamos de “linguagens”. O sentido é produzido pela prática, pelo trabalho, da representação. Ele é construído pela prática significante, isto é, aquela que produz sentidos (Hall, 2016, p. 53-54).

A abordagem de Stuart Hall sobre representação e identidade foi profundamente influenciada por diálogos com os estudos feministas, especialmente a partir da década de 1970. Hall reconheceu as contribuições do feminismo para os Estudos Culturais, destacando como o movimento feminista expandiu a compreensão das relações de poder e das construções identitárias. Ele enfatizou que o feminismo introduziu uma nova perspectiva sobre o poder, considerando-o não apenas como uma estrutura externa, mas também como algo que permeia as relações cotidianas e as construções subjetivas. Essa visão levou Hall a reconsiderar a noção de identidade, afastando-se de concepções fixas e essenciais para adotar uma perspectiva mais fluida e contingente, alinhada às críticas feministas à ideia de um sujeito universal e estável.

No entanto, apesar dessas convergências, existem divergências significativas entre a abordagem de Hall e os estudos de gênero. Uma das principais críticas feministas à perspectiva de Hall é a insuficiente atenção às especificidades das experiências de gênero. Enquanto Hall abordava a identidade de forma ampla, considerando fatores como raça, classe e cultura, algumas teóricas feministas argumentam que ele não aprofundou suficientemente as particularidades das experiências femininas e as dinâmicas específicas de opressão de gênero. Além disso, embora Hall tenha reconhecido a importância das questões de gênero, sua análise frequentemente priorizava outras categorias de identidade, como raça e etnia, o que levou a críticas sobre a marginalização das questões de gênero em seus estudos.

Outra divergência reside na abordagem teórica. Enquanto Hall adotava uma perspectiva construcionista, enfatizando a construção social das identidades e a fluidez dos significados culturais, algumas correntes feministas, especialmente as influenciadas por teóricas como Judith Butler, aprofundaram a análise das performatividades de gênero e das normas que regulam os corpos e as identidades. Essa diferença de foco levou a abordagens distintas sobre como as representações de gênero são construídas, mantidas e desafiadas na sociedade.

Embora Stuart Hall tenha incorporado e dialogado com as críticas feministas, promovendo uma compreensão mais complexa das identidades culturais, sua abordagem apresenta divergências entre sua perspectiva e os estudos de gênero, refletindo diferentes ênfases teóricas e metodológicas. Para esta pesquisa, adota-se uma aproximação teórica que articula a noção de representação tal como concebida por Michel Foucault, entendida como prática discursiva historicamente situada, e aos aportes dos estudos de gênero, os quais compreendem as representações como instrumentos de produção, normatização e, potencialmente, de subversão das identidades de gênero, destacando a importância de uma abordagem interseccional que considere simultaneamente as múltiplas dimensões das identidades e da opressão que são construídas via representações.

A compreensão das representações como práticas discursivas historicamente situadas permite analisar de que forma certos saberes e identidades são produzidos, legitimados ou marginalizados nas sociedades. Nesse sentido, torna-se necessário avançar para outra dimensão fundamental da teoria foucaultiana: os modos de exercício do poder que não apenas organizam os discursos, mas também incidem diretamente sobre os corpos e populações.

É a partir dessa perspectiva que se insere a noção de biopoder e, em seu desdobramento, o conceito de biopolítica, ambos centrais para a análise das tecnologias de regulação da vida na modernidade, conseqüentemente, as representações que incidem sobre os corpos e as formas de viver.

Embora Michel Foucault não tenha sido o primeiro a empregar o termo "biopolítica", é inegável que foi ele quem lhe conferiu o significado conceitual pelo qual é amplamente reconhecido hoje. A origem mais remota do uso da palavra remonta ao início do século XX, atribuída ao cientista político sueco Rudolf Kjellén, que relacionava os aspectos vitais e biológicos das sociedades às estruturas políticas. Foucault, no entanto, reformulou essa noção, introduzindo-a como

ferramenta analítica para compreender as técnicas de poder que se voltam à gestão da vida. Seu primeiro uso público do termo ocorreu em 1974, durante uma conferência no Brasil, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde abordou o surgimento da medicina social e seu vínculo com o nascimento da biopolítica. Ainda que não mencione diretamente os precursores, sua contribuição se distingue pela sofisticação teórica com que trata da relação entre política e vida.

Entre os conceitos centrais em sua obra está o de biopoder, o qual se subdivide em duas formas principais: a disciplina, voltada para o corpo individual, e a biopolítica, que se refere ao governo da população como um todo.

A biopolítica é compreendida como um conjunto de técnicas e estratégias que têm por objetivo o controle e a regulação da vida coletiva, incidindo sobre aspectos como natalidade, mortalidade, longevidade e saúde. Foucault explica que, com a emergência do biopoder, “a morte é o limite, o momento que lhe escapa. Ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais privado” (Foucault, 2012, p. 151). Tal afirmação evidencia a mudança de paradigma em relação ao poder soberano, que anteriormente tinha por princípio “fazer morrer e deixar viver”, enquanto a biopolítica se funda na inversão dessa lógica: é o poder de “fazer viver e deixar morrer”.

Segundo Foucault, esse novo arranjo de poder é marcado por uma “tecnologia de duas faces – anatômica e biológica –, individualmente e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida” (Foucault, 2012, p. 152). Nesse sentido, a biopolítica se articula com as disciplinas para formar um sistema integrado de poder que não mais busca simplesmente a obediência, mas a normatização dos indivíduos e das massas. A regulação da vida passa a ser essencial não apenas para o controle social, mas também para a viabilidade econômica e política das sociedades modernas.

O impacto da biopolítica no surgimento do capitalismo é enfatizado por Foucault, que afirma: “o ajustamento da acumulação dos homens à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas forças e procedimentos múltiplos” (Foucault, 2012, p. 154). Esse processo foi possível porque, segundo ele, a vida passou a ser objeto de saber e de intervenção sistemática: “o homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter corpo,

condições de existência, probabilidade de vida. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete no político” (Foucault, 2012, p. 155).

A entrada da vida na esfera política transforma radicalmente as estruturas sociais. O biopoder instaura uma sociedade voltada para a normatização da vida, baseada em mecanismos reguladores e contínuos. Foucault argumenta: “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (Foucault, 2012, p. 157).

Um dos campos privilegiados de atuação da biopolítica é a sexualidade. Essa se localiza na intersecção entre o corpo individual e a população, sendo simultaneamente objeto da disciplina e da regulação. Como afirma Foucault: de um lado, da parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia de energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz (Foucault, 2012, p. 158). Ao se referir às estratégias de poder sobre a sexualidade, ele observa que: “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações” (Foucault, 2012, p. 159).

Essa articulação torna a sexualidade um ponto estratégico para o exercício do biopoder. Por isso, no século XIX, ela passou a ser esmiuçada “em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância” (Foucault, 2012, p. 159).

Além disso, Foucault destaca a transformação histórica que marca o limiar da modernidade, sintetizada na passagem de uma simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade. Para ele, não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão e da soberania, é o sangue; a sexualidade está do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e regulamentações (Foucault, 2012, p. 161).

Complementando essa análise, o autor afirma que: “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (Foucault, 2010, p. 211).

Por fim, a normatividade se apresenta como o elemento que unifica as duas formas de poder: “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de

normalização é uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação” (Foucault, 2010, p. 213).

Essas formulações revelam a potência analítica do conceito de biopolítica para compreender as formas pelas quais o poder contemporâneo se exerce, não mais por meio da repressão ou da soberania, mas pela produção, normatização e gestão da vida.

Ao evidenciar como os dispositivos de poder operam sobre a vida, organizando discursos, regulando populações e administrando corpos, Foucault oferece importantes ferramentas para compreender as formas modernas de governamentalidade. No entanto, para aprofundar a análise das implicações ético-políticas dessas práticas sobre as vidas consideradas vivíveis ou descartáveis, é necessário recorrer à contribuição de Judith Butler. A autora amplia esse debate ao introduzir o conceito de precariedade, propondo uma reflexão sobre as condições desiguais de reconhecimento e luto que incidem sobre diferentes vidas, articulando poder, vulnerabilidade e normas sociais de inteligibilidade.

A palavra “precariedade” provém do latim *precarius*, que significa “obtido por súplica”, “concedido como um favor”, “inseguro”, e deriva do verbo *precari*, “rogar” ou “implorar”. Historicamente, esse termo descrevia uma condição de dependência ou instabilidade, sobretudo no âmbito do direito romano, onde “propriedade precária” referia-se à posse concedida por um senhor que podia ser revogada a qualquer momento. Ao longo do tempo, a noção foi assumindo sentidos associados à fragilidade das condições materiais de existência, instabilidade no trabalho, e vulnerabilidade social e política. Nas línguas europeias, o termo assumiu conotações semelhantes.

Em francês, *précarité* indica insegurança socioeconômica. Em inglês, *precariousness* remete à instabilidade e risco. Em alemão, *Prekarität* tem sido usado em teorias críticas para indicar as formas modernas de exclusão e insegurança social, especialmente no contexto do neoliberalismo.

A palavra, portanto, carrega em si a marca da dependência e da exposição ao arbítrio — um sujeito “precário” não detém garantias plenas sobre seu próprio sustento, integridade ou reconhecimento.

Judith Butler passou a incorporar o conceito de precariedade em sua obra a partir do impacto dos eventos sociopolíticos do início do século XXI, como os atentados de 11 de setembro, as guerras no Iraque e Afeganistão, os movimentos

Occupy, e a intensificação das desigualdades econômicas e sociais sob o neoliberalismo global. Essa mudança teórica está profundamente relacionada ao desejo de compreender a vulnerabilidade como condição ontológica e política.

Butler entende que há uma vulnerabilidade comum a todos os seres humanos — todos somos corpos que podem ser feridos, expostos, necessitados —, mas essa vulnerabilidade é distribuída de forma desigual, e essa desigualdade é produzida politicamente. A precariedade, então, surge como uma lente crítica que permite conectar lutas diversas: de gênero, sexualidade, raça, classe, migração e deficiência, por exemplo: “a precariedade era uma teoria e uma prática [...] que se opunham às condições insuportáveis nas quais as minorias sexuais e de gênero vivem” (Butler, 2018, p. 7).

A autora denuncia que essa precariedade não é acidental, mas sim o resultado de escolhas políticas e econômicas que expõem certas vidas ao abandono sistemático: “populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas” (Butler, 2018, p. 28).

Essa condição afeta principalmente corpos que desafiam as normas de inteligibilidade social — como corpos trans, não-binários, racializados, refugiados e pessoas com deficiência: “a precariedade é a rubrica que une as mulheres, os *queers*, as pessoas transgêneras, os pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas [...]” (Butler, 2018, p. 36). Dessa forma, a relação entre precariedade e normas de gênero é central em sua teoria. Aqueles que não vivem de acordo com os padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade tornam-se particularmente vulneráveis à violência institucional, à marginalização legal e à patologização. Dessa forma, para ela:

A precariedade está, talvez de maneira óbvia, diretamente ligada às normas de gênero, uma vez que sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência” (Butler, 2018, p. 28).

Contra essa vulnerabilização sistemática, Butler aponta a performatividade política como forma de resistência. A ação coletiva — especialmente a ocupação de espaços públicos por corpos antes excluídos — se transforma em uma forma de reivindicar reconhecimento, direitos e existência: “se você aparece como um corpo

na rua, você ajuda a fazer a reivindicação que surge desse conjunto plural de corpos, reunidos e persistindo ali” (Butler, 2018, p. 42) A autora argumenta que, muitas vezes, é preciso agir mesmo sem as garantias legais do reconhecimento, para justamente forçar a abertura dessas condições: “não é apenas uma questão de precisarmos viver para podermos agir, mas de termos que agir, e agir politicamente, a fim de garantir as condições da existência” (Butler, 2018, p. 42). O que está em jogo, portanto, é a própria viabilidade da vida: “Ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir e persistir” (Butler, 2018, p. 31). A precariedade, nesse sentido, é tanto um diagnóstico crítico quanto uma plataforma política para repensar alianças, direitos e modos de vida possíveis.

O conceito de precariedade, dessa forma, constitui um eixo teórico essencial para uma busca analítico-discursiva na *Revista Lampião da Esquina*, pois permite desvelar os modos como a vulnerabilidade é discursivamente articulada nas experiências de sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. Butler entende a precariedade como uma condição na qual determinadas populações são expostas de maneira desigual à violência, à marginalização e à morte simbólica ou literal — processo que se relaciona diretamente às normas hegemônicas de reconhecimento (Butler, 2018).

A incorporação do conceito de precariedade contribuiu para delinear o horizonte teórico a partir do qual se examinam as formas de vida sujeitas à marginalização, à violência normativa e ao apagamento simbólico. Ao reconhecer a precariedade como uma condição distribuída de maneira desigual, social e politicamente, estabelece-se uma lente crítica sensível às hierarquias que determinam quais vidas são reconhecidas como dignas de proteção e luto.

Com base nesse referencial, passa-se agora à análise dos relatos de memória publicados na *Revista Lampião da Esquina*, com especial atenção às representações sobre o trabalho. Busca-se compreender de que maneira essas narrativas expressam, tensionam ou resistem às condições de precarização impostas às dissidências de gênero e sexualidade, bem como aos sentidos atribuídos às experiências de trabalho no contexto histórico em que foram produzidas.

5 O TRABALHO LGBTQIAP+: DIGRESSÕES EM LAMPIÃO DA ESQUINA

O capítulo 5 é composto da análise do *corpus*. Aqui, a partir da seleção, desconstrução e interpretação de 19 relatos de memórias escolhidos, apontarei os sentidos da instância narrativa da revista *Lampião da Esquina* para a construção de uma representação do trabalho LGBTQIAP+. A análise explora os aspectos ligados à construção do sentido de trabalho e ao modo que os relatos de memória transitam entre relatos de sobrevivência e de regulação de pessoas LGBTQIAPN+.

5.1 Preâmbulo da análise

Na leitura de *Lampião da Esquina*, para além do seu caráter irreverente e desobediente, conforme descrito nas páginas anteriores desse estudo, é perceptível como o periódico, em suas edições, trouxe consigo uma pluralidade de vozes. Nessa pluralidade de vozes históricas, foi um desafio e tanto organizar os sentidos das experiências nos relatos encontrados, uma vez que trazem recortes de diferentes atravessamentos interseccionados. Como forma de superar este desafio, me detive sobre os pontos em comum que as narrativas apresentavam entre si. Essas conexões nas narrativas, ou padrões de inteligibilidade (Butler, 2016), ou, ainda, seus núcleos de significação⁴⁶, são uma forma de traduzir a centralidade do que se representava em cada relato. Dessa forma, esta análise é estruturada nas três etapas de sentido que construíram a forma de representar o fenômeno do trabalho em *Lampião da Esquina*. Esses núcleos ou etapas são: as dinâmicas e conflitos familiares; o êxodo LGBTQIAP+ para centros urbanos; e a experiência do trabalho.

Esse formato de análise ganha reforço no entendimento de que a categoria trabalho é compreendida não apenas como uma categoria econômica ou um indicador restrito às dinâmicas de produtividade, mas como uma dimensão constitutiva da experiência vivida, e atravessa diferentes momentos e etapas da vida das populações. Nos estudos de Karl Marx (1844; 1993), o trabalho é elemento fundante da humanidade, responsável pela transformação da natureza e pela produção da vida em sociedade. Leny Sato (2009) também define que o trabalho é

⁴⁶ A noção de núcleos de significação apresenta aproximações com abordagens metodológicas próprias da análise de representações sociais, à exemplo da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposta por Lefèvre (2005), cuja principal característica consiste na construção de figuras metodológicas capazes de identificar representações sociais de determinado objeto a partir de discursos brutos, como depoimentos ou narrativas textuais previamente delimitadas pelo tema em investigação.

um componente central na formação da subjetividade, carregando sentidos diversos ao longo da história.

Apesar de, no contexto do capitalismo contemporâneo e conforme reforçado pelo senso comum, o conceito de trabalho ter sido frequentemente reduzido à noção de emprego formal e assalariado — o que compromete sua complexidade analítica (Antunes, 2000) —, adoto a perspectiva de que o trabalho deve ser compreendido como parte constitutiva das experiências sociais, sendo um importante marcador analítico histórico, em especial às experiências e memórias de populações historicamente marginalizadas LGBTQIAP+.

Com base nos três eixos, parto, portanto, da premissa que a narrativa a construção do trabalho em Lampião da Esquina segue uma lógica encadeada: as dinâmicas familiares de rejeição, que operam como primeiro mecanismo de exclusão; o deslocamento para os centros urbanos, que marca a tentativa de reconstrução diante do rompimento atrelado ao trabalho; e, por fim, a experiência dessas pessoas em trabalhos que refletem-se em sentidos de sobrevivência, informalidade e precariedade, apresentando, também, técnicas e estratégias de permanência e manutenção do trabalho, frente às múltiplas formas de violência e discriminação enfrentadas.

5.2 Dinâmicas familiares e sua relação com o mundo do trabalho em Lampião da Esquina

As dinâmicas familiares são um dos primeiros sentidos narrativos que aparecem em relação ao trabalho em Lampião da Esquina. Para iniciar essa explanação, apresento o relato encontrado na reportagem da Edição 12, de maio de 1979, intitulada “Então, por que tanta repressão?”, uma matéria produzida, segundo sua própria descrição, com o objetivo de trazer “dois depoimentos para ilustrar como a repressão pode atuar na vida das mulheres homossexuais. São duas histórias de vida” (Lampião da Esquina, 1979, p. 9). O trecho que se extrai a seguir é de uma das histórias apresentadas.

Figura 13 - Reportagem *Então, por que tanta repressão?* da edição 12 de Lampião da Esquina

Então, por que tanta repressão?

**M. 26 anos,
secretária e
estudante (USP)**

"É mais fácil ter lâbibos do que ter bicha", diz muita gente, porque mulheres podem se dar as mãos na rua, até andar de braço dado; porque as famílias permitem que as meninas durmam com as amiguinhas, enquanto isso é proibido aos meninos. A expressão da homossexualidade, entretanto, é sempre difícil. Mas parece evidente que os homossexuais já conquistaram muitos espaços do que as mulheres homossexuais. Pelo menos espaços públicos. Está aí o Lâmpião, que não nos deixa mentir: só depois de um ano de batalha, à exceção de algumas cartas, as mulheres homossexuais começaram a aparecer. Repressão é repressão, tem várias formas de se manifestar e é sentida diferentemente pelas pessoas. Nós não queremos dizer que sofremos mais do que os homens por causa da nossa condição de mulheres e de nossa preferência sexual (temos nossas contrapartidas, é preciso não esquecer). Exatemos dois depoimentos para ilustrar como a repressão pode atuar na vida das mulheres homossexuais. São duas histórias de vida.



Num certo sentido, eu estava andando para minha própria satisfação, mas não me gritei, pois eu também me sentia usada; era uma coisa o que fazíamos. Não tive o melhor problema de consciência: sabia que a coisa não parava aí, mas também achava que nunca atingiria descoberta. Até que a mãe dela me viu. Não só me beijou, mas foi o suficiente para sermos chamadas de lâbibos e consequentemente de bichas. Resolvemos então parar com aquele tipo de brincadeira, porque era algo errado, que não levava a nada e porque a mãe dela andava querendo até morrer por causa disso. Fizemos um trato de não mais nos tocarmos. Parecia um trato muito sério e que ia funcionar. Mas não passou nem uma hora — acabamos achando que não tinha nada a ver e começamos tudo.

Algumas vezes depois, sem nunca termos sido ninguém, tivemos um momento em que ela, sem nunca termos sido nenhuma informação sobre lesbianismo, começamos a fazer. Foi delicioso. O sexo nos levou ao auge da satisfação. Conhecemos uma transa corpúscula. Não me lembro de um nenhum levante ter sentido tremor, sentimento de culpa ou de ter me achado a única no mundo. Nada disso me ocorreu. Sempre achei que todo mundo tinha direito à liberdade; também não me questionava sobre o assunto. Só deixava as coisas irem acontecendo.

Tomamos bem poucas precauções para que ninguém descobrisse. Estávamos nos amando e isso era tudo. Sendo assim, logo descobrimos. Foi um desastre. Com 17 anos não se começa a cultivar todo tipo de repressão. Desde tentativas (inúteis) das famílias de nos separar enquanto amigas até tirarmos da escola, xingamentos, prisão domiciliar, vigilância no telefone e por aí a fora. Sempre demos um jeito de nos ver. Ao invés de nos separarmos, fomos nos unindo cada vez mais. Eu estava apaixonada e não me interessava mais por homens. Tínhamos uma luta muito grande pela frente e eu era completamente dependente da minha família.

Além das repressões morais sofridas, houve vários ataques físicos: minha mãe tentou me enforcar e só não conseguiu porque não teve força suficiente nas mãos; meu pai chegou a colocar uma faca na minha garganta, durante uma discussão que tivemos, apertei muito, até ficar com o rosto todo machucado. Quando eu quis ir embora de casa, minha mãe me levou presa, alegando para o delegado que eu ia levar uma menor de idade junto com ela. Eu tinha 18 anos e a Mãezinha tinha 16. Também aconteceu da escola onde fazíamos o 1º colégio.

Helio

Página 9

Fonte: Lâmpião da Esquina (1979)

A interlocutora apresenta-se de forma anônima como M.⁴⁷, 26 anos, secretária e estudante (USP) e o trecho selecionado da reportagem é o que contextualiza os desdobramentos da descoberta da sua sexualidade logo quando, ainda adolescente, teve o seu primeiro relacionamento homossexual:

Foi um desastre. Com 17 anos, tive de começar a enfrentar todo tipo de repressão. Desde tentativas (inúteis) das famílias de nos separar enquanto amigas até tirar-me da escola, xingamentos, prisão domiciliar, vigilância no telefone e por aí a fora. Sempre demos um jeito de nos ver. Ao invés de nos separarmos, fomos nos unindo cada vez mais. Eu estava apaixonada e não me interessava mais por homens. Tínhamos uma luta muito grande pela frente e eu era completamente dependente da minha família.

Além das repressões morais sofridas, houve vários ataques físicos: minha mãe tentou me enforcar e só não conseguiu porque não teve força suficiente nas mãos; meu pai chegou a colocar uma faca na minha garganta, durante uma discussão que tivemos, apertei muito, até ficar com o rosto todo machucado. Quando eu quis ir embora de casa, minha mãe me levou presa, alegando para o delegado que eu ia levar uma menor de idade junto

⁴⁷ O periódico Lâmpião da Esquina adotava como diretriz a publicação exclusiva de cartas que eram assinadas com o nome de seus leitores, garantindo, contudo, a preservação da identidade mediante a substituição do nome completo por iniciais, em função dos riscos associados à exposição pública em um contexto de repressão e estigmatização da época.

comigo: eu tinha feito 18 anos e a Miriam tinha 16. Fomos também expulsas da escola onde fazíamos o 2º colegial.

Mas a repressão familiar foi sempre a pior. A cada dia a coisa se tornava mais rigorosa, um completo massacre. Eu era constantemente expulsa de casa, com a célebre frase: "Se quiser ter sua liberdade, será dessa porta para fora. Filha minha que sair de casa, eu não vou nem ligar; será como se ela tivesse morrido." De tanto ouvir isso, resolvi ir embora em 1971. Desde o início desse ano, eu havia começado a trabalhar — não era registrada e ganhava salário mínimo. (...) Como nós duas estávamos sem estudar, resolvemos fazer um curso de inglês, muito às escondidas da família, para que pudéssemos nos encontrar. Com o tempo, descobrimos que estávamos sendo vigiadas — pela minha mãe e por uma pessoa que havia sido colocada para nos seguir e contar onde e quando nos encontrávamos. Estávamos cercadas.

Durante uma semana inteira, passei a sair vestida com várias roupas, uma sobre a outra, sem que ninguém em casa percebesse. Quando achei que tinha o suficiente, fui embora. A Miriam não podia ir comigo, pois era menor e eu já havia sido presa por isso. Resolvi ir para o Rio de Janeiro — era perto, eu podia vir vê-la sempre, lá havia gente conhecida que poderia me aguentar até eu arrumar emprego. Com 18 anos, sem profissão, com uma carteira profissional sem registro, com 380 cruzeiros no bolso (Lampião da Esquina, 1979, p. 9).

Este relato coloca em voga, primeiramente, a questão da descoberta da sexualidade dissidente frente ao seio familiar, que usualmente inicia no período da adolescência. Esse evento pode ser considerado traumático e muito caro à saúde emocional e psíquica de pessoas LGBTQIAP+ até a vida adulta. Isso porque, segundo Rui Rafael Carvalho Velho (2016, p. 7), a sexualidade dissidente raramente encontra associação familiar, já que, culturalmente, gays e lésbicas, dificilmente são reconhecidos como integrantes legítimos de uma família e são vistos até mesmo como "anti-famílias", uma visão que é muito pautada em movimentos contrários aos direitos sociais de pessoas homossexuais, que se autodenominam defensores da "família tradicional" ou atuam sob o discurso de estarem "a favor da família"⁴⁸.

No caso de M., é descrito uma série de violências como enforcamento, uso de instrumento como faca e outros mecanismos de vigilância e controle como prisão domiciliar, vigilância no telefone e expulsão de casa. Essa representação da ruptura familiar em suas diversas etapas, conforme descrito no seu relato, impacta diretamente a sua experiência de acesso ao mundo do trabalho: "de tanto ouvir isso,

48 Diante dessa problemática, nos últimos anos algumas conquistas significativas têm sido alcançadas, sobretudo por meio de iniciativas de acolhimento voltadas a pessoas LGBTQIAPN+ em situação de insegurança habitacional, como as casas de acolhimento LGBTQIAPN+. Entre as principais iniciativas recentes, destaca-se o Acolher+, criado em 2023, que oferece abrigo e suporte psicossocial a pessoas em situação de rua ou afastadas do convívio familiar em razão da discriminação de gênero e sexualidade, com apoio da Fiocruz e a perspectiva de transformar esses espaços também em centros culturais. Complementarmente, o Empodera+ busca promover trabalho digno e geração de renda, fomentando a autonomia econômica por meio de bolsas de preparação profissional e da criação de Comitês de Oportunidades em âmbito nacional. São iniciativas que visam enfrentar o problema.

resolvi ir embora em 1971. Desde o início desse ano, eu havia começado a trabalhar — não era registrada e ganhava salário mínimo”. Há uma relação direta dos conflitos familiares com a imposição da busca por formas de trabalho. Além disso, as dinâmicas familiares representadas evocam a violência sofrida no interior dessas relações.

As dinâmicas familiares ancoradas por uma perspectiva de família centrada em visões tradicionais e essencialistas de gênero, são um fator estrutural da discriminação e da violência sofrida, e influenciam diretamente na saúde mental de populações LGBTIQAP+, uma vez que o apoio (ou não apoio) dos membros familiares possui grande impacto psíquico nessas populações (Perucchi; Brandão; Vieira, 2014).

Enquanto o modelo tradicional binário familiar constituído entre homem e mulher comemora e se orgulha de sentidos como o casamento tradicional, favorecendo a prosperidade da linguagem e a continuidade familiar, filhos não heterossexuais são vistos como uma ameaça a essa estrutura. João Henrique Barros e Gilson Coelho (2021) destacam que a família, enquanto uma construção social, está atravessada por normativas e concepções essencialistas que excluem aqueles que fogem aos padrões considerados adequados de gênero e sexualidade. Essa dinâmica pode transformar o ambiente familiar em um espaço hostil a pessoas LGBTIQAP+, levando muitos indivíduos a permanecerem no “armário”⁴⁹ por mais tempo, na tentativa de preservar os vínculos afetivos e a convivência com seus familiares.

Essa perspectiva essencialista e normativa do modelo familiar, portanto, compreende-a como uma instituição de base natural e reprodutiva. Nesse entendimento, a família é concebida como o núcleo primário de socialização dos indivíduos desde a tenra idade, responsável pela transmissão de valores morais, normas sociais e reprodução de papéis de gênero, sustentando formas de preconceito e discriminação a membros familiares que não atendem à ao modelo essencialista biológico de papéis de gênero. Acerca dessa perspectiva, destaca-se que ela está pautada em

⁴⁹ O termo “armário”, como utilizado nos estudos sobre sexualidade, refere-se a um espaço simbólico constituído como uma estratégia de autopreservação diante das violências estruturais que marcam a experiência de pessoas LGBTIQAP+. Frente à ameaça constante de discriminação, exclusão e agressões, o sujeito recorre ao armário como um mecanismo de manejo da vida, regulando a expressão de sua subjetividade em contextos considerados inseguros (Barros e Coelho, 2021).

uma concepção biológica e inalterável de homem e mulher e de reprodução. O uso essencialista da mulher, no singular ou no plural universal, pressupõe uma identidade feminina universal, com evidentes conotações biológicas e com forte intenção de produzir hierarquias que sustentem relações desiguais e de dominação no âmbito específico da família (Vianna e Bortolini, 2000, p.10).

Avançando nessa perspectiva, de acordo com Marília Gomes de Carvalho, a família brasileira também se estruturou historicamente a partir do modelo da moderna família nuclear, no qual os papéis de marido e mulher são concebidos como marcadamente desiguais:

Assim, na família brasileira reproduziu-se por outro viés, o padrão da moderna família nuclear em que os papéis do marido e da mulher são complementares, porém desiguais. O homem, considerado o chefe da família, representa a autoridade que controla a mulher e os filhos, cujas vontades individuais se encontram, pelo menos teoricamente, submetidas à sua vontade. Restrita à esfera privada e dependente economicamente (Carvalho, 1992, p. 74).

Além disso, é importante destacar que um modelo nuclear essencialista de família é uma construção histórica marcada pela herança colonial. Walter D. Mignolo (2008) chama atenção para o modo como a matriz colonial de poder articula diferentes formas de dominação a partir da imposição de um modelo de família cristã-colonial, latifundiária e burguesa, sustentando a normatividade cisheterossexual como parte desse projeto colonial:

A matriz colonial deixa para trás o legado da distinção entre estrutura e superestrutura e destaca as complexas inter-relações nas esferas da matriz colonial de poder: a ideia da América Latina que tem como horizonte imperial o controle da economia e a autoridade (aqui entram os conflitos e interesses imperiais da França frente aos Estados Unidos), o controle do conhecimento, o controle da subjetividade dos sujeitos coloniais, o controle do gênero e da sexualidade mediante o modelo de família cristã-colonial, latifundiária e burguesa, e da normatividade sexual (Mignolo, 2008, p. 242).

Dessa forma, quando filhas e filhos manifestam sua não heterossexualidade, é comum que ocorra uma ruptura na dinâmica familiar, e isso pode se efetivar segundo diversas formas de violências, tanto verbais, quanto emocionais, desferidas à essas pessoas, uma vez que a família está inserida em um contexto marcado por crenças e construções sociais que frequentemente se transformam em barreiras ao

processo de aceitação (Nascimento; Comin, 2018), como foi o observado no relato de M.

Outro aspecto preponderante na questão familiar é evidenciado em entrevista publicada na edição nº 3 de *Lampião da Esquina*, na qual a atriz Norma Bengell⁵⁰, relata que sua trajetória, ainda na juventude, foi marcada por experiências de repressão no ambiente familiar.

Figura 14 - Reportagem “Norma Bengell (apaixonada, furiosa, terna, indignada)” de Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (1978)

O relato de Norma Bengell evidencia como o espaço familiar pode se constituir como um ambiente de controle, repressão e disciplinamento dos corpos e das subjetividades da mulher. A experiência narrada revela que a família, ao operar

⁵⁰ Norma Bengell foi uma atriz, cantora e cineasta brasileira, conhecida por sua atuação marcante no Cinema Novo e por protagonizar o primeiro nu frontal do cinema nacional (Napolitano, 2014).

como instância reguladora do comportamento, pode produzir tensões que levam à rebeldia e à busca por autonomia fora de seus limites, muitas vezes de maneira precoce:

Eu sempre fui consciente. Fui muito massacrada pela família, então comecei a me rebelar. Com oito anos eu lavava, cozinhava e, porque minha mãe trabalhava em hospitais públicos, eu já conhecia a miséria e a dor. Então eu era muito consciente, usava o meu corpo conscientemente para ganhar dinheiro. Quando acabava o 'show' – eu acreditava em ser uma grande estrela – eu ia pra casa namorar, não me vendia para os tubarões. Eu sabia que, mostrando a perna, todo mundo ia olhar. Dali comecei a me aperfeiçoar, porque comecei a fazer imitações. Eu queria ser atriz (Lampião da Esquina, 1978, p. 9).

O relato de Norma Bengell permite refletir sobre a sexualização precoce como um processo socialmente produzido, atravessado por condições materiais, relações familiares e expectativas de gênero. Desde muito jovem, a atriz descreve uma vivência marcada por responsabilidades adultas e pela exposição a realidades de trabalho, dor e miséria, elementos que contribuíram para a construção de uma consciência antecipada sobre o próprio corpo. Nesse contexto, o corpo aparece não apenas como expressão de identidade ou desejo, mas como recurso estratégico de sobrevivência e projeção de futuro, especialmente no campo artístico. No que é representado por Norma Bengell, fica explícito que a problemática familiar a levou a processo descrito por ela como rebeldia e, por consequência, uma vivência de sexualização e erotização, também aparecendo o trabalho como uma forma de obter subsistência “usava o meu corpo conscientemente para ganhar dinheiro” (Lampião da Esquina, 1978, p. 9).

À luz das discussões apresentadas, torna-se evidente que a família pode operar como um dispositivo central de reprodução de normas de gênero e preconceitos, profundamente enraizadas em perspectivas essencialistas e na herança colonial. As experiências analisadas, tanto nos referenciais teóricos quanto no relato de M. e Norma Bengell, revelam como a imposição de um modelo familiar cisheteronormativo produz violências simbólicas e materiais que impactam diretamente as trajetórias subjetivas, afetivas e corporais de sujeitos que escapam a tais normativas.

Nesse sentido, compreender a família como uma construção histórica e social, atravessada por relações desiguais de poder, é fundamental para tensionar seus sentidos naturalizados e abrir espaço para formas plurais de (re)organização

familiar, baseadas no afeto, na inclusão e na dignidade. Tal deslocamento é indispensável não apenas para a promoção da saúde mental de populações LGBTIQAP+, mas também para a construção de relações sociais menos excludentes, que rompam com lógicas de controle, disciplinamento e silenciamento historicamente impostas aos corpos e às subjetividades dissidentes.

A partir dessa compreensão, torna-se possível analisar de forma mais crítica as dinâmicas familiares vivenciadas por pessoas trans, especialmente nos contextos em que a família atua como espaço de conflito: “além dos abusos provenientes da sociedade em geral, no âmbito familiar a pessoa trans pode sofrer violência física, psíquica e até sexual” (Souza e Neto, 2023, p. 4).

Para pessoas trans, a família frequentemente se configura como o primeiro território onde normas de gênero são impostas, negociadas ou contestadas, o que pode gerar tensões profundas quando a identidade de gênero do indivíduo rompe com expectativas cisnormativas e binárias. Nessas situações, práticas familiares marcadas pela não aceitação, pelo controle dos corpos e pela invalidação identitária tendem a produzir sofrimento psíquico, rupturas de vínculos e processos de exclusão intra-familiar. Nesse sentido, na edição 32 de *Lampião da Esquina*, a reportagem intitulada “Um passeio na zona”, que trouxe uma extensa matéria sobre o cotidiano e experiência de pessoas trans e travestis no contexto do trabalho sexual na zona do Mangue⁵¹, também traz um relato significativo do impacto das dinâmicas familiares e na adentrada precoce no trabalho sexual, presente no depoimento de Sandra, travesti de 22 anos.

Figura 15 - Reportagem “Um passeio na Zona” de Lampião da Esquina

⁵¹ A Zona do Mangue, localizada na região portuária do Rio de Janeiro, foi historicamente conhecida como um dos principais redutos de trabalho sexual na cidade, especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O espaço era marcado por intensa marginalização social, reunindo trabalhadoras e trabalhadores sexuais, em sua maioria oriundos das classes populares, incluindo pessoas negras, imigrantes e dissidentes de gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo em que era alvo de políticas higienistas e repressivas, o Mangue também funcionava como território de sociabilidade dessas pessoas na época retratada em *Lampião da Esquina*.

Esse relato encontra ressonância na prerrogativa de que, para pessoas trans, a entrada e a permanência na prostituição representam uma oportunidade de melhorar suas condições de vida e uma busca individual por dignidade (Oliveira, 2011, p. 9), após haver o processo de ruptura familiar. Seu relato expressa que o trabalho sexual veio como uma forma também de buscar uma vida melhor após sair de casa.

A experiência de pessoas trans e travestis é particularmente desafiadora, uma vez que a experiência da transição de gênero ainda é vista em muitos setores da sociedade como uma anomalia patológica que desestrutura as relações sociais e familiares hegemônicas (Xavier; Vianna, 2023). Ainda, a falta de entendimento, apoio e orientação não se resume apenas ao ambiente familiar, mas perpassa a educação básica e os serviços de saúde, o que leva ao fato que pessoas trans são constantemente alvo de preconceitos e exclusões sociais de forma mais recorrentes e intensas nos mais variados espaços sociais (Rondas & Machado, 2015; Benevides & Nogueira, 2021).

Nesse sentido, o trabalho sexual aparece como uma forma de subsistência em maior medida para essas populações, mas as condições enfrentadas são diversas, como o maior risco e exposição a violência nas ruas, as condições de trabalho sem quaisquer garantias, e também a violência policial (Oliveira, 2011). No relato de Sandra, fica destacado que sua condição de prostituta a tornava alvo constante da repressão policial, dentre os quais ela narra episódios de prisões e revela até tentativa de suicídio, como forma de escapar da prisão, o que era igualmente condenado.

Sobre isso, Cressida Heyes (2013, p. 201) aponta que a transfobia pode ser compreendida, em sentido literal, como o medo (aversão) à pessoa que não atende à matriz de gênero do seu nascimento, o que leva a uma estigmatização dessa população e um questionamento quanto à legitimidade de suas identidades de gênero, enquanto homens ou mulheres “reais”.

Em relação ao trabalho sexual, outro agravante é que, conforme analisa Monique Prada (2018), há, de modo geral, um olhar enviesado sobre o termo prostituição nas sociedades, onde essa atividade profissional carrega um forte

estigma. A autora destaca que essas pessoas enfrentam inúmeras batalhas diárias contra o preconceito acerca do trabalho e há uma necessidade de substituir o termo “prostituição” por “trabalho sexual”, com o intuito de forçar a sociedade a reconhecer que são pessoas adultas e capazes de consentir, que obtêm seu sustento por meio do sexo (Prada, 2018, p. 12). Segundo Alexandra Oliveira (2011, p. 14), portanto, concordo que adotar o termo trabalho sexual em vez de prostituição seria reconfigurar o sentido dessa atividade, atuando de forma a desconstruir a carga violenta que o termo carrega, no objetivo de “dignificar esse trabalho exercido por mulheres, homens e transexuais”.

Um ponto preponderante para destacar é que *Lampião da Esquina* constituiu-se como um espaço de visibilidade sujeitos historicamente marginalizados, especialmente aqueles situados em posições sociais marcadas pela precarização material e pela restrição de acesso aos meios tradicionais de produção discursiva, como é o caso das trabalhadoras sexuais. Diferentemente de outros veículos vinculados a circuitos intelectuais ou acadêmicos, o jornal abriu suas páginas para a participação direta de leitores e leitoras provenientes de camadas populares, possibilitando que pessoas com menor capital econômico e cultural pudessem narrar suas próprias experiências por meio de entrevistas, cartas e relatos publicados, como no exemplo da reportagem sobre a zona do Mangue. Essa prática editorial em *Lampião* tensiona as hierarquias de classe que atravessavam tanto a sociedade brasileira quanto os próprios movimentos dissidentes, ao reconhecer como legítimas as vozes de sujeitos excluídos dos espaços formais de representação. Assim, *Lampião* operou a partir de uma lógica interseccional, ao articular sexualidade, gênero e desigualdades de classe, ampliando as possibilidades de reconhecimento social e político de experiências dissidentes que, de outro modo, permaneceriam silenciadas.

Voltando à questão das dinâmicas familiares, há também em *Lampião da Esquina* relatos sobre essa experiência descritas de forma sutil, pouco objetiva, vindo muitas vezes como um fator presente no subtexto⁵² do relato, trazendo à

⁵² Segundo vertentes da área de artes cênicas e literatura, o subtexto é uma técnica interpretativa utilizado para descrever os significados que se manifestam nas lacunas da fala dos personagens, como pensamentos, intenções, lembranças e sentimentos não verbalizados. Trata-se de uma camada implícita que permite acessar dimensões mais profundas da narrativa, revelando aspectos subjetivos e emocionais que não estão explicitamente ditos, mas que orientam a ação e a construção do sentido (Lazaretti, 2013).

memória de eventos esparsos, evasivos e pouco aprofundados. Acredito que isso faz parte de um processo de apagamento da memória e (auto)silenciamento, que dificulta a articulação das experiências traumáticas, preservando o indivíduo de uma exposição dolorosa. Na edição 1 de 1978, o relato de J.A.M., jovem de 17 anos, parece trazer essa percepção na reportagem *Os caubóis, seus clientes: todos querem ser felizes no triângulo da badalação*.

Figura 16 - Reportagem “Os caubóis, seus clientes: todos querem ser felizes no triângulo da badalação” de Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (1978)

Na entrevista, é relatada pelo jovem J.A.M. uma ruptura familiar com o pai:

J.A.M. (iniciais do seu nome) é menor, de 17 anos, dos típicos prostitutos que sobrevivem no triângulo da pegação paulista-carioca. [...] Afirma ser filho de um electricista de teatro, de São Paulo, com quem brigou por razões obscuras que variam, durante a conversa, da sua 'vontade de parar com os estudos', ao fato de o pai, 'um cara sacana', ter arranjado, depois de se separar da mãe de J.A.M., 'outra mulher — uma bruxa, saca?, que até chifre lá pôs no velho (Lampião da Esquina, 1987, p. 4).

Esse relato do rompimento familiar que o levou a sair de casa, onde Lampião define como “razões obscuras”, apresenta de forma esvaziada de aprofundamento a saída do jovem do núcleo familiar. Embora o relato não explicitamente, é possível inferir que o conflito com o pai tenha sido o fator desencadeador de sua mudança de cidade e, por consequência, de sua entrada no trabalho sexual.

Como argumenta Daniel Borrillo (2010), a homofobia no âmbito familiar age como um fator de deslocamento, iniciando trajetórias em que pessoas LGBTQIAP+ deixam de pertencer ao espaço íntimo e passam a precisar negociar sua sobrevivência em ambientes instáveis, como as ruas. Embora considerando o contexto da época, o ano de 1978, chama a atenção o fato de J.A.M. ser menor de idade. Essa representação ganha ainda mais ressonância ao evidenciar que o processo de descoberta na adolescência é atravessado por experiências relacionadas ao sexo de forma precoce:

Como todos os seus colegas de atividade, J A M. já morou pelo menos “nuns vinte apês (apartamentos) de bichas, mariconas e de caras legais”, entendendo-se, por esta variada designação, os homossexuais de tíques francamente afeminados (as bichas propriamente ditas), aqueles que “não dão bandeira” (não demonstram tão claramente seus gostos sexuais) e, no ítem dos “caras bacanas”, ou “transadores”, os participantes ecléticos, que tanto podem agir como ativos, passivos ou eventuais companheiros de mulheres, quanto proporcionar, a meninos como J A M., qualquer coisa parecida com uma amizade de momento, desinteressados dos seus serviços de alcova (Lampião da Esquina, 1987, p. 4).

Nos dois relatos, de J.A.M. e Norma, observa-se que a dinâmica familiar sobretudo é perpassada por sentidos bastante negativos, como ser “massacrada”, a visão de um pai como “um cara sacana”, ou ainda, um “desastre total”, como de M. São elementos de sentido que constroem representações dos contextos familiares marcados por conflitos. Como discutido por Guacira Lopes Louro (2005), a família é um dos principais reprodutores da norma cisheterossexual, e quando confrontada com corpos dissidentes, tende a responder com silêncio, negação ou violência. Além disso, esses conflitos são fatores preponderantes para o início de uma série de processos sociais que vão alterando suas trajetórias de vida e moldam suas experiências de entrada no mundo do trabalho. A saída, fuga ou expulsão do circuito familiar significa também a entrada em um novo circuito de vulnerabilidade e risco, no qual o trabalho aparece como condição de sobrevivência, e não como forma de realização ou autonomia.

Essa dinâmica de reprodução da norma cisheterossexual no âmbito familiar é também apresentada no relato de Miriam, jornalista colaboradora de Lampião da Esquina, que participou da entrevista com Cassandra Rios, escritora lésbica, publicada na edição número 5 de 1978.

Figura 17 - Reportagem “Cassandra Rios ainda resiste” de Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (1978)

O relato é uma reflexão sobre as constantes censuras que as obras de Cassandra Rios sofriam, por serem parte de uma literatura lésbica:

Porque o sistema está baseado sobre uma organização que se chama família. A partir do momento em que você dispôs de algum campo que não seja o relacionamento 'normal', você está realmente mexendo no ponto fundamental do sistema. Tanto que a argumentação, todas as discussões que foram travadas no Congresso para a aprovação do decreto-lei 1077 – que é base da censura prévia por razões de atentado à moral e aos bons costumes – tratam do atentado à moral e aos bons costumes como uma ameaça ao sistema porque outra ameaça à família. E quanto mais audiência um trabalho que não vai dentro desse sistema 'normal' tiver, tanto

mais ele será perigoso para aquele e sofrerá o perigo da censura (Lampião da Esquina, 1978, p. 10).

O relato de Miriam elucidada que a família, enquanto instituição social, funciona como a base estruturante do sistema sociopolítico hegemônico que vivemos, e é partir dela que se legitimam normas e práticas consideradas “normais”. A vinculação entre moral, bons costumes e a família, à época validados pelo ornamento jurídico através do decreto-lei 1077 da ditadura civil militar, também representava o valor familiar como uma extensão desse valor em todas as esferas sociais.

Por isso, pensar o trabalho de pessoas LGBTQIAP+ requer considerar, sobretudo, os sentidos que a noção de família evoca dessas narrativas. Em Lampião da Esquina, é possível acessar esses relatos de forma muito conectada com a adentrada de pessoas LGBTQIAP+ no mercado do trabalho, sendo quase como um reflexo direto das dinâmicas familiares conflituosas a que esses sujeitos foram expostos. Não seria exagero, portanto, compreender que o trabalho LGBTQIAP+, representado em Lampião, segundo os relatos analisados, começa onde a família termina.

Outrossim, o modelo familiar, que mesmo tendo passado por diversos avanços ao longo dos anos, permitindo que hoje sejam vistos arranjos familiares rompantes a essa norma cisheterossexual, ainda assim, apresenta, especialmente entre famílias dentro do modelo pai-mãe heterossexuais, uma carga muito grande de regulações e controles. Muitas vezes, a família “aceita” e “acolhe” as/os/es filhas/os/es LGBTQIAP+, mas não quer que a pessoa performe uma sexualidade diferente do seu sexo biológico (Bonfim, 2024).

Nesse sentido, concordo com o que Tânia Navarro Swain (2010, p. 51) descreve sobre a heterossexualidade, a qual trata-se “de uma construção imaginária social e datada, feita de normas, imagens, representações e interpretações de mundo como expressões de verdades últimas sobre o ser”. Isso inclui ser “discreto”, “silencioso” e ter performances de gênero sempre alinhadas ao padrão masculino-feminino do sexo biológico.

Ainda, um último ponto sobre a questão das dinâmicas familiares que gostaria de destacar nesta análise é a questão da chantagem ou jogos emocionais que o contexto familiar pode imprimir a pessoas LGBTQIAP+. Isso fica representado no relato de João Antonio Mascarenhas, jornalista que fazia parte da equipe de

reportagem de Lampião da Esquina, em seu artigo de opinião, no qual ele busca explicar por que assumir-se – ou passar pelo processo de saída do armário –, pode ser uma estratégia para evitar chantagens familiares e proporcionar uma maior autonomia aos indivíduos homossexuais. A reportagem está presente na edição 2 de Lampião.

Figura 18 - Reportagem “Assumir-se? Por quê?” de Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (1978)

A seguir, o trecho selecionado é o quarto motivo pelo qual o autor procura responder ao título da matéria “Assumir-se: por quê?”

4º: Impedir a ocorrência de chantagem de parte de indivíduos com quem mantivemos relações sexuais, de repórteres sensacionalistas da imprensa marrom, de companheiros de serviço, enfim, de todo o círculo de criaturas com quem convivemos, até mesmo do círculo familiar, onde às vezes um outro tipo de chantagem ocorre — a chantagem afetiva — talvez a mais terrível de todas, que, surda, implacável, prenhe de ameaças, traumatiza tanta gente (Lampião da Esquina, 1978, p. 2).

A chantagem afetiva mencionada por Mascarenhas, diferentemente da violência física ou verbal, opera no aspecto psicológico e emocional, e pode ser

entendida pelo viés da homofobia intrafamiliar, onde: "esse *lócus* de manifestação da homofobia, obscurecido pela intimidade do mundo privado, é ainda uma seara pouco discutida nos estudos nacionais e potencializa os danos causados pela discriminação nos espaços macrossociais"; (Toledo & Teixeira Filho, 2013, p. 376). Quando Mascarenhas explica que a chantagem no círculo familiar é "surda", "implacável" e "traumatiza tanta gente" são representações sobre esse silenciamento que evocam (Lampião da Esquina, 1978, p. 2).

Nesse sentido, faz-se necessário que os estudos de gênero e sexualidade sejam cada vez mais atentos aos reflexos que as dinâmicas familiares podem cristalizar nas diferentes formas de adentrar o mundo do trabalho de pessoas LGBTQIAP+. Nos relatos analisados, há uma correlação direta entre as dinâmicas familiares, marcadas por conflitos violentos, ausências, controles, vigilâncias e rejeição com a inserção dessas pessoas no mundo do trabalho e em formas de sociabilidade marcadas pela vulnerabilidade e por situações de risco.

De forma geral, elenco os que considero como mais importantes desse núcleo de significações apresentado: a) o conflito familiar como ponto de partida para a saída de casa e, conseqüentemente, da busca por um trabalho; b) a questão de um início precoce de atividades sexuais e de trabalhos com foco em atividades sexuais, reflexos diretos do abandono familiar e da falta de estrutura e acolhimento a essas pessoas; c) uma centralidade de sentidos e representações de palavras que expressam a dor, como "sofrimento", "massacre", "repressão", associados às visões de família nos relatos encontrados.

Nesse sentido, os relatos analisados revelam que as dinâmicas familiares, marcadas por controle, vigilância e rejeição, não apenas estruturam os afetos e a subjetividade das pessoas LGBTQIAPN+ na narrativa de Lampião da Esquina, mas também impactam diretamente sua inserção no mundo do trabalho. A violência intrafamiliar opera como um fator preponderante, gerando marcas profundas de exclusão, insegurança e instabilidade que acompanham esses sujeitos em suas trajetórias como pessoas adultas e, por consequência, em suas formas de inserção no mercado de trabalho.

Negar que as relações familiares são estruturas que sustentam os processos de marginalização social mais amplos das populações LGBTQIAPN+ é negar a sua importância nas dinâmicas discriminatórias e desiguais de adentrada no mundo do trabalho. A partir da falta de estrutura familiar dificulta-se o acesso a oportunidades e

redes de apoio; e isso se dá não só no âmbito do trabalho, mas também nas oportunidades educacionais e culturais dessas populações.

A constituição da família tradicional cristã colonial pode ser entendida como um dispositivo de reprodução da normatividade heterossexual que impõe certas regulações aos modos de construir-se no trabalho de pessoas LGBTQIAP+. Os sentidos de “família”, portanto, fazem parte desse processo constitutivo dos gêneros e das sexualidades, atuando como técnicas de conformação dos gêneros e sexualidades à ótica do trabalho:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos parecem absolutos, quase soberanos (Louro, 2008, p.18).

Além disso, para muitas pessoas LGBTQIAPN+, a família se torna o primeiro lugar onde sua existência é negada, o que pode gerar marcas duradouras de insegurança, vergonha e solidão, configurando um trauma que se prolonga por toda a vida. As homolesbotransbifobias que se cristalizam no interior de relacionamentos familiares, portanto, precisam ser entendidas como um aspecto multifatorial que gera consequências diversas para a vida e desenvolvimento psicossocial de pessoas LGBTQIAP+, "resultando em conflitos internos e pouca auto-estima (*sic*)"; (Pereira; Leal, 2005, p. 323), o que também pode trazer atravessamentos na permanência e no desenvolvimento de carreiras no mundo do trabalho.

5.3 Processos migratórios motivados por questões de sexualidade e gênero em Lampião da Esquina

Como visto anteriormente, há um núcleo de significação em Lampião da Esquina que lança luz aos conflitos familiares como molas propulsoras de dinâmicas de trabalho para pessoas LGBTQIAP+. Nessas experiências, o processo de mobilidade urbana também tem sido uma etapa que aparece como um padrão nos relatos de Lampião da Esquina, uma vez que descreve como os deslocamentos geográficos operam, efetivamente, nas redes de relações que possibilitam uma “mudança de vida” ou novas oportunidades de trabalho.

Segundo Paulo Jorge Vieira (2011), a mobilidade não se resume a deslocamentos físicos, mas abarca dimensões simbólicas, políticas e subjetivas. Nesse sentido, a migração motivada por questões de sexualidade e gênero está frequentemente associada à ruptura com espaços familiares, suas dinâmicas conflituosas e outras formas de repressão social que se mostravam, em alguma medida, hostis (Santana; Varjão; Monteiro, 2024).

Nesse sentido, o movimento das áreas rurais ou cidades médias para grandes centros urbanos, chamado por Kath Weston de “grande migração gay”, por exemplo, surge tanto de necessidades de afirmação identitária quanto da busca por liberdade e segurança, o que inclui o afastamento de contextos familiares marcados por repressão (Weston, 1995 *apud* Vieira, 2011, p. 50).

Os processos migratórios em pessoas LGBTQIAP+ tornam-se, portanto, marcadores de uma condição social complexa, onde o deslocamento territorial não apenas revela as tensões com o lugar de origem, mas também redefine o sentido de pertencimento e os modos de existência possíveis nos contextos urbanos. No relato publicado na coluna Esquina, assinado por Francisco Bittencourt, apresenta-se uma relação com a cidade, como este espaço “abraçou” e proporcionou novas oportunidades:

Logo que cheguei ao Rio, meio caipira, mas com uma disposição enorme, fui convidado para tomar um café no Mercadinho e tornei-me um *habitué*. Ali nasciam todos os programas, era o umbigo do mundo. Confesso que, nas minhas andanças posteriores, só senti saudade do Mercadinho Azul e que nas cidades que conheci em outros países sempre procurei algo parecido com ele, pois foi nele que passei alguns dos momentos mais cativantes da minha juventude, até hoje perfeitos e lapidados na memória como um diamante. Nesses momentos de procura me vinham à lembrança,

proféticos, os versos de Cavafi: Não encontrarás outros países, não encontrarás outros mares. A cidade te seguirá. Errarás pelas mesmas ruas, envelhecerás nos mesmos bairros e teus cabelos ficarão brancos nas mesmas casas. Tu pertences a esta cidade (Lampião da Esquina, 1978, p. 3).

Figura 19 - Coluna Esquina da Edição 2 de Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (1978)

Um aspecto importante representado nesse relato é a visão da cidade, ou do centro urbano como um local de pertencimento, de acolhimento, em contraposição com o espaço familiar, por vezes, como visto anteriormente, um ambiente de rejeição e hostilidade. Nesse sentido, o êxodo de pessoas LGBTQIAP+ para outras cidades passa a ser um mecanismo de ruptura com os conflitos e dinâmicas familiares, sendo também uma oportunidade para começar a vida e ter maior possibilidade de autonomia de si. Esse fenômeno não representa apenas um desejo de mudança, mas sim, um deslocamento como uma resposta direta às violências cotidianas que se dão no seio familiar a partir de um processo de sair do armário ou da “descoberta” por parte da família acerca da sexualidade. Esse chamado êxodo muitas vezes eclode como uma necessidade e imposição econômica, como Jon Binnie reforça:

muitas migrações não são voluntárias, não são uma questão de escolha, mas antes questões de necessidade e compulsão econômica. Por exemplo, há o caso bem documentado de mulheres que são «forçados» à migração como profissionais do sexo (...) e os refugiados (Binnie, 2004, p. 87).

A formação de trajetórias LGBTQIAPN+ em contextos urbanos acompanha um movimento histórico mais amplo, em que a mobilidade é motivada por “procura de trabalho, em busca de comércio ou por futuras ambições” (Cohen, 1999).

Como aponta Jon Binnie (2004, p. 91), esse processo de migração de identidades de gênero e sexualidade, se deu, sobretudo, a partir da industrialização e criou condições para o surgimento de comunidades e uma identidade gay urbana:

A base histórica urbana da homossexualidade moderna significa que a identidade gay é antes de tudo uma identidade urbana. A Industrialização permitiu a formação da identidade gay nas cidades da Europa Ocidental e América do Norte no século XIX. A Industrialização provocou a mobilidade e movimentos facilitados das áreas rurais e pequenas cidades para as grandes cidades, mas mais uma vez a migração teve várias razões – econômicas, mas também sexuais. Como Gayle Rubin (1993) observa a mobilidade, e a migração têm sido fundamentais para o estabelecimento de concentrações urbanas de lésbicas e homens gays na Europa e na América do Norte (Binnie, 2004, p. 91).

No Brasil, sob a ótica de Lampião da Esquina, esse êxodo é mais observado, talvez também pela perspectiva editorial do periódico, em cidades do eixo Rio-São Paulo, mas também é possível encontrar relatos de deslocamentos para outras capitais, como o feito por um leitor anônimo na Coluna Cartas Na mesa, da edição 14 de 1979, que se mudou para Curitiba:

Eu não me considero um guei inteligente, mas também não me considero burro; nunca tive oportunidade de fazer faculdade e frequentar os melhores colégios; e não nasci em berço de ouro, e sim de uma família humilde do interior do Paraná. Parti para Curitiba ainda muito garoto; fiz um curso de cabeleireiro e fui bem-sucedido. De Curitiba fui contratado para pentear grandes cabeças na África do Sul, Johannesburg; em seguida, Paris, Roma, Barcelona, Zurique, etc. Atualmente, divido minha profissão com a de relações públicas (Lampião da Esquina, 1979, p. 19).

Figura 20 - Carta publicada na Coluna Cartas na Mesa da Edição 14 de Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (1979).

No relato acima destacado, fica bastante elucidativo que a ida para Curitiba está diretamente relacionada à oportunidade de estudo descrita e que essa, por sua vez, foi preponderante para o desenvolvimento da sua carreira como cabeleireiro e relações públicas, posteriormente. Nesse sentido, me alinho ao entendimento de que a perspectiva de um êxodo gay para as cidades funciona como “uma alternativa política para os dissidentes sexuais, uma estratégia que preserve as garantias de mudança social” (Morovejo, sd).

Ainda sobre este assunto, é comum que no imaginário das pessoas LGBTQIAP+, desenvolva-se aquilo que Didier Eribon (2008, p. 33) chama de “mitologia da cidade”:

essa mitologia da cidade – e, portanto, da migração para a cidade – durante muito tempo coexistiu com uma mitologia mais geral da viagem e do exílio, não mais para a capital, mas para outros países, outros continentes. Houve – e, com certeza, ainda há – uma fantasmagoria do ‘outro lugar’ nos homossexuais, um ‘outro lugar’ que ofereceria a possibilidade de realizar aspirações que tantas razões pareciam tornar impossíveis, impensáveis, em seu próprio país (Eribon, 2008, p. 33).

No contexto dos deslocamentos globalizados, cidades como São Francisco, Nova Iorque, São Paulo ou Cidade do Cabo se consolidaram como polos de atração para populações LGBTQIA+ por sua relativa abertura à diversidade sexual,

construindo-se como espaços de sociabilidade (Vieira, 2011, p. 50) e que reforçam essa perspectiva da cidade grande como a possibilidade de melhorar de vida.

Entretanto, é importante colocar esse fenômeno em interlocução com uma reflexão mais crítica, em que a inserção, cada vez mais frequente e intensificada dessas populações nos grandes centros urbanos resulta em novas formas de vulnerabilidade, sobretudo no que se refere ao aumento dessas populações inseridas em mercados de trabalho informais e precarizados, além de condições precárias de saúde, moradia, alimentação e uma maior exposição à violência nas ruas (Vieira, 2011, p. 51).

Em Lampião da Esquina, isso fica expresso no relato extraído da matéria Um passeio na Zona, da edição 32, realizada sobre a região do Mangue no Rio de Janeiro, local conhecido pelo trabalho sexual e pela chegada de pessoas de diferentes estados em busca de trabalho. A seguir, uma descrição da realidade de mulheres que migraram para lá:

Na zona do Mangue, embaladas pelas músicas de Agnaldo Timóteo, Benito di Paula e Roberto Carlos, sempre tocando nas rádio-vitrolas, fazem a vida também muitas mulheres que vieram de outros estados tentar a sorte. Analfabetas, mineiras, baianas e pernambucanas encontram ali uma fonte segura de renda. Chegam jurando que vão ficar por pouco tempo, mas são raras as que conseguem sair depois que entram. E se saem, acabam voltando, desiludidas com os homens. Talvez por isso tenha caído bastante o índice das que têm "cafetão". Elas descobriram que não valia a pena se estragar para sustentar um homem, e são poucas as que continuam mantendo seus amantes. "Atualmente — diz Marta, 30 anos, 11 de zona — a gente ganha tão pouco que só dá para sustentar os filhos mesmo. Os homens já não vêm com tanto dinheiro como antes. Com a mudança da zona, apareceu muito ladrão, e os fregueses melhores fugiram com medo. Ninguém mais pode aparecer aqui de relógio e corrente de ouro, porque sai roubado. O policiamento piorou. Antigamente, a polícia civil vinha disfarçada e prendia os marginais. Agora vem a PM fantasiada de SWAT. O vagabundo vê de longe e se esconde. Há uns dois anos eu ganhava seis mil. Agora consigo três e meio. Tenho dois filhos, sou analfabeta e pago 60 cruzeiros de diária por um quarto no centro da cidade. Como é que posso mudar de vida? Prefiro ficar aqui do que sofrer humilhação trabalhando em casa de madame (Lampião da Esquina, 1981, p. 9).

Esse relato, protagonizado por uma mulher imigrante, revela uma trajetória de gênero sob a perspectiva das trabalhadoras do sexo da época. O trabalho sexual é apresentado como uma estratégia de permanência na cidade e a vulnerabilidade social e a precarização das suas condições de vida e subsistência surgem como consequências posteriores ao seu processo de êxodo. O relato expressa, ainda, alguns aspectos como a baixa remuneração obtida com o trabalho, a exposição

constante a situações de assaltos e roubos, além de revelar uma escolha consciente: permanecer no trabalho sexual em vez de atuar como empregada doméstica, referida de forma crítica por meio da expressão “casa de madame”.

A questão do trabalho sexual, como abordado anteriormente, tem sido, historicamente, o destino de muitas pessoas atravessadas por marcadores de gênero e sexualidade, especialmente mulheres trans, travestis e outras identidades dissidentes, cujas possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho são sistematicamente negadas.

A informalidade, a clandestinidade e a vulnerabilidade se tornam sentidos recorrentes nessas trajetórias e o êxodo para os centros urbanos, por sua vez, aprofunda essa problemática. Nesse sentido, ainda que o êxodo urbano de sujeitos LGBTQIA+ seja um fenômeno recorrente e historicamente documentado, as suas motivações estão em constante transformação, exigindo um olhar interseccional que considere também classe, raça, gênero e nacionalidade (Ahmed, 2006; Gorman-Murray, 2009).

Na coluna Ensaio, da edição 22 de *Lampião da Esquina* (1980), o relato assinado por Darcy Penteado, faz uma reflexão sobre a temática:

O afluxo às grandes cidades à procura de melhores condições de vida atinge também os setores considerados subterrâneos. O homossexual pobre não resiste à pressão social, econômica e familiar nas cidades pequenas e, tal como o lavrador, de quem o latifundiário usurpa a terra, emigra para os centros maiores. O homossexual de classe alta tem mais defesas para resistir ao êxodo; o da classe baixa, não. Mas o que a cidade grande pode oferecer, em princípio, a esse indivíduo como meio de subsistência? Talvez remuneração pequena e esporádica por trabalhos isolados, biscates que podem ou não ocorrer diariamente ou, então, na melhor das hipóteses, um emprego em funções domésticas, em que ele será aceito com salário baixo porque os patrões e patronas usam o homossexualismo como um timbre fácil para a exploração vil. Fora isto, resta-lhes o crime e a marginalidade generalizada (*Lampião da Esquina*, 1980, p. 12).

Neste relato é importante destacar, inicialmente, o recorte de classe que Darcy Penteado faz em sua coluna, quando expressa que as condições de mobilidade são diferentes para homossexuais de classe alta em relação aos de classe baixa. Essa diferenciação é particularmente relevante, primeiro no sentido de que posiciona a narrativa de *Lampião* dentro do contexto interseccional a que falei anteriormente, e por outro lado, porque expressa que as condições de acesso dentro da comunidade LGBTQIAP+ refletem as desigualdades de classe da sociedade. No

relato, também são expressas motivações que vão em consonância com o observado até aqui: a possibilidade de uma melhor condição econômica, uma possibilidade de trabalho e, de forma paralela, também a exposição ao crime e a marginalidade.

O recorte de classe também faz particular sentido por contrapor uma ideia de universalização da identidade gay, ou em torno da comunidade LGBTQIAP+ com um tipo de deslocamento geográfico semelhante ao de grupos étnicos, pois é preciso destacar que as motivações e reflexos dessas populações possuem especificidades entre si. Nesse sentido, concordo que “o perigo de conceber lésbicas e homens gay como um grupo étnico (...) é o risco de reproduzir o universalismo da identidade gay e de marginalizar gays e lésbicas de minorias étnicas” (Binnie, 2004, p. 69).

Portanto, para este estudo, entendo que os processos migratórios de populações dissidentes de gênero e sexualidade, fundamentados pelos relatos e representações presentes em Lampião da Esquina, são motivados: 1) pelos conflitos familiares que proporcionam a saída, expulsão ou fuga; 2) pelo trabalho que surge como um reflexo imediato da vulnerabilidade da situação; 3) pela escolha dos centros urbanos se dá pela possibilidade de maior autonomia, independência e possibilidade de recomeço e ressignificação do histórico de repressões sofridas.

Faz-se, dessa forma, necessária a compreensão dessa dinâmica como uma etapa também constitutiva na construção dos sentidos sobre o trabalho, pois esse tipo de mobilidade é fundamental para que se desenvolva a experiência concreta do trabalho. Como destaca Paulo Vieira (2011, p. 53), esses deslocamentos operam na fronteira entre o exílio e a reconstrução de si, apontando para a centralidade da mobilidade como categoria analítica fundamental para os estudos contemporâneos sobre sexualidade.

Faz sentido, portanto, o conceito de diáspora, especialmente pertinente por sua capacidade de abarcar deslocamentos múltiplos e fluidos de dissidentes de gênero e sexualidade no mundo contemporâneo:

Diáspora é um conceito altamente expressivo da mobilidade de nossa época, aberto aos sentidos cambiantes do tempo humano. Assumido o conceito na fluidez, porosidade e abrangência de seus conteúdos, constitui um verdadeiro manto inclusivo, por vezes também transgressivo, dos variados termos sobre migração e exílio que têm circulado historicamente. [...] De uma noção fechada de diáspora, referida à nação territorializada, a teoria passa a um conceito dinâmico, vinculado ao de nação deslocada, nação viajante, transnação (Bolaños, 2012, p. 90).

A cidade, ainda que seja representada como espaço de liberdade e reconstrução de si, também impõe desafios relacionados à precarização do trabalho, a condições de vida subalternizadas e à violência. Conforme documentado por Lampião da Esquina, a migração ou mobilidade LGBTQIA+ para os centros urbanos são representadas a partir de ideais de trabalho, a visualização de uma melhora da qualidade de vidas e expressam dinâmicas complexas que articulam deslocamentos territoriais, subjetividades dissidentes e condições sociais desiguais.

As experiências de sujeitos LGBTQIAPN+ que migram em busca de reconhecimento, segurança ou pertencimento revelam tanto estratégias de resistência quanto exposições a novas formas de vulnerabilidade, especialmente no contexto urbano. A mobilidade, portanto, não pode ser reduzida a um simples deslocamento geográfico, mas deve ser analisada como um processo atravessado por estruturas de poder.

Detenho-me, a seguir, nos relatos de experiências concretas relacionadas ao trabalho, com o objetivo de delinear os modos de construção de sentido presentes em Lampião da Esquina, a partir das vivências e percepções, finalizando o ciclo que vai desde o seio familiar, perpassa o êxodo para centros urbanos e culmina com a experiência do trabalho.

5.4 Sentidos do trabalho em Lampião da Esquina: a experiência do trabalho e suas tecnologias de gênero e sexualidade

Conforme discutido até aqui e como indicam os principais achados nas edições da Lampião da Esquina, as representações do trabalho se organizam em etapas que encontram pontos de conexão nas trajetórias, são estas: 1) as tensões nas dinâmicas familiares, marcadas por sentidos de rejeição e violência que levam a saída de casa, seja por fuga ou expulsão; e 2) o êxodo ou a mobilidade em direção aos centros urbanos, motivados por multifatores, como o imaginário do sucesso, de novas oportunidades no âmbito das sociabilidades e, por consequência, uma realidade pautada pela vulnerabilidade.

Durante as leituras dos relatos, uma pergunta sempre me retornava, de forma insistente (e acredito ter sido ela justamente que me impulsionou a desenvolver este estudo): afinal, qual é a do trabalho LGBTQIAPN+? Ainda no mestrado, já me

inquietava a percepção de que, sob uma roupagem contemporânea, a discussão sobre “diversidade sexual” não dava conta da complexidade do tema. A busca histórica em Lampião da Esquina nasceu dessa perturbação que agora volta à minha mente: haveria um tipo de trabalho marcado por gênero e sexualidade? Seria possível falar em um trabalho LGBTQIAP+ brasileiro? Naquele momento, eu sequer conseguia formular qualquer indício de resposta a essas perguntas, porque, de fato, não fazia a menor ideia. Mas, pelo olhar histórico das narrativas de Lampião, alguns pontos foram elucidados. É a partir dessa inquietação que, neste tópico final, procuro refletir sobre uma terceira etapa de produção dos sentidos que constituem o trabalho: 3) a vivência concreta do trabalho, um reflexo direto das etapas anteriores. Com esse objetivo em mente, aqui tento esboçar uma resposta possível após mais de quatro anos de pesquisa.

Configurando assim a terceira e última etapa dos sentidos produzidos por Lampião da Esquina acerca da categoria trabalho, me detenho aos relatos sobre a experiência concreta do trabalho, ou seja, a das dinâmicas vividas e experienciadas por pessoas LGBTQIAP+ já inseridas nos espaços de trabalho. Para isso, me valho da perspectiva conceitual do termo experiência, como problematizado por Joan Scott (1999, p. 27). Para ela:

A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz (...) historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categoria "experiência"

Não se trata, portanto, de afirmar que os relatos de experiências oferecem uma explicação definitiva, mas, assim como propõe Scott, eles constituem a própria forma de explicação: um meio de historicizar as vivências narradas em Lampião da Esquina e, assim, produzir conhecimento sobre o tema.

Essas condições, que aqui chamarei de marcadores da exclusão, são representadas segundo diferentes narrativas em Lampião da Esquina, e funcionam como núcleos de significação que remontam ao que quero chamar de aparatos tecnológicos da regulação-sobrevivência, uma vez que, na análise dessas experiências, apresentam-se estratégias e técnicas de manutenção ou exclusão do trabalho. É necessário salientar que essas estratégias e técnicas se alteram

segundo as diferentes vozes e experiências vividas e de acordo com as intersecções de gênero, classe e raça de cada pessoa.

Inicialmente, gostaria de tratar da noção de sobrevivência, que acredito ser o primeiro sentido que eclode das narrativas, quando da experiência concreta com os espaços de trabalho. Início pelo relato de L.P., residente em Amparo, interior de São Paulo, publicado na edição 34, de 1981, na coluna Cartas na Mesa:

Quería sugerir ao jornal que publicasse matérias nos informando e esclarecendo sobre o trabalhador homossexual. Partindo de mim, tenho a dizer que o principal obstáculo que impede de tornar-me um homossexual declarado e assumido perante a sociedade é a questão do mercado de trabalho. Eu sobrevivo dependente do trabalho. Não sou uma mão-de-obra qualificada, e meu emprego atual posso dizer ser o meu cativo. Dependo dele para o arroz com feijão de todo dia, fico sujeito a aceitar as regras machistas e moralistas que praticamente podam toda a expressão liberatória que hora nasce dentro de mim.

Lendo Lampião, meu interior se libertou, mas ficou preso ao mundo que me cerca, condenado à gaiola repressora da sociedade. Sou como um pássaro que nasceu cativo: de repente lhe dão a liberdade e, sem conhecer o mundo e as leis de sobrevivência da natureza, estaria condenado à morte.

Há oito meses atrás, eu vivia me violentando para ser igual a eles, mas agora, por esse tempo tudo que li nesse jornal, criei coragem de me olhar como sou e me aceitar diferente do resto, e a criar esperança de num futuro próximo sair à luz do mundo, como muitos homossexuais já fizeram. Fica aqui minha admiração pelo trabalho de vocês. Irei sempre que puder divulgar esse jornal, porque vocês falam pela minha garganta muda, e que está louca para gritar mas não pode (Lampião da Esquina, 1981, p. 2).

Figura 21 - Coluna Cartas na Mesa da Edição 34 de Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (1981)

Na frase grifada “eu sobrevivo dependente do trabalho” mostra-se como o trabalho está diretamente relacionado a uma forma de subsistência, de continuidade da vida, ou seja, como um mecanismo fundamental de sobrevivência para L.P. Esse

sentido encontra ressonância em outros relatos, como no de Celso Curi, em reportagem na edição zero de *Lampião* de 1978 sobre o trabalho de travestis: “o travesti de rua, por exemplo, não busca apenas um homem para transar; ele batalha por outra coisa também: pela comida, sem dúvida alguma.” Ainda, para ele “o travesti é muito mais sério do que se pensa. Ele batalha muito mais, é muito mais marginal. Vem batalhando nas ruas e tomando atitudes há muito mais tempo.”

Nesse sentido, concordo com Anildo de Souza Silva (2013, p. 37) que a vontade de sobrevivência (...) é um instrumento fundamental para a concretização prática da afirmação da vida que perpassa as relações de trabalho. O autor realiza uma correlação entre o conceito filosófico nietzschiano de vontade de poder⁵³ com vontade de sobrevivência, segundo o qual:

a vontade de sobrevivência, isto é, todo ser vivente possui a vontade de estender a sua presença na vida, de continuar prolongado o seu viver ao máximo de tempo possível. Assim sendo, conseqüentemente, haverá a aparição da afirmação da vida também por parte do ser humano (Silva, 2013, p. 37).

Nesse sentido, me aproximo deste entendimento de que o trabalho, muitas vezes, é a única alternativa para que a vida seja possível além do modelo repressivo cisheteronormativo, ou seja, como uma afirmação da vida para pessoas LGBTQIAP+. Para além disso, Giorgio Agamben (1998) ressalta a temática da sobrevivência como característica própria da contemporaneidade. No livro “Sobreviver ao trabalho” de Hermano Roberto Thiry-Cherques (2004, p. 14), tem-se uma definição:

O termo “sobrevivência” é adventício no jargão técnico das ciências humanas e sociais. No cotidiano da pesquisa de campo, das observações e dos experimentos sobre racionalidade e valores humanos, pude identificar um triplo significado da palavra. Sobrevivência ora tem a acepção etimológica de continuar vivendo depois de determinado evento, ora tem o sentido coloquial de viver “apesar de”. Outras vezes, e esse é o sentido mais frequente, significa ambas as noções simultaneamente: seguir vivendo

⁵³ O termo "vontade de poder" (em alemão, *Wille zur Macht*) é central na filosofia de Friedrich Nietzsche, presente na obra *Além do Bem e do Mal* (2015) e se refere à força fundamental que impulsiona os seres vivos a expandirem, afirmarem e superarem a si mesmos. A vontade de poder é entendida como um impulso vital que orienta a ação, a criação e a transformação constante do indivíduo e do mundo. A expressão "vontade de potência" foi utilizada em algumas traduções ou interpretações iniciais do termo alemão, mas a forma mais aceita e amplamente adotada na filosofia contemporânea é "vontade de poder". Essa substituição ocorre porque "potência" pode remeter a uma capacidade estática ou potencialidade latente, enquanto "poder" enfatiza a ação dinâmica, o exercício e a concretização dessa força. Assim, "vontade de poder" captura melhor o caráter ativo, criativo e às vezes conflituoso desse conceito, que não é apenas um potencial, mas uma força em constante realização.

após o que seria de esperar, consideradas as adversidades e os agravos do acaso.

O primeiro sentido — viver “depois de” — refere-se tanto ao anacronismo da forma de trabalhar quanto ao inesperado de se conseguir continuar cumprindo as tarefas impostas pelas transformações econômicas e pelo progresso tecnológico. Do mesmo modo que nos surpreendemos com a persistência de uma ideia ou com o fato de alguém ter sobrevivido a um acidente, que estranhemos que as feiras livres e as universidades tenham sobrevivido às circunstâncias que as viram nascer, também é surpreendente que as pessoas consigam manter o espírito são e conservem o juízo ante as formas de trabalho que aí estão.

Em minha visão, a sobrevivência, quando no contexto de trabalho LGBTQIAP+ em Lampião da Esquina assume o sentido de viver “depois de” ou “apesar de”, no ponto de ser o trabalho uma forma de continuidade, mesmo depois de tudo: dos conflitos, das rejeições e das violências. É a plataforma pela qual se permanece, se realiza uma certa manutenção da vida após eventos marcantes.

A sobrevivência, portanto, sob a perspectiva apresentada por Silva (2013, p. 37), não se restringe à continuidade da vida em seu aspecto meramente biológico, e sim se configura como um princípio estruturante da continuidade da vida.

A sobrevivência, portanto, é um modo de organizar e justificar ações que garantam a inserção do sujeito no mundo e, nesse processo, a razão⁵⁴ serve à manutenção da vida, orientando escolhas que preservem, por exemplo, o corpo, as relações, e assegurem a ordem e a convivência em estruturas sociais, como é no mundo do trabalho.

Destarte, de maneira contraditória, essa sobrevivência vem com um preço: para que se mantenha o trabalho — meio de sobrevivência — é preciso esconder a sua sexualidade dissidente. No relato de L.P., essa tensão aparece quando, mesmo após um processo interno de aceitação catalisado pelas leituras de Lampião da Esquina, ele revela que ainda precisava se submeter às normas descritas como “morais” e “machistas” de seu ambiente profissional. Manter o emprego exigia adequar sua conduta a expectativas heteronormativas. A metáfora utilizada ao final de seu depoimento — a do pássaro libertado, mas incapaz de sobreviver fora da gaiola — sintetiza a ambivalência vivida por quem encontra, no trabalho, tanto a possibilidade de subsistência quanto de liberdade, mas não pode usufruí-la de forma

⁵⁴ A razão é um elemento central na filosofia de Nietzsche, e para este estudo, entende-se a razão como um instrumento para justificar valores e crenças que já são desejados ou impostos pela vontade, e que a busca pela objetividade absoluta é ilusória. Assim, a razão é vista como parte da dinâmica vital e criativa do indivíduo, funcionando como um meio para afirmar a própria existência e interpretar o mundo de acordo com suas próprias necessidades e perspectivas.

plena, daí originando-se a reflexão que proponho de regulação-sobrevivência, pois, ao passo que o trabalho aparece como um fenômeno relacionado a sobrevivência de pessoas LGBTQIAP+, suas vivências e expressões precisam ser reguladas para manterem-se adequadas ao mundo do trabalho.

A estratégia de esconder a sexualidade no ambiente de trabalho, nesse sentido, é um ponto de destaque. Na sequência, trago um relato apresentado em Lampião da Esquina por R.C., do Rio de Janeiro, publicado na seção Cartas na Mesa, edição 6, p. 15.

Figura 22 - Trecho da Coluna Cartas na Mesa da Edição 6 de Lampião da Esquina



Fonte: Lampião da Esquina (1978)

O autor da carta “Fortíssimo Babado” descreve o sofrimento de precisar ocultar sua homossexualidade como forma de preservação do emprego:

Não me realizei ainda por temor de ter de assumir minha homossexualidade quando todos pensam que sou heterossexual. Se vocês soubessem o sacrifício que é para não me fazer notar como gay, tenho certeza que chorariam de tristeza ao saber que têm um amigo que vive frustrado. Meus pensamentos são sempre os mesmos: o que será que os outros vão dizer? No meu trabalho, não. No curso, de jeito algum poderei ser notado. R.C., Rio de Janeiro (Lampião da Esquina, 1978, p. 15).

Ora, é lógico: se o trabalho é sobrevivência, então é necessário garantir a manutenção dessa sobrevivência por meio da adequação ao modelo estrutural hetero-patriarcal-racista-capitalista (Cisne; Santos, 2018, p. 26). O obstáculo à plena aceitação ou ao “assumir-se”, como indicam os relatos, está ligado a um mecanismo de autoproteção diante de estruturas que impõem normas rígidas de comportamento

e identidade no mundo do trabalho. Especialmente no período datado de Lampião da Esquina dessa edição, o ano de 1978, a intensa repressão da ditadura civil e militar, aprofunda essa perspectiva. Nesse sentido, os pressupostos da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista:

Determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento de outros(as), seja por estruturar as relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro. Assim, analisar a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, de forma coextensiva e consubstanciada, permite-nos compreender criticamente determinações da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista (Cisne; Santos, 2018, p. 26).

Nesse sentido, parto do princípio de que o sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista constitui-se como uma tecnologia de gênero e sexualidade que reproduz mecanismos de exclusão que constroem a expressão de identidades dissidentes de gênero e sexualidade, impondo estratégias de silêncio, ocultamento e submissão das expressões da sexualidade dissidente à heteronorma nos espaços de trabalho (Cisne; Santos, 2018). Assim, a vivência do trabalho aparece menos como realização individual ou uma experiência que promove autonomia e independência, mas mais como uma resposta diante de contextos de expulsão, discriminação, sendo uma estratégia de sobrevivência dos corpos LGBTQIAP+ regulados por uma tecnologia que conforma essas vidas à lógica de uma sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista.

Compreender as dinâmicas de regulação-sobrevivência que operam sobre os gêneros e as sexualidades no espaço de trabalho é fundamental para entender o próprio trabalho como um dispositivo de normatização, ou seja, uma tecnologia de regulação dos gêneros e sexualidades (Lauretis, 1987). Aqui, pode-se entender, portanto, esse processo conforme Gayle Rubin (2003), que ressalta o sistema sexo/gênero como um dispositivo que regula e disciplina corpos e comportamentos.

Essa perspectiva é reforçada pelo relato de Celso Curi, em entrevista à edição zero de Lampião, sobre o processo que recebeu do Ministério Público e a demissão do jornal A Última Hora, quando criou a Coluna do Meio, uma coluna no jornal voltada ao público gay, com correio elegante, cartas e outros assuntos voltados ao público homossexual.

Figura 23 - Reportagem “Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Cúri?”



Fonte: Lampião da Esquina (1978).

Acerca dessa demissão e processo, segundo ele:

fui visto como cafetina de pessoas que não podem aparecer à luz do dia. Pois é! Homossexual só pode andar atrás de poste, **se escondendo.**" Conta da reação das pessoas a respeito do processo: "Algumas morrem de medo, me dizem que eu vou em cana, que não gostariam de estar na minha pele. Outras me veem como um mártir, parece até que vou ser queimado em praça pública (Lampião da Esquina, 1978, p. 7, grifo nosso).

Nesse aspecto, os sentidos atribuídos ao trabalho revelam: como o ato de esconder-se funciona como uma estratégia de preservação do trabalho e, consequentemente, da própria sobrevivência no sistema cisheteronormativo racista capitalista. Como define Louro (2000), essa norma está sustentada pela expectativa

de coerência linear entre sexo, gênero e expressão da sexualidade e, assim, esconder a sexualidade no ambiente de trabalho torna-se uma estratégia.

Nesse sentido, também é destacado nos relatos de Lampião uma experiência do trabalho fortemente atrelada ao sentido da informalidade. A pretensa facilitação que um trabalho informal pode oferecer, como menos burocracia em documentação ou uma forma mais rápida de “ganhar dinheiro” fica evidenciado, conforme relato publicado na página 12 da edição 22, ano 1980, na Coluna Ensaio, assinada por Darcy Penteado:

Ora, como a atividade sexual dispensa carteira profissional assinada e não exige especialização (esta só vem depois, com o tempo), o homossexual desempregado, carente e muitas vezes esfomeado recorre à prática sexual remunerada como forma única ou complementar de subsistência. Cara e corpo razoáveis ajudam, mas não se pode negar que, mesmo para os menos dotados, sem especializações, sem organizações de classe, tabelamentos de preços etc., cidades como São Paulo e Rio oferecem possibilidades no mercado de trabalho sexual. Mesmo para o não homossexual que, por necessidade, aceite esse trabalho temporário, as cidades grandes não negam ajuda. Basta fazer o “trottoir” nos locais convencionados e a freguesia aparece (Lampião da Esquina, 1980, p. 12).

Neste relato, além da noção de sobrevivência expressa pelo termo “esfomeado”, evidencia-se que a ausência de regulamentação e a precariedade das oportunidades fazem com que o trabalho informal, como o sexual, se torne uma alternativa ainda mais recorrente entre homens homossexuais.

A questão da informalidade é uma problemática séria e que tem se intensificado nos últimos anos entre as populações LGBTQIAP+. Ao não se enquadrarem nas normas do modelo cisheteropatriarcal, têm sua inserção no mercado formal sistematicamente dificultada. A dificuldade de romper com as barreiras impostas pela matriz heteronormativa representa um dos principais obstáculos enfrentados por pessoas LGBTQIAP+ na tentativa de acessar espaços formais de trabalho. Essa realidade é evidenciada no relato assinado por Eduardo Dantas, publicado na Coluna Esquina sob o título “À procura de um emprego”:

[...] a discriminação nesse campo está mais do que na cara. É lógico que ela não se apresenta visível. É mascarada, fingida, e por isso mesmo mais perceptível. Tenho certeza de que todo homossexual sente uma dorzinha no coração cada vez que vai procurar um emprego. Se a sua solicitação é rejeitada, o patrão não diz que ele simplesmente não quer um viado, um indivíduo “anormal”, na sua organização. No máximo informa que o candidato não foi aprovado no teste ou que a vaga já foi preenchida. No fundo a bicha sabe que não são bem aqueles motivos, mas o melhor é partir para outra.

Depois, tem aquele velho clichê: bicha tem que ser cabeleireiro, costureiro, maquiador, ou então fazer parte dos trabalhos intelectuais — artistas plásticos, escritores, jornalistas — ou estar infalivelmente ligado ao meio teatral, seja ator ou simples bilheteiro. Na verdade, o homossexual busca essas atividades por instinto de sobrevivência. Como são, na sua maioria, seres de grande sensibilidade e inteligência, geralmente com talento invejável, “enclausuram-se” nessas espécies de guetos profissionais onde as suas habilidades são aceitas com razoável grau de liberdade. Mesmo porque esse tipo de trabalho reforça a imagem de marginalidade — trata-se de “atividades não produtivas”, de acordo com os padrões vigentes — que a sociedade faz questão de atribuir à condição do homossexual. Ah, mas existem muitos executivos bichas — dirão alguns. É claro que existem, está cheio. Mas desafio a que me apontem um executivo que tenha pedido o emprego sem dar uma tremenda disfarçada nas suas características pessoais. Basta dizer que para esse tipo de emprego o candidato deve se apresentar invariavelmente dentro dos padrões “normais” até na vestimenta, isto é, de terno e gravata. E enquanto não termina o período de experiência, nada de dar bandeira. Só com o tempo, e as amizades que irão se formando, será possível sentir-se um pouco mais à vontade do que os judeus nos campos de concentração nazistas. A grande decepção, conforme o caso, vai surgir na primeira oportunidade de promoção para um cargo melhor. Pessoalmente, conheço diversos caras inteligentes e esforçados que foram preteridos para posições de chefia por serem homossexuais. “Não haveria respeito às suas ordens” — supõe-se que seja o raciocínio do patrão (Lampião da Esquina, 1979, p. 3).

Figura 24 - “À procura de um emprego”, na edição 09 de Lampião da Esquina

À procura de um emprego

Sabe que os homossexuais brasileiros vão chegar um dia ao ponto de brigar por uma lei que os proteja da discriminação no emprego ou na obtenção de moradia? A pergunta é válida, porque parece que o momento vai nos americanos está chegando pelo caso de tanto exigir junto ao Congresso a aprovação de leis específicas nesse sentido.

Explico: obtendo algumas vitórias nesse campo, o Gay Lib acabou perdendo a simpatia da maioria silenciosa que vinha apoiando discretamente a liberação bicha e os alguns grupos minoritários igualmente oprimidos começaram a achar que os homossexuais estão querendo a status de minoria privilegiada, atacando um caso que o semanário conservador Time publicou na edição de 6 de janeiro.

Bom, é daí! A primeira impressão é que não brasileiros pouco sabem a ver com tudo isso afinal, se por aqui não se tem nem as garantias mínimas de cidadania, a vida cotidiana de um grupo de companheiros formando um lobby no Congresso nacional para aprovar uma lei que defina de professor-bicha parece simplesmente ridículo.

Mas é um engano. Para começar, vale a pena discutir esse tema porque esse recurso foi um dos utilizados pelos gays dos EUA para lutar contra a opressão. Se é bom no meu, se utilizará alguma coisa, não sei. No entanto, a partir desse discurso poderoso surgiram novos caminhos para a luta que os bichas brasileiros, que aí agora começam a se organizar, vão ter de realizar mais cedo ou mais tarde para defender seus meios de sobrevivência e moradia.

Sendo vejamos: a discriminação nesse campo está muito do que na cara. É bígota que ela não se apresenta sutil. É mascarada, fúlgida, e por isso mesmo mais perceptível. Tenho certeza de que todo homossexual sente uma dorzinha no coração cada vez que vai procurar um emprego. Se a sua solicitação é rejeitada, o patrão não diz que ele simplesmente não quer um rapaz, um indivíduo “anormal”, na sua experiência. No máximo informa que o candidato não foi aprovado no teste ou que a vaga já foi preenchida. No fundo a bicha

sabe que não são bem aqueles motivos, mas o melhor é partir para outro.

Depois, tem aquele velho clichê: bicha tem que ser cabeleireiro, costureiro, maquiador, ou então fazer parte dos trabalhos intelectuais... artistas plásticos, escritores, jornalistas... ou estar infalivelmente ligado ao meio teatral, seja ator ou simples bilheteiro. Na verdade, o homossexual busca essas atividades por instinto de sobrevivência. Como são, na sua maioria, seres de grande sensibilidade e inteligência, geralmente com talento invejável, “enclausuram-se” nessas espécies de guetos profissionais onde as suas habilidades são aceitas com razoável grau de liberdade. Mesmo porque esse tipo de trabalho reforça a imagem de marginalidade — trata-se de “atividades não produtivas”, de acordo com os padrões vigentes: que a sociedade faz questão de atribuir à condição do homossexual.

Ah, mas existem muitos executivos bichas — dirão alguns. É claro que existem, está cheio. Mas desafio a que me apontem um executivo que tenha pedido o emprego sem dar uma tremenda disfarçada nas suas características pessoais. Basta dizer que para esse tipo de emprego o candidato deve se apresentar invariavelmente dentro dos padrões “normais” até na vestimenta, isto é, de terno e gravata. E enquanto não termina o período de experiência, nada de dar bandeira. Só com o tempo, e as amizades que irão se formando, será possível sentir-se um pouco mais à vontade do que os judeus nos campos de concentração nazistas. A grande decepção, conforme o caso, vai surgir na primeira oportunidade de promoção para um cargo melhor. Pessoalmente, conheço diversos caras inteligentes e esforçados que foram preteridos para posições de chefia por serem homossexuais. “Não haveria respeito às suas ordens” — supõe-se que seja o raciocínio do patrão.

Para operários e técnicos entre a barra é ainda mais penoso. Existe uma série de equívocos “cota-anormais” para evitar que esses indivíduos, desde homossexuais e alcolizados, venham a prejudicar o clima de produção desordenada da empresa. O mais mansado deles dispostos é o tal Departamento de Seleção, muitas vezes for-

made por estudantes de Psicologia inexperientes e reacionários, que votam o acesso de qualquer indivíduo que fuja ao que os seus psicólogos da maioria importada dos Estados Unidos, um país ocidental e crítico, considerem normalidade.

Enfim, a questão do emprego, e como os homossexuais farão para evitar mais esse tipo de discriminação, está em aberto. E trata-se de um assunto de vital importância, porque é preciso trabalhar para se poder viver, seja o trabalhador homo ou heterossexual.

“Nos Estados Unidos a briga começou com professores de escolas públicas, mas quais os países alguns considerem permitida a inferioridade de homossexuais confessa no ensino. Isso dos margem a um processo jurídico que, pelo menos é a impressão, levou a um debate amplo da discriminação no campo de trabalho daquele país. E não, nesse capitalismo selvagem onde o dinheiro é muito maior, e o preconceito atinge a todo mundo, o que fazemos a respeito? (Eduardo Duarte)

GY ANTIGUIDADES

Galeria Ypiranga Molduras

Feitas com arte, carinho e sensibilidade

Máscaras decorativas

De inspiração africana. Máscaras para teatro e dança executadas por artista especializado

Temos artista de longa experiência que restaura quadros a óleo, imagens, estatuetas e objetos de arte em geral. Alta responsabilidade e competência.

Galeria Ypiranga de Decorações Ltda.

Rua Ipiranga, 46 (Laranjeiras) - Rio de Janeiro - 225-0484

Página 3

Fonte: Lampião da Esquina (1979)

Em minha dissertação de mestrado argumentei que o modelo heteronormativo ainda permeia as relações de trabalho e promove sutis mecanismos

de exclusão dessas pessoas, seja por meio de piadas, negativas de processos seletivos sem justificativa e demissões (Soares, 2017). No relato de Eduardo Dantas, mesmo que em uma temporalidade histórica diferente, isso fica exposto quando opina que “no fundo a bicha sabe que não são bem aqueles motivos, mas o melhor é partir para outra”, o que demonstra a atuação de um mecanismo sutil de exclusão, em que o preconceito não é explicitamente nomeado, mas se manifesta por meio de justificativas genéricas ou silêncios institucionais, forçando o sujeito a aceitar a rejeição como algo naturalizado no mundo do trabalho.

Ainda, o trecho traz uma série de ocupações, sendo vistas muitas vezes como estereótipos sociais em torno de pessoas LGBTQIAP+, como os trabalhos ligados à estética, à arte ou ao entretenimento, profissões essas também vistas como menos valorizadas dentro da lógica produtivista capitalista. Esses espaços, conforme seu relato, acabam sendo ocupados, muitas vezes, não por escolha, mas por necessidade, como uma estratégia de sobrevivência diante da exclusão dos circuitos formais e tradicionais de trabalho: “o homossexual busca essas atividades por instinto de sobrevivência” (Lampião da Esquina, 1979, p. 3). Ainda, ao final do relato, Eduardo não descarta que gays tenham trabalhos considerados de alto nível, como por exemplo, executivos e diretores, mas reflete que, para que se obtenha acesso a essas posições, é preciso utilizar a estratégia de “ocultamento” da sexualidade para a permanência nesses empregos, imbuindo-se aí o mesmo fenômeno da regulação-sobrevivência do qual falei anteriormente.

Destarte, a informalidade atualmente alcança um novo patamar de complexidade e intensidade a partir de um processo global e sistemático, decorrente de um projeto neocapitalista que valoriza sobremaneira o empreendedorismo, a flexibilidade e o autoemprego. Isso caracteriza uma nova morfologia do trabalho, como aponta Ricardo Antunes (2013), marcada pela informalidade e pela precarização. Ângela Amaral (2018, p. 245) destaca que:

A precarização das condições de vida e do trabalho, na atualidade, é um fenômeno social praticamente generalizado nos chamados países centrais e periféricos. [...] As privatizações de empresas estratégicas, as legislações para desregulamentar a economia e os contratos de trabalho, o desmonte dos direitos trabalhistas e da proteção social são emblemáticos de um projeto que se tece em todos os quadrantes do planeta. [...] Para tanto, faz-se imprescindível criar uma nova cultura do trabalho, fundada em conceitos que se afastam do campo do trabalho protegido e coletivo para um de traços mais individualizantes e vinculados a uma racionalidade de novo tipo, tais como o empreendedorismo, a empregabilidade, as competências, o

autoemprego, a flexisegurança, o capital cognitivo, as políticas ativas, para assinalar apenas os mais recorrentes. [...].

Entretanto, desde o contexto histórico de Lampião da Esquina, formas de precarização do trabalho eram experienciadas no Brasil. É acerca deste terceiro sentido que gostaria de me deter a seguir.

Conforme elaborado no capítulo teórico-metodológico, Judith Butler (2018), ao discutir a noção de vidas precárias, afirma que determinadas populações, por questões de raça, classe, gênero, sexualidade ou nacionalidade, são produzidas socialmente como mais vulneráveis à violência, à exclusão e à morte, vivendo em constante exposição à insegurança. Essa condição, segundo a autora, não decorre de escolhas individuais, mas da forma como o Estado, o mercado e os discursos sociais decidem quais vidas merecem ser protegidas. A precarização, portanto, não se refere apenas à perda de direitos trabalhistas ou à flexibilização contratual, mas à desproteção generalizada que atinge o existir como um todo: moradia, saúde, alimentação, pertencimento e reconhecimento.

No contexto brasileiro, marcado por múltiplas opressões interseccionais, como apontam Cisne e Santos (2018), essa realidade é especialmente aguda para populações como a LGBTQIAP+, cuja existência é constantemente colocada em xeque por uma sociabilidade capitalista no modelo cisheteronormativo. A precarização do trabalho, portanto, não é apenas um fenômeno econômico, mas ontológico e político: é a forma como o capitalismo administra vidas que considera menos valiosas, conforme argumenta Butler (2018, p. 27):

A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes.

Para elucidar sobre as exposições arbitrárias à violência do estado em Lampião da Esquina, é imprescindível falar “sobre os profissionais do sexo transgêneros que têm que se defender contra a violência nas ruas e o assédio da polícia” (Butler, 2018, p. 27). A discussão sobre a precariedade da vida de pessoas transexuais e transgêneros encontra representação no relato publicado na edição zero de Lampião:

A cana vem sempre, às vezes preta e branca, às vezes preta e vermelha. Levam pra delegacia, pra 42, soltam de manhã. Se não arranjar emprego, então fica na cadeia. Ah, meu amor, só peguei cana um mês, porque não trago documento na bolsa, então é vadiagem. A gente corre perigo na esquina. Mas aqui dá pra viver (Lampião da Esquina, 1978, p. 8).

O relato expressa como a violência policial operava como um mecanismo central na precarização da vida de travestis e pessoas trans em situação de marginalização social no período da ditadura civil militar brasileira. Nesse fragmento “a cana vem sempre”, mostra a polícia como instrumento de repressão. A menção à prisão por “vadiagem” também reforça uma prática histórica de criminalização da pobreza praticada no período, em que a ausência de documentação bastava para legitimar o encarceramento arbitrário. Isso reforça o que Butler (2018) conceitua como precariedade, considerando que populações, como as trans e transgêneros estão mais expostas a essas violências.

Ainda, “a prostituição praticada por travestis, é uma nova opção do prazer masculino da sociedade consumista e permissiva atual, estranhamente ele se criou e desenvolve-se por e para uma sociedade de raízes profundamente patriarcais e machistas” (Lampião da Esquina, 1980, p. 12), conforme relata Darcy Penteado, na Coluna *Ensaio*, da Edição 22. O trabalho sexual, portanto, pode funcionar como um reflexo da sociedade machista que sexualiza corpos para a satisfação do desejo masculino “às escondidas”, e os rejeita socialmente, negando-lhes direitos básicos, dignidade e acesso à cidadania “à luz do dia”.

Em outro relato, disponível na edição 32, de janeiro de 1981, uma trabalhadora sexual da Zona do Mangue chamada Gisele, relata, em entrevista, como funcionava as batidas policiais e a ofensiva violenta e de suborno que eram realizadas no local:

Eles ficam noite e noites rondando de camburão, gastando gasolina, e depois reclamem que a gasolina está cara. Por que eles não vão correr atrás de traficante, bandido, assaltante? Que país é esse? A polícia quando apanha dinheiro da gente, não quer rabada, é de 500 cruzeiros para cima. Quando as bichas não dão, eles forjam flagrante de maconha ou levam pro Corcovado, amarram uma na outra, querem foder a gente e tudo.

Segundo Peter Anthony Waddington (1999), a cultura policial glorifica a ação, a violência e os atributos associados ao universo masculino, promovendo o que o autor chama de “culto à masculinidade”, o que justificaria a normalização de práticas abusivas e arbitrárias contra grupos socialmente marginalizados. Essa lógica, ao mesmo tempo em que reforça a autoridade, legitima o uso da força como

demonstração de virilidade e domínio sobre corpos considerados “inferiores” ou “desviantes”, como é representado por Gisele. No caso das trabalhadoras sexuais travestis, a violência física, sexual e simbólica era empregada não apenas como forma de controle social, mas também como mecanismo de extorsão econômica e afirmação de poder.

Outro fator preponderante é que, somado à violência policial, o *status quo*, ao manter a criminalização do trabalho sexual, opera como um mecanismo que aprofunda a precarização das condições de vida e de trabalho das/os profissionais do sexo: “a criminalização de práticas relacionadas ao trabalho sexual pode criar barreiras para a realização de condições seguras de trabalho” (Abia, 2013, p. 78-79). Assim, o aparato legal que criminaliza historicamente o trabalho sexual não reduz a prática, mas a desloca para espaços de maior risco, fortalecendo redes de poder informal e alimentando um ciclo contínuo de violência estrutural e marginalização (Abia, 2013).

Essa discussão sobre a precarização do trabalho, intensificada pela criminalização e pela violência estrutural, encontra ressonância em diferentes experiências de sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade, em especial mulheres lésbicas e bissexuais. Em Lampião da Esquina, observa-se que essas mulheres narram formas específicas de vulnerabilidade e exploração laboral, em que as violências se manifestam em contextos formais e informais de ocupação, atravessados por discriminação de gênero, orientação sexual e classe social. De acordo com Ricardo Antunes (1999 apud Cisne, 2013), no campo do trabalho produtivo e reprodutivo, há uma organização social baseada em distinções de sexo, construída historicamente, onde desde a infância e no processo de escolarização, homens e mulheres são preparados de forma desigual para acessar o mercado de trabalho. Essa diferenciação nas qualificações e expectativas contribui para a reprodução de desigualdades que o capitalismo tem explorado de maneira assimétrica, apropriando-se dessa separação entre os papéis atribuídos a cada grupo.

Nesse sentido, quando uma mulher rompe com essa lógica, ou seja, ao ocupar espaços, funções ou comportamentos considerados fora do lugar socialmente atribuído, surgem mecanismos sutis ou explícitos de exclusão e precarização, como no relatado por T., 22 anos, mulher homossexual que construía

ser interpretada como ameaça à ordem normativa do ambiente de trabalho e a consequente intimidação por parte de homens. Isso resulta em práticas de marginalização vindas principalmente por parte de ameaças, como a desqualificação profissional, o isolamento, as perseguições e a sobrecarga de tarefas, configurando um cenário de violências simbólicas e institucionais que impactam diretamente a permanência e o bem-estar dessas mulheres no espaço laboral. Sobretudo, ancorado pela lesbofobia, conceito que se refere às discriminações ou violências específicas experimentadas por mulheres lésbicas em contextos sociais e históricos determinados (Borrillo, 2010), esses mecanismos de exclusão sustentam e reforçam a lógica da heterossexualidade compulsória (Diniz, 2014) no mundo do trabalho.

A discriminação lesbofóbica no ambiente de trabalho, portanto, vem associada a diversos fatores: a “masculinização”, a exclusão de processos de progressão de cargos, perda de oportunidades e outras atividades que giram em torno das assimetrias de gênero e funcionam como mecanismos de manutenção do tabu⁵⁵ em torno da orientação sexual, especialmente por parte de figuras masculinas que se sentem ameaçadas.

É importante salientar também que no ambiente de trabalho e nas organizações, a vivência das mulheres lésbicas difere daquelas dos homossexuais masculinos, devido ao sexismo que privilegia os homens em detrimento das mulheres. Além disso, segundo Miriam Heintz (2012), essas experiências também se distinguem das mulheres heterossexuais, uma vez que o heterossexismo naturaliza a heterossexualidade como norma hegemônica.

Ainda que a homofobia tenha ganhado visibilidade nos debates públicos e nas lutas sociais e políticas a partir de meados do século XX (Rios, 2007), torna-se cada vez mais urgente reconhecer as especificidades das violências direcionadas às mulheres lésbicas no ambiente de trabalho, e como essas dinâmicas reforçam o sentido da precarização do trabalho a essas populações.

Para endossar o debate sobre as mulheres dissidentes de gênero e sexualidade no ambiente de trabalho, é particularmente relevante o relato de Norma Bengell, atriz bissexual, em entrevista publicada na edição 3 de *Lampião da Esquina*, de 1978. Na ocasião, Norma expõe que foi excluída de um projeto na TV

⁵⁵ Para Edmund Leach (1983, p. 175). o termo tabu é utilizado para denominar proibições “que são explícitas e sustentadas por sentimentos de pecado e sanções sobrenaturais a um nível consciente” (Leach, 1983, p. 175).

Globo, afirmando que o fato de manter um relacionamento com outra mulher foi um dos motivos que justificaram sua exclusão por parte do diretor da novela. No relato, esse relacionamento é descrito como uma “ligação íntima com uma moça”, uma “amiga”. O relato ilustra as formas específicas de discriminação enfrentadas por mulheres que rompem com as normas heteronormativas no espaço profissional:

AC: Norma, nós gostaríamos que você destrinchasse, inicialmente, o que foi essa confusão toda da TV Globo. Outro dia, numa conversa telefônica, você dava uma versão de que teria sofrido uma ação sexista por parte de pessoas da Globo. Que pessoas são essas e o que houve exatamente?

NB: (...) O executivo Daniel Filho jogou o poder sexista e falocrata pra cima de mim. Porque ele está habituado com pessoas que, na frente, bajulam, elogiam, e por trás picham. Eu falo na cara. Então ele usou o poder, e o poder é sexista, você sabe. Ele disse: "ou ela ou eu"; então eu dancei, porque ele é necessário à estrutura da casa, enquanto eu só sou necessária até certo ponto, porque sou atriz, rebelde e mulher.

AS: Inclusive, nesse episódio todo de sua saída da novela *Dancin' Days* (TV Globo, 20 horas), a explicação que Daniel Filho deu foi que você se comportou histericamente. Essa é uma acusação que se faz usualmente a uma mulher quando se quer diminuí-la. Por exemplo, ele nunca diria, em caso de uma briga, que Tarcísio Meira comportou-se "histericamente".

NB: Não. E se eu tivesse marido, o comportamento dele seria outro. Em 1964, quando eu estava casada, ele me tratava de outro modo. Aliás, ele sempre disse que não conseguia entender como eu, um "símbolo sexual brasileiro", mantinha uma ligação íntima com uma moça – porque eu tive uma ligação com uma amiga durante muito tempo –, ele dizia que não entrava na cabeça dele que eu tivesse uma amiga. Engraçado, eu nunca me preocupei em saber se ele tinha ou não um amigo! Porque, você vê, sempre fui uma pessoa muito liberal. Eu escrevi certa vez um poema que diz assim: "a liberdade está dentro de nós". E quem diz que a liberdade está dentro das pessoas não pode ficar numa ruim. Eu sou ótima, não sou uma pessoa moralista, coisas assim.

[...]

NB: Mas um momento. É uma versão um pouco paranóica, mas o sistema é paranóico. E quando eu falo, estou interpretando o sistema em cima de mim. Você sabe que a paranóia não é uma doença da mulher. É uma doença do sistema, e o sistema é o homem, o "homem" entre aspas. Pode ser que o sistema tenha visto o meu trabalho e tenha dito: "Bom, essa mulher está criticando as escalas de valores do sistema, que são casa, família e propriedade, coisas altamente burguesas". Eu só estou aqui pensando, não estou brigando por causa de 60 mil mensais que eles iam me pagar. Eu estou pensando porque não botaram meu nome onde eu merecia estar.

Em primeiro lugar, a associação direta entre seu relacionamento com uma mulher e a exclusão do projeto na TV Globo revela como a sexualidade feminina é alvo de controle e vigilância masculina e essa dimensão expressa, conforme Rubin (1984), como a heterossexualidade compulsória regula os corpos e as identidades dissidentes. Em segundo ponto, a chantagem exemplificada na expressão "ou ela ou eu" demonstra a instrumentalização do poder masculino para impor conformidade e

submeter mulheres a relações hierarquizadas e abusivas, situação que Almeida (2013) associa aos mecanismos sutis e explícitos de dominação patriarcal no ambiente de trabalho.

Além disso, a acusação de "histeria" contra Norma Bengell pode ser compreendida à luz das construções históricas do feminino associadas à instabilidade emocional e irracionalidade. Susan Bordo (1997) destaca que o rótulo de histeria tem sido utilizado como estratégia para deslegitimar e silenciar as reivindicações femininas, funcionando como instrumento de controle social e político. Conforme presente em sua obra *Unbearable Weight*, Bordo (1997) descreve que os sintomas classificados como "históricos" eram exageros de traços que a cultura já atribuía à feminilidade, como fragilidade emocional, instabilidade e passividade sexual, transformando essas características em estereótipos patológicos que excluía as mulheres do espaço público. Ainda, esses diagnósticos reproduziam padrões ideológicos, ao codificar a feminilidade como docilidade e dependência, e somente comportamentos que fossem suaves, inofensivos e ajustados à norma eram socialmente aceitos. Qualquer expressão que se afastasse disso era rotulada como "histeria" e, assim, neutralizada. Portanto, o uso do termo por parte do diretor da Globo no relato de Norma Bengell espelha essa tradição, em que, ao chamá-la de "histórica", buscava invalidar sua reação ao poder hegemônico patriarcal e justificar sua exclusão.

O reconhecimento editorial dessa dinâmica, manifestado pelo entrevistador ao comparar a descrição do comportamento de Norma com a ausência dessa acusação em relação a homens quando diz "Essa é uma acusação que se faz usualmente a uma mulher quando se quer diminuí-la. Por exemplo, ele nunca diria, em caso de uma briga, que Tarcísio Meira comportou-se "histericamente"", configura um momento de consciência crítica dentro da reportagem, também reforçando a linha editorial interseccional que Lampião da Esquina adotava.

Outrossim, a desvalorização do trabalho artístico da atriz, expressa em sua declaração no final da entrevista sobre a ausência de reconhecimento merecido, aponta para as formas específicas pelas quais a contribuição profissional feminina é minimizada. Nancy Fraser (2006) argumenta que a justiça social deve contemplar não apenas a redistribuição econômica, mas também o reconhecimento cultural, sendo a invisibilidade e a subestimação do trabalho feminino mecanismos que reforçam a desigualdade estrutural.

Lamentavelmente, essa é uma estratégia comum e recorrente utilizada para descredibilizar mulheres em posições de trabalho, principalmente quando exercem cargos de liderança ou ocupam espaços de poder superiores aos de homens nos dias de hoje. A associação entre mulheres e descontrole emocional serve como instrumento de silenciamento e de reforço de estereótipos de gênero, que historicamente vinculam o feminino à irracionalidade e à instabilidade. Um exemplo é a capa da revista *Veja*, publicada em 2015, que retratou a então presidenta Dilma Rousseff com feições distorcidas e sugestão de histeria.

Figura 26 - Capa da Revista *Veja* em 2015 “As explosões nervosas da presidente”



Fonte: *Veja* (2015)

A imagem, acompanhada por manchetes que insinuavam desequilíbrio, reforça a ideia de que a mulher, quando firme ou resistente, é uma ameaça à ordem estabelecida. Enquanto comportamentos semelhantes em figuras masculinas costumam ser interpretados como força ou determinação, no caso de mulheres, são

enquadrados como desvios de comportamento, servindo para justificar sua deslegitimação pública e política. Sobre isso, esses veículos moldam a memória do público não apenas por meio de conteúdos noticiosos, mas também por sua construção simbólica da imagem (corporações visuais e lexicais), influenciando a opinião e favorecendo certas interpretações. Nesse contexto, o uso da histeria legitima a exclusão de vozes femininas assertivas, contribuindo para a manutenção de estruturas tradicionalmente dominadas por homens (Todorov, 2011; Charaudeau, 1983).

Durante a disciplina de História da Técnica e Tecnologia, ofertada no programa de Tecnologia e Sociedade da UTFPR, a qual participei, tive a oportunidade de realizar a apresentação do livro *A Tecnologia do Orgasmo*, de Rachel Maines (2019), obra que aprofundou minha compreensão sobre os modos como o sentido do termo “histeria” foi historicamente construído como uma categoria médica vinculada à regulação dos corpos femininos e sua sexualidade, servindo a uma lógica androcêntrica que deslegitima experiências que escapam à normatividade heterossexual e reprodutiva. A obra oferece uma análise crítica e histórica da sexualidade da mulher sob uma perspectiva tecnológica, a partir do entendimento de como a construção do vibrador moderno está diretamente ligada a práticas médicas voltadas ao tratamento da “histeria”, uma condição atribuída exclusivamente às mulheres, cujos sintomas iam desde irritabilidade até fantasias eróticas. Ao longo do livro, a autora expõe como o modelo androcêntrico de sexualidade – centrado no prazer masculino, no casamento heterossexual e na procriação – moldou os discursos médicos e as tecnologias criadas para intervir nos corpos femininos.

Esse arcabouço interpretativo contribui diretamente com o representado a partir do relato de Norma Bengell, em que a representação da mulher como “histórica”, instável e excessiva, justifica sua exclusão ou subalternização em espaços de trabalho formais, em contraste com a racionalidade, estabilidade emocional e autocontrole, características historicamente associadas ao ideal masculino.

Dessa forma, o sentido da precarização do trabalho em Lampião da Esquina encontra ressonância em múltiplas experiências, cada uma atravessada por marcadores específicos que moldam a forma como essa precarização é vivida e compreendida. Assim, ao reunir essas vozes, a publicação não apenas denuncia

essas condições, mas também contribui para a construção de uma memória histórica das lutas das populações brasileiras interseccionadas por sexualidade, gênero, classe e raça.

Destarte, é possível observar que *Lampião da esquina* oferece essa pluralidade de vozes e experiências como uma marca indelével de seu texto; e não se pode deixar de destacar que essa multiplicidade de narrativas é reflexo direto do projeto editorial, que tinha como prerrogativa uma abordagem interseccional às diferentes realidades de experiências de gênero, sexualidade, classe e raça brasileiras.

Homossexuais, dos índios, dos prisioneiros — categorias historicamente silenciosas — têm nos mostrado que a História tem sujeitos e objetos; aqueles que falam e aqueles de quem se fala. Ensinaram também que os sujeitos variam ao longo deste processo. Essas lutas têm ainda ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas, mas não reconhecidas, não registradas, portanto sem existência histórica.

Essa fala, no entanto, ao mesmo tempo que revolucionária, é conservadora por ser feita de uma linguagem — desta mesma linguagem que, por tanto tempo, manteve invisíveis as categorias de pessoas que agora começam a tentar um autorreconhecimento, tentando afirmar-se como sujeitos de sua própria história.

Este jornal se queixa, no seu número zero, de não haver encontrado mulheres dispostas a colaborar com ele em sua luta comum de pessoas que não aceitam ser definidas como desiguais em relação a outras pessoas. Mesmo reconhecendo que o fortalecimento de setores específicos é imprescindível numa luta mais ampla — cujo resultado deveria poder ser o reconhecimento das diferenças, sem que isto implicasse em desigualdade —, é importante não perder de vista este objetivo comum e, talvez, seja saudável lembrar e verificar, de vez em quando, os avanços na abertura desta estrada que tem muitas trilhas (*Lampião da Esquina*, 1978, p. 2)

Lampião da Esquina é, portanto, uma estrada que tem muitas trilhas.

6 CONSIDERAÇÕES: UMA ESTRADA QUE TEM MUITAS TRILHAS...

Esta pesquisa buscou responder uma indagação sobre a construção dos sentidos do trabalho em Lampião da Esquina, com a intenção de resgatar lugares de memória (Nora, 1993) e experiências (Scott, 1998) sobre o trabalho sob uma ótica sócio-histórica. A partir dos regimes de inteligibilidade (Butler, 2018) e núcleos de significação (Lèfreve e Lèfrève, 2005) que se mapearam nos relatos da revista, propus que Lampião da Esquina constrói os sentidos do trabalho por meio do fenômeno da regulação-sobrevivência.

A tese se confirma a partir da observação dos relatos, que são ancorados em três núcleos centrais de significação e descrevem uma certa jornada do trabalho LGBTQIAPN+: inicia com a ruptura com dinâmicas familiares conflituosas, motivada pela rejeição ou violência atribuída à pessoa LGBTQIAPN+; perpassa o deslocamento para centros urbanos, configurado como êxodo LGBTQIAPN+ para outras cidades; e culmina com a experiência do trabalho, propriamente dita, que é atravessada pelo intento da sobrevivência e por regulações tecnológicas que relegam estes corpos à informalidade, a violências e ao trabalho precarizado. Neste processo, o trabalho é visto como sobrevivência, uma vez que é, muitas vezes, a única forma de literalmente continuar vivendo, ou de possibilidade ter uma vida vivível (Butler, 2018) em outra cidade. Ainda, já ao adentrar os espaços de trabalho, por outro lado, são observadas uma série de regulações que atuam na gestão de pessoas LGBTQIAPN+ para adequação ou exclusão das lógicas do trabalho, como o ocultamento das sexualidades, a exposição a violências diversas, etc.

O processo de regulação-sobrevivência é, portanto, uma mediação do trabalho para pessoas LGBTQIAPN+ e uma tecnologia de gênero que segue uma lógica encadeada e processual da trajetória de vida dessas pessoas. É um conceito que não serve para descrever experiências hegemônicas cisheterocentradas, mas sim, um marcador da diferença, que ganha força ao ser justamente um conceito específico das vivências e dinâmicas LGBTQIAPN+ do trabalho no Brasil.

Em relação aos objetivos específicos delineados, trago uma reflexão sobre cada um deles de acordo com os achados da pesquisa:

No objetivo específico “1) compreender os modos de construção da representação do trabalho nos relatos publicados pela revista” entendo que a construção da representação do trabalho ocorre em Lampião da Esquina em uma

perspectiva decolonial e interseccional. Como destacado neste estudo, me alinho à perspectiva de Amaral e Oliveira (2024) que o periódico tem uma linha editorial que privilegiou, desde o seu surgimento, um debate que pudesse abranger especificidades de gênero, sexualidade, classe e raça em uma ótica mais pluralizada e diversa, própria do Brasil. Ou seja, as escolhas editoriais do jornal, como as fontes, as pessoas entrevistadas, os eventos cobertos, e a própria coluna Cartas na Mesa que trazia à tona relatos anônimos – alguns dos quais selecionados para compor esta pesquisa –, evocam uma perspectiva descentralizada de fazer o jornalismo e dar voz a minorias que não encontrariam lugar em periódicos tradicionais. Portanto, o modo como os sentidos do trabalho é construído em Lampião ocorre por marcadores contrahegemonicos de gênero e sexualidade presentes em seu discurso, sendo este objetivo específico atendido no decorrer da apresentação e posicionamento de Lampião da Esquina como um veículo de discurso interseccional e decolonial.

No objetivo específico 2) “identificar os mecanismos que produzem a exclusão do trabalho” foram encontrados alguns mecanismos que produzem a exclusão do trabalho, e que, também, funcionam como um espaço de negociação e disputa pela permanência no trabalho para pessoas LGBTQIAPN+ nos relatos analisados. Elenco alguns mecanismos de exclusão e/ou tentativa de permanência no trabalho obtidos com a análise, que são eles:

- a) a instituição familiar, considerada legítima dentro da matriz binária de gênero e sexualidade, pode ser compreendida como uma mola propulsora da exclusão, uma vez que, a partir dos conflitos que emergem em seu seio, pessoas LGBTQIAPN+ dissidentes dessa matriz vivenciam rupturas com seus contextos familiares e acabam, muitas vezes, privadas de moradia e alimentação e outras formas básicas de subsistência. Diante disso, são levadas a inserir-se e/ou submeter-se a circuitos informalizados e precarizados de trabalho — sendo o trabalho sexual a principal modalidade buscada, por exemplo, por populações trans e travestis, como observado nos relatos de Lampião. A falta de suporte familiar pode estar associada também, indiretamente, à maior evasão escolar, ao início precoce da vida sexual e à maior exposição a abusos físicos, sexuais e psicológicos, como é descrito nos relatos de Norma Bengell e J.A.M;
- b) o ocultamento da orientação sexual em ambientes de trabalho como uma estratégia de manutenção do trabalho, prática que visa evitar demissões, assédio ou

marginalização, promovendo assim a continuidade e um sentido muito forte de sobrevivência atrelado a estes espaços por meio do apagamento de suas sexualidades;

c) a informalidade como forma de acesso e permanência no trabalho, sendo um marcador preponderante no agravamento das vulnerabilidades e violências à que essas populações ficam expostas, principalmente nas ruas;

d) a precarização do trabalho sexual, descrita em diversas reportagens que localizam esses sujeitos em espaços como o Mangue, no Rio de Janeiro; e em São Paulo, respectivamente, fator que ao mesmo tempo que traz uma oportunidade de sustento, também expõe a ausência e violência do Estado;

e) a “masculinização” ou “histeria”, estratégias comuns da lesbofobia e bifobia que descredibilizam mulheres lésbicas e bissexuais nos espaços de trabalho, como forma de manutenção da dominação masculina e descredibilização de suas capacidades técnicas.

Destarte, quanto ao último objetivo específico “3) analisar, por um viés interdisciplinar, o processo de regulação e sobrevivência que opera o trabalho frente às sexualidades dissidentes”, a análise dos 19 relatos em *Lampião da Esquina* trouxe um diálogo com linhas teóricas que podem servir à áreas como psicologia – na reflexão e alerta sobre a ainda urgente necessidade de enfrentamento e acolhimento de pessoas LGBTQIAPN+ que ainda sofrem com expulsão de suas casas e rupturas familiares; os estudos organizacionais, dos quais ainda faz-se necessário discutir políticas que verdadeiramente possam inserir e manter pessoas LGBTQIAPN+ em espaços de trabalho mais inclusivos, para que o próprio trabalho também possa ser visto além de uma forma de sobrevivência, mas como realização e satisfação pessoal; além de áreas como a própria história, museologia e comunicação, quando do resgate de um periódico como *Lampião da Esquina* em uma outra ótica de análise, que versa sobre a questão do trabalho.

Ainda que o campo empírico deste estudo tenha sido *Lampião da Esquina* – um material que representa um contexto histórico definido –, as semelhanças nas trajetórias do trabalho vivenciadas encontram ressonância na vida contemporânea. Por observações cotidianas em relatos de amigas/os/es e pessoas próximas nos dias de hoje, noto que há uma certa experiência de sobrevivência e regulação que ousa se repetir com alguma frequência nas vidas LGBTQIAPN+ dos dias de hoje: o histórico de conflito familiar, o êxodo para uma outra cidade e a vivência do trabalho

marcada por diversos entraves e regulações são experiências, em certo sentido, comuns a quem é dissidente da matriz cisheterossexual. Dessa forma, sustento que o conceito de regulação-sobrevivência pode ser utilizado como um aporte analítico para compreender dinâmicas do trabalho LGBTQIAPN+ no Brasil também atualmente.

Sugere-se, assim, o desenvolvimento de pesquisas com outras técnicas e campos empíricos que possam validar a abrangência e do conceito em outras frentes, como em grupos focais, pesquisas de observação participante ou entrevistas estruturadas com grupos LGBTQIAPN+; além de pesquisas com *fandoms* ou grupos na *internet* mais nichados, como lésbicas e pessoas não binárias; ou pesquisas sobre representações do trabalho em outros veículos históricos com relevância semelhante a *Lampião da Esquina*, como o próprio *ChanaComChana* (do qual muito me interessa para próximos estudos), documentários históricos LGBTQIAPN+ e séries televisivas.

Ressalto, entretanto, um alerta para que esta matriz analítica não recaia em uma universalização de experiências, mas que sim funcione como um norte conceitual que pode auxiliar na compreensão das dinâmicas entre trabalho, gênero e sexualidade no contexto brasileiro de acordo com cada especificidade dos objetos e campos de estudos. Não é objetivo dessa pesquisa, nem seria possível, encerrar a proposição teórica da regulação-sobrevivência como um conceito definitivo sobre o que seja o trabalho LGBTQIAPN+ no Brasil. Pelo contrário, esta tese buscou oferecer um indício ou sugestão para que mais caminhos investigativos sejam encontrados, construídos e formulados. Além disso, os sentidos identificados nesta análise não devem ser compreendidos como fixos ou esgotados nesta pesquisa, tampouco restritos à interpretação proposta por esta autora. Pelo contrário, entende-se que a produção de sentidos é dinâmica, relacional e se transforma ao longo do tempo.

Segundo Butler (2018) um passo seguinte no enfrentamento da precarização da vida e do trabalho seria trazer, justamente, essas problemáticas para a esfera do aparecimento e do reconhecimento: “para aqueles considerados “inelegíveis”, a luta para formar alianças é fundamental, e envolve uma proposição plural e performativa de elegibilidade onde ela não existia antes”. Por isso, destaco a importância de que os estudos em representações e de análises de produções de sentidos continuem e

tenham (cada vez mais!) sob o foco *corpus* que debatam os gêneros e sexualidades. Ainda temos uma história muito recente e pouco explorada.

Lampião da Esquina, por exemplo, trouxe as especificidades do que era ser LGBTQIAPN+ no Brasil da ditadura-civil militar. Somente nos últimos anos, com a articulação de entidades LGBTQIAPN+, é que uma parte desta história está disponível para consulta e pesquisa acadêmica.

É nesse ponto que os veículos de imprensa se mostram fundamentais, pois atuam como tecnologias de gênero (Lauretis, 1994), na medida em que conformam sentidos sobre os sujeitos, estabelecendo parâmetros de inteligibilidade para suas existências. Ao selecionar, enquadrar e difundir determinadas narrativas, a mídia não apenas retrata realidades, mas participa ativamente de sua constituição. Nesse processo, Lampião da Esquina operou como aparato tecnológico no sentido de deslocar normas de gênero e sexualidade dominantes e inscrevê-las na esfera pública, experiências que, até então, permaneciam invisíveis ou relegadas à abjeção. Conforme destaca Butler (2018, p. 30): “não pode existir entrada na esfera de aparecimento sem uma crítica das formas diferenciais de poder por meio das quais essa esfera se constitui”, tampouco “sem uma aliança crítica formada entre os desconsiderados e os inelegíveis – os precários – a fim de estabelecer novas formas de aparecimento que busquem superar essa forma diferencial de poder” e é isso que Lampião da Esquina realizou: trouxe um outro ponto de vista sobre um grupo historicamente marginalizado. Quando um sujeito marginalizado narra sua história, ele desafia diretamente os regimes de visibilidade e reconhecimento que, historicamente, o apagaram. Contar sua vida é, portanto, reivindicar um lugar no presente, inscrevendo-se num tempo que muitas vezes lhe foi negado.

Foi também com esse objetivo que a abertura desta tese foi uma apresentação da patinadora, no caso, esta pesquisadora, pois assumir a própria trajetória como ponto de partida significa produzir e visibilizar uma memória, trazer uma legitimidade da experiência situada como forma de conhecimento. Ao colocar-se(me) em cena, entro em consonância com a perspectiva de Butler (2018), segundo a qual tornar-se visível é um ato de resistência frente à precariedade da vida e ao apagamento de nossas existências.

Se eu ainda estou cansada como afirmei quando trouxe a metáfora da patinação para o início deste estudo? Estou. Mas uma frase que ouvi na disciplina de Educação, Tecnologia e Sociedade não tem saído da minha cabeça: “não há

mudança sem sonho, assim como não há sonho sem esperança” (Freire, 1992, p. 87). Essa lembrança faz reconhecer que o cansaço, embora exista, não é sinônimo de desistência. Ele pode ser lido como parte do processo de insistir em existir e resistir, que é também parte do que tenho feito enquanto mulher, LGBTQIAPN+ e pesquisadora.

A esperança de que futuras gerações possam ter acesso ao conhecimento de nossas memórias e histórias, mesmo que elas sejam tão somente rastros e fagulhas. É nesse horizonte de possibilidades que encontro sentido para a pesquisa e para a prática docente: contribuir, ainda que de forma pequena, para que outras pessoas possam patinar em um chão menos áspero, com mais acolhimento e menos exclusão.

Como mencionei em minha introdução, “tudo começa pela história”. A presença de Lamião da Esquina na cena jornalística dos anos 1970 e 1980 não apenas registrou um momento de ruptura com o silêncio imposto às dissidências sexuais e de gênero, mas também inaugurou formas de reconhecimento e alianças para vidas LGBTQIAPN+ no Brasil, que muito pode nos impulsionar a continuar lutando.

REFERÊNCIAS

- ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS). **Análise do contexto da prostituição em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil: levantamento nacional e contexto internacional**. Rio de Janeiro: ABIA, 2013.
- ABÍLIO, L. C. **Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ABÍLIO, L. C. **Uberização: subordinação e acumulação na era do digital**. *Revista Margem Esquerda*, n. 34, p. 35-45, 2020a.
- AGUIAR, F. W. Imprensa alternativa: opinião, movimento e *Em Tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, T. R. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 231-250.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- ALEXANDRE, M. **O papel da mídia na difusão das representações sociais**. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001.
- ALLEN, A. **Emancipação sem utopia: Sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista**. Tradução de Inara Luisa Marin, Felipe Gonçalves Silva e Ingrid Cyfer. *NOVOS ESTUDOS*. 103. CEBRAP, 2015. p. 115-132. Originalmente publicado em: *Hypatia*, v.30, n.3, p. 513-529, 2015.
- ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. **Manual de Empregabilidade e LGBTI+**. [Cidade]: Aliança Nacional LGBTI+, 2024. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Manual-Direitos-LGBTI.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- AMARAL, M.; DE OLIVEIRA, C. **Decolonialidade editorial: notas sobre o jornal Lampião da Esquina**. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, v. 1, n. 155, p. 245–258, abr.–jul. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380283246_Decolonialidade_editorial_notas_sobre_o_jornal_Lampiao_da_Esquina. Acesso em: 21 ago. 2025.
- AMARAL, A. **Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas**. *Argum.*, Vitória, v. 10, n. 3, p. 244–256, set./dez. 2018.
- ANTUNES, R. (Org.). **Resenha de Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. 447 p.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AZEVEDO, S. **Formação discursiva e discurso em Michel Foucault**. In *Revistas Eletrônicas Filogenese*. Vol. 6, nº 2, 2013.p. 148-162.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARROS, J. H. O; COELHO, G. G. **A homofobia familiar disfarçada de cuidado**. Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade, v. 8, n. 17, p. 449-463, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/12176?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 set. 2025.

BAPTISTA, J.; BOITA, T. **Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, n. 5, p. 108–119, set. 2017. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/edicao5.php?cor=verde> Acesso em: 21 ago. 2025.

BILHÃO, I. **“Trabalhadores do Brasil!”: as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 71–92, dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26321451006> . Acesso em: 23 ago. 2025.

BEAUVOIR, S. **O pensamento de direita, hoje**. Tradução de Manuel Sarmento Barata. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 114 p.

BENTO, B. **Orientação sexual, trabalho e dignidade**. Palestra apresentada no 7º Painel sobre Discriminação e Orientação Sexual, Congresso Internacional sobre Discriminação, 23 out. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ffWysAGFp2s> . Acesso em: 22 ago. 2025.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. Bonfim (Org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>

BINNIE, J. **The globalisation of sexuality**. London: Sage Publications, 2004. p. 87.

BINNIE, J. **A globalização da sexualidade: entrevista com Jon Binnie**. Entrevistadores: Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat. Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 188-194, 2013.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F.. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 8. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Not%C3%ADcias-disputa-democracia-forma%C3%A7%C3%A3o-prefer%C3%A2ncias-ebook/dp/8572449876> . Acesso em: 23 ago. 2025.

BORDO, S. **Unbearable Weight: Feminism, Western Culture, and the Body**. Berkeley: University of California Press, 1997.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**:

Elements of the Sociology of Corporate Life. London: Heinemann Educational Books, 1979.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”.** Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, J. **Desfazendo gênero.** Tradução de Carla Rodrigues e André Bretas. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia.** Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BOITA, T. W. **Comunicação comunitária e sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT.** 2022. 161 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.
Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12498> . Acesso em: 25 ago. 2025.

BOITA, T.W.; BAPTISTA, J. T. **Memórias LGBT+ em Goiás: a Parada que parou Goiânia.** Revista Memória LGBT, v. 8, n. 01, p. 6–21, 28 jun. 2023.
Disponível em: <https://revista.memoriaslgbt.com/index.php/ojs/article/view/81>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BOLAÑOS, A. G. **Toda odisseia tem um final feliz? (A propósito de poesia e diáspora).** Aletria: revista de estudos de literatura, v. 22, n. 3, p. 83-93, 2012.

BORGES, L. S.; CANUTO, A. A.; OLIVEIRA, D. P.; VAZ, R. P. **Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 3, p. 730–745, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7XgSjflRgTxm3hqycZmrYKd/?lang=pt> . Acesso em: 21 ago. 2025.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRUNO, C. **Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar.** Cadernos de Sociomuseologia, v. 9, n. 9, p. 11-22, 2000.

CANESE, B.; ALCARAZ, V. **Diccionario guaraní-español / español-guaraní.** 2. ed. Asunción: CEPAG, 2000.

CAMPOS, A. L. A. **A interdisciplinaridade segundo Edgar Morin e Alzira Lobo de Arruda Campos.** In: Unifal em Pesquisa, São Paulo, v. 10, n. 2, abr. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/36450728/A_interdisciplinaridade_segundo_Edgar_Morin_e_Alzira_a_Lobo_de_Arruda_Campos. Acesso em: 25 ago. 2025.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, M. G. **As vicissitudes da família na sociedade moderna: estudo sobre o casamento e suas relações familiares**. 1992. (Tese) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

CASTRO-GÓMEZ, S. (2005). **La Hybris del punto cero. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Colombia, Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.

CASTRO, B. R.; FONSECA, L. P. (2021). **Análise Gráfica do jornal Lampião da Esquina**. CHAPON Cadernos de Design, v. 2, n. 1, p. 25-50, 2021.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVA, J. B. **Na escuridão da censura, surgiu uma luz: Lampião da Esquina e a imprensa alternativa (1978–1981)**. Humanidades em Diálogo, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 149–162, 2021.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. 206 p.

CURIEL, O. **El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora**. Bogotá, 2006. Disponível em: <inserir link>. Acesso em: 25 jun. 2016.

CURIEL, O. **Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista: desuniversalizando el sujeto “Mujeres”**. Perfiles del feminismo iberoamericano, v. 3, p. 163-190, 2007.

CURIEL, O. **El régimen heterosexual y la nación: aportes del lesbianismo feminista a la Antropología**. La manzana de la discordia, v. 6, n. 1, p. 25-46, 2011.

CUTCLIFFE, S. H. **Science, technology and society: a sociological perspective**. 2. ed. New York: Routledge, 2003.

COSTA, R. S. M. **Sociabilidade homoerótica e relações identitárias: o caso do jornal O Snob (Rio de Janeiro, década de 1960)**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 61–92, 2010.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, K. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, jul. 1991, pp.1241-1299

CARDOSO, M. M. V. **Cultura, tradição e o instituto do indigenato: uma análise a partir do conflito judicial do Território Tuxá Dzorobabé Rodelas** – BA. 2024. 137 f. : il. color. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, Salvador, 2024.

CARVALHO, A. M. **Memória e identidade do aluno da EJA em relatos autobiográficos**. 172 f. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.

COELHO, G. G.; BARROS, J. H. **A homofobia familiar disfarçada de cuidado**. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, Naviraí, v. 8, p. 449–463, mai.–ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/13249>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CORONIL, F. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 50-62.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DESLAURIERS, J.; KÉRISIT, M. **O Delineamento de Pesquisa Qualitativa**. In: Poupart, J. Deslauriers, J. Groulx, L. Laperrière, A. Mayer, R. Pires, A. P. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

D'EVREUX, Y. **Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 e 1614**. Tradução e notas de C. F. de Mello. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1929.

DINIZ, R. J. **A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar brasileiro**. Annual Review of Critical Psychology, v. 11, p. 189–190, 2014.

ECHEVERRÍA, R. **Ontología del lenguaje**. Santiago: Lom Ediciones, 2005. Disponível em: https://www.rmm.cl/sites/default/files/texto_ontologia_del_lenguaje_echeverria_pdf_0.p df. Acesso em: 21 ago. 2025.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

FEITOSA, E.; FANINI, A. M. R. **Embates entre ideologias cristalizadas e do cotidiano: elementos para uma abordagem bakhtiniana do jornalismo brasileiro**. REVISTA UNINTER DE COMUNICAÇÃO, v. 4, p. 16-31, 2016.

FEITOSA, L. A. T. **Gestão da diversidade: um estudo no setor hoteleiro de uma cidade do Nordeste brasileiro**. Programa de Pós-graduação em Administração – Mestrado profissional em administração. Natal, 2014.

FEENBERG, A. **Transforming technology: a critical theory revisited**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2002.

FERRARO, G. L.; GUEDES, M. S. **Representações sociais: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, F. **A sociedade escravista no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xq9kD4Z6x6wXc7Yw7Smh4hz/>

. Acesso em: 25 ago. 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **Discipline and Punish: the Birth of the Prison**. Tradução de Alan Sheridan. Nova York: Vintage, 1977

FOUCAULT, M. **Isto não é um cachimbo**. Tradução de Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 2ª Ed. São Paulo. Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**, RJ-RJ, Graal, 2007, 24ª ed.

FOUCAULT, M. (org.) **Foucault: a critical reader**. New York: Basil Blackwell, 1986.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 2ª Ed. São Paulo. Paz e Terra, 2015.

FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista**. Tradução de Júlio Assis Simões. São Paulo: Boitempo, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GARCIA, G. SCHULTZ, L. **O LAMPIÃO DA ESQUINA: DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL NO FINAL DA DÉCADA DE 1970**. III Encontro Nacional de Estudos da Imagem., Londrina - PR. 2011.

RUBIN, G. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Revisão de Miriam Pillar Grossi. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

GONZÁLEZ GARCÍA, M. I.; LÓPEZ CERREZO, J. A., y LUJÁN, J. L. **Ciencia, tecnología y sociedad: una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología**. Madrid, Tecnos, 1996.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GORISCH, P. C. V. S. **O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos**. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2013.

GREEN, J. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

GREEN, J. N. **Mais amor e mais tesão: A construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis**. Cadernos Pagu. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Campinas, n. 15, 2000.

GREEN, J. N. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GUARESCHI, P. **A ideologia: um terreno minado**. In: Psicologia Sociedade. 8(2): p.82-94; jul./dez., 1996.

GUARESCHI, P. Representações Sociais: Alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-SCHOLZE, C. **Novas Contribuições para a Teorização e Pesquisa em Representação Social**. Florianópolis: Coletâneas da ANPEPP 10, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio: Apicuri, 2016.

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. Educação & Realidade. v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.

HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. 2a ed. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2013.

HALPERIN, D. M. **One Hundred Years of Homosexuality and Other Essays on GreekLove**. New York: Routledge, 1990.

HENRIQUES, F. C.; NEPOMUCENO, V.; ALVEAR, C. A. S. **O conceito de tecnologia: reflexões para a prática da extensão universitária na área tecnológica**. In: ADDOR, F.; HENRIQUES, F. (Org). Tecnologia, participação e território: reflexões a partir da prática extensionista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, p.235-258.

HEINTZ, M.. **Desenhando o mundo ideal e mundo real: um estudo sobre lésbicas, trabalho e inserção social.** Revista de Psicologia da UNESP, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 35–52, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/10218568/Desenhando_o_mundo_ideal_e_mundo_real_um_estudo_sobre_l%C3%A9sbicas_trabalho_e_inser%C3%A7%C3%A3o_social. Acesso em: 8 set. 2025.

HEYES, C. **Feminist solidarity after queer theory: the case of transgender.** In: AIZURA, Aren Z.; STRYKER, S. (org.). *The Transgender Studies Reader*. v. 2. New York: Routledge, 2013. p. 201-212.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização HOLLANDA, H.. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p

HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Tradução de Mariza Corrêa. Cadernos Pagu, Campinas, n. 05, p. 7- 41, 1995.

HARAWAY, D. **Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature.** Nova York: Routledge, 1991.

HIRATA, H. **Trabalho e gênero no Brasil contemporâneo: entre a precarização e a autonomia.** São Paulo: Editora Cortez, 2007.

HIRATA, H. **Gênero e trabalho: relações sociais no contexto contemporâneo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, H. **Novos olhares sobre o trabalho: gênero, tecnologia e organização.** São Paulo: Editora Cortez, 2011.

HIRATA, H. **Mulheres e trabalho no Brasil: gênero, poder e desigualdades.** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

Hirata, H; Kergoat, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cZtcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?lang=pt> . Acesso em: 22 ago. 2025.

IRIGARAY, H. **Discriminação por Orientação Sexual no Ambiente de Trabalho: Uma Questão de Classe Social? Uma Análise sob a Ótica da Pós-Modernidade Crítica e da QueerTheory.** In: EnAPG, Salvador, 2008.

IRIGARAY, H. A.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. **Humor e discriminação por orientação sexual no trabalho.** Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 14, n. 5, p. 890-906. set./out. 2010.

IRINEU, B. A. Resenha de: **Disputas, alianças e políticas de resistência: os direitos LGBTI+ no Brasil atual**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 103, p. [páginas da resenha], 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gM5yJLvvcVLHrXsBWymYHgN/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2025.

JELIN, E. **Os trabalhos da memória**. Tradução de Maria Regina Celestino de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JODELET, D. **As representações sociais: um domínio em expansão**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KJELLÉN, R. The State as a Living Organism. In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul (org.). **The Geopolitics Reader**. London: Routledge, 1998. p. 29-34.

KOOPMAN, C. **Genealogy as Critique: Foucault and the Problems of Modernity**. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

KUCINSKI, B. **O fim da ditadura**. São Paulo, Contexto, 2001.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003, 441p.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991. p. 5.

LACLAU, E. **A razão populista**. Tradução de Cláudia von Zezschwitz. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LACLAU, E. **Novos reflexos sobre a revolução de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. p. 137.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Saindo do gueto**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 0, edição experimental, abr. 1978, p. 2.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi?** Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 0, edição experimental, abr. 1978, p. 6.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Na defesa, palavras do Ministro Baleeiro**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 0, edição experimental, abr. 1978

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Assumir-se: por quê?** Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 1, 1978, p. 2.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Coluna Cartas na Mesa**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 4, ago./set. 1978, p. 16.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Cassandra Rios ainda resiste**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 5, out. 1978, p. 8–10.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Coluna Cartas na Mesa**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 6, p. 15, 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Então, por que tanta repressão?** Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 12, mai. 1979, p. 9.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **À procura de um emprego**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 13, jul. 1979, p. 3.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Um passeio na Zona**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 32, jan. 1981, p. 8.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **NORMA Bengell (apaixonada, furiosa, terna, indignada): “Eu não quero morrer muda”**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 3, julho de 1978, p. 8-9.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Um passeio na zona**. Lampião da Esquina, n. 32, jan. 1981, p. 8-9.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Alô, alô classe operária: e o paraíso, nada?** Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 14, jul. 1979, p. 1.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Coluna Cartas na Mesa**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 14, 1979, p. 19.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **O travesti, este desconhecido**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 22, mar. 1980, p. 12.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Em agosto foi assim: crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais é que morrer**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 28, set. 1980, p. 1.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Travestis! (Quem atira a primeira pedra?)**. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 4, ago./set. 1978, p. 1.

LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Capítulo de livro. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624092356/4_Lander.pdf. Acesso em: 22 ago. 2025.

LARA, L. A.; ABDO, C. H. N. **Aspectos da atividade sexual precoce**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 199–202, maio 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v37n5/0100-7203-rbgo-37-05-00199.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, H. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEACH, E. **Repensando a Antropologia**. Tradução de José Luís dos Santos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 1945.

LEFÈVRE, F.; LEFEVRE, A. M. **Depoimentos e discursos. Uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

LIMA, C. L. S. Resenha de: FERNANDES, E. R. **“Existe índio gay?”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2017. 245 p. Anuário Antropológico, v. 44, n. 2, p. 379-382, 2019.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Porto Alegre: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. **Corpo, escola e identidade**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17–23, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2025.

LUGONES, M. **Colonialidad y Género**. Tabula Rasa, Bogotá, Colombia, n. 9, p.73- 101, 2008.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935–952, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755> . Acesso em: 22 ago. 2025.

MAIA, B. S. R. **As dimensões multifacetadas da colonialidade do poder**. 2018. 18 f. Artigo (Graduação) - Curso de Licenciatura em Sociologia, Instituto de Humanidade e Letras – IHL, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINES, R. P. **La tecnología del orgasmo: la "histeria", los vibradores y la satisfacción sexual de las mujeres**. Barcelona: Editorial Milrazones, 2019.

MARCONDES, D. **Textos básicos de hermenêutica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 201.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de Reginaldo M. Oliveira. São Paulo: Boitempo, 1993.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MCQUAIL, D. **Teorias da Comunicação de Massa**. 6. ed. São Paulo: Penso, 2012. Tradução e edição em português por Roberto Cataldo Costa e Márcia Benetti. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Teorias_da_Comunica%C3%A7%C3%A3o_de_Massa.html?id=WSRCDXr1SYIC. Acesso em: 23 ago. 2025.

MELIÀ, B. **El Guaraní conquistado y reducido**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica (CEADUC), 1986.

MEAD, M. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. Tradução de Maria Luiza X. de Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MERCURY, F. **We Are The Champions**. In: News Of The World. Elektra Records, 1978. CD.

META. **Diretrizes e políticas de usuário**. 2025. Disponível em: <https://transparency.meta.com/pt-br/policies/community-standards/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 1. 164p

MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOTTA, R. P. S. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. Topoi, v.14, n.26, jan-jul. 2013, p.62 a 85.

MOTT, L. **SÃO TIBIRA DO MARANHÃO, PRIMEIRO MARTIR GAY DO BRASIL, 1614-2014**. SALVADOR: GGB, 2014 (LIVRETO).

MOTT, L. **O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição**. Salvador: EDUFBA, 2014.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

NAPOLITANO, M. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014

- NARDI, H. C. Nas tramas do humano: a sexualidade interdita o trabalho.
In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Nuances, 2007
- NASCIMENTO, G. C. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. **A revelação da homossexualidade na família: revisão integrativa da literatura científica**. Trends in Psychology, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1543-1556, set. 2018.
- NASSAR, R. **Os lugares de memória são lugares extraordinários**. Interfaces da Comunicação, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1–12, jul. 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/interfaces/article/view/220677> . Acesso em: 21 ago. 2025.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.
- NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1972.
- OLIVEIRA, AI. **Andar na vida: prostituição de rua e reação social**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2011.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, F. A. **Análise de conteúdo: método de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2008.
- OLIVEIRA JÚNIOR, I. B; MAIO, E. R. **Diversidade sexual e homofobia: a cultura do “desagendamento” nas políticas públicas educacionais**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 35–53, jan./jun. 2015.
- ORLANDI, E. P.. **A leitura e os leitores**. Campinas, Pontes, 1998
- ORTIZ, R. **Cultura e modernidade: a França no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 139.
- OZÓRIO, G. V. **Entre rupturas e aproximações: a emergência de um marxismo queer**. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito, Rio de Janeiro, 2021.
- PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, v.24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PEDRO, J. M.; WOLF, C. S.; A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões. In: PEDRO, J. M.; WOLF, C. S.; VEIGA, A. M. (org). **Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, pp. 19-43.

PERES, W. PINAFI, T. TOLEDO, L. SANTOS, C. **Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento**. Revista BAGOAS, 2011. n. 06. p. 267-282

PEREIRA, P. P. G.. **Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 485-505, maio-ago. 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114362011>
. Acesso em: 23 ago. 2025.

PEREIRA, P. P. G. **Entre práticas e representações sociais: imprensa e relações de trabalho no Tempo Presente (Santa Catarina, 1980–1990)**. Temporalidades – Revista de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 3 (Edição 34), p. 193–212, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/25026>. Acesso em: 23 ago. 2025.

PÉRET, F. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

PERUCCHI, J.; BRANDÃO, B. C.; VIEIRA, H. I. S. **Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays**. Estudos de Psicologia (Natal), Natal, v. 19, n. 1, p. 67-76, jan./mar. 2014.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/yG4HcYpg7kZRx8dmM3h4Dvm/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PISCITELLI, A. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). Diferenças, igualdades. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116–148

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
Disponível em: <https://archive.org/details/pinto-celi-regina-jardim.-uma-historia-do-feminismo-no-brasil> . Acesso em: 23 ago. 2025.

PRADA, M. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual**, tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRIORI, A., et al. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: **História do Paraná: séculos XIX e XX [online]**. Maringá: Eduem, 2012. pp. 199-213. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Martins, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LUGONES, Maria (Org.). **Colonialidade e gênero**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2005. p. 181-224.

ROCHA JUNIOR, G. **A imprensa faz projeções: práticas jornalísticas e representações sociais no Tempo Presente (Santa Catarina, 1980–1990)**. Temporalidades – Revista de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 3 (34), p. 193-212, set./dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/25026> . Acesso em: 23 ago. 2025.

ROCHA, C. C. S. **Relatos de memórias na Educação de Jovens e Adultos [recurso eletrônico]: a literatura como humanização**. 2021. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ROCHA, T.; COITO, R. F.. **“Esta é uma obra coletiva de ficção...”: representação e similitude em Michel Foucault e as telenovelas exibidas pela TV Globo**. Revista História: Questões & Debates, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 199-215, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/9283907> Acesso em: 23/04/2025.

RECH, M. H. B.; FELTES, H. P. M. **No fio do discurso: análise do discurso sobre o trabalho no artigo opinativo do Jornal Correio Riograndense**. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 5, n. 2, p. 267–293, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/GFqK4ZBbjNB7VTk6N3sLMYm/?format=pdf>. Acesso em: 23 ago. 2025.

RODRIGUES, R. C. C. **Cidadania cultural LGBT: um direito sem efetividade**. Museologia & Interdisciplinaridade, Brasília, v. 10, n. 20, p. 83-100, jul./dez. 2021.

SANTANA, M. D. S.; VARJÃO, J. V. G.; MONTEIRO, A. A. **Conflitos, deslocamentos e tensões: fazendo família entre as dissidências sexuais e de gênero no Nordeste do Brasil**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 72, p. e247203, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8679009>. Acesso em: 8 set. 2025.

SATO, L. **Trabalho: sofrer? Construir-se? Resistir?** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 189–199, ago. 2009. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v15n3/v15n3a12.pdf> . Acesso em: 21 ago. 2025

SANTOS, F. L. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia**. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), 2014.

SANTOS, F. L. **Os jesuítas, a catequese e a questão da administração das aldeias no período colonial**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Conhecimento histórico e diálogo social. Anais [...]. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1361890400_ARQUIVO_Artigo-Aadministracaodaldeias.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. S. **A vontade de sobrevivência segundo Nietzsche: condição necessária para a racionalidade e o autoconhecimento do homem**. Filosofando: Revista de Filosofia da UESB, Vitória da Conquista, ano 1, n. 2, p. 35–52, jan./jul. 2013.

SILVEIRA, G. A. **Sob a ótica pós-colonial: a modernidade e a construção da homofobia**. NAU Social – Novas Rotas, Salvador, v. 5, n. 8, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31290>

. Acesso em: 23 ago. 2025.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Eugênia Maria de Castro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCOTT, J. **A invisibilidade da experiência**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 16, p. 297–325, 1998

SEGATO, R. L. **As estruturas elementares da violência: ensaios sobre gênero entre a antropologia, o psicanálise e os direitos humanos**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2003.

SERRA, P. **Teorias do jornalismo**. Covilhã: Livros LabCom, 2004.

SIERRA, J. C. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: O governmento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013b.

SOARES, K. G. **Sentidos da diversidade, narrativas de ruptura? As representações sociais LGBTs na comunicação organizacional** / Karen Greco Soares . – Curitiba, 2017 (dissertação). Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52802>

SOARES, K. G. **Diversidade de Gênero nas Organizações: Uma Análise de Publicações para o campo da Comunicação e das Relações Públicas**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo - SP, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3177-1.pdf>

SIMÕES, A. C. Jr. **E havia um lampião na esquina. Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980)**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006. [Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social].

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, M. **Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira**. Laborare, v. 5, n. 9, p. 170–191, ago. 2022. Disponível em: <https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/149>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SOLOSKI, J. **News reporting and professionalism: some constraints on the reporting of the news**. Media, Culture & Society, v. 11, n. 2, p. 207-228, 1989. [Também citado em coletâneas de 1993].

SCHLESINGER, P. Rethinking the sociology of journalism: source strategies and the limits of media-centrism. In: CURRAN, J.; GUREVITCH, M. (orgs.). **Mass media and society**. London: Edward Arnold, 1991. p. 61-83. [Reedições posteriores em 1993].

SWAIN, T. N.. **Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e o**

continuum lesbiano. Bagoas: Estudos gays, gênero e sexualidades, Natal, v. 4, n. 5, p. 45–55, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2310>. Acesso em: 8 set. 2025.

TERTO, A. P.; SOUZA, P. H. N. **De Stonewall à Assembleia Geral da ONU: Reconhecendo os Direitos LGBT.** Monções, Dourados, v.5, n.7, p. 120–148, jan/jun. 2015.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Sobreviver ao trabalho.** São Paulo: Editora Atlas, 2004. p. 14.

TREVISAN, J. S. Homocultura & Política Homossexual no Brasil: do passado ao Por-vir. *In: Retratos do Brasil Homossexual: Fronteiras, Subjetividades e Desejos.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. *In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais.* São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

TOLEDO, L. Go.; TEIXEIRA FILHO, F. S.. **Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'.** Arquivos Brasileiros de Psicologia [online], v. 65, n. 3, p. 376–391, 2013. ISSN 1809-5267. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abp/a/example>. Acesso em: 8 set. 2025.

TORRICO, E. **La comunicaci3n en clave latinoamericana.** Chasqui, n. 132, p. 23-36, 2016.

TORRICO, E. **Para uma comunica3o ex-c3ntrica.** MATRIZes, v. 13, n. 3, p. 89-107, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classifica3o social. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010.

QUINALHA, R.. Lampion da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. *In: GREEN, James N.; QUINALHA, R. (Org.). Ditadura e homossexualidades: repress3o, resist3ncia e a busca da verdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 3.

SERANO, J.. Whipping Girl. **A transexual woman on sexism and the scapegoating of femininity.** Emeryville: Seal Press, 2007.

RONDAS, L. O. ; MACHADO, L. R. S. **Inser3o profissional de travestis no mundo do trabalho: das estrat3gias pessoais às pol3ticas de inclus3o.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 10, n. 1, p. 192-205, 2015.

ROSA, E. B. P. R. **Cisheteronormatividade como institui3o total.** Cadernos PET-Filosofia (Paraná), v. 18, n. 2, p. 1–45, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>. Acesso em: 21 ago. 2025.

RODRIGUES, J. C. A imprensa gay no Brasil. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo, SP: Almeida, 2018, p.236-253.

VELHO, R. R. C=. **O coming out dos jovens gays aos pais e mães**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/12948>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VANCE, C. S. **A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico**. In: *Physis – Revista de Saúde Coletiva*. v. 5. n. 1. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/01.pdf>

VENSON, A. M.; PEDRO, J. M.. **Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia**. *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. **Projetos: estrutura e organização**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M.I.P. **Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990**. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 66–72, out.–dez. 2005.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/37299>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. **Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas**. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 46, 2020, e221756. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Tc37WjhH7ywmFCpJJ4NbBCH/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

VITIELLO, G. N. B. **A AIDS em cena: os primeiros protagonistas**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

VIEIRA, P. J. **Mobilidades, migrações e orientações sexuais: percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias**. *ex æquo*, n. 24, p. 45–59, 2011.

XAVIER, T. P. O.; VIANNA, C.. **A Educação de Pessoas Trans*: relatos de exclusão, abjeção e luta**. *Educação & Realidade*, v. 48, n. 2, p. 1–22, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk/?lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 set. 2025.

WARNER, M. **Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.

WARNER, M. **The trouble with Normal: sex, politics, and ethics of queer life**. New York: Free Press, 1999.

WESTON, K.. **Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship**. New York: Columbia University Press, 1995.

WOLF, S. **Sexuality and socialism: history, politics, and theory of LGBT liberation.**
Chicago: Haymarket Books, 2009.